

DESDOBRANDO

Impressos

Mulheres, educação e história

Adriana Aparecida Pinto
Paula Faustino Sampaio
Ana Gonçalves Sousa
(Organizadoras)


2020

Equipe EdUFGD**Coordenação editorial:**

Rodrigo Garófallo Garcia

Divisão de administração e finanças:

Givaldo Ramos da Silva Filho,

Rafael Todescato Cavalheiro

Divisão de editoração:

Brainner de Castro Lacerda,

Cynara Almeida Amaral Piruk,

Maurício Lavarda do Nascimento,

Raquel Correia de Oliveira,

Rosalina Dantas da Silva,

Wanessa Gonçalves Silva

e-mail: editora@ufgd.edu.br

A presente obra foi aprovada de acordo com o
Edital n. 04/2018/EDUFGD.

Editora filiada à:

**Gestão 2015-2019****Universidade Federal da Grande Dourados****Reitora:**

Liane Maria Calarge

Vice-Reitor:

Marcio Eduardo de Barros

Conselho editorial:

Rodrigo Garófallo Garcia

Marcio Eduardo de Barros

Fabiano Coelho

Clandio Favarini Ruviaro

Gicelma da Fonseca Chacarasqui Torchi

Rogério Silva Pereira

Eliane Souza de Carvalho

Revisão:

Cynara Almeida Amaral Piruk e

Raquel Correia de Oliveira

Projeto gráfico, diagramação e capa:

Brainner de Castro Lacerda

Impressão e acabamento:

Triunfal Gráfica e Editora - Assis - SP

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

D449

Desdobrando impressos: mulheres, educação e história. / Organizadoras: Adriana Aparecida Pinto, Paula Faustino Sampaio, Ana Gonçalves Sousa. -- Dourados, MS: Ed.UFGD, 2020.

334 p.

ISBN: 978-85-8147-181-5.

Possui referências.

1. Impressos. 2. Imprensa. 3. Pesquisa histórica. I. Pinto, Adriana Aparecida. II. Sampaio, Paula Faustino. III. Sousa, Ana Gonçalves.

CDD – 305.409

Sumário

Prefácio

05

Sob o signo da diversidade
Tania Regina de Luca

Apresentação 09

Desdobrando impressos
Adriana Aparecida Pinto, Paula Faustino
Sampaio, Ana Gonçalves Sousa

Eixo 01

Impressos, Educação e Mulheres : Caminhos diversos da pesquisa

**1. Mestras oitocentistas em Goiás:
histórias impressas em um
dicionário**
Diane Valdez
17

**2. Educação feminina na Amazonia
macapaense: uma análise de ações
realizadas no primeiro governo do
Território Federal do Amapá
(1911-1956)**
João de Deus Santos de Sampaio
Regina Lúcia da Silva Nascimento
35

**3. A imprensa e os costumes: um
estudo da educação feminina na
Revista Popular (Rio de Janeiro,
1859-1862)**
Gabriella Assumpção da Silva Santos Lopes
55

**4. Entre impressos e memórias:
formação e profissionalização
docente no sertão do São Francisco
(1950-1970)**
Virgínia Pereira da Silva de Ávila
Iracema Campos Cusati
Raquel Alves Neto
75

**5. Itinerários de pesquisa e a
Revista Matto Grosso (1904-1915):
a educação feminina e um projeto
educacional em Mato Grosso**
Sthefany de Souza Ribeiro Falco
Adriana Aparecida Pinto
87

**6. As mulheres na história ensinada
sobre Mato Grosso do Sul**
Jackson James Debona
105

**7. As mulheres nos impressos didáticos de história: tipologias narrativas a
partir de Jörn Rüsen**
Larissa Klosowski de Paula e Isabela Canderolo Campoi
125

Eixo 02

Impressos, Imprensa e Mulheres : Abordagens socio culturais

8. “Ornamento da Mulher”: o discurso acerca da mulher no periódico espírita *Orientador* (1918-1958)

Chaline de Souza

115

9. A representação da mulher na *Revista Alvorada Feminina* da Igreja Presbiteriana Independente: uma análise da produção dos anos 1970 e 1980 no Brasil

Ricardo Gião Bortolotti

Daniela Emilena Santiago Dias de Oliveira

157

10. Representações sobre as mulheres artistas na *Revista Veja* nos anos 1980

Ana Gonçalves Sousa

175

11. Rose Marie Muraro e a revolução sexual: androginia, feminismo e contracultura por meio da imprensa alternativa nos anos 1970

Patrícia Marcondes de Barros

187

12. A justiça, enfim: a representação da mulher e a relação de gênero no *Jornal da Constituinte*

Edna Aparecida Ferreira Benedicto

205

15. Extremista, comunista, esposa de Prestes: as representações de Olga Benário pela imprensa brasileira da década de 1950

Natália Borlin

Luciana de Fátima Marinho Evangelista

217

11. As blusas verdes e a Acao Integralista Brasileira no Paraná (1951-1956)

Giceli Warmling do Nascimento

Luiz Gustavo de Oliveira

255

15. Entre incentivos e interdições: o feminino no *Jornal dos Sports*

Kelen Kátia Prates Silva

255

Eixo 03

Impressos, Sujeitos e História: Operações possíveis

16. Esquecimento e lembrança das mulheres escritoras/autoras no século XIII: um olhar sobre Clara de Assis e as fontes clarianas

Ivone Aparecida Dias

Terezinha Oliveira

271

17. *Mensageiro*: jornal/revista alternativo étnico dos, para e sobre os povos indígenas (1979-2015)

Paula Faustino Sampaio

287

18. A propaganda na imprensa automobilística: o espaço reservado às *pin-up girls* na revista *O Carreteiro* (1970-1976)

Danilo Leite Moreira

505

Sobre os Autores 327

Prefácio

SOB O SIGNO DA DIVERSIDADE

Tania Regina de Luca

A escolha de títulos nunca é uma tarefa inocente, pelo contrário, desvendar o significado da nomeação é um bom começo para compreender projetos editoriais. Observe-se que as organizadoras desse volume optaram pelo verbo “desdobrar”, escolha bem adequada para uma obra que reúne um conjunto de reflexões que mobiliza impressos, particularmente os periódicos. Mas, além de remeter para a ação de abrir ou desenrolar algo, o termo também comporta as noções de dividir, fracionar e, o que é mais interessante, desenvolver e tornar mais complexo.

E, de fato, a complexidade da temática, que envolve mulheres, educação e impressos (livros, jornais e revistas) se expressa nas próprias características do livro. A começar pelos autores, que compõem um mosaico que vai desde o jovem estudante de graduação, que ensaia, apoiado em seus professores, os primeiros passos na pesquisa, aos alunos cursando ou que já concluíram seus mestrados e doutorados, assim como aos profissionais que atuam no ensino fundamental e médio e até aos experientes docentes universitários que compartilham resultados inéditos de investigação. As várias instituições envolvidas, por seu turno, testemunham o vigor dos programas de pós-graduação e dos grupos de pesquisa de norte a sul do país, o que deve ser saudado, pois se trata de deixar para trás as profundas assimetrias na produção do conhecimento que, se não desapareceram de todo, estreitaram-se com a salutar multiplicação dos cursos de graduação e de pós país afora.

A leitura do índice evidencia o peso das fontes periódicas: dos dezoito capítulos que compõem a publicação, treze mobilizam jornais e revistas, que circularam em diferentes momentos e contextos históricos, enquanto documentação privilegiada. Assim, a *Revista Popular* (1859-1862), *Matto-Grosso* (1904-1915) e o semanário oficial O Amapá, fundado em 1945, são mobilizados para a análise de propostas e de projetos educacionais destinados ao público feminino, num arco

temporal amplo que bem indica as mudanças nas concepções acerca do lugar social da mulher e das expectativas que cercavam sua educação.

Já os embates ideológicos das décadas de 1930 e 1940 comparecem a partir dos estudos das imagens associadas à mulher na imprensa integralista e daquelas construídas sobre Olga Benário pelos jornais de grande circulação, enquanto as não menos candentes questões eugênicas e de gênero estão no âmago do que veiculava, no referido período, o longo *Jornal dos Sports* (RJ, 1931-2010). Vale contrapor os ideais de fortalecimento da raça às erotizadas *pin-up-girls* que invadiam as páginas de propaganda de *O Carreteiro* (1970-1976), publicação lançada pela Editora Abril e que se insere no então vigoroso processo de segmentação dos impressos periódicos, como atesta o rol de títulos dedicados às “quatro rodas”, expressão que deu nome a uma das principais revistas do gênero.

Já as publicações de cunho religioso, ainda relativamente pouco estudadas, estão contempladas no periódico espírita *Orientador* (1948-1958) e na revista vinculada à Igreja Presbiteriana Independente, a *Revista Alvorada Feminina*, lançada em 1969, quando se denominava *Revista da Mulher Presbiteriana Independente*, aqui analisada nas décadas de 1970 e 1980.

Num registro bem diverso, a revolução sexual, o feminismo e a luta por direitos é tematizada a partir da atuação de Rose Maria Muraro, na imprensa alternativa dos anos 1970, como autora de livros e editora, o que lhe permitiu intervir no espaço público e pautar questões que, naquele momento, ainda se afiguravam como tabus, sobretudo tendo em vista a censura e o controle da informação vigentes no regime militar. É interessante contrapor essa militância ao espaço ocupado pela mulher, no início da década de 1980, em *Veja*, principal revista de informação semanal do país. A segunda metade da década de 1980 foi palco de intensos debates e a Assembleia Constituinte, que tinha a difícil tarefa de varrer o entulho autoritário, expressão muito citada na época, galvanizou o país. A análise do *Jornal da Constituinte*, em circulação entre 1987 e 1988, permite acompanhar a maneira como os parlamentares, homens e mulheres, expressavam sua compreensão a respeito do lugar da mulher na sociedade brasileira e na nova ordem jurídica.

A publicação de *O Mensageiro* (1979-2012), pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), evoca a diversidade do mundo dos impressos, pois aqui se trata de um periódico feito por e para indígenas, bem distante, portanto, das preocupações empresariais que cercam a grande imprensa. Não por acaso, precisar a natureza desse material está longe de ser tarefa simples, pois os rótulos convencionais parecem pouco apropriados para dar conta dessa experiência.

Os impressos, agora já não os periódicos, estão no centro dos demais capítulos. Um deles explicita a trajetória de pesquisa e as escolhas na elaboração de um dicionário de educadoras nascidas no século XIX e que viveram em Goiás. Esse

dicionário ancora-se em cuidadosa pesquisa documental, a partir de um conjunto de relatos orais que se retraçam às vivências do sertão do São Francisco, permeadas pela evocação de livros. Afinal, o cotidiano da prática pedagógica é povoado de livros, especialmente os didáticos, reconhecidamente um objeto cultural dos mais complexos. A eles são dedicados dois capítulos, que perscrutam questões de gênero e a permanência de antigos discursos, ainda presentes em obras ofertadas aos alunos em anos recentes. Os escritos de Santa Clara, por seu turno, nos convidam a um recuo de vários séculos, que apresenta contribuições sobre a autoria feminina, tão rara naquele momento, que nos traz indícios e pistas a respeito de práticas educativas medievais, assim como desafios acerca do uso de vestígios do passado.

As breves menções indicam um percurso de leitura diverso do apresentado no índice. A opção foi a de desdobrar essas páginas, a partir de certa ordenação das fontes mobilizadas pelos autores. Vale lembrar que desdobrar também pode significar dividir, reordenar, e aí reside o prazer da leitura: cada um pode percorrer os capítulos no sentido e direção que lhe parecer mais conveniente, o que é possível graças ao rico e diversificado cardápio aqui ofertado.

Apresentação

DESDOBRANDO IMPRESSOS

Adriana Aparecida Pinto

Paula Faustino Sampaio

Ana Gonçalves Sousa

(Organizadoras)

A produção da obra *Desdobrando impressos: mulheres, educação e história* culmina no esforço de sistematização, organização e parcerias institucionais entre pesquisadores de todos os níveis de formação — daqueles contemplados por estudos de iniciação científica aos que apresentaram os resultados de pesquisas de estágio de pós-doutorado —, os quais aqui reunidos evidenciam a proficiência dos temas que enlaçam a publicação, permeada pela tipologia documental da ordem dos impressos.

A natureza dos trabalhos revela estudo, seriedade, dedicação e disciplina por parte de seus autores, visto que desdobrar documentos de natureza periódica ou serial é tarefa árdua, demandando fôlego, pesquisa e conhecimento de arquivos, bases de dados e sistemas de registros, que a própria documentação nos faz formatar. É por esse caminho que pretendemos conduzir os leitores: ao conhecimento das filigranas dos processos de escrita da história, por meio do diálogo diverso e plural com fontes desta natureza.

A história desta produção inicia-se com os trabalhos inscritos e aprovados no Simpósio Temático Imprensa, Impressos e História das Mulheres: espaços de intersecção e diálogos transdisciplinares, coordenado pelas organizadoras desta obra, durante o VIII Congresso Internacional de História (CIH) e a XXII Semana de História, promovidos pela Universidade Estadual de Maringá, em 2017. Esses trabalhos se ampliaram significativamente nos diálogos com pesquisadoras e pesquisadores de onze instituições de ensino superior, contemplando também pes-

quisadores diretamente ligados à educação básica e ensino em sala de aula. Estes pesquisadores, sediados em diversas regiões do país, analisaram impressos, ora como fonte, ora como objeto, em perspectivas distintas, no entanto registram sua importância e pertinência aos estudos históricos, seja para compreender períodos recuados ou recentes.

Em grande medida, os trabalhos versam sobre impressos, educação, representações de mulheres e história, desenvolvem caminhos da pesquisa interdisciplinar e refletem acerca das possibilidades de análise de diferentes fontes e de diversas tipologias de impressos.

A obra está organizada em três eixos temáticos estruturantes. O primeiro eixo, **Impressos, Educação e Mulheres – Caminhos diversos da pesquisa**, contém estudos que abordam a educação e a educação feminina em jornais, revistas, correspondências, dicionários, livros didáticos e entrevistas. São reflexões que partem da pesquisa histórica e educacional em impressos para mostrar como a educação foi construída no e por meio de representações forjadas por essas tipologias documentais. Também mostram como em diversos momentos e lugares a abordagem da educação feminina nos impressos foi importante para pensar a formação da sociedade brasileira.

Neste eixo, o capítulo “Mestras oitocentistas em Goiás: histórias impressas em um dicionário”, de Diane Valdez, apresenta as reflexões que possibilitaram a obra *Dicionário de Educadores e Educadoras em Goiás: séculos XVIII/XXI*, lançado em 2017, e enfoca as trajetórias educacionais de cinco mestras do século XIX, em Goiás.

O capítulo “Educação feminina na Amazônia macapaense: uma análise de ações realizadas no primeiro governo do Território Federal do Amapá (1944-1956)”, dos autores João de Deus Santos de Sampaio e Regina Lúcia da Silva Nascimento, mostra por meio da análise do *Jornal do Amapá*, do Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá e de fotografias, como a educação para as mulheres foi pensada durante o governo de Janary Gentil Nunes (1944-1956), em Macapá, região Norte do Brasil.

O capítulo “A imprensa e os costumes: um estudo da educação feminina na *Revista Popular Rio de Janeiro* (1859-1862)”, de Gabriella Assumpção da Silva Santos Lopes, aborda o modo como a educação feminina foi representada na *Revista Popular*, destacando as razões para atenção ao público feminino neste impresso oitocentista da capital do Brasil, ao mesmo tempo em que a autora evidencia os caminhos da pesquisa com periódicos do século XIX.

Por sua vez, o capítulo “Entre impressos e memória: formação e profissionalização docente no sertão do São Francisco (1950-1970)”, das autoras Virgínia Pereira da Silva de Ávila, Iracema Campos Cusati e Raquel Alves Neto, trata sobre

o processo de escolarização e a atuação de mulheres na educação primária nos estados da Bahia e de Pernambuco.

O capítulo “Itinerários de pesquisa e a *Revista Matto-Grosso* (1904-1915): a educação feminina e um projeto educacional em Mato Grosso”, das autoras Sthefany de Souza Ribeiro Falco e Adriana Aparecida Pinto, apresenta a *Revista Matto-Grosso* como objeto de pesquisa e reflete sobre o modo como a educação para as mulheres foi tratada em impressos de circulação periódica em Mato Grosso, nas décadas iniciais do século XX.

Por fim, o capítulo “As mulheres na história ensinada sobre Mato Grosso do Sul”, de autoria de Jackson James Debona, evidencia o espaço dedicado às mulheres em livros didáticos de História do Mato Grosso do Sul e faz análise comparativa sobre as abordagens dessa temática na história ensinada de caráter regional.

Continuando a pensar a produção impressa de natureza didática, voltada ao ensino de história, o capítulo “As mulheres nos impressos didáticos de História: tipologias narrativas a partir de Jörn Rüsen” das autoras Larissa Klosowski de Paula e Isabela Canderolo Campoi, trata sobre a narrativa acerca das mulheres em materiais didáticos. As autoras discutem a utilização de jornais e revistas de circulação de massa nos livros didáticos como estratégia narrativa para inserir as discussões sobre história das mulheres.

O eixo temático 2, **Impressos, Imprensa e Mulheres – Abordagens socioculturais**, contém oito estudos que analisam jornais e revistas para mostrar as representações acerca das mulheres e como a imprensa, voltada a diversos segmentos, notadamente no século XX pensou as construções de gênero.

Neste eixo, os impressos do segmento religioso foram abordados em dois capítulos. O capítulo “‘Ornamento da Mulher’: o discurso acerca da mulher no periódico espírita *Orientador* (1948-1958)”, da autora Chaline de Souza, apresenta a difusão do periódico *Orientador*, do Centro Espírita de Caridade, na cidade de Passo Fundo, e analisa as representações de gênero neste impresso, notadamente em escritos de mulheres.

O capítulo “A representação da mulher na *Revista Alvorada Feminina* da Igreja Presbiteriana Independente: uma análise da produção dos anos 1970 e 1980 no Brasil”, de Ricardo Gião Bortolotti e Daniela Emilena Santiago Dias de Oliveira, mostra a criação de uma revista da Igreja Presbiteriana para o público feminino e o modo como o impresso em tela representou os modos de ser e estar para as mulheres.

A revista de informação *Veja* é objeto de estudo do capítulo “Representações sobre as mulheres artistas na *Revista Veja* nos anos 1980”, de autoria de Ana Gonçalves Sousa, no qual apresenta as representações acerca de mulheres artistas

construídas no âmbito dos desafios e das conquistas das mulheres na esfera pública e dos questionamentos do modelo de mulher mãe-espósa-dona-de-casa.

A produção feminista e os direitos das mulheres divulgados na imprensa é estudada no capítulo “Rose Marie Muraro e a revolução sexual: androginia, feminismo e contracultura por meio da imprensa alternativa nos anos 1970”, de Patrícia Marcondes de Barros. O capítulo analisa o feminismo e a androginia nos textos de Rose Marie Muraro publicados em diversos jornais alternativos da contracultura.

Também, o capítulo “A justiça, enfim: a representação da mulher e a relação de gênero no *Jornal da Constituinte*”, da autora Edna Aparecida Ferreira Benedicto, mostra como o *Jornal da Constituinte* construiu representações sobre os sujeitos femininos, as relações de gênero e os movimentos feministas.

O modo como a imprensa tratou uma mulher questionadora das bases políticas conservadoras é tema do capítulo “Extremista, comunista, esposa de Prestes: as representações de Olga Benário pela imprensa brasileira da década de 1930”, de Natália Borlin e Luciana de Fátima Marinho Evangelista. As autoras apresentam as diversas maneiras de tratamento para Olga Benário Prestes na imprensa do Brasil nos anos trinta do século XX.

Já o modo como a imprensa conservadora representou as mulheres é tratado no capítulo “As blusas-verdes e a ação integralista brasileira no Paraná (1934-1936)”, de Giceli Warmling do Nascimento e Luiz Gustavo de Oliveira. Os(as) autores(as) mostram como movimentos conservadores, notadamente a Ação Integralista Brasileira, representaram a mulher dentro dos valores cristãos, reforçando o papel da mulher na família e na transmissão de valores religiosos, na imprensa integralista.

Fechando o eixo temático, o capítulo “Entre incentivos e interdições: o feminino no *Jornal dos Sports*”, da autora Kelen Kátia Prates Silva, estuda as representações sobre o feminino construídas no *Jornal dos Sports* em meio aos discursos sobre os lugares das mulheres no campo esportivo na década de 1930, e aponta possibilidades de pesquisa histórica sobre as mulheres no campo esportivo.

O eixo temático 3, **Impressos, Sujeitos e História – Operações possíveis**, traz estudos sobre impressos do século XIII e do século XX que evidenciam como novas perguntas possibilitam apresentar impressos ainda pouco ou não estudados e a discutir os silêncios no campo histórico. Neste sentido, o capítulo “Esquecimento e lembrança das mulheres escritoras/autoras no século XIII: um olhar sobre Clara de Assis e as fontes clarianas”, de Ivone Aparecida Dias e Terezinha Oliveira, apresenta e discute como as fontes e as bases documentais, especialmente no Brasil, sobre Clara de Assis, foram constituídas e estudadas, apesar do esquecimento histórico acerca desta mulher.

O capítulo “*Mensagem*: jornal/revista alternativo étnico dos, para e sobre os povos indígenas (1979-2013)”, da autora Paula Faustino Sampaio, apresenta o jornal/revista *Mensagem* e discute sua classificação mediante o conceito de etnicidade.

Por fim, o capítulo “A propaganda na imprensa automobilística: o espaço reservado às *pin-up-girls* na revista *O Carreteiro* (1970-1976)”, de Danilo Leite Moreira, apresenta o segmento imprensa automobilística e analisa algumas representações sobre as mulheres em propagandas na revista *O Carreteiro*.

A nosso ver o alcance da obra e amplitude temática não se medem pelo arco temporal que abarcam ou pela multiplicidade de olhares para objetos de natureza semelhante; outrossim, se fazem na medida em que oferecem aos leitores o que qualificamos como “visões do possível”, ou seja, apresentar estratégias metodológicas para a pesquisa com impressos de natureza periódica e seriada, dar visibilidade à documentação cuja pesquisa parece ser árdua e morosa, bem como evidenciar o alcance dos diálogos que podem e devem ser estabelecidos, a partir de interesses comuns.

Convidamos o público à leitura desta obra e a desdobrá-la em debates e reflexões sobre educação, mulheres e impressos.

Sixa

**IMPRESSOS,
EDUCAÇÃO E
MULHERES:
CAMINHOS
DIVERSOS DA
PESQUISA**

01

CAPÍTULO 1

**MESTRAS OITOCENTISTAS
EM GOIÁS: HISTÓRIAS
IMPRESSAS EM UM
DICIONÁRIO**

Diane Valdez

Nas pesquisas regionais sobre a história da educação em Goiás, constatei que boa parte das escolas do século XIX, quando não eram registradas por gênero ou nome da cidade, recebia o nome dos(as) mestres(as). Assim, a poetisa Cora Coralina estudava na Escola da Mestre Silvina, seu primo Zezinho ia para Escola do Mestre Patroclo, outras crianças aprendiam rudimentos da leitura, escrita, operações, etc. na Escola da Mestre Inhola, da Mestra Lili e outras. Essa característica não assevera que as mestras e os mestres da época eram valorizados a ponto das escolas levarem seus nomes, mas aponta que boa parte dos espaços escolares funcionava em suas casas, as chamadas escolas domésticas, um combinado de ensino privado e público.

Movida pelo desejo de conhecer histórias de pessoas que tinham suas vidas entrelaçadas com a instrução ou educação em Goiás, organizei o *Dicionário de educadores e educadoras em Goiás: séculos XVIII/XXI*, que foi lançado no final do ano de 2017, um material que reúne cento e quatro verbetes de mulheres e de homens que atuaram em distintos espaços educativos na região de Goiás¹. Uma das propostas que moveram a produção deste material foi a de garantir verbetes de pessoas anônimas, sem priorizar somente nomes públicos e evitando o lugar-comum da projeção dos “grandes vultos”, geralmente homens pertencentes à elite local — aos quais, naturalmente, atribui-se a responsabilidade de inúmeros feitos individuais e “beneméritos”.

A escrita da história da educação valeu-se muito tempo sob narrativas da história por meio de biografias, ou seja, as histórias de pessoas consideradas iluminadas se confundiam com a própria história, um discurso ainda não superado, que priorizava a história biográfica de ações de sujeitos isolados, caracterizados como prestigiosos, ilustres, pioneiros, incansáveis, etc. Portanto, ainda se faz necessário apontar a pouca presença, ou mesmo a ausência, da mulher na História. Não se trata de constatação deliberada ou irresponsável, mas sim de afinar uma conversa que ainda não foi devidamente acertada. A despeito das inúmeras tentativas de acertos e avanços sobre a questão de gênero na História, a consideração igualitária de homens e de mulheres é um tema a ser superado.

A feminilização do magistério, que movimentou a história da educação no século XIX, não foi suficiente para priorizar o mundo feminino nas pesquisas, nos debates, nos escritos, dentre outros. Sob este argumento, somado ao número de

1 A primeira edição deste material, por ter sido produzida com verba pública, PPGE/FE e Minter/IFMT, não foi comercializada, mas distribuída para os autores e as autoras, assim como para as bibliotecas públicas da região e fora dela. O dicionário está disponível em formato digital, gratuito e acessível, no site do Centro Editorial e Gráfico UFG (CEGRAF): <https://www.cegraf.ufg.br/up/688/o/ebook_dicionario_educadores.pdf>.

mulheres que permanecem no anonimato, na perspectiva da história social, optei por apresentar aqui algumas mestras oitocentistas que compõem o referido dicionário regional. Evitar a subordinação de classes, assim como renunciar ou privilegiar nomes em decorrência do gênero foi a proposta do dicionário. Portanto, recortar as trajetórias educacionais de cinco mulheres, é falar, entre outras coisas, da história de instituições, de métodos e, sobretudo, de um ensino feminino que contemplava a infância feminina.

Impressos em ordem alfabética: os dicionários na história da educação

Le Goff (2003) ressaltou que o fato histórico não é dado e acabado, mas construído pelo historiador a partir de documento que, por sua vez, não é objetivo e nem ingênuo, pois estes refletem o poder da sociedade sobre o futuro da memória. A respeito do papel decisivo do dicionário, no alargamento da memória coletiva na segunda metade do século XVIII, Leroi-Gourhan destacou:

Os dicionários atingem os seus limites nas enciclopédias de toda a espécie que são publicadas, para uso das fábricas ou dos artesãos, como dos eruditos puros. [...] O dicionário constitui uma forma muito evoluída de memória exterior, mas em que o pensamento se encontra fragmentado até o infinito. [...] é uma memória alfabética parcelar na qual cada engrenagem isolada contém uma parte animada da memória total. (LEROI-GOURHAN, 1965 apud LE GOFF, 2003, p. 456).

Nos diferentes usos da memória, materiais desta natureza têm história e o registro impresso, de conceitos, de fatos e de pessoas, em ordem alfabética, circularam e circulam, sob formatos de dicionários em distintos tempos e lugares. Um exemplo está no *Nouveau dictionnaire de pédagogie et d'instruction primaire* (Novo dicionário de pedagogia e instrução primária), sob a direção do francês Ferdinand Buisson, concebido pela primeira vez em 1887 e re-editado no ano de 1911. No Brasil, em especial no século XX, dicionários da educação foram produzidos apresentando verbetes de práticas, ideias, lugares e espaços escolares².

2 Sem a pretensão de esgotar o tema, pode-se citar: Dicionário brasileiro de educação, organizado por Duarte (1986); Dicionário das ideias em educação, sob a direção de Corazza e Aquino (2011); Dicionário de educação, por Vanzanten (2011); e o material organizado por Caldart, Pereira, Alentejano e Frigotto (2012), Dicionário de educação do campo. Sobre estes materiais valeria a pena um texto, pois a adversidade e a pluralidade os constituem.

As produções de impressos — particular, universal ou singular — organizadas em um prospecto de verbetes alfabéticos, ocupam um espaço significativo nos escritos de gênero biográfico. Em uma pesquisa sobre o assunto, constatee diversas iniciativas de produção de dicionários biográficos regionais de escritores, de poetas, de homens públicos, etc. A vida de protagonistas como músicos, filósofos, compositores, personalidades históricas, cientistas, artistas, escritores, dentre outros, é narrada em seus tempos e espaços, dando ênfase no que se reconhece por importâncias e contribuições³.

Materiais dessa natureza objetivam destacar áreas⁴ e sujeitos. Na atualidade, dicionários com verbetes exclusivos de estudos sobre sujeitos da história da educação têm sido produzidos com mais frequência na área — a título de exemplo, cito Streck (2008), que organizou o *Dicionário Paulo Freire*; Dent (1996), com o *Dicionário Rousseau*; e Liguori e Voza (2017), com o recente *Dicionário gramsciano* (1926-1937). Ainda sobre dicionários específicos da educação, em 2013 Housaye convocou um júri internacional para eleger quinze pedagogos considerados os mais importantes para a história da pedagogia mundial. A obra *Quinze pedagogos: textos selecionados* apresenta os educadores por meio de seus textos; entre os eleitos estão quatorze homens e uma mulher, a italiana Maria Montessori.

A despeito da diversidade do material desse cunho, de seu caráter multidisciplinar e das diferentes funções, as disposições dos escritos permitem observar a seleção de recortes de quem organizou ou escreveu os verbetes. No caso de dicionários constituídos por biografias nota-se a contemplação limitada, ou total ausência, de nomes femininos. Quando as mulheres são contempladas, em geral, destacam-se os aspectos religiosos ou altruístas, como abnegação, dedicação, sacrifício voluntário e outros.

Sobre dicionários brasileiros que contemplam especificamente biografias de pessoas da educação, o *Dicionário de educadores no Brasil: da colônia aos dias atuais* é uma referência muito importante. Organizado por Fávero e Medeiros, o dicionário teve duas edições. Na primeira, datada do ano de 1999, apresentou setenta e quatro verbetes no total, sendo sessenta e oito homens e seis mulheres. Já na segunda edição, publicada em 2002, o número de educadores alcançou cento e quarenta

3 São exemplos: Dicionário biográfico musical, de Vasco Mariz (1985); Dicionário dos filósofos, organizado por Huisman (2001); Dicionário internacional de biografias, de Grimal (1969); Novo dicionário internacional de biografias, de Antunes (1998); Dicionário de biografias e literatura, de Galvão (1969); Dicionário de biografias científicas, de Benjamin (2007); Dicionário prático de biografias, de Pires (1979), além de outros.

4 É o caso da obra organizada por Campos (2001), Dicionário biográfico da psicologia no Brasil: pioneiros, que recorta biografias de pioneiros da psicologia brasileira a partir do ano de 1962.

e quatro verbetes no total, sendo que o número de verbetes masculinos ampliou para cento e vinte e um e os verbetes femininos para vinte e três. A despeito deste material, Catani registrou:

Cabe reconhecer que, no domínio educacional, não tem sido muito frequente a elaboração de obras básicas resultantes de pesquisas instrumentais que, sem fornecer construções e elaborações teóricas, circunscrevem sua ambição a paciente e generoso trabalho de ordenação de informações e sistematizações de análises fundamentais para auxiliar os estudos de outros investigadores. Decerto, nos últimos anos, e após a primeira edição do dicionário, iniciativas congêneres, como as de edições de guias de fontes e catálogos de legislação, também puderam ser saudadas como contributos à pesquisa educacional. (CATANI, 2003, p. 176).

O dicionário brasileiro, a despeito da diversidade e relevância, não inclui educadores(as) de todas as regiões do Brasil, as biografias se concentram na região sudeste, sul e nordeste. A região de Goiás não foi considerada. Nota-se ainda um número quase inexpressivo de mulheres contempladas, como ressaltou Catani:

Poderíamos indagar sobre o fato de serem poucas mulheres diante do número total de educadores inclusos no *Dicionário*, ou poderíamos considerar o número razoável pelo fato das mulheres terem tido pouca visibilidade nos quadros mais legítimos do campo educacional ou poderíamos ainda, como o tom e as palavras dos organizadores parecem permitir entender, sentir-mo-nos desafiados — enquanto estudiosos de história da educação — a colaborar na superação desses limites, certamente provisórios das presenças e ausências dos educadores e educadoras na obra. (CATANI, 2003, p. 177).

A observação de Catani procede, pois foi dada a largada de registro de histórias micros que se tornam macros, histórias de gente que nos ajuda a pensar a história da educação brasileira. Muitas outras biografias, de homens e de mulheres, nos recortes de tempos, de espaços, de lugares ocupados e outros, podem surgir a partir das ausências identificadas, pois, a despeito das lacunas apontadas, este material é de uma riqueza inesgotável, permitindo o acesso às histórias diversas, pequenas histórias que, juntas, contam parte da nossa história.

Sendo assim, tomei como referência a obra de Fávero e Medeiros e organizei o *Dicionário de educadores e educadoras em Goiás: séculos XVIII-XXI*, projeto iniciado em 2011 e concluído em 2017. O dicionário, de cunho regional, é composto por cento e quatro verbetes de pessoas que deixaram suas marcas e lugares de educar na região goiana. Tal como na obra de Fávero e Medeiros, o critério de manter

nomes de pessoas já falecidas foi seguido, no entanto, o que difere o dicionário goiano do nacional, além de atender as especificidades do recorte regional⁵, são dois aspectos que valem ser registrados aqui.

O primeiro aspecto foi a opção de não reduzir ao termo “educador” e “educadora” as pessoas que atuaram em instituições educativas formais, como aulas, escolas, colégios, universidades e outros. Nomes que atuaram no campo literário, artístico, religioso, movimentos sociais etc., foram considerados no complexo “lugar de educar”.

O segundo aspecto é que optei por não limitar as biografias em pessoas já reconhecidas, pessoas públicas. Dessa forma, procurei publicizar também nomes de outras pessoas que, a despeito do tempo e do lugar, atuaram em espaços do saber e foram fundamentais na construção da história da educação regional. Diante desse recorte é possível desvelar e divulgar nomes que atuaram no que chamamos de “lugares de educar”, indicando diferentes práticas, modalidades, instituições, formatos, tempos e espaços.

O critério, ou recorte, para ser educador neste material, é pautado por uma opção política e social, pois é sabido que o ato de educar é largo e não se reduz a um espaço ou atuação. Nos estudos sobre história da educação regional é possível conferir educadores que atuavam em escolas domésticas de Primeiras Letras (rurais e urbanas), em escolas e em ginásios privados, no Lyceu goiano, nas escolas normais, nos jardins de infância, nas instituições voltadas aos indígenas, às crianças abandonadas e aos grupos escolares, em faculdades, em universidades, nas igrejas, nos sindicatos e em outros lugares que atendiam as demandas dos períodos. Esses espaços variados, de modalidades de ensino distintas, já nos dão pistas da pluralidade das biografias do dicionário.

Mantida a pluralidade nos verbetes produzidos por mais de cento e vinte autores e autoras, persiste o número superior de nomes masculinos em detrimento dos nomes femininos. Cinquenta e cinco são de homens e quarenta e seis de mulheres. Ainda que seja em menor proporção, este material, a despeito das tentativas de contemplar a feminilização do magistério, mantém a perspectiva da prioridade masculina.

Considero este dicionário um impresso importante para a história, no entanto, as contradições estão presentes. Uma delas é que, ao mesmo tempo em que

5 Vale registrar três aspectos a respeito do recorte cronológico e regional deste material: 1) o século XVIII demarca o princípio da ocupação portuguesa/paulista na região, em especial na segunda metade dos setecentos; 2) a despeito do dicionário contemplar nomes do estado de Goiás, levou-se em conta que até o ano de 1988, a região que hoje é o estado do Tocantins pertencia a Goiás; 3) consideram-se educadores goianos e educadoras goianas aqueles que viveram, não que nasceram, na região — gente que viveu, inclusive, por tempo determinado, mas que deixou sua contribuição.

se desvelam vidas de pessoas comuns, corre-se o risco de cristalizar histórias, pois, a despeito de ter sido indicado um roteiro, cada autor ou autora teve autonomia para eleger quem seria biografado(a), assim como os recortes, fatos e passagens e para priorizar o que considera relevante na vida de cada pessoa. Essa perspectiva já torna este material um caleidoscópio da educação com suas ausências, silêncios e lacunas.

Donas mestras e as escolas domésticas no Goiás oitocentista

Aldaíza, Aldenora, Amália, Amélia, Anna, Augusta, Aurora, Dalísia, Edna, Ely, Flora, Floracy(s), Graciema, Haydée, Irmhild, Joiza, Laurentina, Ledonias, Lenice, Leodegária, Lúvia, Luisa, Maria(s), Marietta, Marlene, Ofélia, Ondina, Pacífica, Regina(s), Silvina, Terezinha, Verbena, Yêda, Zilda... estes são os primeiros nomes, sem os nomes familiares, das educadoras do Dicionário de educadores e educadoras em Goiás: séculos XVIII-XXI. São histórias comuns no interior de suas dimensões particulares, no entanto, o tempo, a classe social, a etnia, a idade, o estado civil e os lugares ocupados são distintos.

Poderia apresentar essas educadoras por categorias professoras e modalidades: ativistas políticas, escritoras, artistas, etc., no entanto, por esses lugares não serem identificados com rigidez, pois muitas delas se ocupavam de várias atividades, optei pelo recorte cronológico das mestras oitocentistas. Trata-se das primeiras mulheres que foram reconhecidas como mestras. Certamente havia muitas outras mulheres ensinando em ambientes domésticos ou públicos, mas aquelas que eu priorizei aqui são as mestras do referido dicionário⁶, que apresento no quadro abaixo:

Quadro - Dados das mestras em seus tempos, lugares e autorias dos verbetes.

Nome	Local e tempo	Autoria
Maria Romana da Purificação (1800/1873)	Vila Boa de Goiás (Cidade de Goiás)	Maria das Graças Cunha Prudente (SME/Goiânia e SEE/GO)

Continua

⁶ O Dicionário de educadores e educadoras em Goiás: séculos XVIII-XXI inclui mais uma mulher do século XIX, Augusta de Faro Fleury Curado (1865-1929), que foi escritora, poeta, cronista e pianista. No entanto, a opção aqui foi a de recortar as que ensinavam as primeiras letras em ambiente escolar doméstico, ou não.

Quadro - Dados das mestras em seus tempos, lugares e autorias dos verbetes.

Continuação

Nome	Local e tempo	Autoria
Maria Victória de Moraes Brandão (Lili Brandão: 1842/1897)	Curralinho (Itaberaí)	Antônio César Caldas Pinheiro (PUC/GO)
Pacífica Josefina de Castro (Mestra Inhola: 1846/1933)	Vila Boa de Goiás (Cidade de Goiás)	Thiago F. Sant'Anna (UFG/Regional Cidade de Goiás)
Silvina Ermelinda Xavier de Brito (Mestra Silvina: 1848/1920)	Vila Boa de Goiás (Cidade de Goiás)	Maria das Graças Cunha Prudente (SME/Goiânia e SEE/GO)
Luisa Joaquina da Silva Marques (Mestra Lili: 1858/1945)	Vila Boa de Goiás (Cidade de Goiás)	Euzebio Fernandes de Carvalho (UEG/Câmpus Cora Coralina)

Fonte: VALDEZ, 2017.

Maria Romana da Purificação, uma das primeiras mulheres de Goiás a ocupar, formalmente, um cargo público na primeira cadeira de professora da instrução pública em escolas de Primeiras Letras, na Província de Goiás, nasceu no século XIX e, de acordo com Prudente (2017), entrou para a história como mestra vitalícia com um ordenado de duzentos e quarenta mil reis. Professores e professoras que comprovavam suas habilidades para este cargo público, neste período, eram nomeados de forma vitalícia:

Obter a nomeação vitalícia significava que o professor estava qualificado para o cargo e o encarregava de cumprir com todos os deveres e objetivos que o mesmo imputava; só poderiam ser demitidos a pedido deles mesmos ou por terem cometido alguma falta considerada grave. (FRANÇA; SOUZA, 2018, p. 11).

Maria Romana, em seu tempo, foi uma opositora, vocabulário utilizado para designar quem se sujeitava a um cargo no magistério público. Para ser aprovada e assumir este lugar, em tempos em que predominava a presença masculina, a mulher deveria, além de dominar a escrita e a leitura para ensinar, seguir os critérios estabelecidos para exercer o magistério. Silva (1975) registrou que, além da idade de vinte e um anos e o domínio da língua portuguesa, a candidata ao cargo necessitava comprovar idoneidade civil e moral atestada pelo pároco, pais de famílias e autoridades da instrução. Nos anos trinta do século XIX, exigia-se que a

opositora professasse a religião católica apostólica romana, já nos anos sessenta a lei determinaria que a mesma pudesse exercer o magistério sem aderir à religião oficial, desde que tivesse outro professor que fizesse isso. Para Silva, isso pode se configurar como uma pista de uma suposta liberalidade do credo, com o passar das décadas.

De acordo com Prudente (2017), havia constante vigilância do governo da província para com o trabalho de Maria Romana, suas funções, assiduidade e resultado, eram fiscalizadas e anotadas em relatórios de visitas. Os documentos do período atestam Romana de forma positiva, registrando que a dedicação da mesma prestou bons serviços à província. A mestra, por sua vez não demonstrou subserviência ao poder público, exigindo e solicitando com avidez não só o seu soldo, o salário que atrasava constantemente, como também materiais e objetos básicos para o ensino das meninas.

Dona Maria Romana da Purificação, oficialmente reconhecida como pioneira, atuou no magistério durante vinte anos. Viúva de um militar, aos trinta anos, com cinco filhos, encontrou no magistério o sustento para sua família, a despeito do soldo não ser frequente. Essa mestra deixou na história da educação regional pistas de resistência e persistência, pois as fontes registraram seu diálogo com os homens responsáveis pela instrução por meio de ofícios e outras que mostraram a insistência da mesma para com a importância da instrução das meninas da capital.

Nascida na cidade de Curralinho (Itaberaí) vizinha da então capital, Vila Boa de Goiás, Maria Victória de Moraes Brandão, conhecida como Lili Brandão, viveu e morreu no século XIX. Filha de um Capitão e de uma “Dona”, casou-se com um homem público que ocupava distintas funções consideradas honrosas na província e teve três filhos.

De acordo com Pinheiro (2017), sua entrada no magistério se deu em função do Ato Provincial de 1870 que demandava a criação de escolas para o sexo feminino em todas as províncias do Império do Brasil. Assim, Maria Victória de Moraes Brandão foi, oficialmente, a primeira mestra da escola do sexo feminino do arraial de Curralinho, empossada nos conformes da época pelo inspetor paroquial, o Padre Luiz Antônio da Fonseca. Sobre as condições para a posse, a legislação de 1869 proclamava que:

[...] para as opositoras, além do preenchimento das formalidades supra, a peça petítória deveria vir instruída com a certidão de casamento e outorga marital, quando casada; se viúva, a certidão de óbito do marido; se separada judicialmente, a certidão da sentença do divórcio que provasse não ter ela dado causa à separação; se solteira e vivendo na companhia paterna, prova

de maioridade e se residindo a sós, prova de idade, igual ou superior a 25 anos. (SILVA, 1975, p. 82).

Após exercer três anos na instrução para meninas, no ano de 1873 solicitou afastamento para tratar de assunto privado e foi substituída pela Mestra Maria Úrsula de Almeida. Um ano depois, em função de o marido assumir o cargo de promotor na cidade de Formosa, Mestra Lili foi exonerada para acompanhar o marido. No final da década de setenta, assumiu outro concurso como professora vitalícia na escola de Santa Luzia, Luziânia, cidade vizinha de Formosa. De volta para a então capital Vila Boa, continuou na função de mestra por muitos anos até morrer aos setenta e sete anos.

De acordo com Sant'Anna (2017), Pacífica Josefina de Castro, que, no final do século XIX, recebeu a alcunha de Mestra Inholá, nasceu na primeira metade do século XIX e iniciou sua experiência no ensino com os escravos da Fazenda Santo Antônio, propriedade de sua família. A experiência, segundo o autor do verbete, fez com que Inholá e suas irmãs se engajassem em atividades na defesa da causa abolicionista em reuniões realizadas no Teatro São Joaquim e movimentos que arrecadavam dinheiro para a causa, como festivais musicais, peças teatrais, recitais e quermesses.

Mestra Inholá inspirou sua irmã caçula Luisa Joaquina da Silva Marques, a Mestra Lili, a seguir a carreira do magistério, e, juntas, dirigiram escolas domésticas na então capital, como a Escola da Mestra Inholá e a Escola da Mestra Lili. No salão de uma casa colonial, em Vila Boa, os meninos, separados das meninas, aprendiam nas mesas de madeira juntadas umas nas outras em bancos encostados nas grossas paredes de adobe. As escolas domésticas juntavam alunos e alunas que eram separados por largos bancos, mas a legislação do período apontava a necessidade da separação de meninos e meninas no ambiente escolar, sendo que as meninas deveriam ser ensinadas por mulheres.

O debate a respeito da separação de alunos por gênero perpassou o século XIX e não pode ser mirado sob um aspecto isolado, pois se trata de uma prática consolidada nos rituais católicos, como a missa, diante de qualquer abalo ou ameaça da moralidade. A legislação escolar tomou para si os preceitos católicos e reproduziu como norma a não mistura dos sexos, desde a mais tenra idade. Além da Igreja e do Estado, a coeducação também era vista com resistência pela família, sendo aceita mais por questão de economia do que por qualquer outra justificativa.

Mestra Inholá, considerada autodidata, além de acatar com o que o reglamento oficial, propunha ensinar as crianças a ler, escrever e contar. Assumidamente católica, cumpria com os ensinamentos da doutrina cristã e investia no

ensinamento de cânticos escolares e hinos patrióticos. Aos sábados, averiguava a decoração da tabuada, cantada em coro, nas conhecidas sabatinas. Cobrava uma mensalidade que, de acordo com Sant'Anna, correspondia à quantia de dois mil réis para cada aluna e três mil réis para cada aluno.

Funcionando na própria casa dos mestres e das mestras, ou em prédios alugados, esse tipo de escola, de cunho particular, recebia do poder público uma subvenção para cobrir gastos como aluguel, material escolar para crianças pobres, etc. Além de estarem sujeitas à inspeção sanitária do poder público, controlava-se a assiduidade da mestra e dos alunos por meio de documentos como a frequência escolar. A subvenção do Estado para com as escolas domésticas, em Goiás, justificava-se diante da possibilidade de não haver estabelecimentos públicos:

Em 1884, o regulamento da instrução, com especificidade, determinaria as prioridades para casos tais: asilos destinados a crianças de 3 a 7 anos de idade de estabelecimento de ensino profissional. Sendo subvencionada, a escola particular passaria à categoria de pública e sujeita as mesmas formalidades requeridas para esta. O mais frequente, no entanto, era de o professor contar apenas com o produto de suas rendas e, para manter equilibrada a receita, o período de férias era, de natural, bem mais curto do que nas aulas públicas. (SILVA, 1975, p. 56).

Mestra Inhola, caracterizada pela simpatia, paciência, carinho, generosidade, amabilidade, zelo, competência e outros, manteve suas aulas sob o aspecto do rigor e foi responsável pelo ensino de várias gerações da região. Faleceu em 1933, aos oitenta e seis anos, na cidade de Goiás. A única das cinco mestras aqui registradas que foi homenageada dando nome a um dos primeiros grupos escolares da então capital de Goiás.

Silvina Ermelinda Xavier de Brito, nascida na primeira metade do século XIX, iniciou sua carreira no magistério aos dezenove anos por meio de um decreto público, assinado no ano de 1867, na capital Vila Boa de Goiás. Mestra Silvina foi contratada para ser professora interina da instrução primária do sexo feminino da capital, teve formação em casa, e, segundo Prudente (2017), criou seu próprio método de ensino e se destacou pela sua capacidade em alfabetizar as meninas que frequentaram sua escola. Dentre essas, a menina Anna e a poetisa Cora Coralina, que foi sua aluna durante dois anos.

Em decorrência das inúmeras transferências e passagens por casas de ensino, quando cumpria função de mestra no poder público da província, mestra Silvina se destacou por conseguir manter um número significativo de alunas matriculadas conforme atestam os relatórios de matrículas, algo raro no período. No

final do século XIX, após a morte de sua mãe, aos quarenta e quatro anos, criou sua escola doméstica. Frequentada por meninas de diferentes faixas etárias e graus de conhecimento, a Escola da Mestra Silvina é narrada pela simplicidade, que não a diferenciava de outras escolas do período.

Filha natural, como se identificavam frutos de relações não afirmadas em casamentos religiosos, Silvina não se casou e não teve filhos. Foi frequentadora assídua do Gabinete Literário, ao qual era filiada como sócia, participando de reuniões, eleições e realizando leituras com a segurança que o magistério proporcionou. O Gabinete Literário foi um dos espaços em que as mestras se encontravam para realizar suas leituras distantes do mundo doméstico. A literatura, ainda pertencente ao mundo masculino, foi um importante argumento de convívio para o mundo feminino em Goiás, assim como o magistério exercido com crianças.

De acordo com Villela (2000, p. 122), o magistério constituía-se como uma boa alternativa aos casamentos forçados ou a profissões menos privilegiadas, como costureiras, governantas, parteiras e outras, pois “[...] era uma atividade que permitia uma certa liberdade e, ainda, a possibilidade de adquirir conhecimentos. Assim, o magistério primário representou o ponto de partida possível no momento histórico.”

O verbete de Luisa Joaquina da Silva Marques, Mestra Lili, foi redigido por Carvalho (2017) a partir de fontes como a literatura de memorialistas, registros paroquiais e o impresso *Memorial de Lembrança*, em formato de diário, escrito entre os anos de 1855 a 1932, por sua irmã Anna Joaquina. Nascida na segunda metade do século XIX, no ano de 1858, filha natural de um padre, era a caçula de quatro irmãs e um irmão. Criada em uma família de mulheres, não se casou e não teve filhos, junto com as outras três irmãs, uma delas, Pacífica Josefina, a Mestra Inhola.

Lili se formou aos vinte e seis anos, na Escola Normal de Goiás, localizada na capital do estado, no ano de 1884. Segundo Canezin e Loureiro (1994), a criação da Escola Normal de Goiás se deu no ano de 1858, foi re-criada em 1882, teve suas atividades interrompida, só retornando em 1884 até 1886. Posteriormente, retomou suas atividades no início do século XX. A constituição das escolas normais no Brasil Império, a despeito das rupturas, descontinuidades e dificuldades de manutenção, era um locus privilegiado de formação para exercer o magistério, em especial para a instrução de Primeiras Letras⁷.

7 O abrir e fechar das escolas normais em Goiás está em consonância com outras escolas do Império, além da falta de recursos, por vezes falta de público para frequentar, em Goiás. Sobre tudo nas duas últimas décadas do século XIX, escolas normais confessionais são criadas em Goiás, fato que não deve ser desconsiderado nas disputas e descontinuidades da Escola Normal de Goiás.

Segundo Silva (1975), foi após a criação da Escola Normal, juntamente com a Reforma de 1884, que se permitiu a idade de dezesseis anos para a inscrição em concurso público do magistério. Esse recorte também atribuiu a responsabilidade ao presidente da província, no lugar do pároco, pela nomeação e demissão dos professores. Ou seja, uma responsabilidade que apontava o apadrinhamento no magistério, onde as relações sociais possibilitavam as nomeações, Mestra Lili, conforme registrou Carvalho, foi nomeada, pelo então presidente da província, para ser funcionária pública provincial, como mestra de meninas em sua escola doméstica.

Sobre essa natureza de escolas, Silva (1975) ressaltou que as mesmas podem ter sido criadas a partir de uma deliberação do ensino atribuído às famílias nos anos trinta pela própria legislação que cobrava a formação escolar dos pais para com seus filhos.

Diante da impotência para atender a todas as crianças em idade escolar, o poder público se apoiava nas escolas domésticas, pois:

Aos poucos, foram os professores, formando, em suas casas, suas próprias escolas, onde atendiam, de início, a grupos pequenos de crianças, o qual se ampliava conforme crescia a fama do mestre. Circunstâncias externas, partidas geralmente de ações do próprio governo, concorreram para incentivar as aulas particulares. Os dispositivos legais que impunham número certo de alunos para criação ou manutenção das escolas foi uma das causas. (SILVA, 1975, p. 53).

O Diário de Anna Joaquina, entre outros temas e assuntos, narra a construção, o funcionamento, os problemas e as conquistas da Escola da Mestra Lili, onde Luisa Joaquina, juntamente com sua irmã, dava classes ou dava escola, isto é, lecionava. Sobre a concepção do espaço ser uma continuidade do lar, ser mestra, no século XIX significava a conquista de um espaço profissional fora do ambiente doméstico. De acordo com Villela, a feminilização do magistério é um tema complexo no Brasil oitocentista, em especial a partir dos anos trinta com a criação das escolas normais, pois:

[...] num espaço de cinco décadas, uma profissão quase que exclusivamente masculina tornar-se-ia prioritariamente feminina sendo que a formação profissional possibilitada por essas escolas teria papel fundamental na luta das mulheres pelo acesso a um trabalho digno e remunerado. (VILELLA, 2000, p. 119).

O espaço escolar das irmãs professoras se fazia um amplo espaço social — além das constantes visitas de pessoas que ocupavam cargos públicos na cidade, dava-se a prática de atividades religiosas, como novenas, festas populares de quadrilhas, congadas, realização de casamentos (civil), leilões, etc. As escolas das irmãs foram registradas nos poemas de Cora Coralina.

Considerações finais

Volto ao início deste texto quando registrei que as mestras me inspiraram na construção do dicionário de educadores e educadoras no espaço regional. Se no passado, as cinco mestras deram seus nomes às suas escolas, no presente, exceto Mestra Inhola, não inspiraram a cidade, onde educaram gerações, a perpetuar seus nomes em estabelecimentos escolares. Ao ver os nomes das escolas públicas da Cidade de Goiás, percebe-se que primeiras-damas, santos e santas parecem ser mais relevantes que a história das primeiras mestras da região.

Os verbetes sobre as cinco mestras, no interior da complexa história da educação do período oitocentista, oferecem diversas categorias para análise, que, em função do espaço, priorizo algumas. Considero relevante apontar, primeiramente, diante de certo desdém da ocupação de cargos femininos no magistério, a saída da mulher de casa para o espaço profissional. A seleção de ingresso no magistério merece uma análise mais apurada e vale anotar o processo pelo qual as mestras passaram para ocupar este cargo.

Impossível olhar para estas histórias sem reconhecer em cada uma delas o papel de pessoas que viveram em um complexo e relevante mundo em que misturavam suas vidas públicas e privadas nas práticas de ensinar no mundo escolar. O fato de serem reconhecidas pelos nomes que emprestavam às suas escolas proporcionava uma identidade, pois elas não eram as “donas” das casas e dos filhos, eram donas de um espaço e de um conhecimento escolar. Isso as diferenciavam, pois o trabalho profissional, algo tão corriqueiro hoje, justificou a saída de casa oferecendo um mundo possivelmente mais distante da vigilância patriarcal. Fato que também pode ter levado algumas delas a não escolherem o casamento e a maternidade.

Outra questão que parece consenso quando se fala de mulheres que educaram no passado (e ainda hoje) é invocá-las no magistério sob o prisma de vocação, sacerdócio, nobreza na missão de educar, dom e outros. Os sentidos, construídos sob as vistas religiosas e romantizadas, consideram e naturalizam as relações sob o prisma do amor, cuidado, doação, afeto, zelo e outros atributos. No entanto, per-

cebe-se nas ações dessas mulheres que as escolhas, se é que se pode falar assim em um tempo de poucas opções de trabalho, dava-se no interior de conflitos, já que a própria saída do lar representava ameaças aos valores morais e religiosos que perpetuavam nas famílias. A profissionalização feminina no magistério se instaurou na luta por espaços, condições e justiça de salários constantemente atrasados e confiscados. Se a opção fosse de predestinação e submissão, essas mulheres não enfrentariam o poder público, exigindo seus ordenados, cobrando condições de ensino e brigando por proventos que lhes garantiriam a sobrevivência.

Em seus tempos, além de trilharem caminhos para outras mulheres seguirem a carreira de magistério, uma das primeiras profissões femininas, iniciavam, formalmente, a instrução escolar de meninas. Ou seja, foram espaços cavados para o mundo feminino, em um tempo em que estes lugares estavam determinados na confinação doméstica. Exercer uma atividade fora das paredes de casa, ainda que sob formato caseiro, colocava em risco o poder do patriarcado. Os resultados disso não foram imediatos, no entanto, foram articulações que permitiram mudanças na história das mulheres.

Mestras que faziam parte de uma rede social abrangente, que promoviam o conhecimento por meio da literatura, de reuniões, de participação efetiva nas decisões, de alegria e de responsabilidades, que não estavam limitadas a austeridade, severidade, sisudez, dedicação e consagração de uma espécie de sacerdotismo. Registrar histórias de mulheres que, em seus espaços e histórias, socializaram conhecimentos, ensinaram sob diferentes chãos e contribuíram com a formação de gerações, sem alardes, é condição fundamental para iluminar e reconhecer histórias encobertas.

Determinar altura ou grandeza de cada uma delas, e das tantas outras que permanecem na anonimidade, não foi a proposta deste material, pois os lugares de educar não são homogêneos e a importância, muitas vezes é uma categoria legitimada arbitrariamente. Foram mulheres que, em seus silêncios, romperam normas impostas ao mundo feminino, se projetaram e se elevaram para lugares de reconhecimentos na história da educação goiana. Medir suas importâncias parece desnecessário, o que parece necessário é anotar suas histórias e suas práticas para serem investigadas no complexo mundo da história da educação local.

Fonte

VALDEZ, D. (Org.) **Dicionário de educadores e educadoras em Goiás: séculos XVIII e XXI**. Goiânia: Imprensa Universitária (Cegraf/UFG), 2017.

Referências

ANTUNES, G. T. **Novo dicionário internacional de biografias: dados biográficos**. São Paulo: Nobel, 1998.

BENJAMIN, C. **Dicionário de biografias científicas**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007. 2696p.

CALDART, R. S. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p.

CAMPOS, R. H. F. (Ed.). **Dicionário biográfico da psicologia no Brasil: pioneiros**. Rio de Janeiro: Imago/CFP, 2001. 414p.

CANEZIN, M. T.; LOUREIRO, W. **Escola Normal em Goiás**. Goiânia: Editora da UFG, 1994.

CARVALHO, E. Luisa Joaquina da Silva Marques. In: VALDEZ, D. (Org.) **Dicionário de educadores e educadoras em Goiás: séculos XVIII e XXI**. Goiânia: Imprensa Universitária (Cegraf/UFG), 2017. p. 382-391.

CATANI, D. B. Dicionário de Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais. **Rev. Bras. Educ.** [online]. n. 22, p. 176-177. abr. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000100018&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 1 mar. 2018.

CORAZZA, S. M.; AQUINO, J. G. **Dicionário das ideias feitas em educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. 176p.

DENT, N. J. H. **Dicionário Rousseau**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DUARTE, Sérgio Guerra. **Dicionário brasileiro de educação**. Rio de Janeiro: Antares/Nobel, 1986. 175 p.

FÁVERO, M. L. A.; BRITTO, J. M. (Org.). **Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais**. (2a ed. aumentada). Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MEC/INEP/COMPED, 2002.

FRANÇA, F. F.; SOUZA, G. “Quem ensina também aprende”: a formação pela prática de professores primários na província do Paraná. **Revista de Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 44, p. 1-18, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v44/1517-9702-ep-S1678-4634201708164704.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

- GALVÃO, N. S. N. **Dicionário de biografias e literatura**. Editora Logos, 1969.
- GRIMAL, P. **Dicionário internacional de biografias**. São Paulo: Martins Editora, 1969.
- HOUSSAYE, J. **Quinze pedagogos**: textos selecionados. Tradutor: Aimbere Quintiliano. São Paulo: DP et al., 2013. 360p.
- HUISMAN, D. **Dicionário dos filósofos**. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 1056p.
- LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LIGUORI, G.; VOZA, P. **Dicionário gramsciano** (1926-1937). Tradução: Ana Maria Chiarini et al. São Paulo: Editora: Boitempo. 832p.
- MARIZ, V. **Dicionário biográfico musical**. Rio de Janeiro: Philobiblion. 1985. 249p.
- PINHEIRO, A. C. C. Maria Victória de Moraes Brandão. In: VALDEZ, D. (Org.). **Dicionário de educadores e educadoras em Goiás**: séculos XVIII e XXI. Goiânia: Imprensa Universitária (Cegraf/UFG), 2017, p. 460- 462.
- PIRES, F. **Dicionário prático de biografias**. [S.l.]: Editora Amazonas, 1979. 208p.
- PRUDENTE, M. G. C. Maria Romana da Purificação. In: VALDEZ, D. (Org.). **Dicionário de educadores e educadoras em Goiás**: séculos XVIII e XXI. Goiânia: Imprensa Universitária (Cegraf/UFG), 2017, p. 456-459.
- _____. Silvana Ermelinda Xavier de Brito. In: VALDEZ, D. (Org.). **Dicionário de educadores e educadoras em Goiás**: séculos XVIII e XXI. Goiânia: Imprensa Universitária (Cegraf/UFG), 2017. p. 568-571.
- SANT'ANNA, T. F. Pacífica Josefina de Castro. In: VALDEZ, D. (Org.). **Dicionário de educadores e educadoras em Goiás**: séculos XVIII e XXI. Goiânia: Imprensa Universitária (Cegraf/UFG), 2017, p. 505-511.
- SILVA, N. R. A. **Tradição e renovação educacional em Goiás**. Goiânia: Editora Oriente, 1975.
- STRECK, D. R.; REDIN, E.; ZITKOSKI, J. J. (Orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. São Paulo: Autêntica, 2008. 448p.
- VALDEZ, D. (Org.). **Dicionário de educadores e educadoras em Goiás**: séculos XVIII e XXI. Goiânia: Imprensa Universitária (Cegraf/UFG), 2017.
- VAN ZANTEN, A. (Coord.). **Dicionário de educação**. Petrópolis: Vozes, 2011. 827p
- VILLELA, H. O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 95-134.

CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO FEMININA NA AMAZÔNIA MACAPAENSE: UMA ANÁLISE DE AÇÕES REALIZADAS NO PRIMEIRO GOVERNO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ (1944-1956)

*João de Deus Santos de Sampaio
Regina Lúcia da Silva Nascimento*

Neste texto objetiva-se desenvolver uma análise da educação feminina em Macapá, capital do Território Federal do Amapá (TFA), por meio de ações realizadas durante o governo de Janary Gentil Nunes (1944-1956). A intenção é compreender qual educação era destinada, desde cedo, às meninas e como instituições escolares de acesso a ambos os sexos (Grupo Escolar de Macapá e Curso Normal Regional) e de ingresso exclusivamente feminino (Escola de Prendas Domésticas de Macapá e Escola Doméstica de Macapá) foram responsáveis pelo direcionamento de um ensino “diferenciado” às crianças, moças e jovens macapaenses, as quais deveriam ocupar lugares estritos na sociedade.

De relevância socio-histórica, a investigação consiste em contribuir para o desenvolvimento de estudos em relação à História da Educação na Amazônia amapaense acerca da educação feminina em Macapá, cidade que merece destaque não só por ser a atual capital do estado do Amapá, mas em virtude de, até outrora, no ex-Território, ter sido peça-chave no governo de Janary Nunes, para a instalação de seu projeto político de “modernização e civilização” alçado em práticas autoritárias e conservadoras de controle social. Assim sendo, o ímpeto por esta temática reside no interesse em investigar, no âmbito das políticas públicas educacionais, ações escolares destinadas à formação social da mulher durante o período janarista.

Trata-se de uma pesquisa documental, cujas fontes inquiridas foram os impressos: Relatório das atividades de Governo do Território Federal do Amapá (elaborado pelo governador Janary Nunes e entregue em 1946 ao Presidente da República), Jornal Amapá (jornal de notícias, criado em 1945, financiado pelo governo territorial) e os registros fotográficos da época, que estão disponíveis no setor de Obras Raras da Biblioteca Estadual Elcy Lacerda e no Museu Histórico do Amapá Joaquim Caetano da Silva.

Tais fontes impressas foram importantes, pois, ao serem investigadas, possibilitaram trazer novos elementos para uma análise mais cuidadosa, crítica, reflexiva e enriquecedora para a História da Educação brasileira, e especificamente à Historiografia da Educação no Amapá em relação ao processo educativo feminino que se consolidou na cidade de Macapá, por meio de instituições escolares estabelecidas no primeiro governo do Território.

São fontes que ajudaram a combinar, interpretar e analisar os dados e as informações obtidas com o rastreamento dos registros pesquisados com base na cultura e na sociedade do seu tempo. Nesta perspectiva, torna-se necessário compreender que tais documentos não são produções isentas, ingênuas, mas traduzem leituras, modos de interpretação do vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço (LE GOFF, 1996).

Sob esse pressuposto, as análises desenvolvidas no texto fundamentaram-se teórico-metodologicamente em duas vertentes: a *História Cultural*, nas ideias de Burke (2004), Chartier (2010), Certeau (1994) e Pesavento (2005); e o *Paradigma Indiciário*, na perspectiva de Ginzburg (1989). Além disso, convém ressaltar os aportes teóricos concebidos por Julia (2001) sobre a *cultura escolar*, o que possibilitou apreender informações sobre as práticas e as representações materializadas em instituições educativas erguidas em Macapá, que impunham às suas alunas um determinado ensino com base em valores, princípios, condutas religiosas (católicas) e morais que deveriam ser seguidas conforme convinha à política macapaense da época — que almejava sua efetiva integração à nação brasileira.

Educação feminina e instituições escolares: interlocuções na capital do Território Federal do Amapá

Localizado no extremo norte da Amazônia brasileira, o Território Federal do Amapá (TFA) foi criado pelo Decreto-Lei n. 5.812, em 13 de setembro de 1943, fazendo parte de uma estratégia política executada nos derradeiros anos do Estado Novo (1937-1945), pelo Presidente Getúlio Vargas, cujo foco residia na integração nacional de lugares distantes do centro de poder do Brasil. Essa estratégia almejava contemplar um projeto nacional “que teria no Estado o seu idealizador e executor, e se voltaria, nos últimos anos da década de 30 e nos primeiros anos da década de 40, século XX, para a defesa da construção da nacionalidade brasileira.” (SILVA, 2011, p. 109).

Um dos desdobramentos desse projeto ocorreu em 27 de dezembro de 1943, com a nomeação do primeiro governador do TFA, o capitão do Exército brasileiro Janary Gentil Nunes, em virtude de suas experiências militares vivenciadas na região quando estas terras estiveram sob a custódia do estado do Pará, o que influenciou em sua escolha para conduzir as atividades de governo no território recém-instalado.

Conforme o “Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá”, a situação encontrada pelo governador neste espaço da Amazônia era crítica, tratando-se de uma população que esteve em completo abandono e submersa à “barbárie” durante as gestões anteriores oriundas do estado do Pará (NUNES, 1946). Além disso, Janary Nunes condenava os saberes tradicionais da cultura local considerando-a como desprovida de civilidade. Para Burke (2004, p. 155), “quando ocorrem encontros entre culturas, é provável que a imagem que cada cultura possui da outra seja estereotipada”. Esse encontro pode ser um sinal

que liga as imagens mentais e visuais, constituindo estereótipos, ou seja, concepções exageradas em relação ao outro.

Diante de tal estereótipo, Janary Nunes elegeu a educação como instrumento privilegiado, com o intuito de “civilizar” e proporcionar o “progresso” para essa região, na qual o papel da escola deveria ir além de ensinar, persuadindo os educandos acerca da necessidade de incorporar um novo *modus vivendi*. Para Lobato (2009) essa concepção só demonstra o teor perverso da concepção política cercada pelo preconceito por parte dos governantes em relação ao modo de vida da população, que carregava consigo conhecimentos, valores e práticas que acabavam sendo menosprezadas/desconsideradas por não serem condizentes com a razão do regime escolar estabelecido pelo governo. Portanto, é de se questionar as ambiciosas propostas educadoras da época, oportunamente modernizadoras com a intenção de desenraizar a cultura popular.

A educação tornava-se necessária, a fim de instruir a população e inculcar valores republicanos de sociedade como a disciplina, a higiene, o patriotismo, a ordem e o progresso. Essa ambição que guiava o governador Janary Nunes foi difundida, sobretudo, por instituições escolares concebidas como instrumentos fundamentais na busca de seu ideal de “modernização e civilização” do modo de vida local. Dessa maneira:

No interior das instituições escolares há um quebra-cabeça a ser decifrado. Uma vez dentro da instituição, trata-se de se fazer o jogo das peças em busca dos seus respectivos lugares. Legislação, padrões disciplinares, conteúdos escolares, relações de poder, ordenamento do cotidiano, usos dos espaços, docentes, alunos e infinitas coisas que ali se cruzam. Pode se dizer que uma instituição escolar ou educativa é a síntese de múltiplas determinações, de variadíssimas instâncias (política, econômica, cultural, religiosa, da educação geral, moral, ideológica etc.) que agem e interagem entre si [...]. (SANFELICE, 2007, p. 77).

Não obstante, a utilização da *Cultura Escolar* como categoria de análise mostra-se como possibilidade, como bem irá conceber Julia (2001, p. 13), do abrir a “caixa preta da escola, ao buscar compreender o que ocorre nesse espaço particular”. O referido autor compreende cultura escolar como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10).

Em vista disso, é importante considerar que as instituições escolares do TFA estiveram calcadas nos pressupostos da Escola Nova, ou seja, nos valores

nacionalistas, de ensino integral (criação de momentos e ambientes com sentido educacional como teatro, canto orfeônico), de aquisição de habilidades para a vida, e preocupação com a formação moral, a higiene como matéria escolar, e a Educação Física para atingir um corpo saudável (LOBATO, 2009).

Tal contexto pode ser observado no Relatório das atividades de governo do TFA escrito pelo governador Janary Nunes e encaminhado em 1946 ao Presidente da República. No referido documento fica evidente a imposição de uma educação que pudesse:

Intervir em todos os setores de atividades [...] ensinando a alimentação, vestuário, o exercício, a alegria, o conforto, à criança; incutindo em cada indivíduo a noção de que pertence à coletividade brasileira; difundindo as diretrizes da geopolítica nacional de forma simples e acessível, para que se tornem cogitação popular; plasmando a ânsia de melhorar seu corpo, sua família, sua Pátria. (NUNES, 1946, p. 34).

Almejava-se uma educação que intervisse em todos os segmentos sociais propagando o zelo pela ordem, a disciplina e o amor pela pátria “convenientemente” adaptada ao desenvolvimento do Brasil. Assim, caminhos foram determinados e novos agentes políticos passaram a cultivar um processo educacional com poder de proporcionar à população condições para colaborar com os esforços do governo territorial. Essa *démarche* pretendia subordinar as camadas populares aos interesses da elite política.

Desta forma, após a instalação do primeiro governo do TFA, dentre suas ações pioneiras, estiveram em 1944 a reforma do “Grupo Escolar de Macapá”, funcionando provisoriamente em prédio alugado até sua inauguração oficial no ano de 1946, desta vez alojado em edifício próprio no centro da cidade de Macapá, capital territorial, renomeado de “Grupo Escolar Barão do Rio Branco”.

Essa instituição, até o final do ano letivo datado em 15 de novembro de 1944, como consta no relatório das atividades de governo, atendia alunos entre 7 e 18 anos e tinha como diretora a normalista Julieta Lavinia T. Borges, e como professoras: Antonia Carolina R. Coelho; Oneide Medeiros da Silva; Maria Lúcia Sampaio; Raimunda Aciné Garcia; Orlandina T. de Oliveira e Zelinda Nunes de Lima (NUNES, 1946).

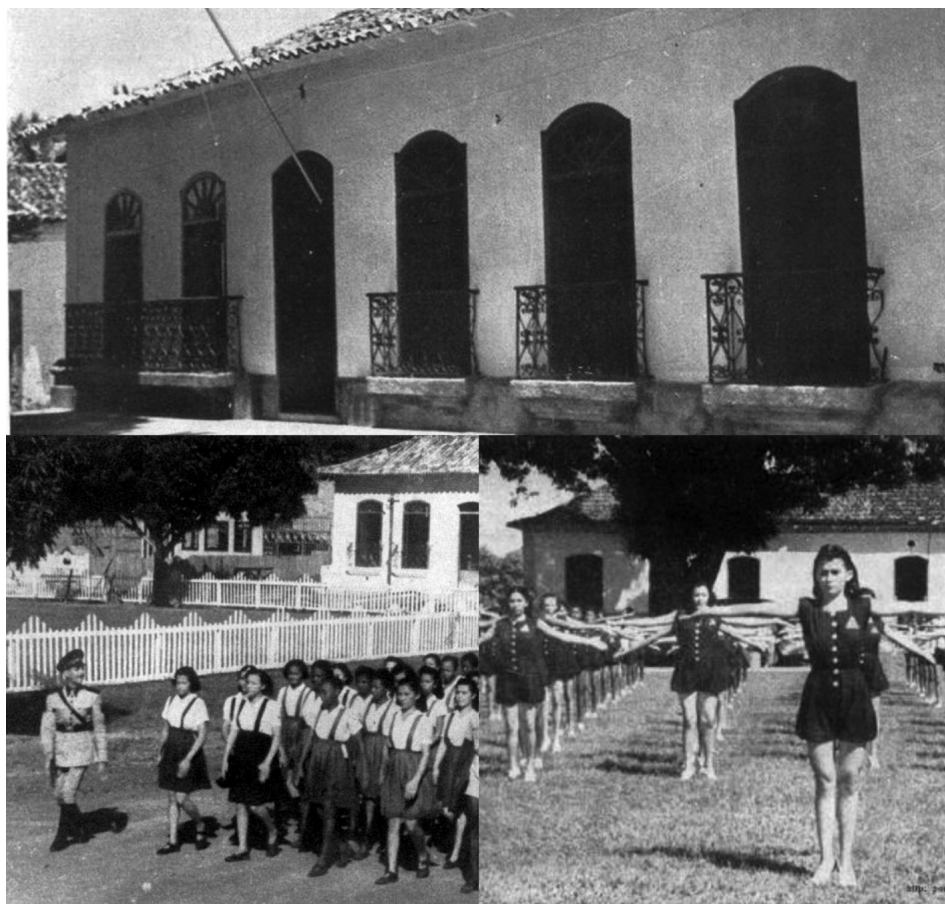
De imediato é possível inferir por meio desse impresso a prevalência de uma equipe pedagógica-administrativa composta, essencialmente, por mulheres normalistas, as quais ministravam o curso primário, inicialmente guiado pelo programa de ensino estabelecido pelo Distrito Federal — na época, Rio de Janeiro. Todavia, sempre com o intuito de moldar a população e homogeneizar formas

de agir, ser e pensar, inclusive hábitos de moradia, alimentação, vestuário, limpeza, higiene pessoal e de prevenção/tratamento de epidemias de maior incidência como malária e verminose eram práticas constantes.

Nesse sentido, foram introduzidas aulas de Educação Física sob as orientações de um instrutor responsável por comandar as atividades e propagar “padrões” de cuidados corporais aos alunos. Faz-se necessário destacar a espessa presença de alunas no referido Grupo Escolar de Macapá, todas uniformizadas, organizadas enfileiradamente, com colunas alinhadas e cabelos penteados.

Tais atitudes são entendidas aqui como *vestígios*, sob a perspectiva do paradigma indiciário criado pelo historiador italiano Carlo Ginzburg, pelo fato de ser possível compreender a ação educativa veiculada pelo governo territorial, sob os auspícios do ideal republicano, como um instrumento que servia para manter a ordem, numa época cujo progresso calcava-se no poder da educação. Assim, no contexto escolar, as práticas não poderiam ser diferentes, como se pode observar na Ilustração 1.

Ilustração 1 - Aula de Educação Física e o Grupo Escolar de Macapá em 1944.



Fonte: Acervo do Museu Histórico do Amapá.

Observar o comportamento das alunas durante a ação educativa, a postura frente ao emprego da metodologia adotada pelo instrutor, suas construções elaboradas, seus gestos e silêncios exigem uma concentração maior aos indícios. Eles é que poderão direcionar na formação de uma cultura escolar que valoriza o risco e a criação, a criatividade e a transgressão de novos olhares e novas formulações, na medida em que se torna possível relacionar os conhecimentos ensinados com a realidade de seu meio social.

Destarte, sinais, pistas, traços, indícios mínimos encontrados nos impressos são “assumidos como reveladores” (GINZBURG, 1989, p. 178) da educação

feminina na Amazônia macapaense a cargo do governo territorial de Janary Nunes. Adotar uma atitude teórico-metodológica nessa direção é esquivar-se da ideia de uma história totalizante, “verdadeira”, e voltar-se para a importância das minúsculas e fragmentadas práticas cotidianas reveladoras das “operações quase microbianas que proliferaram no seio das estruturas tecnocratas e alteram seu funcionamento por uma multiplicidade de ‘táticas’ articuladas sobre os ‘detalhes’ do cotidiano” (CERTEAU, 1994, p. 41).

Desse modo, ações, normas, práticas e representações do universo escolar da educação feminina em solos macapaenses descritos nos impressos necessitam ser entendidas em cada contexto em que foram produzidas quanto à intenção, que varia de acordo com o tempo, frente às demandas de ordens diversas. Trata-se de questões políticas, de socialização ou de cunho religioso, as quais serão os sujeitos que estarão envolvidos na obediência ou não das normas e no estabelecimento das práticas diárias do fazer escolar (JULIA, 2001).

De acordo com os dados colhidos pelo Relatório das atividades do Governo no Departamento de Educação e Cultura do TFA, o início do ano letivo em 15 de janeiro de 1944 constituía de forma aproximada um total de 193 alunas matriculadas em todo o Território. Por outro lado, o número de frequência era inferior, registrou-se 149 educandas, ou seja, havia uma quebra na assiduidade, pois estudar ainda não fazia parte da cultura local que sobrevivia de atividades extrativistas. Quando ocorria a safra da borracha e da castanha na Amazônia, por exemplo, as alunas ajudavam suas famílias (constituídas por ribeirinhos e lavradores), culminando na ausência escolar.

Nesse contexto, Burke (2005) menciona a emergência dos aspectos culturais da História Cultural no que diz respeito aos estudos relacionados ao comportamento humano como centro privilegiado do conhecimento histórico. Assim, esquemas teóricos generalizantes devem ser abandonados, havendo uma valorização de grupos particulares, a exemplo das práticas, ações e culturas articuladas no âmbito da educação direcionada ao público feminino da cidade de Macapá, durante o primeiro governo do TFA.

Basear-se na História Cultural, como perspectiva de análise, implica, segundo Chartier (2002, p. 16) “identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler”. Na realidade das meninas do Grupo Escolar de Macapá é possível afirmar que a educação se diferenciava em relação aos meninos, pois era acrescido ao currículo o ensino de economia doméstica de forma específica para as alunas.

No que tange ao quantitativo docente no Território, o Relatório das Atividades do Governo revela que a maioria era proveniente do estado do Pará, sendo que o número de professores crescia em 15 de novembro de 1944, de 8 para 33,

dos quais 21 eram leigos e apenas 12 normalistas. Ainda assim, insuficiente para suprir as necessidades escolares. É importante evidenciar a prevalência de mulheres à frente do magistério amazônico amapaense; somavam-se 27 professoras (16 leigas e 11 normalistas).

A escassez de docentes para as escolas do Território era considerada pelo governo um grande problema a ser resolvido na busca pela eficiência da educação como meio indispensável ao “progresso” da região. Deste modo, nos registros de Janary Nunes é notória a supracitada necessidade:

Precisamos de professores para atender às exigências de progresso do interior e não possuímos. [...]. Durante 1944 procuramos professores normalistas como se busca diamante e encontramos poucos apesar dos vencimentos bem maiores que os do Estado do Pará. (NUNES, 1946, p. 36-37).

Diante dessa real situação, o governo afirmava ser essencial a fundação de uma instituição que ofertasse o Curso Normal no território para formar professores o mais breve possível. Sua urgência era tida como absoluta e deveria ser implantada de forma adaptada aos problemas locais, com o intuito de elevar as ideias consideradas básicas para a educação da juventude amapaense.

Com essa visão, o governador Janary Nunes determinou o funcionamento do Curso Normal Regional em 1949, o qual se transformou, em 1954, na Escola Normal de Macapá. Embora de início não existisse uma clientela natural, ou seja, demanda espontânea de estudantes, o governo se encarregava por estabelecer que fosse desenvolvido algum estímulo pela Divisão de Educação e Cultura do Território Federal do Amapá, que excitasse alunos à matrícula na instituição (CARVALHO, 2012).

A Escola Normal de Macapá apresentou-se de forma embrionária com a criação do Curso Normal Regional, pelo Decreto Territorial n. 90-A de 25 de janeiro de 1949, legalmente amparado pelo Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946, responsável pela Lei Orgânica do Ensino Normal no país (BRASIL, 1946).

Esse curso foi implantado na cidade, em janeiro de 1949, mesmo sem espaço físico e material próprio, de maneira improvisada em virtude de preocupação expressa pelo governo em formar de modo imediato docentes primários qualificados (normalistas) com ensejo de suprir a carência de docentes e substituir os professores leigos que atuavam na educação em todos os níveis, em sua maioria esposas de funcionários públicos que possuíam um grau mínimo de instrução.

Para Carvalho (2012), a construção do prédio próprio destinado ao funcionamento de atividades de formação de educadoras no então Território iniciou-se em 1951. Destacava-se por sua grandiosidade, o que contrastava com as demais

construções em sua volta. Localizado no centro da capital territorial, na Avenida Presidente Vargas, chamava a atenção dos moradores. A instituição pintada em cores azul e branca, assim como o modelo dos uniformes buscava seguir os padrões das demais escolas normais do Brasil.

Conforme determinava a legislação, o exame de admissão era realizado em todos os segmentos de ensino, isto é, ocorria nas instituições educativas do sistema público do TFA, e a entrada na Escola Normal ntambém dependia desse exame. O curso tinha duração de quatro anos e baseava-se no currículo estabelecido pela Divisão de Educação e Cultura do Território, na ocasião conduzida pelo professor Gabriel de Almeida Café.

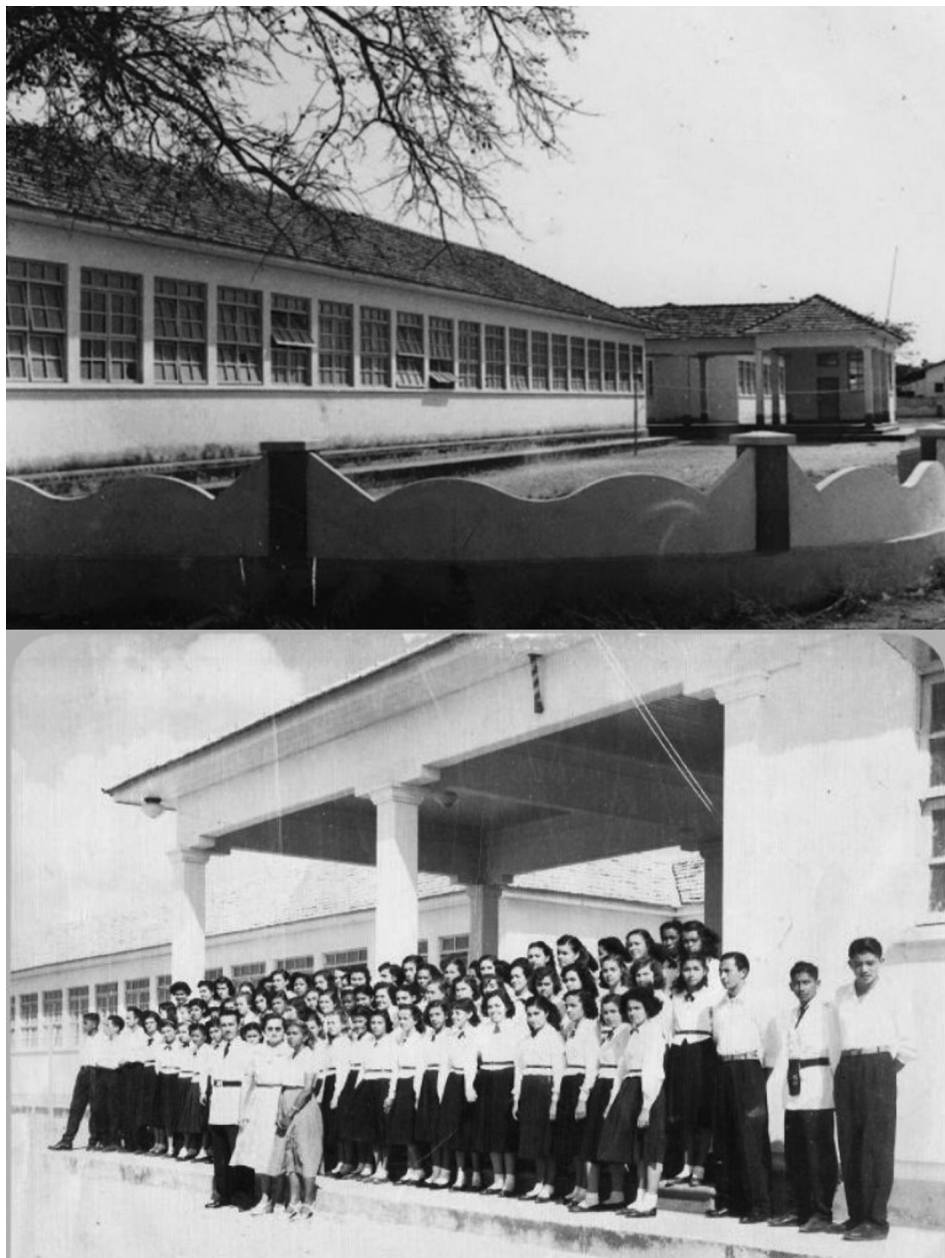
A proposta curricular previa carga horária para as “disciplinas” Português, Matemática, História e Geografia; e em sua etapa final Psicologia, Sociologia, Prática de Ensino e Didática, Caligrafia, Economia Doméstica, Trabalhos Manuais, Desenho, Inglês, Puericultura e Higiene, e Canto Orfeônico (CARVALHO, 2012).

Ainda que o Curso Normal do Território não se restringisse às mulheres, a disposição de algumas disciplinas do currículo insinuava com veemência a afinidade direcionada à formação do trabalho para o ensino primário à categoria feminina, configurando-se como ambiente cômodo à mulher, mãe, filha, esposa, dona do lar e professora.

Nessas relações, Magalhães (2004) informa que muitos elementos se integram e articulam consigo próprios e com o contexto, construindo permanentemente a identidade dos sujeitos envolvidos. Dessa interação, são forjadas as práticas escolares tecidas no cotidiano, as apropriações dos métodos de ensino utilizados, a construção dos sujeitos e suas relações em meio a modelos e regulamentos prescritos.

Segundo Carvalho (2012), as primeiras alunas da instituição eram contempladas com bolsas de “auxiliar de turma” durante a vigência do curso, existindo assim, uma atenção especial do governador. Entretanto, exigia-se que as futuras professoras seguissem um comportamento moral estrito, alvo de vigilância constante. Nessa perspectiva, a figura feminina era a marca do Curso Normal (Ilustração 2), que teve em sua turma pioneira 61 integrantes, composta em sua maioria por 55 mulheres prestes a se tornarem normalistas e apenas 6 homens.

Ilustração 2 - Turma formanda do Curso Normal Regional na instituição em 1953.



Fonte: Acervo do Museu Histórico do Amapá.

A primeira turma formada pelo Curso Normal Regional, presente na Ilustração 2, teve sua cerimônia realizada nos dias 30 e 31 de janeiro de 1953, no Cine Teatro Territorial, tendo como patrono o governador Janary Nunes. Essa consagração considerada um indicador positivo na formação inicial de professores foi presidida pela Diretora da instituição a professora Predicanda Amorim Lopes (CARVALHO, 2012).

A essa altura, o Curso Normal Regional, já constituía na concepção de Janary Nunes, a instituição fomentadora de docentes ao Território, que seria forte aliada na manutenção de seu governo, por meio da formação e consolidação de um grupo político responsável por comandar e controlar a educação da população amapaense.

De fato, Janary Nunes levava a sério o seu lema. Uma simples observação dos nomes que constam de professorandos de 1953 é suficiente para compor o quadro da cúpula da educação no Amapá dos anos 50 [...]. Boa parte dos formandos dessa primeira turma [...] se destacaria, inclusive, no grupo de intelectuais que formaria a base da educação no Amapá. (CARVALHO, 2012, p. 74).

Nessa direção, Carvalho (2012) assevera que essa representação começa a tomar corpo na fase de pioneirismo escolar do Território. Com justificativa assentada no caráter ideológico “janarista” que se solidificaria ao longo da trajetória de formação de professores das séries iniciais do ensino básico, como peça fundamental do projeto político de seu governo.

Além do exposto, as ações de governo territorial integraram a criação ainda em 29 de maio de 1944, da Escola de Prendas Domésticas de Macapá. De acordo com o impresso jornalístico responsável pela divulgação dos “feitos” de Janary Nunes em prol do “progresso” do TFA, o Jornal Amapá, esta instituição continha dois aspectos:

[...] o da escola de prendas propriamente dita, ministrando às alunas aula de corte e costura para confecção de vestuário comum, cujos trabalhos foram bastante apreciados, e o de oficina de prendas, com a finalidade única de confeccionar uniformes masculinos e femininos para fornecimento gratuito aos escolares do Território. (AMAPÁ, 1950, p. 1).

Notadamente, a figura da mulher que aos poucos estava sendo construída no Território, sobretudo, pelas instituições escolares, era veiculada pelos impressos de forma intrínseca às funções domésticas, como se ela fosse predestinada a tais papéis. Assim, naturalmente acabava internalizando a sua essência essa cons-

trução social de forma passiva. Em virtude disso, pode-se inferir que havia um interesse ativo do governo, desde sua instalação no que tange a condição da mulher, aproveitando-se da educação para delinear qual seria o estrito lugar que a mulher deveria ocupar na sociedade.

Essa realidade indica que:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem impor uma autoridade à custa de outros, pois elas menosprezadas a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas [...]. As lutas de representação têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Do mesmo modo, Pesavento (2005) reforça a análise supracitada, quando evidencia que as representações carregam sentidos que foram construídos social ou historicamente e que são internalizados no inconsciente coletivo naturalmente. Sendo assim, “a noção de representação não nos afasta nem do real nem do social” (CHARTIER, 2010, p. 51).

Nesse sentido, as instituições escolares de Macapá segregavam funções impostas à educação masculina em detrimento da feminina. As alunas, desde crianças, eram moldadas ao aprendizado de atividades domésticas, para estarem aptas a constituir família (e zelar por ela, como dona de casa, mãe e esposa), esse era o papel da escola na formação das educandas.

Outro destaque atrelado ao rol das ações de Janary Nunes foi a inauguração da Escola Doméstica de Macapá, em 6 de agosto de 1951, portando condições mais amplas e “sofisticadas” à educação feminina em relação à Escola de Prendas Domésticas que, por conta disso, encerrou suas atividades.

Aqui convém destacar uma peculiaridade da Escola Doméstica de Macapá: sua relação direta com o confessional (Igreja católica), pelo fato de Janary Nunes ter solicitado missionárias para conduzirem sua direção, administração e corpo docente. Para tanto, foi enviado ao Norte do Brasil um grupo de irmãs da ordem religiosa católica feminina do Instituto das Irmãs de Caridade das Santas Capítão e Gerosa, fundado na Itália.

À luz de Oliveira (2016), as irmãs eram encarregadas de promover atividades educativas na instituição, com o intuito de desenvolver tarefas como corte e costura, tricô, bordado, crochês e culinária. A ilustração 3 expressa melhor tais acontecimentos e remonta a uma visível imposição de saberes domésticos, que

fariam das alunas a base moral e exemplo de futuras mães e esposas, cooperando assim, com o Governo Territorial, no qual cada uma cumpriria harmoniosamente com seu papel social previamente concebido.

Ilustração 3 - Alunas em diferentes atividades na Escola Doméstica de Macapá [195-].



Fonte: Acervo do Museu Histórico do Amapá.

De acordo com Oliveira (2016), a organização curricular da instituição, ao todo, comportava dezesseis disciplinas e estava dividida em seis eixos: I Língua (Português); II Ciências (Matemática, Ciências, História, Geografia); III Educação Religiosa (Religião); IV Artes (Canto orfeônico, Desenho); V Prática Educativa

(Educação Física); VI Prendas Domésticas (Corte e Costura, Bordado à Mão, Bordado à Máquina, Tricô e Crochê, Tecelagem, Culinária, Economia Doméstica). A exigência da perfeição recaía sobre todas as disciplinas e suas respectivas atividades executadas pelas alunas, o que garantia um viés disciplinador ao ensino. Dessa forma, havia a padronização do currículo calcado em quatro categorias de ensino a ser impetrada às alunas: a instrução, a fé cristã católica, cuidados com o corpo e práticas domésticas. O curso atendia alunas de dez a quinze anos e tinha duração de três anos, ao final as educandas recebiam o diploma de Artes Domésticas.

Logo, tratava-se de uma escola pública feminina destinada exclusivamente à instrução primária e educação para o lar em regime de internato e externato com intensa influência da doutrina católica, dirigida às meninas e moças órfãs do Território ou em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O regime de internato da Escola Doméstica de Macapá esteve ligado:

[...] à tentativa de criar condições homogêneas de existência para alunas, a fim de se conseguir a incorporação de um sistema de disposições, o *habitus*, que as tornaria no futuro boas esposas cristãs e mães dedicadas [...] visando a um aprimoramento moral da sociedade e à qualificação profissional feminina no âmbito doméstico, [...]. Para o Governo do Território Federal do Amapá, isso fazia parte do projeto de superação das condições de miserabilidade moral e financeira do povo e de integração do Amapá ao País. (OLIVEIRA, 2016, p. 183).

Assim, a Escola Doméstica de Macapá acabava corroborando com uma visão, que cominava às mulheres imagem estereotipada de “ser e estar”, submissas e presas, às tarefas do lar a mercê de uma sociedade machista e prepotente. Esse estereótipo era ratificado nas páginas do Jornal Amapá por seu articulista da seguinte maneira:

[...] a Escola Doméstica de Macapá representa uma autêntica legenda de moralidade militante, para onde se volta, com especial carinho e desvelado interesse o Governo do Território, dando assim, uma esplêndida demonstração de ampla visão no que diz respeito à coisa pública [...]. Vai, pois, a Escola Doméstica cumprindo uma nobre e elevada missão, amparando, sob o signo de Deus jovens que ali encontram ambiente propício à formação de boas donas de casa na verdadeira acepção cristã. (AMAPÁ, 1954, p. 1).

No excerto em tela, o forte teor religioso aplicado à educação é posto em ênfase, não tendo nenhum tipo de empecilho à sua coexistência pelo governo, o que denota o interesse e aceitação de Janary Nunes pela correlação. É possível ex-

trair que as alunas desse estabelecimento estavam submersas a um ensino que iria além da instrução e aquisição de saberes domésticos, pautado na formação de valores cristãos e morais, com o intuito de cristalizar práticas e hábitos, construindo assim o modelo de mulher a ser seguido no Território — de tal forma que fossem preparadas para serem “exímias donas de casa, conhecendo todos os segredos que fazem parte do lar a pedra de toque da organização da família e da sociedade” (AMAPÁ, 26 abr. 1953, p. 2).

Sob essa perspectiva, a Escola Doméstica de Macapá foi responsável pela instrução primária e principalmente por inserir uma significativa parcela da população feminina no universo de saberes domésticos, os quais o governador Janary Nunes tanto queria que fossem difundidos às alunas do então Território, visando sua integração ao Brasil. O que resultou à mulher foi um ensino diferenciado em relação ao segmento masculino, que reduzia seu papel na sociedade aos serviços domésticos, submissa ao marido, podendo alcançar no máximo o cargo de professora, ainda assim, em condição desigual em relação aos seus direitos e deveres sociais, pois desempenhar outras atividades que não fossem essas era visto como um grande risco à sua reputação que seria imediatamente afligida por meio de um projeto de governo conservador e autoritário.

É possível inferir que tal projeto se autoinvestia tendo como um de seus pilares a educação escolarizada, contando com forte influência dos impressos a serviço do governo territorial, que reforçavam e veiculavam à sociedade suas ações em defesa das atividades educativas desenvolvidas nas instituições escolares direcionadas às meninas, moças e mulheres, empreendidas em Macapá, na política educacional de Janary Nunes, que, além de estabelecer um controle político sobre a população, buscava em consonância à política nacional pôr em prática seu plano de modernização do Amapá.

Diante disso, controlar a educação das instituições escolares visando o desenvolvimento desse projeto colaborava no sentido de manter os setores da sociedade sob o domínio ideológico do governo, uma vez que as escolas territoriais não limitariam:

[...] seu trabalho em instruir simplesmente, mas, como verdadeiras agências de civilização que são, penetram os lares, modificam os costumes, combatem as abusões, transformam a face social local, imprimindo novos hábitos de higiene, de trabalho, de saneamento, etc., [...]. Os núcleos humanos que receberem as irradiações direta ou indireta desses laboratórios de civilização e de cultura passam a ter um valor social positivo, imprescindível à circulação do progresso, da valorização local. (AMAPÁ, 13 set. 1953, p. 1).

Dessa forma, essas representações eram asseguradas pela cultura escolar como um conjunto de normas que rejeitavam os saberes tradicionais do povo amapaense e cobriam as instituições escolares de uma visão de excelência educacional cuja incumbência era moldar seus alunos e alunas como colabores de uma política transportada de fora do cenário local para dentro do TFA e usada com habilidade para impor uma sociedade “progressista” que combatesse os modos de vida que a contrariasse, bem como qualquer tentativa de oposição política, social e cultural.

Considerações finais

O propósito desse texto foi desenvolver uma análise sobre a educação feminina em Macapá, capital do Território Federal do Amapá. Para tanto, investigou-se ações realizadas durante o primeiro Governo exercido pelo capitão Janary Gentil Nunes nos anos de 1944 a 1956. Nesse ínterim, compreendeu-se que, desde cedo, instituições escolares, sejam de acesso a ambos os sexos (como o Grupo Escolar de Macapá e o Curso Normal Regional) ou de ingresso exclusivamente feminino (como a Escola de Prendas Doméstica de Macapá e a Escola Doméstica de Macapá) direcionavam em menor ou maior grau um ensino diferenciado para as alunas.

Além da preocupação com a formação dos valores nacionalistas, a política educacional do governo almejava corroborar com o modelo patriarcal de família, por meio de investimento na formação de meninas para o aprendizado de conteúdos domésticos. A educação de moças e jovens em Macapá talvez não tenha sido a que queriam para si, uma vez que estava calcada em uma cultura que privilegiava o fazer doméstico, sem possibilidade de formação em diferentes profissões (com exceção do magistério), impedindo o exercício de variados papéis de prestígios na sociedade.

Desse modo, instituições escolares, como as citadas anteriormente, foram executoras da política de governo de Janary Nunes, as quais acabavam sedimentando um nítido caráter sexista à educação feminina, haja vista a perspectiva de formar a futura dona de casa, mãe e esposa, com assunção religiosa, demarcando o espaço destinado às mulheres, até mesmo quando exercia o cargo de professoras.

Considera-se no cerne dessa pesquisa documental o levantamento e a análise das fontes documentais como essenciais à reconstrução da história da educação feminina pautada em ações do governo territorial, lembrando que esse pro-

cesso só foi possível graças à existência e preservação dos impressos o “Relatório das Atividades do Governo do TFA”, o “Jornal Amapá” e “registros fotográficos” da época, os quais possibilitaram a produção de conhecimento, pois foram a base, o ponto de apoio da análise histórica que congregou os vários elementos que a compusera, tais como seus sujeitos, conteúdos, métodos utilizados, organização das disciplinas, tempos, espaços etc.

O cotejo das fontes permitiu discutir ações, cultura escolar, imaginário, ideário, representações e práticas educativas instituídas em Macapá, considerando as questões relacionadas ao contexto histórico e político-ideológico, da escolarização dos conhecimentos. Enfim, elementos e processos que compuseram a identidade e marcaram a educação feminina nessa região, impondo às suas alunas um determinado padrão de comportamento perante a sociedade.

Fontes

ACERVO DO MUSEU HISTÓRICO DO AMAPÁ. **Turma formanda do Curso Normal Regional na Instituição**. Macapá, 1953.

_____. **Alunas em diferentes atividades na Escola Doméstica de Macapá**. Macapá, [195-].

_____. **Aula de Educação Física e o Grupo Escolar de Macapá**. Macapá, 1944.

AMAPÁ [Jornal]. A Escola Doméstica. Macapá, n. 508, p. 1, 7 fev. 1954.

_____. Divisão de Educação [TFA]. Macapá, p. 1, 13 set. 1953.

_____. **Escola Doméstica**. Macapá, n. 433, p. 2, 26 abr. 1953. (Artigo assinado por um jornalista com o pseudônimo de Alom).

_____. **A realidade educacional do Amapá**. Macapá, n. 287, seção 3, p. 1, 13 set. 1950.

NUNES, J. G. **Relatório das atividades do Governo do Território Federal do Amapá em 1944**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946.

Referências

BRASIL. Decreto-lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Dispõe sobre a Lei Orgânica do Ensino Normal. **Diário Oficial da União**, Seção 1, publicado em 4 jan. 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/login/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 ago. 2018.

BURKE, P. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Testemunha ocular: história e imagem**. Tradução Vera Maria X. dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004. cap. 7, p. 153-174.

CARVALHO, J. W. S. **Instituto de Educação do Amapá: uma história de educação pelo exemplo**. 2012. 218f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. **A história ou a leitura do tempo**. Trad. Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **À beira da falésia**: a história entre incertezas e inquietude. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: EdUFRGS, 2002. p. 61-80.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1996.

LOBATO, S. S. **Educação na fronteira da modernização**: a política educacional no Amapá (1944-1956). Belém: Paka-Tatu, 2009.

MAGALHÃES, J. P. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Ed. Universitária São Francisco, 2004.

OLIVEIRA, T. P. **Público/confessional, cultura escolar e formação de habitus**: a Escola Doméstica de Macapá/AP (1951-1964). 2016. 203 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá, 2016.

PESAVENTO, S. J. **História e História Cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SANFELICE, J. L. História das instituições escolares. In: NASCIMENTO, M. I. M. et al. **Instituições escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, SP: UNISO; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

SILVA, M. L. Integração, nacionalização e povoamento nas margens do território nacional. In: AMARAL, A. et al. (Org.). **Do lado de cá**: fragmentos de História do Amapá. Belém: Açaí, 2011. p. 95-113.

CAPÍTULO 3

A IMPRENSA E OS COSTUMES: UM ESTUDO DA EDUCAÇÃO FEMININA NA REVISTA POPULAR (RIO DE JANEIRO, 1859-1862)⁸

Gabriella Assumpção da Silva Santos Lopes

⁸ Este capítulo trata-se de uma versão revista e ampliada do texto submetido ao Simpósio Temático coordenado pelas organizadoras desta obra, apresentado durante o VIII Congresso Internacional de História (CIH); XXII Semana de História, promovido pela Universidade Estadual de Maringá, em 2017.

O presente capítulo apresenta os caminhos trilhados durante o curso de mestrado no que concerne aos processos de investigação com fontes de natureza periódica do século XIX: a *Revista Popular* (1859-1862). A pesquisa objetiva analisar os modos pelos quais se processou a educação feminina em meados dos oitocentos, a partir da difusão de práticas e valores nos/por meio de impressos periódicos. Neste texto, serão esboçadas as contribuições do referido estudo, com enfoque nas perspectivas metodológicas para uma documentação desta natureza.

De acordo com Martins (2003), os impressos periódicos foram utilizados como fonte, ainda que com restrições, para perscrutar o passado desde o século XIX. Contudo, para Luca (2010), mesmo com as inovações advindas a partir da primeira geração dos *Annales*, as potencialidades da imprensa não foram imediatamente reconhecidas. Foi a partir das décadas finais do século XX que, para a autora, esse tipo de publicação obteve um impulso como fonte, atrelado às renovações e deslocamentos epistemológicos da disciplina histórica, como os relacionados a novos temas, abordagens e problemas evidenciados pela terceira geração dos *Annales*.

Não somente historiadores, mas pesquisadores do campo da educação, artes gráficas e visuais, dentre outros, passaram a vislumbrar na imprensa possibilidades de análises mais sistemáticas também nas décadas finais do século XX. No primeiro campo citado, as análises tanto permitiram perceber a educação nos periódicos, como a força educativa atribuída a eles, visto que, para além das instituições formais de educação, de acordo com Pallares-Burke “[...] jornais e revistas disseminam e organizam informações, criam valores, atitudes e ideias, influenciando seus leitores” (1998, p. 145).

Sobre a educação no início do século XIX, Jinzenji (2008) esclarece que a ação educativa foi praticada por diversas instituições e forças concomitantes à escola, que cumpriram a tarefa de difusão de valores e de comportamentos. Nesse cenário, a escolarização das mulheres veio acompanhada da produção e circulação de publicações voltadas para elas. E, assim como a autora, entende-se que a imprensa possuía um papel educativo também para as mulheres, como se pretende demonstrar ao longo deste texto.

A Revista Popular e os caminhos da pesquisa

Conforme Luca (2010), a variedade da fonte imprensa é enorme e suas oportunidades de pesquisa amplas. Sendo assim, não é “[...] viável sugerir um procedimento metodológico ou mesmo técnicas de pesquisa que deem conta de

tantas possibilidades” (LUCA, 2010, p. 141). Contudo, é possível observar em vários trabalhos publicados sobre a imprensa, considerações sobre o trato com essa documentação, as quais balizaram e auxiliaram o exame da *Revista Popular*, doravante apresentada como RP.

Ao abordar os métodos demandados em sua pesquisa *Leituras, projetos e (Re) vista(s) do Brasil*, Luca (2017) sinaliza os cuidados decorrentes do ato de tomar os periódicos como fonte e objeto, devendo-se observar suas interações sob determinados aspectos.

Assim, percebeu-se que o conteúdo de jornais e revistas não pode ser dissociado das condições materiais e/ou técnicas que presidiram seu lançamento, dos objetivos propostos, do público a que se destinava e das relações estabelecidas com o mercado, uma vez que tais opções colaboram para compreender outras, como formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa/página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela publicidade, presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, formas de utilização e padrões estéticos. A estrutura interna, por sua vez, também é dotada de historicidade e as alterações aí observadas resultam de complexa interação entre técnicas de impressão disponíveis, valores e necessidades sociais. (LUCA, 2017, p. 02).

Apreciando essa cautela sobre o trabalho com essa documentação, Luca (2010) já oferecera considerações importantes para os pesquisadores dos impressos periódicos. Um dos primeiros procedimentos destacados pela autora consiste na localização da fonte, atendo-se para as condições de consulta. Sobre esse aspecto, no caso da RP, o contato inicial se deu por meio do livro *Brasileiras Célebres* (1862), de Joaquim Norberto de Sousa, publicado pela editora de B. L. Garnier, que compilou um conjunto de biografias de mulheres brasileiras publicadas separadamente na RP, também de propriedade de Garnier. Ao buscar a forma compilada das biografias, chegou-se ao referido periódico.

Quanto ao acesso efetivo à publicação, este foi feito por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional⁹. O portal eletrônico agrupa um conjunto de periódicos nacionais digitalizados, composto por jornais, revistas, anuários, boletins e diversos materiais impressos que circularam no Brasil e em alguns países da Europa e Américas, antigos e raros, que perpassaram os séculos XIX e XX. Algumas dessas publicações, inclusive, possuem série completa, como é o caso da RP.

9 Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

Ao examinar o período em que a RP circulou, segundo Machado (2013) no pós-independência, verificou-se que o número de livrarias do Rio de Janeiro aumentou consideravelmente, sendo muitas delas de matriz francesa. Nesse momento histórico, editores e livreiros estrangeiros chegaram ao país e se abrigaram na capital do Império, tendo como ponto privilegiado a Rua do Ouvidor, sendo um deles B. L. Garnier, que, na década de 1840, fundou a conceituada Livraria Garnier.

Garnier tornou-se um renomado editor, atraiu autores que buscavam se promover por meio do status da sua livraria e publicou obras de importantes escritores de sua época, como Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Norberto e Sílvio Romero (MACHADO, 2013). Conforme Pinheiro (2002), Garnier desejou desenvolver-se no comércio jornalístico, tendo lançado em 1859 a *Revista Popular*, que circulou até 1862, quando deu lugar ao *Jornal das Famílias*, publicado de 1863 a 1878.

Ainda de acordo com Pinheiro (2004), a RP orientou-se por uma entonação mais informativa, política e literária. Em outro estudo sobre a revista, Azevedo (1990 apud MIRANDA; AZEVEDO, 2010) afirma ser essa publicação própria de um momento em que o interesse pela literatura suplantou as discussões políticas. Martins (2013), por sua vez, esclarece que, em meados dos oitocentos, o jornalismo político, pesado e conselheiral, entrou em decadência, dando lugar a folhetins, crônicas e contos. Neste estudo, entende-se que a RP transitou pelas dimensões textuais, informativa e literária, mas possuiu também finalidade educativa.

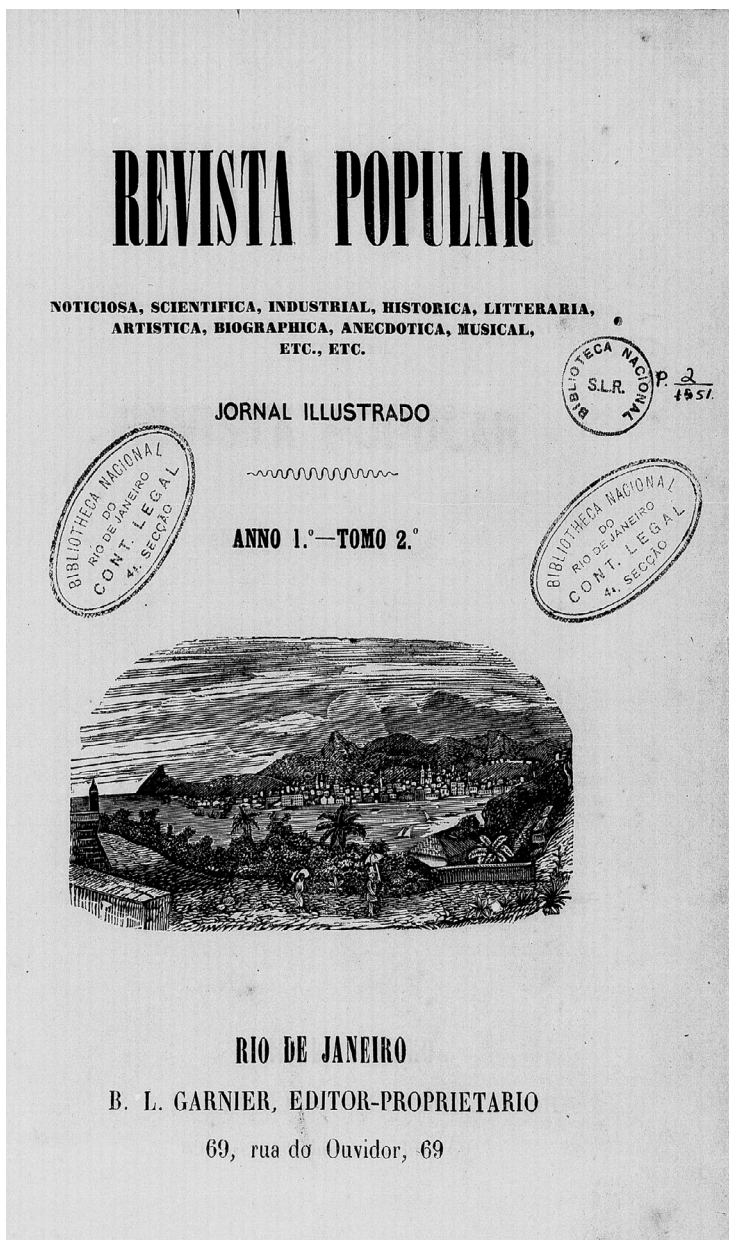
Na análise da materialidade dos exemplares disponibilizados pela Hemeroteca Digital, verificou-se que a publicação está organizada em 16 tomos. De acordo com Abreu (2008), cada um deles reuniu seis dos 96 números publicados durante os quatro anos de existência do periódico. Essa organização pode ser explicada, pois como a circulação da revista foi quinzenal, ao longo de três meses somavam-se seis números de paginação contínua que poderiam ser encadernados, de forma a facilitar o acesso ao exemplar completo, por meio de assinaturas ou edições especiais. Ainda conforme Abreu (2008), a *Revista Popular* foi impressa no Brasil medindo 25x17cm e contendo gravuras de modas apresentadas em papel *couché* de 27x20cm, a maior parte ilustradas por Anaïs Coulin Toudouze, Jules David e Compte-Calix, artistas franceses reconhecidos pela produção de figurinos de modas.

Algumas edições vieram a público com vinhetas ornamentadas, letras desenhadas e imagens de personagens que estiveram presentes na seção de biografias, em páginas desconectadas da seção de origem. O mesmo ocorreu com imagens de cidades brasileiras e do exterior que estavam relacionadas à seção Descrições, que geralmente detinha-se a esboçá-las.

Na capa do periódico (Figura 1) observa-se o título *Revista Popular – Jornal ilustrado*, descrevendo-se ainda como uma publicação “noticiosa, científica, industrial, histórica, literária, artística, biográfica, aneddotica, musical, etc., etc.”, bem como de fundo uma imagem da cidade do Rio de Janeiro, identificando como seu proprietário B. L. Garnier, assim como o endereço em que poderia ser adquirida: Rua do Ouvidor, n. 69.

Pelo título duplo do periódico, revista e jornal, deu-se um dos primeiros cuidados procedimentais da pesquisa, visto que o trato com impressos de naturezas distintas demanda apreciações particulares. Contudo, Cardoso (2011) assegura que os limites entre jornais e revistas se mantiveram bem fluidos durante o século XIX, era comum que os próprios redatores usassem os termos como sinônimos.

Figura 1 - Capa da *Revista Popular*.



Fonte: REVISTA POPULAR, 1859, ano 1, tomo 2.
Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Martins (2008) explica que o jornal foi o periódico que deu origem à revista, posto que, no passado, aproximava-se tanto na forma — folhas soltas e *in folio* — como, por vezes, na disposição do conteúdo. Quando um jornal se tornava revista, abandonava o formato tabloide e às suas folhas, antes soltas, incorporava-se uma capa, que facilitava seu manuseio. Dessa maneira, acerca das diferenças entre revistas e jornais:

Mais difícil é contrapor-la ao jornal, com periodicidade assídua, geralmente diária e muito semelhante no formato, sobretudo quando a revista se apresenta com páginas soltas, *in folio*. O que distingue com frequência é a existência da capa na revista, acabamento que não ocorre no jornal; mais do que isso, é a formulação de seu programa de revista, divulgado no artigo de fundo, que esclarece o propósito e as características da publicação. (MARTINS, 2008, p. 46).

Ainda diferenciando ambas as tipologias, a autora afirma que o jornal possuiu um propósito de informação imediata, com veiculação diária, enquanto a revista possuiu uma elaboração mais cuidada, de caráter fragmentado, aprofundando temas e com uma periodização mais espaçada, podendo ser semanal, quinzenal, mensal, trimestral, semestral ou até mesmo anual (MARTINS, 2008).

Com base no exposto, o entendimento que prevalece neste estudo é o de que a RP perfaz uma estratégia editorial muito mais alinhada à tipologia revista que jornal. A propósito do extenso subtítulo: “noticiosa, científica, industrial, histórica, literária, artística, biográfica, anecdótica, musical, etc., etc.,” somam-se a variedade de seções¹⁰ e os editoriais, os quais fornecem indícios do público a que se destinava, ao menos em primeira instância. Em sua primeira edição, destacam-se, na carta dos redatores, intenções e o público pretensamente alvo:

Escrevemos de tudo para todos. [...] É preciso que saiba um pouco de tudo, e que em nenhum ramo de conhecimento seja totalmente hóspede. Aprofundá-los todos é impossível, mas desconhecer os princípios gerais de algum, quase é vergonha. [...] Falaremos em termos que todos entendam. Não teremos mistérios reservados para os iniciados. Quando falarmos ao lavrador queremos que o financeiro nos compreenda, quando nos dirigirmos ao engenheiro, que o filósofo não fique em jejum. [...] Nem sempre

10 As seções que se apresentaram nos quatro anos de circulação da *Revista Popular* foram: Agricultura, Chronicas, Commercio e Industria, Contos e Narrativas, Crítica e Analyses, Descrições, Economia e Política, Emigração e Colonização, Esboços Biographicos, Hygiene, Instrução e Educação, Geographia, Musica, Physica, Poesia, Romances, Variedades, Marinha, História, Viagens, Catequese, Filologia, Estudos Etnográficos, Filosofia Moral e Cristã, Máximas e Reflexões.

seremos pois sérios, procuraremos também contribuir para o recreio de nossos leitores. Mas recreando, pode-se instruir disfarçadamente, não nos esqueceremos disso. O recreio, que se busca nos livros, deve ser uma instrução amena. (REVISTA POPULAR, 1859, Tomo 1, p. 02-03).

Por escrever “de tudo para todos” (REVISTA POPULAR, 1859, Tomo 1, p. 02) e por sua imensa gama de seções, possivelmente, em seu primeiro periódico, Garnier buscou contemplar diversos gostos e públicos, o que não significa necessariamente que algumas dessas divisões não tenham tido maior proeminência. Todavia, embora se anunciasse para todos, conforme apontado por Pinheiro (2002), a revista custava um valor para aquisição que parecia não ser tão acessível: a assinatura anual para a Corte custava 20\$000 réis, 10\$000 réis na semestral e 6\$000 trimestralmente. Machado (2013) aponta que em 1859, *O monarchista* era oferecido por 8\$000 réis ao ano e 4\$000 no preço semestral, já *A marmota*, por 5\$000 réis o semestre. Dessa forma, como evidenciado pelas autoras, a publicação não era tão “popular” assim, sendo mais cara que outros periódicos que circulavam no período.

A RP não apresentou com clareza os membros efetivos de seu corpo editorial. Quanto ao grupo de colaboradores, a partir do sétimo tomo, foi publicada uma lista de escritores e redatores que, conforme Machado (2013), foram integrantes conhecidos entre a elite letrada — mas também de outras folhas impressas do período — como Joaquim Norberto de Sousa, Cônego Fernandes Pinheiro, Joaquim Manuel de Macedo, Casimiro de Abreu, Manuel de Araújo Porto Alegre e muitos outros nomes de referências da época.

“Um cantinho” às “amáveis leitoras”: os ditos assuntos femininos da *Revista Popular*

Dentre o extenso público pretendido, em sua primeira edição, a carta dos redatores, mencionada anteriormente, direcionou-se ao público feminino, afirmando que na revista nada seria vedado, mas que havia seções que melhor lhes serviriam:

Houve tempo, em que a mulher só cultivava o coração, hoje cultiva também o espírito. Não haverá pois na Revista parte alguma que por qualquer princípio vos seja vedada, formosas filhas de Eva; mas haverá uma privativamente vossa, pelo que ficareis melhor aquinhoadas. (Assinai pois ou fazei assinar vossos pais ou maridos, que é o mesmo.) Os trabalhos de agulhas

para as solteiras, a economia doméstica para as casadas, e as modas para todas – tudo isto é do vosso exclusivo domínio. (REVISTA POPULAR, 1859, Tomo 1, p. 03 - 04).

Existia assim, um “cantinho” em que os ditos “assuntos femininos” estariam localizados, composto pelas prendas domésticas e moda. Costa (2007) explica que os editores de revistas e de outras publicações do século XIX, sabiam que as mulheres eram leitoras mais fiéis que os homens. “A mulher leitora, desde o Império, fora presença assídua no contexto do impresso” (MARTINS, 2003, p. 371 apud COSTA, 2007, p. 75). Portanto, já era notável a relevância do público leitor feminino para o ramo dos impressos.

Para Pinheiro (2007), as seções propostas às mulheres na RP seriam as de Economia doméstica, Higiene, Poesias e Narrativas. Na pesquisa realizada, com base nos procedimentos sugestionados por Luca (2010, p. 142), como “[...] analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida”, ampliou-se o escopo das seções já sinalizadas em trabalhos anteriores, identificando outras que poderiam ter conteúdos direcionados ao público leitor feminino, sendo elas: Instrução e Educação; Esboços Biográficos; composto em parte por biografias femininas intituladas Brasileiras Célebres; Crônicas da Quinzena e Casas Recomendáveis. Dessa maneira, como já sinalizado por Pinheiro (2007) e tendo em vista as seções analisadas nesta pesquisa, é possível entender que Garnier havia notado que as leitoras formavam um público importante, oferecendo-lhes alguns espaços já em seu primeiro empreendimento.

A identificação das seções da pesquisa foi balizada pelas considerações de Gondra e Schueler (2008), que delinearam os pressupostos envolvidos na educação das mulheres da elite oitocentista, segmento social ao qual pelo menos em primeira instância a RP se direcionava, que consistia em saberes referentes à administração da vida familiar, normas de condutas e hábitos de civilidade e sociabilidade adequados à cultura urbana e burguesa europeia.

Assim, infere-se que a revista tornou-se uma leitura apropriada para moças e senhoras, como manifestou o periódico de circulação contemporânea à RP, *A Marmota*, de Francisco Paula Brito:

Revista Popular
Publicação do snrs
GARNIER & IRMÃO
69 – Rua do Ouvidor – 69

Esta Revista apparece nos dias 5 e 20 de cada mez. Compõe-se de um Volume, em bom papel, typo, e de 68 paginas, com capa, etc. Os artigos de boa escolha, e de muito gosto, dão a esta publicação a voga de que geralmente goza, sobre tudo entre as senhoras, que em suas paginas acham tudo o que lhes póde servir de instrução e recreio. Assigna-se a 12\$ rs por semestre, ou 20\$ rs por anno, na loja acima.

Quem assigna e paga a assignatura de um anno, recebe grátis dez bilhetes do premio de 600\$ rs. Em livros da casa na forma dos annuncios.

69 – Rua do Ouvidor – 69 (A MARMOTA, 1 de novembro de 1859, p. 05).

Ao examinar as seções em análise, verificou-se que a primeira, Instrução e Educação, já no primeiro tomo, trouxe um ensaio acerca da educação direcionada às mulheres, fornecendo indícios de como ela poderia ser vislumbrada pela publicação e por seus colaboradores. O texto de J. C. Fernandes Pinheiro abordou o desempenho das mulheres na educação dos filhos e nos cuidados com o lar, estimulando uma educação mais acurada para o exercício de sua “incumbência materna e familiar”. O autor do ensaio questiona uma educação com vistas à emancipação, pois, em sua opinião, esta poderia prepará-las para atividades fora do âmbito privado. Sendo assim, trata como negativo todo envolvimento feminino na política, atribuindo a elas a educação das novas gerações. Em outras palavras, defendia que a educação da mulher deveria ser destinada apenas à melhor realização de suas funções maternas e domésticas, sendo concebida como um meio de consertar os vícios femininos, como pode ser visto no trecho a seguir:

Si é indubitável a influencia, que a mãe exerce sobre o futuro de seu filho, porque não se hade preparar convenientemente a mulher para a sua sublime missão, que deve um dia exercer? Toma-a no berço a fatuidade; doutrina-na na arte de agradar pelos dotes physicos; dão-lhe mesquinha e escassa instrução; inspirão-lhe a perigosa paixão do luxo; tornão-na caprichosa, e fazemna mãe de familia n’uma perpetua menoridade. (REVISTA POPULAR, 1859, tomo 1, p. 331).

A perspectiva de Pinheiro exposta na RP acerca da educação feminina, assim como Carula (2013) explica em seu estudo da educação para as mulheres no jornal *A Mãe de família*, insere-se no anseio por uma nação moderna e civilizada e pela valorização de uma cultura burguesa, que moldou o padrão familiar e as

atividades femininas e regeu que a mulher deveria desempenhar um papel preponderante na gestão da casa e no cuidado dos filhos, zelando por sua integridade física e também moral, pois as crianças seriam os futuros cidadãos do país. Nesse sentido, um melhor desempenho dessas atividades ficaria garantido por uma educação adequada e cuidada, já que elas não deveriam se assemelhar aos homens, devendo manter os atributos vinculados à maternidade e ao âmbito doméstico.

Quanto aos aspectos relacionados às sociabilidades femininas, propagação de valores e comportamentos, hábitos de consumo e moda, as seções Crônicas da Quinzena e os anúncios Casas Recomendáveis forneceram importantes fontes. De acordo com Abreu (2008) a seção Crônicas da Quinzena, foi assinada por “Carlos”, provável pseudônimo de Carlos José do Rosário, e “O Velho”, de Joaquim Manuel de Macedo. As crônicas foram relatos contemporâneos que abordaram a vida urbana, com seus temas do cotidiano e os principais acontecimentos sociais, culturais e políticos da quinzena da sociedade da Corte.

Da primeira edição da RP, de janeiro de 1859, até o último trimestre de 1861, as crônicas foram assinadas pelo pseudônimo de Carlos. Esse autor relatou o cotidiano dos salões da cidade da Corte, as novidades da moda francesa, os boatos correntes nos bailes e as manifestações artísticas, como pode ser observado pelo trecho a seguir:

A chronica é hoje uma necessidade a que não póde furtar-se, nenhuma publicação literária e, ainda menos, aquela que se dirige a todas as classes, a todos os gostos, a todas as intelligencias, a todos os interesses, que será procurada pela dama elegante, pelo grave estadista, pela menina descuidosa, pelo literato, pelo operario, pelo o artista, pelo negociante, pelo poeta [...]. [...] conversaremos nós, sem pretensão, sobre os pequenos factos da nossa sociedade, sobre todas essas futilidades, que são para alguns breves episódios, mas nas quaes se consome a existência inteira de outros. Falaremos de theatros, de música, de modas, de literatura; repetiremos a conversa dos salões, a anedocta colhida entre duas mesuras dos Lanceiros, a novidade sorprendida nos bastidores, a biografia de um artista, a história de um livro, amores e sonhos de um poeta, os escrúpulos de um deputado novato; analysaremos juntos a comedia nova, a artista que estrea, a mulher sob o peso do seu balão, o homem através do seu plaid, o acontecimento do dia, o baile da noite, o segredo murmurado ao ouvido, o boato que corre pelas ruas, a noticia curiosa [...]. (REVISTA POPULAR, 1859, tomo 1, p. 56).

Carlos descrevia cuidadosamente as gravuras de moda da RP, além de sugerir o material para sua elaboração, o local para a confecção e a ocasião para

seu uso. Esses locais coincidem, em alguns momentos, com estabelecimentos que poderiam ser vistos nos anúncios das Casas Recomendáveis. (Figura 2).

Para Abreu (2005), os assuntos das crônicas permitem inferir o público ao qual se dirigiam, uma vez que os relatos dos salões da Corte, as últimas tendências da moda francesa e as atividades artísticas da cidade interessavam à classe social com recursos para desfrutar dessas oportunidades de lazer e de cultura. Reforça-se assim a concepção de que, apesar do nome popular, a publicação em análise não se dirigia a populações menos favorecidas.

Figura 2 - Gravura de Moda.



Fonte: REVISTA POPULAR, 1859, ano 1, tomo 2.
Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

No final de 1861, assume as crônicas “O Velho”, pseudônimo de Joaquim Manuel de Macedo, importante colaborador da revista e um dos principais literatos do século XIX, que esteve à frente dessa seção até o final de circulação do periódico. A partir desse momento, as “futilidades” das crônicas anteriores não estão mais tão presentes, ficando mais escassas e menos minuciosas também as descrições dos figurinos de moda. Conforme observado em Abreu (2008), Macedo abordou mais assiduamente, a emergência do desenvolvimento literário, artístico e cênico do país.

A página Casas Recomendáveis, por seu turno, consistia na disposição de anúncios comerciais, como casas de fazendas, serviços de costureiras, lojas de chapéus, relógios e escola para meninas. (Figura 3). Após pouco menos de um ano de circulação do periódico, esses anúncios deixaram de existir, entretanto, alguns estabelecimentos continuaram a ser anunciados e recomendados pelas Crônicas da Quinzena.

De cerca dos trinta anúncios publicados durante o período em que a RP circulou, onze deles versavam diretamente sobre o comércio de fazendas, sapatos, roupas feitas e acessórios femininos, bem como sobre uma escola feminina que ensinava as prendas domésticas localizada na Rua Botafogo. Somam-se a eles outros sete anúncios sobre lojas que vendiam relógios e artigos de luxo, como joias, pianos, caixas de música e vinhos. Sobram apenas a divulgação de algumas obras e tratados de geografia e música, de consultórios homeopáticos e tipografias. Boa parte dos estabelecimentos divulgados estavam localizados na Rua do Ouvidor, sendo catorze no total, indicando ser esta rua um ponto central de circulação de pessoas na cidade, com suas vitrines e propriedades de madames com nomes franceses.

Figura 3 - Anúncios Casas Recomendáveis.

CASAS RECOMMENDAVEIS	
COLLEGIO DE INSTRUÇÃO E EDUCAÇÃO DE MENINAS EM BOTAFOGO 40 DIRIGIDO POR MM. HITCHINGS Neste estabelecimento se ensina todas as materias tendentes à completa instrução das meninas, e bem assim todos os ramos da mais perfeita educação; obras de costura de diversas qualidades, bordar em lã, branco, maliz e ouro, e obras de fantasia.	AU PROPHÈTE 47 RUA DO OUVIDOR 47 ROUPA FEITA O respeitavel publico encontrará sempre nesta casa o mais lindo sortimento de fazendas para serem feitas sobre medida; para o que temos dous habéis contra-mestres francezes, e constantemente nunca menos de 80 officiaes na nossa officina, pelo que podemos-nos encarregar de qualquer encomenda, por maior que seja, e em qualquer espaço de tempo.
PIANISTA PARA SOIRÉES NA LOJA DE PIANOS DE KLAES IRMÃOS 84 RUA DA ALFANDEGA 84	CESAR BOUTET 95 RUA DO HOSPICIO 95 AOS DOUS CONTINENTES ROUPA FEITA Nesta casa, já bastante conhecida, acaba de abrir-se um salão onde se encontra um completo sortimento de roupa feita para homens e crianças, tudo da melhor qualidade, mandado vir expressamente de Paris.
VIUVA RIPPOL E FILHA RUA DO ROSARIO 144 COSTUREIRAS.	MODAS E FAZENDAS INGLEZAS, FRANCEZAS E DA INDIA WALLERSTEIN MASSET E C. OUVIDOR 70. Artigos de todas as qualidades para homens e meninos, chapéus e bonés, panos, casimira, brins, fazenda para colletes, grande sortimento de camisas, roupa feita, luvas, meias, morim, linho, etc., etc.
FAZENDAS E MODAS FRANCEZAS OUVIDOR 97, CASA EM PARIS CATHERINE DAZON Grande sortimento de fazendas francezas, sedas, em peças e em cortes de vestidos de todas as qualidades; rendas, bordados, chapéus para senhoras, grinaldas para bailes e casamentos. A promptão-se com brevidade e perfeição.	AS QUATRO NAÇÕES OUVIDOR 66 PEDRO SIMONARD RELOJOEIRO Grande sortimento de chronometros inglezes e suissos, mellos chronometros, relogios de dar cordo sem chave e com corda para oito dias, relogios Duplex, ancora, cylindro, ditos esmaltados com brilhantes e diamantes para senhoras, mais rico e completo sortimento de correntes modernas.

Fonte: REVISTA POPULAR, 1859, Ano 1, Tomo 2.
Acervo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

As crônicas forneceram importantes relatos acerca do cotidiano das mulheres da cidade da Corte e permitiram também perscrutar o público para o qual a revista possivelmente se destinava, as camadas da elite, informação essa também proporcionada pela seção Casas Recomendáveis, em que a maior parte dos anúncios foram sobre fazendas, roupas femininas e a artigos de luxo.

A última seção examinada mais atentamente pela pesquisa são os textos de Esboços Biográficos denominados Brasileiras Célebres, com autoria de Joaquim Norberto de Sousa, que colaborou frequentemente com a revista. Ela trouxe em suas páginas exemplos de mulheres consideradas “patrícias merecedoras das páginas da História” (SOUSA, 1862, p. 3). As biografias¹¹ foram posteriormente organizadas em um livro, que abordou mulheres mães, esposas, exemplos na fé cristã, indígenas cristianizadas, patriotas e poetisas letradas bem educadas que não se renderam à vaidade ou deixaram de exercer suas “atribuições femininas”, esclarecendo o exemplo que isso oferecia às leitoras:

Pallidos, como são, encontrareis com tudo nestes esboços muitos factos memoraveis da historia nacional e não poucas acções magnânimas, feitos de valor, provas de amor da patria, rasgos de desinteresse, exemplos de virtudes, actos de piedade e mostras de ilustração dividas ao sexo feminino, lidas nas chronicas da pátria ou ouvidas nas tradições nacionais [...]. Apresentando estas leituras a nemuma de vos, quero seduzir com o exemplo de mulheres guerreiras ou puramente litteratas; mero historiador não curo de fazer proselytos. Ninguém ignora que os séculos que ahi jazem com suas gerações extintas prescreverão a missão da mulher. (SOUSA, 1862, p. 4).

Joaquim Norberto de Sousa foi também membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, instituição que, para Guimarães (1988), preocupou-se com a constituição de uma história e uma identidade nacional. De acordo com Schmidt (2014), ao longo dos oitocentos, a biografia foi reconhecida como um gênero acessório, porém efetivo à pedagogia cívica e patriótica das nações em construção. Assim, pôde-se ponderar que as biografias publicadas na revista trouxeram representações de exemplos femininos estimados como ideais para as mulheres leitoras da publicação.

11 *Brasileiras Célebres* reuniu as biografias de: Clara Camarão, Maria Úrsula de Abreu Alencastre, Rosa Maria Siqueira, Maria Joaquina Dorothea de Seixas, Maria de Souza, Maria Barbara, Rita Joanna de Souza, Irmã Germana, Joana Angélica, Maria de Jesus, Delfina da Cunha, As Paulistanas, Senhoras Bahianas, Madre Jacinta de S. José, Barbara Heliodora Guilhermina da Silveira, Damiana da Cunha, Angela do Amaral, Gracia Hermelinda da Cunha Mattos, Joanna de Gusmão.

Ao final de quatro anos de circulação, a revista despediu-se de seus leitores e leitoras dizendo estar se metamorfoseando no *Jornal das Famílias*. Esse novo empreendimento se colocava direcionado aos interesses das famílias e das mulheres, contando com a adesão das leitoras que já acompanhavam a RP:

Certos de que os assinantes da *Revista Popular* continuarão a ser também do *Jornal das Famílias Brasileiras*, lhes remetteremos mensalmente o novo jornal. As mães de família não devem receiar que elle penetre em seu santuario. Haverá todo cuidado, como na *Revista Popular*, a respeito da escolha dos artigos. (REVISTA POPULAR, 1862, tomo 16, p. 361).

Alguns tomos do primeiro periódico que vieram à circulação a partir de 1861 contavam em sua contracapa com um pedido para que os assinantes efetuassem o pagamento das mensalidades atrasadas, o que poderia indicar problemas com a perda de público pela RP. Pinheiro (2002) acredita que Garnier, desistindo de cobrar seus assinantes, preferiu dar início a uma nova publicação com foco nas mulheres e nas famílias. Pela quantidade de seções e de conteúdos direcionados ao público feminino ainda na RP, Garnier possivelmente, reconhecia a relevância das mulheres leitoras para seus empreendimentos.

Considerações finais

O capítulo que aqui se encerra buscou delinear as etapas, as metodologias e os cuidados no trato com a *Revista Popular*, a fim de que pudessem iluminar as questões lançadas à pesquisa, pensadas a partir de preocupações quanto à forma pela qual a publicação recomendou e proporcionou a educação feminina em meados dos oitocentos.

O periódico que abrigou importantes literatos de sua época objetivava instruir e informar um público amplo, dentre ele, as mulheres. Ainda que não fosse uma revista dirigida por mulheres e as seções examinadas tenham sido escritas por homens, depreende-se que a publicação revelou preceitos que balizavam a educação feminina, formas de sociabilidade e consumo permitidas e proporcionadas a elas, além de representações consideradas como ideais para as leitoras do periódico. A análise permitiu compreender também que as mulheres foram importantes leitoras para os impressos no século XIX.

Fontes

A Marmota, edição 1, 1º de novembro de 1859. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706922&pesq=revista+popular>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

Revista Popular, ano 1, tomo 1, jan./mar. 1859. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=181773&PagFis=1>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

Revista Popular, ano 1, tomo 2, abr./jun. 1859. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=181773&PagFis=1>>. Acesso em: 28 ago. 2019.

Revista Popular, ano 4, tomo 16, out./dez. 1862. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=181773&PagFis=1>. Acesso em: 28 ago. 2019.

SOUSA, J. N. **Brasileira célebres**. Rio de Janeiro: Editora Garnier, 1862.

Referências

ABREU, M. S. **Moda, teatro e nacionalismo nas crônicas da Revista Popular (1859-1862)**. 2008. 190 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Literatura) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, São Paulo. 2008.

_____. As crônicas de Carlos José do Rosário na Revista Popular (1859-1862): o retrato da vida cultural no Brasil de oitocentos. **Patrimônio e Memória (UNESP)**, São Paulo, v. 1, p. 140-145, 2005.

CARDOSO, R. Projeto gráfico e meio editorial nas revistas ilustradas do Segundo Reinado. In: KNAUSS, P. et al (Org.). **Revistas ilustradas: modos de ler e ver no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro: Mauad X/FAPERJ 2011, p. 17-40.

CARULA, K. A educação feminina em A Mãe de Família. In: CARULA, K.; ENGEL, M. G.; CORRÊA, M. L. (Org.). **Os intelectuais e a nação: educação, saúde e a construção de um Brasil moderno**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 85-112.

COSTA, C. R. **A revista no Brasil, o século XIX**. 2007. 292 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, São Paulo, 2007.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. F. M. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARAES, M. L. L. S. Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

JINZENJI, M. Y. **Cultura impressa e educação da mulher**: lições de política e moral no periódico mineiro O Mentor das Brasileiras (1829-1832). 249 f. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2008.

LUCA, T. R. **Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP Digital, 2017.

_____. Histórias do, no e por meio de periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.

MACHADO, L. C. A Revista Popular (1859-1862) e a nacionalidade de seus colaboradores. In: FERREIRA, T. B. C. et al (Org.). **O oitocentos em livro, livreiros e impressos, missivas e bibliotecas**. São Paulo: Alameda, 2013. p. 119-142.

MARTINS, A. L. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 45-80.

_____. **Revistas em revista**: imprensa e práticas culturais em tempos de República. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP, 2008.

_____. Da fantasia à história: folheando páginas revisteiras. **História**. São Paulo, n. 22, p. 59-79, 2003.

MIRANDA, K. R. M.; AZEVEDO, S. M. Revista Popular (1859-1863) e Jornal das Famílias (1863-1878): um perfil dos periódicos de Garnier. **TriceVersa**. Assis, v. 3, n. 2, p. 156-166, 2010.

PALLARES-BURKE, M. L. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, Faculdade de Educação/USP, n. 104, p. 144-161, 1998.

PINHEIRO, A. S. **Para além da amenidade – O Jornal das Famílias (1863-1878) e sua rede de produção**. 278 f. 2007. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, São Paulo, 2007.

_____. Baptiste Louis Garnier: o homem e o empresário. In: Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial, 1, Rio de Janeiro, 2004. **Anais...** Rio de Janeiro: 2004.

_____. **Revista Popular (1859-1862) e Jornal das Famílias (1863-1878)**: dois empreendimentos de Garnier. 405 f. 2002. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, São Paulo. 2002.

SCHMIDT, B. B. Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética. **História**, São Paulo, v. 33, p. 124-144, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/08.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2018.

SOUSA, J. N. **Brasileiras célebres**. Rio de Janeiro: Editora Garnier, 1862.

CAPÍTULO 4

**ENTRE IMPRESSOS E
MEMÓRIAS: FORMAÇÃO
E PROFISSIONALIZAÇÃO
DOCENTE NO SERTÃO DO
SÃO FRANCISCO
(1950-1970)**

Virginia Pereira da Silva de Ávila
Raquel Alves Neto

Águia de introdução

No Brasil, a formação de docentes para o ensino das primeiras letras em cursos específicos foi proposta no final do século XIX com a criação das Escolas Normais. Logo após a promulgação da 1ª Lei da Instrução Pública em 15 de outubro de 1827¹² e do Ato adicional de 1834, foi criada a primeira escola normal brasileira na Província do Rio de Janeiro, em 1835 (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Nos anos que se seguiram à criação da primeira escola normal, conforme atestam os estudos de Tanuri (2000), a experiência se repetiu em outras províncias, a saber:

[...] em Minas Gerais, em 1835 (instalada em 1840); na Bahia, em 1836 (instalada em 1841); em São Paulo, no Piauí, em 1864 (instalada em 1865); em Alagoas, em 1864 (instalada em 1869); em São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1869; no Pará, em 1870 (instalada em 1871); em Sergipe, em 1870 (instalada em 1871); no Amazonas, em 1872, no Rio Grande do Norte, em 1873 (instalada em 1874); no Maranhão, em 1874, com a criação de uma escola normal particular, subvencionada pelo governo; na Corte, em 1874, também com a criação de uma escola normal particular, subvencionada pelo governo, e em 1876 com a criação de uma escola normal pública (instalada apenas em 1880); no Paraná, em 1876; em Santa Catarina, em 1880; no Ceará, em 1880 (instalada em 1884) (Moacyr, 1939a, 1939b, 1940); no Mato Grosso, em 1874 (Siqueira, 1999, p. 210); em Goiás, em 1882 (instalada em 1884). (TANURI, 2000, p. 64).

Em Pernambuco, somente em 1864, com a criação da primeira Escola Normal Oficial, instalada em 1865 na cidade de Recife, se estabelece um marco na institucionalização da formação docente. Para ingressar na escola o(a) candidato(a) deveria saber ler, escrever, contar, ter 18 anos de idade e bons costumes. Havia um pequeno número de habilitados pela Escola Normal e uma quantidade expressiva de provimento de professores por contrato, de professores interinos no interior que possuíam ou não algum tipo de habilitação profissional, como atestam as reclamações dos relatórios oficiais (PERES, 2006).

Na transição do século XIX para o XX, os problemas permaneceram, sendo que alguns critérios foram articulados em função de uma melhor organização na estrutura da formação do professor. Outro marco fundamental nesse cenário foi a substituição do docente religioso pelo corpo docente laico, sob o controle

12 A lei assim determinava a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos.

do Estado, e que demandou o aperfeiçoamento dos instrumentos e das técnicas pedagógicas, bem como a elaboração de um corpo de saberes específicos. O ensino torna-se, assim, assunto de especialistas e a ética docente, inicialmente ligada à vida religiosa, passa à prática de um ofício/profissão. A escola normal passa a cumprir, dessa forma, um papel fundamental na constituição da profissão docente. A partir dela, como ressalta Vasconcelos (2004), configura-se o novo professor, deixando para trás o velho mestre-escola do ensino primário.

No primeiro quartel do regime republicano, mais precisamente em 1946, a publicação da Lei Orgânica do Ensino Normal (BRASIL, 1946), procurou dar uma organização nacional à formação de professores, bem como regular a sua articulação com os demais tipos e níveis de ensino, tal como fora pela Constituição de 1937, na qual se estabeleceu que a União organizaria o ensino em todos os níveis no país. Com essa lei, a estrutura da formação dos professores ficou dividida em dois ciclos: o primeiro seria de quatro anos, com o intuito de formar professores para atuar no ensino primário, em instituições denominadas Escolas Normais Regionais, e o segundo seria de três anos, destinado à formação do professor primário para as escolas normais e nos Institutos de Educação (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Para Vicentini e Lugli (2009), a história dos professores compreende a organização de um campo específico de atuação. Esse espaço de trabalho foi se tornando cada vez mais amplo e complexo, pois o sistema escolar passou a abranger instituições voltadas a diversos níveis e modalidades de ensino (primário, médio, superior, profissional, de jovens e adultos, infantil, etc.) e de natureza distinta (burocráticas, acadêmicas, formativas, associativas e sindicais, públicas e particulares etc.).

Neste capítulo, apresentamos resultados de pesquisa¹³, uma análise da formação de professoras primárias que atuaram no sertão do São Francisco, mais especificamente nos estados da Bahia e Pernambuco, entre os anos de 1950 e 1970, focalizando aspectos relacionados a processo de escolarização, escolha profissional, forma de ingresso e tempo de atuação na carreira do magistério. Para tanto, foram selecionadas quinze entrevistas realizadas com professoras que atuaram em escolas primárias rurais e grupos escolares no período em tela¹⁴.

13 Trabalho de conclusão de curso de Raquel Alves Neto, realizado em 2016. A pesquisa se insere no âmbito dos estudos produzidos na linha de pesquisa Estudos históricos sobre escola, cultura e memória, vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação no Sertão do São Francisco (GEPHESF). Para saber mais sobre o grupo, acessar: <<http://gephesf.upe.br/>>.

14 As entrevistas foram realizadas por estudantes do curso de Pedagogia, entre os anos de 2013 e 2015, na disciplina de História da Educação no Brasil. O termo de cessão de entrevista en-

O texto está organizado em duas seções. A primeira, “Da escola rural ao grupo escolar: processos de escolarização”, apresenta o percurso de escolarização das entrevistadas, destacando algumas dificuldades enfrentadas para prosseguir nos estudos. A segunda, “Da escolha da carreira, ingresso e tempo de atuação docente”, trata da escolha da profissão, a forma de ingresso, o tempo de atuação no magistério e alguns desafios enfrentados na superação das precárias condições de funcionamento das escolas, além da baixa remuneração. Por fim, considerações finais.

Da escola rural ao grupo escolar: processos de escolarização

Os relatos das professoras entrevistadas que atuaram no sertão do São Francisco permitem compreender a realidade enfrentada por cada uma para concluir os estudos, bem como a complexidade e heterogeneidade das condições do trabalho docente entre os anos de 1950 e 1970. Como assinalam Pimenta e Lima (2004 apud OLIVEIRA, 2009), as identidades docentes vão se configurando antes da formação inicial. Para as autoras, tanto a forma de conduzir os conhecimentos específicos de suas áreas de estudos, como a relação com os alunos e a avaliação que utilizam, passam pela visão de ciência que possuem pela concepção de aluno, de escola e de educação, que acumularam no decorrer das experiências anteriormente vivenciadas.

Iniciamos com o depoimento de Lindomar Maria da Silva Souza, que cursou o ensino primário em Sento Sé, no estado da Bahia, na escola pública Grupo Escolar Dr. Antônio Balbino, nos anos de 1965 e 1968. No curso secundário enfrentou algumas dificuldades, pois teve “[...] que mudar de cidade de Sento Sé para Juazeiro e houve diferenças de professores pela forma de trabalhar e pela forma de ensinar e isso dificultou a aprendizagem” (SOUZA, 2014).

Já a professora Maria Salete Coelho de Souza, nascida em 18 de novembro de 1952, cursou o ensino primário no Grupo Escolar Areolino de Abreu em São José de Piauí, no estado do Piauí. A formação em nível secundário foi na Escola Estadual de Petrolina, no estado de Pernambuco, onde concluiu o magistério em 1974. Conforme a análise de Souza e Grazziotin (2015), o grupo escolar no Brasil, apesar de algumas mudanças, permaneceu até o início da década de 1970, quando, por força da lei n. 5.692/1971, foi suprimido do sistema nacional de ensino.

A professora Rosa da Silva Gonçalves lembra que as condições físicas da escola primária em que estudou eram muito precárias. Ela estudou em uma escolinha de barro que, na verdade, era uma casa dividida e que fora construída pela população que morava lá. A escola não tinha condições apropriadas para o ensino, alguns alunos sentavam-se no chão e só havia aula três vezes na semana. Estudos realizados por Silva (2015), Rocha (2014), Vicentini e Lugli (2009) corroboram com o depoimento da professora, isto é, as escolas eram instaladas em locais improvisados, cedidos ou alugados pelos próprios docentes que se responsabilizavam, ainda, na maior parte das vezes, pela sua manutenção e limpeza.

Outro exemplo é o de Ana Dária dos A. Silva, cujo ensino primário foi realizado nas escolas reunidas¹⁵ e na Escola Gercino Coelho. Realidade também vivida pela professora Marlúcia Carvalho dos Santos. Ela cursou o primário em 1954 na escola Infantil Jacobina, no estado da Bahia, sendo que em 1956 cursou a 1ª série nas Escolas Reunidas Luís Anselmo da Fonseca. A formação em nível secundário foi no Educandário Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento em Senhor do Bonfim, no estado da Bahia.

No Brasil, a reunião de escolas isoladas num só prédio recebeu a denominação de escolas reunidas, porém não havia a organização administrativo-pedagógica. Além disso, apresentava-se como sendo economicamente mais viável, exigindo menor investimento por parte dos governos estaduais e municipais. As escolas isoladas e escolas reunidas ministrariam somente o curso elementar; os grupos escolares poderiam ministrar o curso elementar e o curso complementar; as escolas supletivas, apenas o curso supletivo (ÁVILA, 2013).

A professora Mirian Tavares Rodrigues, por sua vez, realizou o curso primário em uma escola reunida rural de Ibimirim, em Pernambuco. Segundo ela, para ingressar no 1º, 2º e 3º ano era necessário fazer prova. Para continuar seus estudos em nível secundário foi preciso fazer uma prova de adaptação, no final da 4ª série, uma espécie de vestibular para ingressar no 1º ano do curso ginásial. Nessa prova, deveria estudar um livro com todas as matérias. O objetivo era verificar se o aluno tinha capacidade ou não para fazer a primeira série ginásial.

Outro depoimento é o da professora Elisete Gonçalves Coelho Rodrigues. Ela realizou o curso primário no município de Juazeiro, na Bahia, em 1966. Lá, passou por várias etapas, incluindo o uso das cartas A, B, C e cartilhas¹⁶. A professora teve que pagar por seus estudos. Maria Diva Ramos Bastos de Oliveira, por exemplo, começou com as cartas A, B, C, depois as cartilhas. Segundo a pro-

15 Sobre escolas reunidas, consultar Santos (2014).

16 Sobre as cartas e cartilhas de alfabetização, ver Mortatti (2000).

fessora, era comum que as famílias contratassem professores para que os filhos pudessem aprender a ler e a escrever, como foi o seu caso. O curso primário da professora Ivonise Vasti Pessoa dos Santos, não foi diferente, ela também estudou com sua mãe. Após concluir o ensino primário, foi para o ginásio.

Na próxima seção apresentaremos a trajetória das professoras no que diz respeito à escolha, ao ingresso e ao tempo de atuação no magistério. Conforme reflexão de Nóvoa (1992), a escolha de uma identidade profissional implica renúncia a outras identidades, e esse ato representa justamente a transição da adolescência, em que tudo é ainda possível, para a vida adulta, em que os compromissos surgem mais carregados de consequências.

Da escolha da carreira, ingresso e tempo de atuação docente

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir na pessoa e dar um estatuto ao saber da experiência. (NÓVOA, 1992, p. 14).

Sobre a escolha da carreira, forma de ingresso e tempo de atuação das professoras, foi possível constatar com base nas seguintes perguntas: Por que escolheu ser professora? Como ingressou no magistério? Quanto tempo atuou na profissão? Além de responderem a tais perguntas, nos seus depoimentos, as professoras relatam as precárias condições de trabalho e o baixo salário recebido.

Para Lindomar Maria da Silva Souza, a escolha da carreira do magistério foi uma opção, segundo ela, acertada. Primeiro porque possuía aptidão e segundo por se identificar com a profissão, pois, desde cedo, ainda no primário, já trabalhava com crianças ajudando em bancas de alfabetização e reforço escolar. A professora permaneceu no magistério durante 33 anos.

No caso da professora Rosa da Silva Gonçalves, a escolha da carreira do Magistério foi motivada na infância, visto que considerava muito lindo ver a professora ensinando. Recorda sua origem pobre, e o fato de não ter condições de pagar os estudos em outro lugar. Atuou no Magistério por doze anos, depois se casou e o esposo não a deixou mais trabalhar fora do lar. Iniciou a carreira no magistério no final de 1969 para o início de 1970. No relato da professora, é possível observar o quanto gostava de dar aula; porém, a escola não tinha boas condições físicas. Além disso, como ela mesma diz, era muito difícil dar aula pra crianças que viviam na roça.

De fato, muitos foram os desafios da docência na zona rural, o que faz com que se evidencie não somente a precarização do trabalho docente, no que diz respeito à estrutura das salas de aula, remuneração, valorização da profissão, recursos materiais, carga horária, entre outros fatores inerentes ao exercício da docência. Contribuindo com essa reflexão, Codo (2000) assinala que as condições enfrentadas pelos professores ainda não são as melhores, muito pelo contrário, os professores sofrem com baixos salários, condições inadequadas de infraestrutura e equipamentos, falta de conforto e condições adequadas de trabalho.

Maria Moreira Rodrigues de Castro também escolheu a profissão por se identificar com a mesma. Segundo a professora, essa escolha foi por vocação e por gostar dessa profissão desde criança. Atuou no magistério por 25 anos. Depois, continuou na área da educação participando da equipe gestora na rede municipal. De acordo com o seu depoimento, as condições de trabalho no magistério não eram as melhores, no que se refere ao material didático e aos prédios escolares. As instalações eram precárias e os professores não eram bem remunerados. A professora ingressou por meio de indicação política, realidade vivenciada por muitos professores no país.

Não sem razão, a aprovação em concurso era um desejo almejado por muitos professores e professoras, uma espécie de sonho a ser alcançado. Como bem assinalado por Vicentini e Lugli (2009), o concurso era determinante para a constituição da identidade profissional dos(as) professores(as), uma vez que proporcionava estabilidade e permanência no cargo.

Para Ana Dária dos A. Silva, a escolha da profissão é uma realização, pois desde cedo já sabia o que pretendia na vida. Atuou no magistério durante 28 anos e seis meses. Já para Marlúcia Carvalho dos Santos, a escolha da carreira do magistério ocorreu por verdadeira vocação, pois a escola era a extensão do seu lar. Permaneceu na docência durante 25 anos, sempre no regime de 40 horas. As condições de trabalho no magistério, na escola estadual, não eram das melhores, o salário sempre foi baixo, mas não a desanimava. Seu ingresso no magistério se deu através do concurso público, em 1971, e tomou posse em 18 de abril de 1972, na Escola Luiz Viana Filho.

Outra professora que também escolheu o magistério por vocação, foi Maria de Fátima Vieira. Completou 25 anos no exercício do magistério. A professora alega que as condições de trabalho no magistério eram precárias, e a carga horária era de 200 horas. O ingresso foi mediante o concurso público. Nessa perspectiva, a luta por melhores salários e condições de trabalho ainda é constante. Professores fazem reivindicações, lutando por seus direitos e por um trabalho mais digno (LUGLI, 2002).

Estudos realizados por Vicentini e Lugli (2009) indicam que os atrasos e as dificuldades no pagamento dos professores primários foram uma constante, a partir do crescimento acelerado da rede de ensino. O final da década de 1950 correspondeu ao período em que os professores primários começam a mostrar publicamente insatisfação com os seus salários. Neste sentido, é preciso considerar que as formas de remuneração expressavam historicamente os diferentes valores relativos dos professores dentro da categoria profissional, nem sempre justificados pela competência ou formação, como é o caso, ainda hoje, de acentuadas diferenças salariais entre os professores municipais e estaduais para o mesmo nível de ensino.

Georgina Ferreira da Rocha, por sua vez, escolheu o magistério porque, na época, era a opção que havia para quem morava no interior, mas, desde criança, sentia vontade de ser professora. A professora atuou durante 42 anos na sala de aula, até se aposentar pelo estado da Bahia. Seu ingresso foi por indicação do governo, iniciando como professora interina. Após sete anos, fez concurso e ingressou como efetiva. A professora Georgina Ferreira da Rocha encerrou a carreira no Distrito Federal, onde também ingressou por concurso público após completar 73 anos. Mesmo aposentada, ainda lecionava. Exerceu o ofício do magistério por mais de 60 anos.

Sobre o ingresso por indicação política, Maria José Dias de Oliveira, residente em Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco, explica que foi assim seu ingresso na carreira, o que era muito comum nesse período, permanecendo até os dias atuais nas cidades pequenas no interior do estado. A indicação por políticos era muito forte, principalmente em época de eleição nos municípios, os “padrinhos políticos” (grifos nosso) se aproveitam da ocasião para conseguir votos. Um exemplo significativo dessa situação foi declarado por Oliveira (2013), quando questionada sobre seu ingresso na carreira docente:

[...] foi por indicação, porque o prefeito chamava a gente pra ser professora, porque nas roças sempre tinha dificuldade de ter professora, aí quem fosse de lá e tivesse um pouquinho de conhecimento era só falar com o prefeito, ele chamava a gente, fazia uma reunião e ficava 3 a 4 horas por dia preparando a gente [...] eu conhecia ele e era mais por causa de campanha política [...]. (OLIVEIRA, 2013).

Para Lugli (2002), as influências políticas no sistema de ensino, contratações e remoções por indicação de poderosos locais, foi uma realidade vivida por professores principalmente de cidades do interior. É assim que Mirian Tavares

Rodrigues recorda seu ingresso na profissão, recebeu uma cadeira primária por sugestão política até se aposentar. A professora trabalhou durante 26 anos.

Na expectativa de exercer o ofício, alguns professores ficam à mercê da boa vontade e dos interesses dos políticos. Geralmente a situação de substituto ou interino era favorável às disposições de acordo com as inclinações e simpatias dos políticos locais, o que contribuía para que os concursos não fossem realizados com a frequência devida (VICENTINI; LUGLI, 2009).

Em meio à procura por trabalho, algumas professoras vivenciaram outras formas de ingresso no magistério. Exemplo disso pode ser observado nas entrevistas das professoras Maria Diva Ramos Bastos de Oliveira, que ingressou como estagiária na Escola Dom Malan, em Pernambuco, e depois como professora substituta da mesma escola. De igual modo, a professora Lícia Maria Santos, que ingressou na profissão como estagiária e depois foi convidada para atuar como professora.

Outra entrevistada, Maria Gomes Ferreira, ingressou no magistério por meio de concurso público, em Juazeiro, no estado da Bahia, permanecendo por 25 anos no magistério. Já a professora Marina Lina dos Santos Paulino lecionou durante 28 anos.

Por meio dos depoimentos, consideramos que essas professoras eram persistentes, visto que diante de tamanhas dificuldades, elas permaneceram muito tempo na profissão.

Ao refletirmos sobre a profissão do professor no contexto da nossa sociedade, inúmeras representações e inquietações sobre o ser professor surgem de maneira significativa, ou seja, é possível identificar que a atividade docente passa por diversas transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e pedagógicas, e essas acabam afetando o exercício profissional (SANTOS et al., 2012).

Na transição de alunas a professoras, os relatos atestam as dificuldades e os desafios enfrentados por uma perspectiva de vida melhor.

Considerações finais

Neste estudo, buscou-se retratar o processo de formação e profissionalização de professoras primárias nos municípios de Juazeiro, na Bahia e Petrolina, em Pernambuco, nas décadas de 1950 a 1970. De maneira geral, as professoras encontraram no magistério uma saída para melhorar as condições de vida. Algumas fizeram a escolha pela docência por vocação e por identificação com a profissão, outras por ser uma das únicas opções para a profissionalização das mulheres.

Pode-se dizer que as professoras encontraram no magistério uma saída para melhorar as condições de vida. A maior parte das professoras conviveu com a precariedade das instalações físicas e materiais, ausência de recursos financeiros, sem contar com a baixa remuneração.

Outro elemento a ser considerado refere-se ao ingresso das professoras na carreira do magistério. Algumas ingressaram por meio de concurso, outras se submeteram à substituição, ao contrato, ao estágio e à indicação política. A maior parte das entrevistadas enfrentou condições adversas durante o período de escolarização, até chegar ao exercício do magistério.

Fontes

BRASIL. Decreto-Lei n. 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Institui a Lei Orgânica do Ensino Normal. **Diário Oficial**. Rio de Janeiro, jan. 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

_____. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em: 07 abr. 2018.

CASTRO, M. M. R. **Entrevista concedida à Giselda Neri**. Petrolina. 2013.

GONÇALVES, R. S. **Entrevista concedida à Alef Henrique C. Nogueira**. Petrolina. 2013.

OLIVEIRA, M. J. D. **Entrevista concedida à Claudia Ferreira de Vasconcelos**. Petrolina. 2013.

PAULINO, M. L. S. **Entrevista concedida à Mônica Silva e Ritiely Mirelly**. Petrolina. 2015.

RAMOS, M. D. **Entrevista concedida à Laina Kariny A. da Silva**. Petrolina. 2013.

ROCHA, G. F. **Entrevista concedida à Amanda Daiane dos Santos Fernandes**. Petrolina. 2015.

RODRIGUES, E. G. C. **Entrevista concedida à Amanda Vieira Gomes**. Petrolina. 2013.

RODRIGUES, M. T. **Entrevista concedida à Martinha Juliana B. Tavares**. Petrolina. 2014.

SANTOS, L. M. **Entrevista concedida à Natália Micheli Dias de Araújo**. Petrolina. 2013.

SANTOS, M. C. **Entrevista concedida à Sheila da Silva Santana**. Petrolina. 2014.

SILVA, A. D. A. **Entrevista concedida à Márcia Rejane**. Petrolina. 2013.

SILVA, P. M. **Entrevista concedida à Maria de Lourdes do Nascimento e Silva**. Petrolina. 2014.

SOUZA, L. M. S. **Entrevista concedida à Quésia Tâmara da Silva Souza**. Petrolina. 2014.

SOUZA, M. S. C. de. **Entrevista concedida à Alba Valéria de Souza Andrade**. Petrolina. 2013.

VIEIRA, M. F. **Entrevista concedida à Scheilla Verônica Vieira Alves da Silva**. Petrolina. 2013.

Referências

ÁVILA, V. P. S. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (192-1952):** uma abordagem comparada. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: <http://www.culturaacademica.com.br/_img/arquivos/9788579834875.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2018.

CODO, W. **Educação:** carinho e trabalho. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUGLI, R. S. G. **O trabalho docente no Brasil:** o discurso dos Centros Regionais de Pesquisa Educacional e das entidades representativas do magistério (1950-1971). 2002. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MORTATTI, M. R. L. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. **Cadernos Cedes**, ano XX, n. 52, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v20n52/a04v2052.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2018.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, L. M. T. **A docência como profissão diante das políticas educacionais e contextos específicos:** novos processos identitários na Licenciatura? 2009. Curso de curta duração ministrado/Extensão. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/.../Docencia_Ens_Superior_2008.doc>. Acesso em: 03 jun. 2016.

PERES, P. C. A. **A emergência da profissão docente no espaço público estatal:** do mestre-escola ao professor público primário em Pernambuco. 2006. 178 fls. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

ROCHA, C. M. P. **Ser professora no semiárido nordestino:** a trajetória de Yolanda de Almeida (1960-1970). Trabalho de Conclusão de Curso (artigo). Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2014.

SANTOS, A. R. J. et al. Representações em relação à precarização do trabalho docente: um olhar dos alunos do curso de história da Universidade Estadual de Londrina. **Revista eletrônica pro-docência**. UEL. Londrina, Edição n. 1, v. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/.../Adriana%20jesus-dayane-karina-helio-and....>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

SANTOS, E. C. R. As escolas reunidas como modelo educacional similar ao grupo escolar em Mato Grosso (1910-1940). **Revista do Departamento de História**. Cáceres: UNEMAT. v. 5, n. 2, 2014, 239 p.

SILVA, R. S. M. **Profissionalização docente no sertão pernambucano:** a trajetória da primeira professora do município de Dormentes (1956-1970). 2015. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Curso de Pedagogia, Universidade de Pernambuco, Petrolina, 2015.

SOUZA, J. E.; GRAZZIOTIN, L. S. S. Memórias de uma professora ao recompor cenários do ensino público em Lomba Grande, Novo Hamburg, RS (1931-1942). **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 61, abr./jun. 2015.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 14, p. 61-88, 2000.

VASCONCELOS, M. C. C. Um estudo sobre a gênese da profissão docente. **Revista Poiésis**, Catalão, v. 2, n. 2, p. 57-72, jan./dez. 2004.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. G. **História da profissão docente no Brasil**: representações em disputa. São Paulo: Cortez, 2009.

CAPÍTULO 5

ITINERÁRIOS DE PESQUISA E A REVISTA MATO-GROSSO (1904-1915): A EDUCAÇÃO FEMININA E UM PROJETO EDUCACIONAL EM MATO GROSSO¹⁷

Sthefany de Souza Ribeiro

Adriana Aparecida Pinto

¹⁷ Este capítulo trata-se de uma versão revista e ampliada do texto submetido ao Simpósio Temático coordenado pelas organizadoras da obra, apresentado durante o VIII Congresso Internacional de História (CIH); XXII Semana de História, promovido pela Universidade Estadual de Maringá, em 2017.

Os anos finais do século XIX e início do XX são marcos temporais produtivos em Mato Grosso para o estudo dos impressos de natureza periódica como documentação principal (PINTO, 2010; 2013; 2017). Assim, o presente capítulo articula interesses de pesquisa comuns das autoras, que envolvem os estudos sobre impressos de circulação periódica, entendendo-os a partir dos contextos e temas relacionados a Mato Grosso nas décadas iniciais do século XX.

Esse esforço, em particular, dá-se no sentido de investigar aspectos relacionados à educação, em especial a feminina, difundidos direta ou indiretamente em fontes ligadas à imprensa, a qual se acredita que abra possibilidades ampliadas de compreensão acerca dos processos de educação, particularmente, instrução das mulheres, mesmo que esses processos não ocorram na esfera formal, entendida como os espaços de escolarização institucional.

Isso ocorre uma vez que é impossível dissociar o papel da imprensa na (in)formação e ampliação da sociedade brasileira na transição do século XIX para o XX, bem como em outros momentos, como atestam os estudos que se dedicam ao tema (LUCA, 2010; 2012, CAMPOS, 2012). Publicações dessa natureza tinham o papel de informar, denunciar, entreter envolvendo-se em muitas dimensões do cotidiano em que se inserem. Além disso, relações e espaços de sociabilidade eram potencializados a partir dos assuntos abordados, como destaca Raquel Discini Campos, ao afirmar que “assim, discutiam a decoração dos ambientes, a etiqueta observada na composição dos trajes de homens e mulheres, o comportamento esperado da ‘boa sociedade’, etc.” (CAMPOS, 2012, p. 54).

O papel da imprensa pode assim ser enquadrado como educativo, a partir do entendimento de que esta se situava em um lugar de difusão da “luz” modernista e da razão, ao mesmo tempo em que, em alguns de seus veículos, promovia a moral socialmente aceitável. A imprensa de grande circulação contribuía como socializadora, formadora, construtora do imaginário, moralizadora e divulgadora dos ideais socialmente construídos e determinados em tal tempo/espço, como apontam alguns trabalhos (SANTOS, 2007; PALLARES-BURKE, 2013; RIBAS, 2009).

De acordo com Justino (2016, p. 112) “A educação acontece entre os sujeitos, entre as pessoas, não é exclusividade do ambiente escolar”, o que leva a compreender a relevância da imprensa como fonte e objeto de estudo histórico em educação e ensino. Para Pinto (2013, p. 29):

[...] a imprensa, seja ela especializada em educação ou de circulação geral, não se encontra em um campo alheio às políticas de (re)organização da instrução/educação. Ao contrário, atua como força corroboradora que conta com espaço privilegiado para algumas discussões e, ao mesmo tempo, se

insere no campo das disputas por uma hegemonia no plano das ideias, conferindo àqueles que publicizam seu pensamento nas páginas dos impressos, supostamente, a legitimidade do discurso educacional dominante.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a escrita dos periódicos direcionava-se ao público feminino; mesmo quando não o faziam diretamente, de uma forma ou de outra abordavam as perspectivas do ser e estar relacionado a esses sujeitos (CAMPOS, 2007; ALMEIDA, 2008). Em Mato Grosso, buscamos perceber esse cenário no diálogo com a imprensa periódica, visando compreender práticas de moralidade, civilidade e educação prescritas às mulheres mato-grossenses, nas primeiras décadas do século XX, utilizando como fonte a *Revista Matto-Grosso*, impressa mensalmente pelo Liceu Salesiano de Artes e Ofícios de São Gonçalo, localizado em Cuiabá-MT, editada e em circulação entre os anos de 1904-1915.

A *Revista Matto-Grosso*, embora não seja uma publicação direcionada à educação e tão pouco apresentar-se como uma revista voltada ao público feminino, apresenta-se como significativa documentação da ordem dos impressos, meio significativo de instruir o comportamento das mulheres, por meio da divulgação e circulação de modelos e práticas de condutas direcionadas a elas ou as famílias, demonstração da moral aceitável, atendendo às expectativas do período em que se inscreve. Além disso, segundo Zorzato (1998) a *Revista Matto-Grosso* e a revista *O Archivo*, ambas com o início de suas publicações no ano de 1904, constituem-se marcos no processo de construção de uma identidade mato-grossense¹⁸.

A *Revista Matto-Grosso* iniciou sua edição em 1903, em forma de panfletos, circulando no formato de revista a partir de 1904. A redação e a impressão localizavam-se no próprio Liceu Salesiano e os textos contavam a com colaboração externa, tanto de personalidades locais, como de outras regiões do país. De acordo com Francisco (2013, p. 3) a preocupação dos salesianos com “a publicação de periódicos e jornais” era a de “propagação dos princípios e verdades da fé católica, bem como à divulgação da própria ação missionária daqueles religiosos, no estado e fora dele”. A própria revista, em um editorial publicado, declarou que sua principal função era servir à religião e a pátria (REVISTA MATTO-GROSSO, 1907, p. 2.). Entre os colaboradores de maior destaque no cenário regional

18 No período que circunda a tiragem da revista, a sociedade mato-grossense tinha duas preocupações complementares e ao mesmo tempo contraditórias: ser moderna como outras cidades, mas ao mesmo tempo uma necessidade de autoafirmação e busca por uma identidade. Essa sociedade se destacava na busca do ideal de um povo com elo, identidade e história, e se encontrava com intelectuais como Estevão de Mendonça, José Barnabé de Mesquita e Virgílio Correa Filho. O primeiro, inclusive, foi um dos principais colaboradores da *Revista Matto-Grosso*, e, segundo Zorzato (2000, p. 419) foi um dos primeiros a produzir e a divulgar a memória regional.

citam-se: Estevão de Mendonça, Desembargador Luiz da Costa Ribeiro, Major Amarílio Alves d'Almeida, Alferes Augusto Correa, dentre outros.

Para que se possa entender a importância social dessa revista naquele momento é essencial que se conheça um pouco a história dos responsáveis pela sua edição. A Congregação São Francisco de Sales, ou simplesmente, salesianos, foi fundada por Dom Bosco, em 1859 no norte da Itália, cujo principal objetivo era a educação de crianças e de jovens. Os salesianos chegaram no Brasil em 1883 e em Mato Grosso, em 1894, “convidados pela igreja e pelo governo local para a ação de pacificação e catequese do indígena, dois meses após a chegada abrem a primeira de suas escolas na Igreja de São Gonçalo de Pedro II, antigo distrito de Cuiabá” (FRANCISCO, 2010, p. 21).

Em 1896 foi instalado o Liceu Salesiano São Gonçalo no local do prédio atual. Naquela época o liceu servia para a educação ginásial e técnica para meninos, internos e externos à instituição. Como o liceu possuía uma oficina de tipografia, eram impressos diversos jornais, revistas e folhetos, entre eles a *Revista Matto-Grosso*, que em sua epígrafe já demonstrava sua principal preocupação de informação do conteúdo jornalístico tratado: divulgação de ciências, artes, religião, letras e variedade (Figura).

Figura - Capa da Revista Matto-Grosso, janeiro de 1910.



Fonte: REVISTA MATTO-GROSSO, jan. 1910.

Em suas páginas podiam-se encontrar textos religiosos como, por exemplo, mensagens da Igreja, do Vaticano, bem como dos próprios salesianos, os quais buscavam discutir os aspectos da religião e da sua presença na sociedade moderna. Também eram apresentados romances em forma de folhetins e que tinham a temática religiosa, como o caso de *Fabíola* ou a *Egreja das Catacumbas*, do cardeal anglo-hispânico Nicholas Wiseman, publicado em 1854, e que a *Revista Matto-Grosso* vinha trazendo, a partir de 1907, a publicação de um capítulo a cada mês.

Havia também divulgação sobre os acontecimentos internos do liceu, como atividades extras ocorridas, notas dos estudantes, premiações, recado aos pais, entre outros. Nas edições também havia notícias tanto relativas ao Brasil, quanto a outras localidades internacionais, estas se encontrava em uma seção intitulada Notícias de Além-mar. Ademais, em todas as edições mapeadas, havia um balanço das características do clima e da geografia da região, em que eram trazidos detalhes sobre temperatura, pressão atmosférica entre outros aspectos meteorológicos.

Em seus artigos, contos, romances e poesias há sempre a preocupação com a formação da família e sua religiosidade, como é o caso de “Casamento e União Livre”, “Educação doméstica”, “Lar Christão”, entre outros temas, como pode ser identificado no mapeamento que originou os interesses de pesquisas atuais.

Dos processos de levantamento, mapeamento e organização da documentação: os encontros e os caminhos da pesquisa histórica

O processo de levantamento e mapeamento desta publicação remonta aos anos de 2010 quando, por interesses de pesquisa relacionados à compreensão de aspectos da instrução pública em Mato Grosso, postos em circulação a partir de publicações periódicas entre os anos de 1890 a 1920, a *Revista Matto-Grosso*, derivada de esforço significativo de produção e de circulação dos salesianos, foi localizada, impressionando pela qualidade editorial e gráfica, possivelmente derivado do financiamento de ordem/instituições religiosas.

Naquele momento a revista se apresentava fértil aos interesses de pesquisa, procedendo-se assim à busca pela sua sequência em acervos da cidade de Cuiabá, visando a localização, o levantamento, a seleção e o exame dos exemplares e o exame efetivo dos textos. Foram consultados os acervos do Palácio da Instrução Pública, sede da Biblioteca Estevão de Mendonça (PINTO, 2010), constatando a existência das revistas físicas referente aos seguintes anos: 1904; 1906; 1907; 1908;

1909; 1910; 1911; 1913 e 1914. Esses intervalos e ausências na composição da coleção completa da publicação, relacionados à pouca produção pertinente ao primeiro conjunto de intenções de pesquisa, ocasionaram o processo de alteração dos interesses de pesquisa, não em relação ao tema, que permanecia vinculado à instrução pública e à educação, mas em relação à documentação que evidenciava o problema que se buscava investigar, motivo pelo qual a imprensa periódica de circulação geral, especificamente em jornais que circularam entre os anos 1890 a 1910, serviu de modo mais objetivo, resultando em outro estudo desenvolvido (PINTO, 2013, 2017).

Outrossim, no presente contexto, a revista volta à cena, desta feita para conduzir os passos da pesquisa iniciante e iniciada em curso de mestrado, para elucidar aspectos relacionados à educação, no tocante à compreensão das práticas destinadas às mulheres mato-grossenses, investigados a partir de impressos periódicos. Partindo do material anteriormente mapeado e levantado (PINTO, 2010), retomaram-se os dados existentes, neste momento, favorecidos pelos avanços da tecnologia quanto aos recursos da digitalização de algumas obras, e organização de catálogos virtuais *on-line*, a exemplo do que se têm disponíveis na Hemeroteca Digital, no site da Biblioteca Nacional, mas que ainda não completavam a coleção. Foram encontradas, nesse suporte digital, as revistas dos anos de 1907 a 1915, contudo, entre essas faltavam números de alguns anos. Do ano de 1908 faltava o exemplar de janeiro; de 1910 havia apenas os números 1, 10 e 11; de 1911 apenas o número 3; de 1912 estavam digitalizados somente os números 2, 4 e 5; dos anos de 1913 e 1915, apenas o número 2 de cada ano.

Na continuidade do processo de levantamento e busca da documentação, fez-se necessário realizar visitas técnicas aos arquivos da cidade de Cuiabá, a saber: Palácio da Instrução Pública, onde atualmente funciona a Biblioteca Pública Estadual Estevão de Mendonça, e outros espaços de conservação, preservação e guarda documental. Verificou-se a existência das revistas dos anos de 1904-1914, com exceção do ano de 1912. Também foi visitada a biblioteca do Colégio São Gonçalo, onde foram localizados exemplares dos anos de 1905 a 1914.

O processo de pesquisa histórica, quando envolve documentação de períodos mais recuados, tornou necessário percorrer, para a composição da seriação completa da massa documental, todos os lugares que as mencionassem, seguindo pistas deixadas ou contidas na própria documentação. Cada indício de leitura observado, conduziu para mais perto do encontro com a fonte, ressaltando os caminhos sinalizados na metodologia de pesquisa da micro-história. Carlo Ginzburg, ao realizar a movimentação intensa para compor o cenário documental que interessava à sua investigação, evidencia a importância de se ater aos detalhes na pesquisa histórica (GINZBURG, 2007, p. 152). O paradigma indiciário, nesta

pesquisa, constituiu-se em importante ferramenta de pesquisa para se analisar um fato, pessoa, local, entre outros, podendo ser aplicada a qualquer tipo de pesquisa e área. O uso desse indicativo metodológico permite aos historiadores uma visão mais consistente acerca de acontecimentos, períodos e lugares, como uma forma de auxiliar outros tipos de análise histórica.

Dessa forma foi realizada a digitalização de todas as revistas que faltavam nessa versão, presentes no acervo de obras raras na Biblioteca Estevão de Mendonça em Cuiabá, para que pudesse ser feita a análise documental posteriormente. A digitalização se deu por meio de câmera fotográfica, havendo uma foto para cada página ou cada duas páginas. Esse processo teve duração de alguns dias divididos em duas viagens à cidade de Cuiabá. No total foram 1753 fotografias. As imagens foram capturadas procurando sempre apresentar a página da revista completa e com foco e contrastes que apresentassem a possibilidade de uma leitura tranquila através da tela de um computador.

Perante esse grande número de documentação, houve a necessidade quase que imediata de organizar minimamente esse material. Para isso as imagens foram divididas em pastas, anuais e subpastas mensais, no computador. Assim, a busca por uma revista em específico tornou-se mais rápida e eficiente. Além disso, foi feita a renomeação de cada arquivo indicando “ano”, “número”, “edição” e “página(s)” (exemplo: “1907_Anno_4_edicao_1_p3”) de cada imagem capturada, o que permite uma referência rápida nas planilhas e uma busca eficiente quando necessária.

A título de organização formal da documentação levantada e mapeada, um banco de dados preliminar foi produzido, em Microsoft Office – Excel (tabela), para que fosse preenchido conforme fosse se fazendo a primeira leitura das revistas. Este contempla os seguintes campos: acervo, tipo do arquivo (físico ou digital), ano, volume, número, mês, páginas, editor, valor, descrição do conteúdo e outras informações relevantes. Então, nessa primeira leitura, cujo contato se faz essencialmente pela via da materialidade, o mapeamento toma forma de dados para propiciar a leitura histórica.

Os impressos e a pesquisa: ensaios de pesquisa e a educação para as mulheres

Face ao exposto, as experiências acumuladas no trato com a documentação possibilitaram os ensaios de análise das revistas, que ora se apresentam neste tópico, à luz do esforço acumulado de pesquisadores que vinham na contramão

de historiadores que criticavam o uso da imprensa como fonte, utilizando-se das metodologias disponíveis para que se possa tratar a imprensa como fonte (LUCA, 2005, p. 118).

A pesquisa dialoga com dois campos de produção teórica e metodológica, que nesse estudo se complementam aos estudos históricos: história da educação e história das mulheres (PERROT, 1988; 1995; 2005; PRIORE, 1997; DAUPHIN, 2001; SOIHET; PEDRO. 2007; LUCA, 2012; PINSKY, 2012), ambos permeados pelo diálogo promovido por intermédio do impresso periódico como fonte.

Tendo em vista que as mulheres foram, por muito tempo, silenciadas como sujeitos na produção histórica e historiográfica (PRIORE, 1997; DAUPHIN, 2001; PINSKY, 2012) é preciso enveredar-se pelas mais diversas fontes para fazer essas personagens saírem do “sótão da história” (PERROT, 2005), e as revistas são fundamentais para dar visibilidade à presença feminina (LUCA, 2012).

As mulheres aparecem de uma história ditada pelas fontes documentais, fontes de mudanças estruturais no mundo político, econômico, religioso. Elas circulam em documentos de toda a sorte: processos de inquisição, greves, leis, livros, crônicas de viagem, atas de batismo, diários, fotos, relatórios médicos, jornais, pinturas, policiais... (TEDESCHI, 2012, p. 125).

Para Michelle Perrot há uma necessidade de buscar pelas mulheres e por seus silenciamentos: “Escrever tal história significa levá-la a sério, querer superar o espinhoso problema das fontes (‘Não se sabe nada sobre as mulheres’, diz-se em tom de desculpa)” (PERROT, 1995, p. 9). Partindo do entendimento de que os impressos são responsáveis pela difusão de práticas, valores e normas de conduta nos períodos e lugares em que circulam, e que estes permitem que se possam observar aspectos sociais e reflexos culturais de seus tempos, o exame de impressos como a *Revista Matto-Grosso* permite compreender algumas das formas de moralidade, civilidade e educação sugestionadas às mulheres mato-grossenses, nas primeiras décadas do século XX.

Tania de Luca (2005) salienta a importância do máximo cuidado na utilização desse tipo de vestígio como fonte para a escrita da história. Luca afirma que “(...) o conteúdo em si não pode ser dissociado do lugar ocupado pela publicação na história da imprensa, tarefa primeira e passo essencial das pesquisas com fontes periódicas” (2005, p. 119). Essa contextualização da fonte, principalmente no caso de jornais e revistas, é fundamental para legitimar a pesquisa.

Uma informação sem ambientação se torna frágil e passível de interpretações equivocadas e/ou tendenciosas: “É dever do historiador fazer a interpretação da fonte dentro do seu contexto, e fazer uma análise crítica de seu conteúdo, reco-

nhecer sua parcialidade e sua subjetividade” (CAPELATO; PRADO, 1980, p. 19). Assim, o estudo da/sobre a revista vem se detendo sobre: autores, editores, locais de publicação e edição, circulação, contexto sociopolítico em que se inscreve, objetivos expressos e internos, sem perder de vista a materialidade dos impressos, também é importante para a análise (CHARTIER, 1991).

Sendo assim, os encaminhamentos de análise dos impressos propostos por Tania de Luca (2005), aplicados em trabalhos anteriores (PINTO, 2010; 2013; 2017) são aqueles que, de modo mais adequado, se aplicam a esse estudo: a) localizar a documentação e a série (para fins de profundidade de análise e de comparação); b) realizar levantamento bibliográfico na intenção de construir um estado da arte sobre o tema, com/pelo/do periódico em questão; c) identificar a periodicidade, o tipo de impressão, tipologia do papel, presença ou não de iconografia e de publicidade; d) identificar os editores da publicação e os principais colaboradores; e) verificar o uso da iconografia; f) compreender a disposição e organização do conteúdo no interior do periódico; g) compreender as formas de circulação e aquisição da publicação, os valores cobrados de assinatura e outras formas de comercialização; h) identificar o público ao qual se destinava; e, por fim, mas não menos importante, i) analisar a fonte de acordo com o tema e o problema da pesquisa.

Paralelamente à análise material da fonte, buscou-se identificar em que medida a revista se direcionava ao público feminino, observando citações em artigos, poemas, crônicas, romance e notícias, ou como mulheres colaboradoras na escrita das mesmas. Já foram identificados conteúdos que tratam sobre o lugar social da mulher e o comportamento que se esperava da mesma, com ênfase aos temas: casamento, maternidade, religiosidade, aparência, entre outros.

Nessa seara, a intenção de civilizar e educar mulheres perpassa aos interesses da publicação, principalmente no aspecto moral. Um artigo de opinião, em especial, chamou muito a atenção, publicado em 1914, numa edição que agregava três números daquele ano (fevereiro, março e abril), sob o título “As modas”, assinado por Paulo Girand, pseudônimo de Cônego Alfredo Xavier Pedrosa, que ocupou os cargos de secretário, redator, redator-chefe do jornal *A Tribuna* de Pernambuco, entre os anos de 1906-1922, além de ter sido membro da Academia Pernambucana de Letras e secretário (1915-1920) e diretor (1920-1922) da revista *Maria* (1913; 1915-1969). (AMARAL, 2014; NASCIMENTO, 1975; 1983).

Em tese desenvolvida por Nukácia Almeida (2008) a autora dedica-se ao estudo do *Jornal das Moças* (1932-1945), publicada no Rio de Janeiro e que circulou em muitas capitais brasileiras, entre os anos de 1914 e 1965, a fim de compreender o contexto civilizador feminino presente nas páginas desse periódico. A autora analisou excertos de textos publicados no jornal e para isso ela justifica suas es-

colhas ajudando-nos a compreender a importância do artigo de opinião para a compreensão das dinâmicas civilizatórias.

O artigo de opinião compõe a cena jornalística e é um texto em que o enunciador manifesta um ponto de vista a respeito de acontecimentos ou fatos sociais que constituem notícia jornalística. Seu propósito comunicativo é opinar, argumentar contra ou a favor de algo. Esse gênero configura espaço propício para a propagação de normas de civilidade, visto que, na medida em que o enunciador expõe argumentos valorativos a respeito do tema tratado, pode disseminar normas de convivência social e construir representações de atores sociais, como a mulher, por exemplo. (ALMEIDA, 2008, p. 201).

De tal modo, a escolha do artigo de opinião “As Modas”, se deu pelo fato de ter uma temática voltava essencialmente aos modos e modas femininas, por suas características normatizadoras e por ser um reflexo dos ideais sociais do momento em que é construído. Segue a transcrição do artigo em questão:

Muito se tem escripto sobre as inconveniencias e os escandalos da moda e com razão. S. Bernardo falando da modéstia das mulheres christãs, chama-se a perola dos costumes, a irmã da modéstia, o desperdício de uma alma pura, o decoro da vida e a séde da virtude. Ora, sem querer ofender a dignidade feminina em geral, nós avançamos que as modistas escandalozas desconhecem essa virtude sublime que faz da mulher o adorno da sociedade. Não reprovamos absolutamente a moda, porque esse gosto que se experimenta pela novidade, a séde pelo que é novo, com já li algures provamos que fomos creados para outras espheras e revela-nos o que quer que seja de alto e nobre.

S. Francisco de Salles desejava mesmo que a “sua devota fosse a mais graciosa e bem vestida comtanto que não fosse a mais <ilegível> e affectada.

Uma cousa é seguir as regras do bom tom, amar o que é artístico e vistoso e outra cousa bem differente é servir-se da moda desregradamente, fazendo dos vestidos, que já denominara <ilegível> acerto “cumplices das paixões”, mascaras da indignidade palladios de vicios, escravos de corações mesquinhos que vivem na terra para continuar esta blasphemia de Bruto: “virtude não é senão um nome!”.

As mulheres, em cujos corações existe o espirito de religião, deviam levantar uma cruzada contra os escandalos da moda que faz desmerecer o seu sexo perante o bom senso e a Religião. Na Belgica existe a Liga das Familias para protestar contra a invasão dos máos costumes e das toilettes deshonestas.

Na Hespanha uma mulher admiravel vai levantando uma campanha <ilegível> contra a moda desregrada e pouco honesta. Esta senhora que se chama Rosaria Rozende teaciona estabelecer “a obras das modas decentes”. Todos

applaudem a sua idéa e avança com entusiasmo christão a sua Cruzada da modestia christã.

Na Colombia as mulheres christãs sabendo que a maçonaria favorece as indecências da moda, pediram aos ministros que “não permitissem na Colombia, consagrada ao Coração de Jesus, essas sociedades secretas, que tudo sacrificam, consciencia, patria, honra e familia” para conseguir o seu fim. Das grandes almas a nobreza é esta.

E quando as mulheres brasileiras levantarão uma cruzada tão digna?

Na Bahia já vemos em outro sentido um esforço nobre das senhoras catholicas. Prouvéra a Deus que tivéssemos muitas dessas LIGAS que não vivem para o ridículo, como umas tantas que nó conhecemos e o Zé... Prouvera!¹⁹ (GIRAND, 1914, p. 43).

O texto permite uma série de considerações acerca dos modos de entender a condição da mulher e a importância de alguns aspectos do cotidiano na sua educação. Assim, revela, a partir de uma escrita masculina, alguns aspectos considerados pelo autor como instrutivos e civilizatórios, abordando claramente as formas de comportamento feminino, cujo direcionamento se faz em tom explícito, em uma escrita voltada para as mulheres, sobretudo “mulheres cristãs”. Um delimitador para as considerações postas assenta-se nos aspectos religiosos. Girand utilizou-se das falas de santos católicos, S. Bernardo e S. Francisco de Salles, para dar legitimidade e validade social e moral aos valores que deseja arregimentar.

Partindo desse discurso de matriz religiosa, o texto apresenta características consideradas como aceitáveis, louváveis e esperadas que as mulheres as tenham: “irmã da modéstia”, “decoro”, “virtude” e “graciosidade”. Em tom de advertência, àquelas que seguem “desregradamente” a moda são desonestas ou indignas. Pretensamente organizado como um discurso prescritivo, o texto aponta uma divisão binária entre mulheres boas e más, entre práticas sociais corretas/incorretas e adequadas/inadequadas.

Os exemplos de conduta marcam o texto, que, ao reforçar exemplos estrangeiros, demonstravam pautar-se em um ideário em formação em países vistos, à época, como modernos, portanto, como modelos, os quais se seguidos, estariam em conformidade com código cristão, necessário à boa conduta.

19 Fez-se a opção de manter a grafia original da publicação.

Considerações para pensar a pesquisa e os impressos

O excerto de texto selecionado, assim como outros que constam da pesquisa em curso, fornecem indícios da proposta editorial da *Revista Matto-Grosso*, em relação às formas de abordagem de assuntos ou temas relativos à educação da/para a mulher mato-grossense. Esses e outros textos, embora tratem do temário feminino seriam leituras para as mulheres, ou para os homens que educavam as mulheres? No caso do artigo em questão pode-se dizer que existe a opção de ter sido escrito para as mulheres que liam a revista ou para os homens que receberiam a informação e, conseqüentemente, educariam suas mulheres: a segunda opção parece mais coerente com a forma de escrita.

A pesquisa encontra-se em andamento, tendo em vista o levantamento das fontes estar em processo de consolidação, no entanto, já há indicativos para inferir que mesmo sem a intensão direta de instruir e civilizar mulheres de acordo com a moral cristã, a revista pode ter se constituído com essa missão, direta ou indiretamente, premissa que as análises poderão confirmar ou não. No entanto, reiteram-se os princípios fundantes deste texto, que sinalizam os processos de levantamento, mapeamento e sistematização de documentação de tempos mais recuados, no sentido de escrever histórias a partir de outra documentação, evidenciando trajetórias de pesquisa, esforços de organização de levantamento documental, próprias ao trabalho do historiador.

Fontes

REVISTA MATTO-GROSSO. **Cuiabá**: Escolas Profissionais Salesianas. Edições de 1904-1914. Cuiabá. Palácio da Instrução (Cuiabá), 2017.

_____. **Cuiabá**: Escolas Profissionais Salesianas. Edições de 1907-1915. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=355771&pesq=>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

REVISTA MATTO-GROSSO. Cuiabá, 1907, n. 7, janeiro, p. 2.

GIRAND, P. **Revista Matto-Grosso**, Cuiabá, 1914, n. 2-4.

Referências

ALMEIDA, N. M. A. **Jornal das Moças**: leitura, civilidade e educação femininas (1932-1945). 2008. 261 p. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

AMARAL, W. V. Apostolado da Boa Imprensa: contribuições das Filhas de Maria da Imprensa Católica (Pernambuco, 1902-1922). **Escritas**: Revista do Curso de História de Araguaína, Araguaína, v. 6, p. 204-224, 2014.

BARBOSA, G. S.; MOREIRA, B. D. A ciência e sua divulgação em Cuiabá no começo do século XX: o caso da revista Matto-Grosso, de 1904. In: MOREIRA, B. D.; SILVA, A. C. M. (Org.). **Divulgação científica**: debates, pesquisas e experiências. Cuiabá: EdUFMT, 2017, p. 148-168.

CAMPOS, R. D. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 45-70, 2012.

_____. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940)**: representação e história. 2007. 231 p. Tese (Doutorados em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2007.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. H. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

DAUPHIN, C. et al. História das mulheres: cultura e poder das mulheres, ensaio de historiografia. **Annales**, Paris, n. 2, mar./abr. 1986. Trad. Raquel Soihet. Publicada na revista “Gênero”, Niterói, v. 2, n. 1, p. 8, 2001.

FRANCISCO, A. J. Memória e identidades: o cotidiano no liceu salesiano em Mato Grosso. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais...** Natal: [s.n.], 2013. p. 22-26.

_____. **Educação e modernidade**: os Salesianos em Mato Grosso, 1894-1919. Cuiabá: EdUFMT, 2010.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. **Mitos, emblemas, sinais**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 143-179.

JUSTINO, R. **Imprensa, publicidade e educação**: um estudo sobre a civilização dos costumes no interior do Brasil (Uberabinha, MG, 1919-1929). 2016. 124 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

LUCA, T. R. _____. Mulher em revista. In: PINSKY, C. B., PEDRO, J. M. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 465-466.

_____. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

NASCIMENTO, L. **Dicionário de pseudônimos de jornalistas pernambucanos**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco; Editora Universitária, 1983.

_____. **História da imprensa de Pernambuco (1821-1954)**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1975. 424 p. 7 v.

PALLARES-BURKE, M. L. G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 144-161, 2013.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005. 509 p.

_____. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 9-28, 1995.

_____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINSKY, C. B. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, C. B., PEDRO, J. M. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 513-545.

PINTO, A. A. **Imprensa e ensino**: catálogo de fontes para o estudo da história da educação mato-grossense. Dourados: Editora UFGD, 2017.

_____. **Nas páginas da imprensa**: a instrução/educação nos jornais em Mato Grosso: 1880-1910. 2013. 249 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

_____. **A Revista Matto Grosso em um itinerário de pesquisa:** mapeamento da Revista Matto-Grosso em Arquivos de Cuiabá. Cuiabá, 2010. Mimeo.

PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

RIBAS, A. C. A “**Boa Imprensa**” e a “**Sagrada Família**”: sexualidade, casamento e moral nos discursos da imprensa católica em Florianópolis, 1929/1959. 250 p. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e Educação, Florianópolis, 2009.

SANTOS, F. V. Sexualidade e civilização nos trópicos: gênero, medicina e moral na imprensa de Manaus (1895-1915). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Manaus, v. 14, p. 73-94, 2007.

SIQUEIRA, E. M. (Org.). **Catálogo da biblioteca:** obras sobre Mato Grosso: acumulados por Firmo e Dunga Rodrigues. Cuiabá, 2012. 40 p. Disponível em: <<http://conectart.com.br/casabaraao.com.br/images/ifle/acervo-bibliografico-mt-familia-rodrigues.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. Emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.

TEDESCHI, L. A. **As mulheres e a história:** uma introdução teórico metodológica. Dourados: EDUFGD, 2012.

ZORZATTO, O. Alicerces da identidade mato-grossense. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, a. 161, p. 419-436, jul./set. 2000.

_____. **Conciliação e identidade:** considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983). 1998. 181 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CAPÍTULO 6

**AS MULHERES
NA HISTÓRIA
ENSINADA SOBRE
MATO GROSSO DO SUL**

Jackson James Debona

Interessa ao presente capítulo evidenciar o “lugar” das mulheres em produções impressas de natureza didático-regional. Para tanto, materializa o exame de duas obras — livros didáticos de História — integrantes do Programa Nacional de Livros Didáticos (PNLD) edição 2013, que circularam em escolas estaduais e municipais de Mato Grosso do Sul, no triênio contemplado pelo Programa para o Ensino Fundamental, séries iniciais: 4º ou 5º anos. Nessa perspectiva, consideramos que o livro didático utilizado aqui como fonte e objeto é um instrumento de ensino, do qual, o(a) professor(a) e o(a) aluno(a) se apropriam para construir o seu aporte conceitual sobre as diferentes temáticas, em especial neste texto, sobre o(s) lugar(es) das mulheres na produção histórica regional.

Nessa perspectiva, o objeto de discussão está marcado pelas possibilidades interpretativas construídas a partir do impresso como documento histórico, visando a construção de uma narrativa histórica, possibilitada pelo livro didático de História, pertinente aos momentos em que as mulheres foram sujeitos diretos ou indiretos dessas narrativas.

Pensando a importância de livros e/ou manuais direcionados aos saberes ensinados nas instituições escolares, Valdemarin e Pinto asseveram que:

Os manuais didáticos se tornaram instrumentos para auxiliar o professor e, principalmente, para formá-lo de acordo com as novas necessidades postas para a escola, pois expressavam também os valores, os conhecimentos considerados necessários para a formação das crianças e jovens, e, por meio de seus textos e suas imagens, a instituição escolar poderia construir consensos e homogeneidade cultural. (VALDEMARIN; PINTO, 2010, p. 168).

E, em relação à escola como espaço dos saberes ensinados e as abordagens acerca das mulheres, Guacira Lopes Louro reforça que:

A escola não trata de qualquer conhecimento, ela lida, como afirma Jean-Claude Forquin (1993, p. 11), com alguns aspectos da cultura que foram selecionados por serem reconhecidos como podendo ou devendo dar lugar a uma transmissão deliberada e mais ou menos institucionalizada – enfim, aquilo que uma dada sociedade considera digno de integrar o currículo. Portanto, é possível argumentar que, ainda que as agentes do ensino possam ser mulheres, elas se ocupam de um universo marcadamente masculino – não apenas porque as diferentes disciplinas escolares se construíram pela ótica dos homens, mas porque a seleção, a produção e a transmissão dos conhecimentos (os programas, os livros, as estatísticas, os mapas; as questões, as hipóteses e os métodos de investigação “científicos” e válidos; a linguagem e a forma de apresentação dos saberes) são masculinos. (LOURO, 1997, p. 98).

Assim, devemos reverberar que o livro didático de história regional, dado o espaço em que circula e as características do local em que se insere — políticas, sociais e culturais — demanda por parte do(a) professor(a) atenção redobrada quanto à possibilidade de apropriações estigmatizadoras, ao se referir, por exemplo, ao tema/condição da/sobre a mulher na sociedade.

Nessa perspectiva, a produção dos textos didáticos, mesmo sendo de autoria feminina, como é o caso das obras objeto de análise neste capítulo, é permeada por uma escrita que condiciona certa naturalização histórica do masculino, corroborando com a manutenção de uma sociedade patriarcal que redimensiona as agentes do ensino a (não)serem inseridas, em seu contexto, como sujeitos sociais.

É partindo desse pressuposto que propomos mostrar os esforços feitos pelas autoras das obras aqui analisadas, no que tange a dar visibilidade às mulheres que fizeram e fazem a história. Nessa perspectiva, faremos uma breve apresentação da materialidade das obras, como também a forma pelas quais se apresentam para o ensino de história regional, no que concerne à abordagem do temário de interesse.

Livro Didático de História Regional: materialidade e estrutura

O estudo da história regional nos livros didáticos é resultado dos esforços de pesquisadores(as) em perceber as configurações sociais, políticas e culturais de uma região sem perder a dimensão do nacional arraigado em suas instituições. Mais do que dar a visibilidade de suas especificidades é estabelecer suas múltiplas fronteiras, inseridas no âmbito regional.

A primeira obra objeto de exame é *História de Mato Grosso do Sul*, de Diane Valdez e Miriam Bianca do Amaral, doravante nominadas como Valdez e Amaral, e, embora trate de Mato Grosso do Sul, foi impressa e posta em circulação por uma editora de Curitiba, Paraná, a partir de 2011. O projeto gráfico é composto de rica iconografia, desenhos, imagens e ilustrações, inspirados em desenhos infantis. A estratégia de composição já evidencia, inicialmente, a proposta de trazer a lume personagens silenciados pela história regional.

A estrutura interna do volume do aluno constitui-se de uma apresentação intitulada: “Enquanto este velho trem, lotado de gente curiosa, viaja pelos trilhos da história de Mato Grosso do Sul...”; Sumário; Dedicatória aos meninos e às meninas; em seguida as quatro unidades, nomeadas pelas autoras de Estação. Logo

de início, já observamos uma preocupação com os sujeitos que acessarão a obra em ambos os gêneros.

Quanto às Estações pelas quais o “velho trem” passará, tem-se:

- Primeira Estação: quando tudo era Mato Grosso: que imensidão de terra! — composta por seis capítulos;
- Segunda Estação: região de fronteira: a província de Mato Grosso no século XIX,
- composta por cinco capítulos;
- Terceira Estação: a divisão do estado de Mato Grosso e a criação de Mato Grosso do Sul, composta por cinco capítulos; e
- Quarta Estação: um estado construído pela diversidade, composta por quatro capítulos.

Ao longo dos vinte capítulos, três seções são recorrentes: História para guardar na memória; Toque histórico e Conversando com gente que pesquisa. Também presente ao longo de cada capítulo está a seção: Atividades para pensar, pesquisar, escrever e conhecer mais.... As Referências compõem o último item da obra, totalizando 192 páginas.

De acordo com a avaliação dos pareceristas do *Guia de livros didáticos do PNLD 2013*, de história,

Este Livro Didático Regional trata da história do Mato Grosso do Sul. Apresenta como foco a diversidade das experiências dos vários grupos que construíram o estado em diferentes situações, tempos e espaços, estimulando a valorização da diferença e a convivência social. [...] A imagem da criança e do adolescente é trabalhada na obra em oposição de centralidade. (BRASIL, 2012, p. 252).

As obras didáticas fortalecem a construção do conhecimento histórico e a identificação com a história local. É o esforço da representação²⁰ das especificidades regionais, aqui constituídas num espaço geopolítico intitulado de estado de Mato Grosso do Sul, o qual nos lega a tarefa de partilhar a missão da escrita e da representação da história constituída a partir das condições materiais, mas também culturais, preconizando aspectos da sua diversidade.

20 As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, é necessário relacionar os discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1990, p. 17).

A estratégia de escrita da história operada pelas autoras sugere um convite ao leitor-estudante. O conhecimento dessa diversidade, pautada nas contínuas levadas migratórias e imigratórias que aportaram na região, ao longo da sua história, promove a imersão de personagens habitualmente silenciados: as crianças e os adolescentes.

Estes, com maestria, são introduzidos geralmente através de textos narrativos suavizando os conteúdos históricos e historiográficos densos. Esse recurso pedagógico leva as crianças a perceberem que fazem parte da história e que elas também fazem história, já que a faixa etária dos alunos necessita de um certo grau de materialidade como parâmetro.

De acordo com Laura Antunes Maciel,

[...] o ensino de História local pretende que a observação da criança ultrapasse sua realidade imediata ou mais próxima para atingir um referencial mais amplo no tempo e no espaço, transpondo o diretamente conhecido por ela para ampliar e diversificar sua compreensão da sua cidade e do seu estado. O referencial local dos alunos servirá como ponto de partida para o afastamento rumo a outros espaços, retomando o objetivo geral do ensino fundamental, visando aprofundar a sistematização e desenvolvimento das noções de tempo social, norma e diferença, permanência e mudança e, sobretudo, a da constituição das relações sociais. (MACIEL, 2013, p. 84).

A segunda obra objeto de exame é *História de Mato Grosso do Sul*, de Lori Alice Gressler, Luiza Mello Vasconcelos e Zelia Peres de Souza Kruger, doravante nominadas como Gressler, Vasconcelos e Kruger, foi impressa e posta em circulação pela editora FTD, de São Paulo, a partir de 2011. O projeto gráfico é adequado, as cores das ilustrações são suaves e os textos são bem destacados nas seções, o que facilita a busca por informações. As imagens inseridas fazem parte do contexto possibilitando equilíbrio e associação no tratamento do conteúdo.

A estrutura interna do livro do aluno constitui-se de uma apresentação, que convida o(a) leitor(a)/aluno(a) a compartilhar esta viagem fantástica no tempo. No Sumário constam quinze capítulos, organizados em subtópicos. Na sequência apresenta-se a seção intitulada Fique sabendo, recorrente em todos os capítulos do volume. Esta seção traz informações complementares sobre o conteúdo tratado no capítulo. Em seguida tem-se: Sugestões de atividades para encerrar o ano letivo; Sugestão de leitura; Referências Bibliográficas e Bibliografia.

De acordo com a avaliação dos pareceristas do *Guia de livros didáticos do PNLD 2013*, de história:

A linguagem do livro é apropriada à faixa etária a que se destina e a obra também adota recursos e estratégias que facilitam o aprendizado, como glossário, legendas explicativas, documentos, ilustrações, mapas, lendas locais, letras de canções e poemas. Os exercícios são variados e frequentemente estimulam a observação do meio, bem como a formulação de opiniões e a argumentação pelo aluno. [...] O livro preocupa-se com a valorização das diferenças e da diversidade cultural. Apresenta situações em que trata das contribuições de vários povos para a formação do estado e promove sua imagem positivamente. (BRASIL, 2012, p. 255).

Face ao exposto, o conteúdo é denso e compacto (muito conhecimento tratado em linhas gerais), no entanto sua abordagem oportuniza compreender a existência dos sujeitos históricos na convivência social. A obra ainda traz a lume a abordagem sobre Memórias da Educação em Mato Grosso do Sul, abordagem dificilmente encontrada em livros didáticos para o Ensino Fundamental e que é de grande relevância para se entender o processo histórico da Educação em nossa região.

Ambas as obras revelam esforços de pesquisadoras que ousaram em elaborar um material didático que se fazia necessário para a região, haja vista que, em alguns lugares do estado, são os únicos materiais que chegam às escolas estaduais e municipais e que compõem o acervo das bibliotecas. A carência desse tipo de material ainda permanece para o ensino de História de nível ensino fundamental séries finais (DEBONA, 2015, p. 141) e ensino médio.

As mulheres e as estações do “velho trem”

Para evidenciar a abordagem a que se refere esse capítulo, o quadro a seguir mostra as recorrências em que as mulheres são dadas a ver, conforme as obras em exame.

Quadro 1 - A “mulher” no livro didático de história regional de Valdez e Amaral.

Unidade	Capítulos	Identificação e descrição da abordagem	Matriz
1ª Estação	Capítulo 5º	Página 39. Texto principal. Aborda a existência da mulher em segundo plano, pois o objetivo do texto é narrar as infâncias dos indígenas e dos escravos.	Indígena e africana
2ª Estação	Capítulo 1º	Páginas 51-52. Seção Histórias para guardar na memória. Narra sobre a menina Esmeralda, que nasceu em Portugal no começo do século XIX e foi surpreendida pelos gritos de que o exército de Napoleão invadira Portugal.	Europeia
	Capítulo 2º	Páginas 58-59. Seção Histórias para Guardar na Memória. Narra a Lenda de Anahí: a menina indígena que morreu defendendo seu povo, que surge a partir da colonização das terras sul-mato-grossenses.	Indígena
	Capítulo 3º	Página 65. Seção Toque histórico. Nesta seção temos uma imagem que retrata Elisa Linchy. Ao lado, um texto narrativo intitulado “Madame Elisa Linchy: uma história de amor na Guerra do Paraguai”, o qual retrata críticas sofridas por ela ao casar-se com Francisco Solado Lopez.	Europeia
		Página 66. Texto principal. Retrata o estado de devastação causado pela Grande Guerra, que teve como consequência a redução da população, restando apenas “mulheres, crianças e velhos [...]”.	*
		Páginas 67-68. Seção Seção Histórias para Guardar na Memória. Texto em que avó Assunção narra as memórias da Grande Guerra e principalmente a batalha dos Niños soldados. Ao final do texto, a história foi retratada com uma figura da avó e de seus netos.	*

Continua

Quadro 1 - A “mulher” no livro didático de história regional de Valdez e Amaral.

Continuação

Unidade	Capítulos	Identificação e descrição da abordagem	Matriz
	Capítulo 4º	Página 77. Apresenta o texto “A infância nos campos ervateiros” e as personagens: a Mãe grávida, após a recém-nascida Sofia, a benzedeira Nhá Constança; e, por fim, narra o falecimento da menina Sofia.	*
3ª Estação	Capítulo 1º	Página 92. Texto principal. A abordagem é sobre a abolição da escravatura. Princesa Isabel, filha de Dom Pedro II, assina a Lei Áurea em 13 de maio de 1888. O documento como imagem está na mesma página.	Europeia
		Páginas 96-97. Seção Histórias para Guardar na Memória.. Apresenta o texto narrativo “A menina da senzala e a menina da casa-grande: Eva e Mariana”, e fala da relação da escrava com a sinhazinha.	Africana e europeia
		Página 101. Seção Toque Histórico. Entrevista: Dorvalina: a indígena terena de 107 anos. O texto é uma narrativa da história de vida de Dorvalina.	Indígena
		Páginas 102-103. Seção Histórias para Guardar na Memória.. Texto que narra a história de amor de Bernadino e Florência. Aborda a vida nos ervais e a triste “dependência” afetiva da noiva que ficou “viúva”.	*
	Capítulo 2º	Páginas 104-105. Seção Toque Histórico. Aborda a ex-escrava Eva Maria de Jesus, que saiu de Goiás e veio morar em Campo Grande, onde desempenhou as atividades de parteira, curandeira e benzedeira.	Africana

Continua

Quadro 1 - A “mulher” no livro didático de história regional de Valdez e Amaral.

Continuação

Unidade	Capítulos	Identificação e descrição da abordagem	Matriz
	Capítulo 4º	Página 130. Seção Conversando com Gente que Pesquisa. O texto é uma entrevista concedida pela pesquisadora e historiadora Marisa Bittar. A abordagem é sobre a divisão do estado de Mato Grosso.	*
4ª Estação	Capítulo 1º	Páginas 142-143. Seção Toque Histórico. Texto que narra sobre a vida de Dona Assunção Cuenca Valdez. Nascida no país vizinho (Paraguai) no começo do século XX, estudou no Colégio Imaculada Conceição, de Corumbá- MT, Brasil, retornando ao Paraguai, onde teve oito filhos. No final dos anos de 1950 se transferiu para a cidade de Jardim- MT, Brasil, onde montou uma pensão e desempenhou o ofício de parteira.	*
		Página 145. Seção Toque Histórico. O texto é uma entrevista concedida por Neide Ono, especialmente para esta obra. Trata da artista plástica campo-grandense Neide Ono e a trajetória de seus pais vindos do Japão ainda jovens.	Asiática
		Página 152. Seção Toque Histórico. O texto é uma entrevista das professoras Vera Lícia e Ligia Maria Baruki concedida especialmente para esta obra. Aborda a chegada dos seus avós em Corumbá e sobre a educação dos povos árabes.	Árabe

Continua

Quadro 1 - A “mulher” no livro didático de história regional de Valdez e Amaral.

Continuação

Unidade	Capítulos	Identificação e descrição da abordagem	Matriz
	Capítulo 2º	Página 161. Seção Histórias para Guardar na Memória. Texto narrado na primeira pessoa do singular, que discorre sobre a infância vivida na cidade de Campo Grande, onde podemos notar a citação de várias mulheres e seus ofícios, destacando a região de onde migraram.	*
		Páginas 165-166. Seção Conversando com Gente que Pesquisa. Texto que narra a pesquisa feita pela professora Marlei Sigrist, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que estuda e pesquisa a cultura da nossa região.	*
		Página 166. Seção Histórias para Guardar na Memória. Texto que narra a história de uma mulher que era conhecida por Bruxa da Sapolândia, que foi acusada de pegar crianças e acabou morrendo na cadeia de Campo Grande, nos anos setenta.	*
	Capítulo 3º	Página 175. Seção Histórias para Guardar na Memória. O texto narra a vida da cantora Tetê Espíndola até chegar ao auge de sua carreira. A página também traz a imagem da cantora na capa do disco de vinil.	*
		Página 177. Seção Toque Histórico. O texto aborda um casal de primos Délio e Delinha, que são referência na música regional.	*
		Páginas 178-179. Seção Toque Histórico. O texto aborda as esculturas denominadas Os Bugres, da artista Conceição Freitas da Silva, “uma mulher simples, sensível e criativa!”	*

Fonte: VALDEZ; AMARAL, 2011.

Elaborado por: Jackson James Debona, 2018.

Nota: *Não foi possível a identificação.

A discussão acerca do “lugar” da mulher na sociedade é de valor inexorável e elementar, pois o registro de sua participação histórica nos livros didáticos promove, para as gerações futuras, o conhecimento de comportamentos sociais estabelecidos como padrões. Desse modo, é importante lembrarmos que esse material didático é manuseado nas escolas por vários anos, o que contribui para a assimilação dos padrões por eles veiculados.

Face ao exposto, a obra mapeada no Quadro 1 possibilita identificar 22 recorrências que trazem direta ou indiretamente abordagens sobre as mulheres. Nesta perspectiva, tentamos categorizar a que matriz étnica essas mulheres pertenciam. Resultante desse esforço foram identificadas: três abordagens sobre mulheres de matriz indígena; três de matriz africana; três de matriz europeia; uma de matriz árabe; uma de matriz asiática; no entanto, em doze abordagens sobre as mulheres não foi possível identificar suas matrizes, por não haver clareza na sua forma de apresentação, o que demanda trabalhos de análise mais sistemáticos, no diálogo com o conjunto de referencial teórico-metodológico diferenciado.

No livro didático em exame, a primeira abordagem sobre a mulher aparece na 1ª Estação, no 5º Capítulo, onde o tema central é a infância das crianças indígenas e escravas, no entanto, anuncia a existência das mulheres e crianças como questão a se pensar, pois os textos didáticos de história estão repletos dos feitos masculinos adultos, mas antes de serem adultos nasceram de uma mulher, cresceram sob os cuidados de mulheres, foram crianças e jovens cuidados e educados por mulheres. Desse modo, este capítulo chama atenção dos(as) pesquisadores(as) em história e historiografia quanto à necessidade de se pensar onde estão esses personagens. Em outras palavras e de acordo com Margareth Rago,

Não é demais afirmar que os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. Em outras palavras, atacam as feministas, os conceitos com que trabalham as ciências humanas são identitários e, portanto, excludentes. Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam deste modelo de referência. Da mesma forma, as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas, o mundo privado sendo considerado de menor importância frente à esfera pública, no imaginário ocidental. (RAGO, 1998, p. 4).

Na 2ª Estação temos abordagens sobre as mulheres nos capítulos 1º, 2º, 3º e 4º. No 1º Capítulo, na seção Histórias para Guardar na Memória, uma menina

portuguesa chamada de Esmeralda narra a aflição dos homens adultos que anunciavam a chegada do exército de Napoleão Bonaparte, em Portugal. Essa “simples” narrativa é atravessada por complexas significações e simbolismos, dentre os quais saltam aos olhos: a menina, representando a inocência e o feminino, frágil e que deve ser protegida; os homens aflitos, preocupados em proteger a família, o Estado (o reino), representando o masculino protetor: o herói de muitas batalhas, o semideus, aquele que alarga seu império, desbravador; o empreendedor francês Napoleão que representa o masculino.

No 2º Capítulo, na Seção Histórias para Guardar na Memória, tem-se a Lenda de Anahí: a menina indígena que morreu defendendo seu povo. Essa lenda é, por um lado, rica para matriz indígena, representando a resistência desse povo aos não indígenas. Por outro lado, representa a matriz europeia, na qual todo aquele que se rebelar contra o imperativo de civilidade deve ser eliminado. Anahí foi queimada pelos colonizadores. O choque entre duas culturas e o feminino sendo utilizado como exemplo de resistência e também exemplificação da mãe protetora de seus filhos e de seu povo.

No 3º Capítulo encontramos três abordagens sobre mulheres com o mesmo conteúdo, a Grande Guerra. A primeira abordagem, que está na seção Toque Histórico, traz a mulher forte educada na Europa, amorosa e fiel a seu esposo antes e durante a Grande Guerra, Elisa Linchy, esposa de Francisco Solano Lopes. A segunda está no texto principal e descreve a situação de miséria em que mulheres, crianças e velhos ficaram após o término da Grande Guerra. A última abordagem, que está na seção Histórias para Guardar na Memória, traz, através da narrativa das memórias da Grande Guerra, uma avó contando os horrores da guerra aos seus netos e ao amigo deles. Percebemos que as três abordagens cumprem um papel secundário na história da Grande Guerra, pois fica relegado à mulher servir, estar disponível à vontade do esposo, a ser protegida, tendo como tarefa a educação dos seus descendentes. Aos homens cabem os feitos e o heroísmo. No entanto, não podemos atribuir a elas o discurso da vitimização. Nesta perspectiva, Guacira Lopes Louro complementa:

É preciso, pois, pôr a norma em questão, discutir o centro, duvidar do natural... Mas, não há como negar que a disposição de questionar nosso próprio comportamento e nossas próprias convicções é sempre muito mobilizadora: para que resulte em alguma transformação, tal disposição precisará ser acompanhada da decisão de buscar informações, de discutir e trocar ideias, de ouvir aqueles e aquelas que, histórica e socialmente, foram instituídos como “outros”. (LOURO, 1997, p. 141).

No 4º. Capítulo, a seção “Histórias para guardar na memória” traz o texto “A infância nos campos ervateiros”. A narrativa pontua, com riqueza de detalhes, os aspectos sociais, econômicos e culturais relativos às crianças, destacando o papel desempenhado pelas mulheres no seu tempo histórico: a mulher grávida, a filha (Sofia), a parteira e Benzedeira Nhá Constança e, por fim, o falecimento da menina Sofia. Estas narrativas trazem, a nosso ver, o protagonismo de mulheres e de crianças, desvelando a ideia de que nos ervais só existiam homens trabalhando.

Na 3ª Estação, as abordagens sobre mulheres estão nos capítulos 1º, 2º e 4º. No 1º Capítulo, há quatro abordagens sobre o tema em tela. A primeira trata da Lei Áurea, que abolia a escravidão outorgada pela pena de uma mulher, a princesa Isabel, filha de Dom Pedro II. Simboliza a figura maternal que protege, ama e tem compaixão dos sofredores.

A segunda está vinculada à vida de duas meninas, uma escrava de nome Eva e a outra, sinhazinha de nome Mariana. Narrativa que mostra duas realidades sociais distintas, com padrões de educação de uma época que lhes atribuíam papéis diferenciados na sociedade, quando adultas. A terceira abordagem é sobre Dorvalina, mulher indígena de 107 anos que nasceu na região de Bela Vista- MT. Sua história de vida contrasta com as lides do campo e com o sofrimento e perda dos seus pais, seus filhos homens e esposo. A última abordagem retrata o sofrimento da noiva que perde seu noivo num acidente de trabalho ocorrido nos campos ervateiros da região. Aqui temos o noivo como o provedor, pois foi trabalhar para prover a festa de casamento; do outro lado a noiva à espera de sua volta, que não ocorreu, passando a carregar o estigma social da noiva-viúva. Para Pinsky,

Na primeira metade do século XX, parecia não haver dúvidas de que as mulheres eram “por natureza”, destinadas ao casamento e a maternidade. Considerado parte integrante da essência feminina, esse destino surgia como praticamente incontestável. A família era tida como central na vida das mulheres e referencia principal de sua identidade: uma moça solteira era, sobretudo, “a filha”, uma senhora casada, “a esposa”. A dedicação ao lar, decorrência óbvia e inescapável, fazia o papel de “dona de casa” parte integrante das atribuições naturais da mulher. (PINSKY, 2012, p. 470-471).

No 2º Capítulo, a abordagem é sobre uma ex-escrava conhecida por Tia Eva que veio de Goiás em busca de uma vida melhor. Fixou residência na cidade de Campo Grande, atual capital do estado de Mato Grosso do Sul, onde desempenhou a função social de parteira, benzedeira e curandeira, papel que lhe rendeu prestígio e fama na cidade, haja visto que além de mulher, era negra, pobre e curandeira, o que naquela época significava ter que enfrentar reações preconcei-

tuosas no meio social onde vivia. A comunidade de remanescentes do Quilombo Tia Eva resiste e existe até os dias atuais. (Cf. ZARBATO; RAMOS, 2016).

Já no 4º Capítulo, observamos as mulheres inseridas na história regional ao tratar da criação do estado de Mato Grosso do Sul. A entrevistada é Marisa Bittar, professora, pesquisadora, historiadora e renomada autora de estudos sobre a divisão do estado de Mato Grosso. A mulher passa a ingressar e circular em espaços que, aparentemente, eram legados aos homens, como a escrita acadêmica.

Na 4ª Estação, as abordagens sobre mulheres do 1º Capítulo ocorrem na modalidade de história de vida e entrevistas. A primeira narrativa fala sobre a história de Dona Assunção Cuenca Valdez. Nascida no país vizinho (Paraguai) no começo do século XX, estudou no Colégio Imaculada Conceição de Corumbá- MT (Brasil), retornando ao Paraguai, onde teve oito filhos. No final dos anos de 1950 se transferiu para cidade de Jardim- MT (Brasil) e montou uma pequena pensão onde fornecia refeições a uma diversidade de pessoas. Desempenhou o ofício de parteira e fazia questão de falar que fora assistente de um médico/parteiro (obstetra), em um hospital onde trabalhou por longo tempo como auxiliar de enfermagem (VALDEZ; AMARAL, 2011). A narrativa de Dona Assunção é singular no livro didático de história, pois relata a mulher que transcende aos limites territoriais de seu país de origem e revela que a mulher ocupava um “lugar social” definido naquela época pelas lides do dia a dia dos dois lados da fronteira Brasil/Paraguai. Tirar a história dessas mulheres da opacidade é tarefa do(a) historiador(a) contemporâneo(a).

Sobre a modalidade entrevistas, as quais foram concedidas especialmente às autoras para a composição dessa obra, a primeira é a da artista plástica Neide Ono. No segundo momento temos as entrevistas de duas professoras, Vera Lícia e Ligia Maria Baruki, descendentes de libaneses, relatando a chegada de seus avôs no Brasil e o ofício por eles ocupados nesse país.

Face ao exposto, as três entrevistadas representam mulheres escolarizadas e bem sucedidas em seu tempo e espaço histórico, desenvolveram seus ofícios a ponto de se destacarem socialmente. Esse comportamento social das mulheres é fruto da construção histórica ao buscarem seus direitos sociais, dentre eles a educação de nível superior, que no Brasil começou a partir dos anos de 1960. De acordo com Pinsky,

E, para melhor escolher, nada como investir na obtenção de um diploma. Ao longo dos anos de 1960 e 1970, as diferenças curriculares entre alunos e alunas se dissolveram, proporcionando melhores oportunidades às mulheres de concorrer a uma vaga na universidade e, claro, uma mudança de atitude com relação à educação superior da mulher. A escolaridade feminina

seria vista como mais uma forma de equiparar homens e mulheres na vida profissional. (PINSKY, 2012, p. 512).

No 2º Capítulo da 4ª Estação, o tema *mulher* aparece em três narrativas. A primeira narrativa se refere a uma rua da cidade de Campo Grande e relata características das mulheres que moravam nessa rua: Dona Raimunda, senhora religiosa; Dona Olinda, costureira e bordadeira. Dona Nina, gaúcha que fazia cuca como ninguém, trabalhava naquela rua. A segunda narrativa aborda sobre a pesquisa da cultura regional sul-mato-grossense, feita pela professora e pesquisadora Marlei Sigrist. A terceira trata de uma mulher que morava na cidade de Campo Grande e era conhecida pelo apelido de “a Bruxa da Sapolândia”. De acordo com a narrativa, ela foi acusada de raptar crianças, foi presa e morreu na prisão.

O 3º Capítulo da 4ª Estação foi reservado à música, valorizando as expressões regionais de Mato Grosso do Sul. Traz um texto sobre Tetê Espíndola, narrando sua vida desde o nascimento até chegar ao auge da carreira como cantora. Na sequência, um texto sobre a dupla de cantores, Delinha e seu primo Délio, que retratam em suas letras elementos da cultura regional popular.

Os olhares da tradição

Em uma via distinta à primeira obra, o livro de Gressler, Vasconcelos e Kruger representa, em nossa análise, o exemplo da tradição regional, retratando um investimento de estudo e cultura que alinha a necessidade ao conhecimento histórico. O quadro que segue evidencia a sistematização dos dados coletados, que diferem significativamente da primeira obra.

Quadro 2 - A “mulher” no livro didático de história regional de Gressler, Vasconcelos e Kruger.

Capítulos	Identificação e descrição da abordagem	Matriz
1º Capítulo	Página 11. Texto principal. Gravura do pintor Debret que retrata o cotidiano da mulher branca e da mulher escrava nos afazeres domésticos.	Africana e europeia

Continua

Quadro 2 - A “mulher” no livro didático de história regional de Gressler, Vasconcelos e Kruger.

Continuação

Capítulos	Identificação e descrição da abordagem	Matriz
2º Capítulo	Página 12. Texto principal. Gravura de Ivan Coutinho, que retrata a mulher indígena em seus afazeres na aldeia. Abordagem sobre os primeiros ocupantes da terra.	Indígena
	Página 17. Texto principal. Mulher guaicuru com pintura facial e corporal. O retrato foi feito por volta de 1845 por Francis Castelnau, que dirigiu uma expedição francesa que percorreu a América do Sul. Abordagem: Os indígenas do território sul-mato-grossense.	Indígena
	Página 21. Seção “Fique sabendo”. Texto que narra a lenda tupi, “filha do chefe da tribo engravida e nasce uma menina e ao completar um ano morre. Do túmulo onde foi interrada cresceu um arbusto desconhecido [...]”.	Indígena
7º Capítulo	Página 70. Seção “Atividades – Sugestão”. Proposta de teatro na qual uma menina se veste de fada para narrar o surgimento das principais cidades do estado de Mato Grosso do Sul.	*
8º Capítulo	Página 84. Seção “Fique sabendo”. Texto que aborda sobre a Guerra do Paraguai e que relata a participação das mulheres atuando na retaguarda. Abaixo do texto, imagem de “Mulheres, crianças e velhos paraguaios vítimas da guerra.”	*
9º Capítulo	Página 95. Texto principal. A única menção de uma mulher é de Celina Baís Martins, esposa de Vespasiano Barbosa Martins.	*
12º Capítulo	Página 119. Seção “Fique sabendo”. Texto que aborda o cotiado da mulher da roça. “Eu fazia todo trabalho da casa e ainda ajudava na roça”. Palavras de Adelaide Helena Oliveira. Abordagem do texto principal: As Colônias Agrícolas Nacional e Municipal de Dourados- MS.	*

Continua

Quadro 2 - A “mulher” no livro didático de história regional de Gressler, Vasconcelos e Kruger.

Continuação

Capítulos	Identificação e descrição da abordagem	Matriz
14º Capítulo	Página 133. Texto principal. Aborda a cultura e seus costumes. A mulher é citada num exemplo de comportamento comparado entre duas culturas de diferentes costumes – a dos indígenas Kaiówa e a do homem descendente dos europeus.	Indígena e europeia
	Páginas 138, 139 e 140. Texto principal. Trata sobre migrantes e imigrantes, porém nestas páginas são utilizadas fotos de meninas e mulheres vestidas a caráter para ilustrar as tradições trazidas de seus antigos países.	Asiática e europeia
	Página 142. Texto principal. Aborda as manifestações artísticas em Mato Grosso do Sul. Relata a história de vida da artista plástica Lydia Baís. “Lydia Baís caminhou além do seu tempo e do espaço em que viveu”.	*
15º Capítulo	Página 149. Texto principal. Aborda a Educação em Mato Grosso do Sul. A primeira professora em Campo Grande foi a Maria Amado de Jesus em 1900. Em Corumbá foi a Maria Leite Pedroso de Barros em 1904.	*
	Página 150. Texto principal. Aborda as ordens religiosas femininas na contribuição para a educação no estado de Mato Grosso do Sul. Foto das Irmãs Franciscanas diante de sua casa, em Dourados, na década de 1950.	*

Continua

Quadro 2 - A “mulher” no livro didático de história regional de Gressler, Vasconcelos e Kruger.

Continuação

Capítulos	Identificação e descrição da abordagem	Matriz
	Página 151-152. Seção “Fique sabendo”. Texto que narra a atuação de Loide Bonfim Andrade em Dourados na Missão Evangélica Caiuá. Além de várias ações em benefício dos indígenas, também criou o Hospital Maternidade Indígena Portal da Esperança e, após se formar em direito em 1971, foi representante do Brasil no Conselho Internacional de Mulheres da Organização dos Estados Americanos (OEA), tendo participado da Conferência Internacional das Mulheres no 7º Congresso das Américas.	*
	Página 154. Poema de Cora Coralina: “A escola da Mestra Silvina”.	*

Fonte: GRESSLER; VASCONCELOS; KRUGER, 2011.

Elaborado por: Jackson James Debona, 2018.

Nota: *Não foi possível a identificação.

Face ao exposto, a obra mapeada nos proporcionou contabilizar cerca de quinze recorrências que trazem direta ou indiretamente abordagens sobre as mulheres. Nesta perspectiva, o movimento de análise foi análogo ao anterior. O resultado deste esforço, de acordo com a abordagem do livro didático, foram quatro abordagens sobre mulheres da matriz indígena; um de matriz africana; três de matriz europeia; uma de matriz asiática; sendo que nove abordagens sobre as mulheres não foram possíveis de serem identificadas por não haver clareza na sua forma de apresentação, o que demanda trabalhos de análise mais sistemáticos, no diálogo com o conjunto de referencial teórico-metodológico diferenciado, mesmo procedimento aplicado à obra analisada no item anterior.

No 1º Capítulo a abordagem sobre as mulheres se dá através de uma gravura de Debret, a qual retrata o cotidiano da mulher branca e da mulher negra escrava nos afazeres domésticos. Já no 2º Capítulo podemos visualizar três abordagens sobre mulheres, sendo que na primeira a gravura de Ivan Coutinho retrata uma indígena nos afazeres na aldeia. A segunda está vinculada ao retrato feito por Francis Castelnau, de uma mulher guaicuru com suas pinturas corporais e faciais.

A terceira é sobre a lenda do surgimento da mandioca – esta teria surgido do túmulo onde a neta do chefe indígena foi sepultada.

No 7º Capítulo a abordagem é sobre o surgimento das principais cidades do estado de Mato Grosso do Sul. É uma proposta de teatro em que a menina se veste de fada e narra o surgimento das cidades sul-mato-grossenses. No 8º Capítulo a abordagem é sobre a Guerra do Paraguai e a participação das mulheres atuando na retarguada dos exércitos envolvidos – na mesma página há imagens de mulheres, de crianças e de velhos feitos prisioneiros de guerra e reconduzidos para Assunção. No 9º Capítulo a abordagem é sobre política e a figura em destaque é a de Vespasiano Barbosa Martins, no entanto, o texto relata que ele era casado com Celina Baís Martins e nada mais se menciona sobre a atuação da mulher, de família tradicional na região. As abordagens pontuais continuam, com tema sobre as Colônias agrícolas nacionais e municipais da região de Dourados retratando a presença de algumas mulheres e evidenciando sua história e trajetória, como é o caso de Adelaide Helena Oliveira, citada no 12º Capítulo.

O 14º Capítulo retrata a abordagem da mulher em três momentos. O primeiro aborda a cultura dos Kaiówa, com destaque para o papel da mulher em relação ao homem. Prevalece, naquela cultura, a proteção dispensada pelo homem à mulher em relação aos perigos nas matas. A segunda abordagem trata de migrantes e imigrantes, ilustrando seus costumes, trazidos de outros países e regiões, com destaque para as mulheres e suas indumentárias, representando suas tradições. O terceiro narra a vida e obra de Lydia Baís, artista plástica de grande importância para cultura regional. De acordo com Rago,

Das grandes conquistas femininas em curso e da enorme visibilidade, é bom dizer, das mulheres em quase todas as profissões, na vida social, nas instituições, nos sindicatos, nas ruas, praças e nos bares da cidade. Ninguém duvida de que o mundo se tornou mais feminino e feminista, no Ocidente. (RAGO, 1998, p. 60).

No 15º Capítulo a abordagem sobre mulher pode ser identificada em quatro momentos, sendo que o tom predominante versa sobre a educação escolar em Mato Grosso do Sul, com destaque para as primeiras professoras da região: em 1900, em Campo Grande, Maria Amado de Jesus começou atender em sua casa e, em 1904, na cidade de Corumbá, Maria Leite Pedroso de Barros iniciava seu ofício de professora. O segundo momento registra a atuação educacional das Irmãs Franciscanas, na década de 1950. O terceiro momento apresenta a vida e obra de Loide Bonfim Andrade, descrita como benfeitora da sociedade que, após fazer cursos na área de saúde dedicou-se a atender as crianças indígenas e não

indígenas. E o quarto momento é um poema de Cora Coralina dedicada à escola da Mestre Silvina.

Considerações finais

Com base no mapeamento das fontes e o diálogo com bibliografia especializada é possível identificar menções sobre as mulheres em espaços diferenciados ao longo das obras: o recurso imagético é o mais utilizado, deixando para o leitor a tarefa de compreender e associar a participação feminina ao contexto histórico relacionado. Raramente aparecem nos textos de abertura dos capítulos.

Destacam-se as inserções de cenas do cotidiano das mulheres, grafismos introdutórios de seções que trazem não somente figuras de meninos, mas também de meninas, em uma das obras, o que possibilita uma identificação do leitor com a situação representada, vislumbrando buscar nos textos a participação em eventos históricos — no entanto, ainda longe de uma equidade no tratamento. Nesta documentação persiste ainda a história como um mundo masculino.

As recorrências ao tema são feitas, comumente, a partir de figuras, fotos e gravuras legendadas. Essa carência da escrita sobre a mulher no livro didático acaba encobrindo seu papel histórico, criando dificuldades na compreensão de seus feitos históricos, pois, envolta por uma nebulosa imagem, parece fazer parte de um mundo exótico. Às vezes aparece como humana, mas fragilizada pelas condições históricas impostas, ainda que seja igualmente possível, perceber estratégias de superação dessa escrita da história, em uma escrita da história escolar.

Percebemos que o livro didático é um depositário de padrões culturais e veículo de dissiminação desses padrões, transcendendo o meio escolar, pois, ao ser formativo, também estabelece um discurso legitimador de uma tradição. Em síntese, necessitamos ampliar a inserção do papel e a importância da mulher como sujeito histórico. No entanto, seria ingenuidade fazer apologia desses lugares para a mulher, pois, se assim fizessemos, perderíamos a sua dimensão humana, bem como suas formas de resistência e sobrevivência em um mundo onde o império masculino ainda coordena os modos de pensar.

A escola é espaço essencial para discussão desses aspectos e o livro didático é sua ferramenta primordial.

Fontes

GRESSLER, L. A.; VASCONCELOS, L. M.; KRUGER, Z. P. S. **História do Mato Grosso do Sul**. 1. ed. São Paulo: FTD, 2011.

VALDEZ, D.; AMARAL, M. B. **História de Mato Grosso do Sul**, 4º. ou 5º. ano. Curitiba, PR: Base Editora, 2011.

Referências

BRASIL. **Guia de livros didáticos**: PNLD 2013: História. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2012.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

DEBONA, J. J. **Entre o regional e o nacional**: Mato Grosso do Sul nos livros didáticos de História – PNLD 2011. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MACIEL, L. A. História Regional e Ensino: diálogos com professores e alunos. **Revista Eletrônica Documento/Monumento**, v. 9, n. 1, p. 79-93, out. 2013.

PINSKY, C. B. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, C. B., PEDRO, J. M. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 470-471.

RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, J.; GROSSI, M. (Org.) **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

SOUSA, A. G. **Por uma (ou várias) história(s) das mulheres a partir da imprensa**: papéis sociais e representações no jornal *A Tribuna* – Rondonópolis, MT (1970-1990). 2018. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2018

VALDEMARIN, V. T.; PINTO, A. A. Das formas de ensinar e conhecer o mundo: lições de coisas e método de ensino intuitivo na imprensa periódica educacional do século XIX. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 39, n. 25, p. 163-187, set./dez. 2010.

ZARBATO, J. A. M.; RAMOS, D. B. A comunidade “Tia Eva” em Campo Grande/MS: interfaces entre memória urbana e religião. **ABHR**, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.simpósio.abhr.org.br/resources/anais/6/1467657820_ARQUIVO_ABHRtextocompleto.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

CAPÍTULO 7

AS MULHERES NOS IMPRESSOS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: TIPOLOGIAS NARRATIVAS A PARTIR DE JÖRN RÜSEN²¹

*Larissa Kłosowski de Paula
Isabela Canderolo Campoi*

²¹ Este capítulo é uma versão revista e ampliada da comunicação submetida ao Simpósio Temático coordenado pelas organizadoras desta obra, apresentado durante o VIII Congresso Internacional de História (CIH) e XXII Semana de História, promovido pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), no ano de 2017.

A proposta para este capítulo é analisar como a narrativa sobre as mulheres se consubstancia nos materiais didáticos de história mais distribuídos no ano de 2015. Como impressos normativizados, tal material possui um público chave e objetivos especificamente estabelecidos, fator salutar no que se refere ao motivo por que foram tratados, neste trabalho, como fonte e objeto de pesquisa, assim como também justifica a escolha e a importância que possuem pelo fato de perpetrarem parte da formação escolar das crianças e dos adolescentes brasileiros desde o século XIX.

De acordo com Bittencourt (2004), os primeiros manuais compreendidos como didáticos chegaram ao Brasil por volta de 1810, sendo estes predominantemente oriundos da imprensa francesa até meados de 1827, período em que professores ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e ao Colégio Dom Pedro II passaram a influenciar a produção de impressos didáticos locais, assim como o Colégio Militar do Rio de Janeiro. Neste período, as obras didáticas eram impressas pela Imprensa Régia, que perdeu gradativamente o monopólio para a Tipografia Nacional, uma imprensa estrangeira.

Diante das “transformações da política liberal e o tema do nacionalismo” (BITTENCOURT, 2004, p. 480), que teve seu apogeu em meados de 1880, o crescimento da demanda escolar impulsionou a produção de manuais de autoria brasileira que traziam no bojo de suas páginas uma preocupação, embora singela, com o ensino dos comuns, de modo que:

As editoras, por seu turno, considerando seu público consumidor, estavam atentas às preferências dos professores. Livros do nível secundário com maior sucesso de venda eram os provenientes “das aulas” dos professores. O livro *Lições de História do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, se originou das aulas desse professor no Colégio Pedro II e inovava pelos exercícios e atividades pedagógicas ao final de cada capítulo ou “lição”. Para professores sem formação específica, o livro didático representava “o método de ensino”, além de conter o conteúdo específico da disciplina. A formação do professor, ao ser constituída na prática, no “aprender fazendo” exigia uma produção didática específica que intelectuais preocupados com o conhecimento científico ou literário, mas sem a vivência da sala de aula, eram incapazes de produzir com sucesso. (BITTENCOURT, 2004, p. 483).

Nesse contexto, a mudança do eixo da produção do material se fizera perceptível ao passo que se considerava os alunos como consumidores: um público diversificado em relação à condição econômica, cultural e, como menciona Bittencourt (2004, p. 484), “agora acrescida por elementos do sexo feminino”, característica que se expandiu e se manteve com o advento da República.

De acordo com Bomeny (1999), a partir de meados de 1937, com a elaboração do Plano Nacional de Educação, um “projeto de padronização do ensino e de centralização das atividades escolares pela defesa da unidade de programas, de material didático, etc.” (BOMENY, 1999, p. 151) fora colocado em vigor, colaborando para que fosse criada, no período de um ano depois, a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), responsável pelo controle, produção e circulação do material didático nacional.

Já no período do Regime Militar, em relação à produção de didáticos, vale ressaltar que os conteúdos possuíam forte teor nacionalista, com a exaltação de grandes nomes da história, em uma nítida vertente positivista. Data desse período a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), surgida a partir de um acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que só fora rompido em 1970 com a criação do Programa do Livro Didático para o Ensino Fundamental (PLIDEF), que passou a gerenciar as verbas, então provenientes do Instituto Nacional do Livro (INL), criado em meados de 1929, que, também a partir de 1970, implementou o sistema de coedição de livros com editoras nacionais. Esse rompimento também desencadeou o processo de compra de livros pelo Estado, ao passo que, a partir de 1976 fora instituído que as unidades federadas contribuiriam para o Fundo do Livro Didático, extinguindo o INL e dando lugar a Fundação Nacional do Material Didático (FENAME).

Em 1983, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) incorporou o PLIDEF e substituiu a FENAME, de modo que em 1985 o PLIDEF deixou de existir em função do surgimento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o qual substituiu o livro descartável, revogou a participação financeira dos estados para com o fundo destinado ao material didático, além de permitir que os professores participassem ativamente da escolha do material didático.

Com a redemocratização, a demanda por material didático aumentou e o Estado se tornou o maior comprador dos impressos desse tipo, motivo pelo qual as editoras passaram a se preocupar com a aceitação do material no mercado, assim como com a incorporação das novas concepções debatidas nos círculos historiográficos, e, por conseguinte, para o ensino de história. Diante do investimento do Estado, a partir de 1994, o MEC, a FEA (extinta em 1997) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) traçaram diretrizes para a aprovação dos materiais de cunho didático, o que fora acrescido com avaliações pedagógicas do material em 1996. A partir dos anos 2000 o material passou a ser distribuído anteriormente ao início das aulas.

No que tange à função desse material para o ensino de história, de acordo com o PNLD, o livro didático:

[...] é um instrumento empregado em situação de ensino e aprendizagem, estando presente em salas de aula, bibliotecas, nos lares dos alunos, servindo, sobretudo, como instrumento de formação continuada para o professor e, até mesmo, como orientação curricular. (BRASIL, 2014, p. 9).

Além disso, segundo Bittencourt (2004), quando se analisa o material didático é possível que se trace um parâmetro acerca da intencionalidade expressa em suas páginas, possibilitando delinear o tipo de formação histórica esperada dos sujeitos que nele se basearam, daí o seu uso enquanto fonte de pesquisa. No entanto, é importante ressaltar que é longa a trajetória desse material antes que chegue aos seus consumidores diretos, ou seja, os estudantes.

Nesse percurso, a Coordenação Geral de Materiais Didáticos (COGEAM) primeiramente organiza um guia com o intuito de facilitar a escolha dos materiais pelos professores. No entanto, para que esse Guia seja organizado, outras tantas etapas precedentes ocorrem. De acordo com Oliveira (2012, p. 29), a primeira das etapas corresponde à adesão por parte das Redes de Ensino Estaduais, Municipais e do Distrito Federal. Posteriormente, o PNLD lança os editais com os crivos para a inscrição das obras, os quais seguem as orientações dos documentos norteadores da educação, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Nacionais da Educação, entre outros. Na próxima etapa, as obras inscritas são avaliadas segundo os critérios do edital, ao passo que seus conteúdos também passam por uma triagem, que resumidamente compõe o guia. Esse compêndio de resumos das obras chega aos professores, que escolhem (ou deveriam escolher) o material que mais se adequa à realidade dos seus alunos. Feita a escolha, o pedido das coleções é realizado, para que se possa contatar as editoras para que deem início à produção física do material, que posteriormente é distribuído.

No guia do PNLD de 2015, das 21 coleções inscritas para avaliação, dezoito foram aprovadas. Para a realização do estudo em questão, foram selecionadas as três mais distribuídas para a modalidade Ensino Médio no mencionado período, de acordo com o relatório do PNLD. A primeira delas consiste na coleção História Sociedade e Cidadania, de Alfredo Boulos Júnior, da editora FTD, caracterizada por forte abordagem sob os eixos políticos e econômicos da História, pela organização cronológica dos conteúdos, intermediando história geral e história do Brasil. Esta coleção, segundo o resumo do guia, busca demonstrar a “presença da mulher em diferentes momentos da história” (BRASIL, 2014, p. 78). Na segunda coleção, História Global — Brasil e Geral, de Gilberto Cotrim, da editora Saraiva, a ênfase é pelos eixos social e político-econômico. Os conteúdos intercalam aspectos históricos de Europa, África, Ásia, América e Brasil e a organização se dá

também de forma cronológica. A última coleção selecionada, *História — das Cavernas ao Terceiro Milênio*, de Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota, da editora Moderna, possui abordagem centrada nos eixos políticos, sociais e econômicos. Ao mesmo passo, há o destaque à modificação das visões sobre a história, não perpetrando uma visão estática. “O papel da mulher, em especial, é realçado como agente da história no decorrer dos diferentes períodos históricos” (BRASIL, 2014, p. 118). Para designar as coleções aqui mencionadas, serão utilizados os termos LD1, LD2 e LD3, respectivamente.

Para além da caracterização geral desses impressos, a composição da análise aqui proposta fora baseada nos critérios de Jörn Rüsen²², no que se refere às tipologias da narrativa histórica relacionada à temática das mulheres. O mencionado autor compreende tal temática como importante expressão para se compreender as formas específicas da narrativa histórica.

Tipologias narrativas dos impressos didáticos: a temática das mulheres

De acordo com Rüsen, o que se compreende como narrativa histórica consiste em “um sistema de operações mentais que define o campo da consciência histórica” assim como em um “processo de constituição de sentido da experiência no tempo.” (RÜSEN apud SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p. 95). Neste sentido, através das características presentes nas tipologias da narrativa histórica delineadas por Rüsen, esse capítulo consiste em compreender como a narrativa acerca das mulheres, presente nos impressos didáticos selecionados, colabora para a constituição de sentido da experiência desses sujeitos no decorrer do tempo, assim como para a formação da chamada consciência histórica.

Em termos estruturais, na concepção do autor, a narrativa que se coloca como histórica deve preludiar ligação com ambiente de memória, de modo a permitir que a experiência do tempo seja compreendida; ter continuidade entre os três tempos históricos (passado, presente e futuro), tornando o passado relevante; e colaborar para a construção de identidades dos atores envolvidos em sua “trama” e dos leitores, de modo que estes percebam a continuidade do processo narrado com vistas à permanência do caráter identitário. Além disso, o que difere a narrativa histórica da literária consiste no grau de ficção presente. Enquanto, de

22 Doutor em história e em filosofia pela Universidade de Colônia, Alemanha, Jörn Rüsen atua nas áreas de metodologia, didática e teoria da história, formação da consciência histórica, cultura histórica, entre outras.

acordo com Eagleton (2003), a narrativa da literatura se baseia no campo ficcional, a histórica, segundo Koselleck (2006), possui a articulação entre o campo de experiência e o horizonte de expectativas, levando em consideração a espacialidade e a temporalidade, assim como as fontes históricas, princípios fundamentais de distinção da narrativa ficcional, de modo que, para que algo seja considerado como experiência, este deve estar em um tempo e local do passado histórico, diferenciando-se, então, dos fundamentos da narrativa ficcional.

Em relação ao campo da narrativa histórica, quatro são as tipologias narrativas que engendram a concepção de história, sendo elas: tradicionais, exemplares, críticas e genéticas. No que tange às narrativas tidas como tradicionais, vale ressaltar que estas se baseiam na afirmação das identidades por meio de memórias permanentes, ou seja, que não se alteram em termos de “origem”. Usando como exemplo o campo da história das mulheres, Rüsen (apud SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p. 99) menciona que “as narrativas tradicionais do campo da história das mulheres são raras, mas os monumentos são uma forma tradicional de constituição do sentido histórico da experiência no tempo”. Isso significa que, quando se trata de narrativas desse campo, conservar padrões identitários permanentes, entendidos nesse excerto como os monumentos, não consiste em uma perspectiva verossímil para tal temática, posto que a própria insurgência da historiografia das mulheres denuncia uma quebra de paradigmas com a perspectiva da narrativa tradicional, que busca apenas as origens dos modos de vida na maneira que fizeram Heródoto, Políbio, Tito Lívio, por exemplo. Como essa concepção busca manter os modos de vida originalmente constituídos, padrões de identidade culturais são estabelecidos e mantidos. Por este rol de critérios é que a narrativa da temática das mulheres não se caracteriza dentro da tipologia tradicional.

Quando se buscou tal concepção de narrativa no material didático analisado, constatou-se, no entanto, que algumas são as menções ao campo tradicionalista da história das mulheres, já que no material analisado existem passagens em que os papéis tidos como tradicionais (esposa, mãe, cuidadora) são ressaltados. No que se refere à coleção LD1, dos dezessete capítulos que compõem o primeiro dos livros, em três deles o papel de esposa, mãe e cuidadora são ressaltados quando se trata da narrativa que interpõe as mulheres nos conteúdos do material. O mesmo ocorre uma vez no livro destinado ao segundo ano e duas no livro do terceiro. Nas obras que compõem a coleção LD2, apenas duas vezes a narrativa pertinente às mulheres se consubstancia de acordo com a tipologia tradicional, e no material que compreende a coleção LD3, esse tipo de narrativa está presente em quatro dos quatorze capítulos do livro destinado ao primeiro ano, uma vez no livro do segundo e também uma vez no do terceiro ano. No entanto, torna-se importante considerar que tal narrativa por vezes se interliga com outras tipologias,

principalmente no que se refere à narrativa crítica, como forma de não estagnar a representação feminina apenas ao âmago do tradicionalismo. Notou-se também que, quando tal concepção tradicional se faz presente nos materiais didáticos, o intuito é de contrapor os papéis femininos do passado com os do presente.

Em relação à narrativa exemplar, pode-se afirmar que se caracteriza como aquela que pretende traçar regras e princípios para uma determinada orientação, à guisa do pressuposto de *magistra vitae*. Neste sentido, tal narrativa busca, através do artifício da memória, os aspectos nos quais as regras gerais de conduta são mantidas em diferentes temporalidades e sistemas de vida. Essas características são entrelaçadas, em um segundo momento, com as generalizações, expandindo tais concepções para além das barreiras do tempo, característica do conceito de *magistra vitae*. Quando se trata desse tipo de narrativa:

Para demonstrar o princípio abstrato da igualdade das mulheres, as historiadoras preferiram histórias que contavam muito sobre as realizações, as capacidades, a importância e a eficiência das mulheres no passado. Esta abordagem teve o efeito de fazer com que muitas mulheres importantes e suas obras de arte, artesanato, ciência, religião, aprendizagem, e economia e a política fossem salvas do esquecimento. (RÜSEN apud SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p. 100).

Essa tipologia, segundo o autor, permite expandir o sentido de tempo e de espacialidade do objeto, fortificando identidades em sua permanência, ou seja, pretende-se com esse tipo de narrativa literalmente “dar um exemplo” a ser seguido, de maneira que este permaneça e se consubstancie no imaginário de quem lê.

No que se refere aos escritos que se remetem à temática feminina, encontramos essa tipologia na produção de massa menos recente que era destinada ao estabelecimento de padrões comportamentais para as mulheres — para citar o exemplo retratado nos materiais didáticos, temos as narrativas presentes no *Jornal das Moças*, que circulou no Brasil entre 1914-1965, e na *Revista Querida*, impressos mencionados na coleção LD2. No *box* que traz esses materiais como exemplos, vale ressaltar, o intuito é fazer com que os alunos reflitam acerca dos papéis femininos nas mencionadas épocas e no presente. Exemplos da tentativa de se construir regras gerais para o comportamento feminino nestas narrativas podem ser observados nos “conselhos” que tais materiais buscavam levar até as mulheres, como: “Não se deve irritar o homem com ciúmes e dúvidas” (JORNAL DAS MOÇAS, 1957 apud COTRIN, 2013, p. 215); “A mulher deve fazer o homem descansar nas horas vagas, nada de incomodá-lo com serviços domésticos” (JORNAL DAS MOÇAS, 1959 apud COTRIN, 2013, p. 215); “O lugar de mulher é no lar, o

trabalho fora de casa masculiniza” (Revista Querida, 1955, *apud* COTRIN, 2013, p. 215). Por fim, no material que compõe a coleção LD3, a revista *The Ladies Home Journal*, dedicada ao público feminino é mencionada, mas não explanada.

Quando se trata das abordagens sobre as diferentes perspectivas vindas do feminismo, que também podem compor a narrativa exemplar pelo fato das recentes abordagens acerca da temática das mulheres serem abrangentes e buscar afirmação, as permanências que são constatadas por essa história ainda são inóspitas nos materiais didáticos analisados. Isso porque premissas como o fomento de hipóteses acerca das temáticas subjacentes às mulheres na longa temporalidade não são realizados, assim como também não é fecunda a experiência da atividade histórica em si, posto que, embora as mulheres estejam representadas nos impressos didáticos, isso se faz de maneira disforme.

A respeito do terceiro tipo de narrativa, a crítica, menciona Rüsen (*apud* SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011), é de que esta tipologia é a mais comum quando se trata da história das mulheres. Isso porque tal narrativa compreende a negação de padrões identitários e comportamentais historicamente estabelecidos, buscando negar o padrão socialmente constituído ao passo em que propõe outro.

Na história das mulheres esse tipo de narrativa é abundante. Bem sei que são as histórias relacionadas ao sofrimento das mulheres na longa história de dominação patriarcal. Por meio dessas histórias, as historiadoras feministas chacoalham a validade dos padrões tradicionais de feminilidade, e assim, consequentemente, abrem a mente para outras alternativas. (RÜSEN *apud* SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p. 101).

Considerando a luta do movimento feminista, segundo Soihet e Pedro (2007), a primeira “onda” se respaldava em um alavancar da experiência social que as mulheres desempenharam no decorrer da história, buscando alicerce na historiografia, para a representação das mesmas através de grandes exemplos que negavam os vieses comportamentais e reivindicavam direitos. No que tange à segunda “onda” do movimento, surgida no pós-guerra, a reivindicação caminhou para o campo da afirmação das mulheres enquanto sujeitos que lutam pelos direitos ao corpo, ao prazer e contra os desígnios do patriarcado. Essas duas “ondas” buscavam “[...] o discurso da identidade coletiva, que favoreceu o movimento das mulheres na década de 1970.” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 287). Quando se trata da temática no campo historiográfico, encontra-se tal investida na dimensão da narrativa crítica ao passo em que ambos os movimentos procuraram negar padrões socialmente estabelecidos em dimensões de permanências de longa e de média duração.

No material didático analisado também fora perceptível que essa tipologia é a mais abrangente. Isso porque, na análise das obras, nota-se uma constante alusão às grandes conquistas femininas no decorrer do tempo, de maneira a tentar negar o condicionamento da mulher como sujeito histórico secundário. Grandes nomes da história feminina, assim como grandes feitos, são entrelaçados, mesmo que de maneira por vezes descontextualizada e simplória em relação ao conteúdo dos capítulos que compõem, de modo que a narrativa busca contestar identidades pautadas no tradicionalismo. Essa perspectiva colabora para a negação de estereótipos baseados na desigualdade e busca fomentar espaço para o feminino dentro da história.

Alguns exemplos do material didático analisado podem ilustrar as observações aqui destacadas. No primeiro livro da coleção LD1, a mulher é retratada enquanto desenvolvedora da agricultura, seguida por uma pequena discussão acerca da permanência do machismo na sociedade e de como isso interfere no alcance de direitos, fator ressaltado no capítulo terceiro. Nos capítulos 7, 8 e 10 a temática feminina serve para resgatar períodos de opressão, quando era destinado às mulheres irremediavelmente o espaço do lar, de modo a mantê-las submissas ao homem. É interessante notar que no capítulo 17 dessa coleção lê-se que:

Entre 654 e 705, uma mulher de nome Wu Zhao comandou a China com o título de imperatriz. As primeiras três décadas e meia, como concubina do imperador; e após a morte dele, como soberana. A força política alcançada pela imperatriz está relacionada, entre outros aspectos, ao apoio que ela recebeu da Igreja budista, uma instituição muito poderosa na China do século VII. (BOULOS JÚNIOR, 2013, p. 276).

No entanto, tal realização feminina está localizada em um *box* cujo assunto principal consiste no uso de cavalos pelo exército chinês, descontextualizando a representação feminina e relegando a ela uma alcunha de apêndice ao conteúdo do capítulo em específico.

No segundo livro que compõe a coleção, a perspectiva narrativista crítica pôde ser observada de maneira atrelada às premissas econômica e política. Passagens que resgatam as figuras das negras de tabuleiro e a mulher trabalhadora que ajudavam no sustento do lar compõem o material. Também chama atenção às retratações acerca dos papéis políticos exercidos por rainhas, pelas plebeias francesas no episódio da Marcha das Mulheres à Versalhes, pelas mulheres atuantes nos processos de independências da América Latina, assim como nas Guerras Mundiais, entre outros aspectos.

No capítulo 12, o autor traz a discussão acerca de algumas conquistas femininas no decorrer do século XX, tais como a revolução sexual preludiada pela disseminação da pílula anticoncepcional, a quebra do mito da incapacidade feminina perante a ciência, a luta política empreendida pelas mulheres acerca do direito ao voto, entre outras prerrogativas que se enquadram na tipologia crítica pela negação dos papéis até então atribuídos a esses sujeitos históricos.

Os demais capítulos ressaltam as mulheres enquanto rainhas, provedoras, escritoras, personagens de destaque no esporte, na música, no teatro, na política, entre outros contextos. Essa perspectiva também fora identificada com vastidão nas coleções LD2 e LD3. Embora a forma de representação busque uma investida contra padrões estabelecidos para o feminino, ela também se interliga com a tipologia exemplar da narrativa histórica ao passo em que busca salvar do esquecimento certas posturas femininas no decorrer do tempo. Isso porque, assim como ressalta Rüsen (apud SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011), as formas pelas quais os padrões tipológicos da narrativa histórica se elencam são dinâmicas, de modo que, conforme se alteram os exemplos históricos para as “regras gerais”, também o fazem as condutas a serem seguidas.

No que compreende a coleção LD2, a forma crítica da narrativa pôde ser observada no livro destinado ao primeiro ano, no *box* que trata das diferenças entre os direitos das mulheres brasileiras e mulçumanas, incitando o estudante a pensar acerca desses direitos. Para além dessa premissa, o autor traz à baila a influência que algumas mulheres exerciam na administração dos feudos, negando a narrativa tradicional de passividade desse sujeito nessa temporalidade histórica. Essa característica fora reafirmada no capítulo que trata, também, da administração feminina de algumas sesmarias, tais como as de Pernambuco e as de São Vicente, já no livro destinado ao segundo ano. No último livro dessa coleção, o papel da mulher perante as Guerras Mundiais, sua ascensão econômica e política, assim como discussões acerca do papel feminino na atualidade é destacado.

Em relação à última coleção analisada, vale ressaltar que esta foi a que mais interligou a temática feminina no arcabouço histórico e dos capítulos que dispõe. Embora a forte influência da narrativa exemplar tenha sido observada, as autoras da coleção destinaram mais riqueza de detalhes à temática do feminino no decorrer dos capítulos, como o fizeram, por exemplo, na descrição acerca da educação das mulheres romanas, para as quais elas destacaram que:

[...] independentemente da camada social à qual pertenciam, eram educadas para ser esposas e mães e não podiam participar das decisões políticas. Às mulheres das famílias mais abastadas estava reservada a administração da casa e dos escravos e a criação dos filhos. As mulheres das camadas me-

nos favorecidas podiam trabalhar ao lado do marido e, se fossem solteiras, podiam até mesmo administrar seu próprio negócio. (BRAICK; MOTA, 2013a, p. 109).

É interessante notar que as autoras do manual interpõem, já na temporalidade antiga, uma narrativa que busca criticar a visão tradicionalista do papel feminino exercido nesse recorte, atitude mantida no decorrer dos livros que compõem a coleção ao passo em que ressaltam a influência do trabalho feminino na medievalidade, enquanto artesãs, coletoras, ferreiras, entre outras atividades.

No último livro que compõe a coleção, fora identificada a narrativa crítica quando as autoras mencionam o papel feminino na colonização das Américas, tanto enquanto colonizadoras quanto como colonizadas, na administração dos negócios familiares, dado ao afastamento dos maridos para as atividades bandeirantes, no trabalho que exerciam fora do lar enquanto vendedoras ambulantes e costureiras, entre outros. Além disso, tal característica também fora observada quando se trata do papel que as mulheres desempenharam na Revolução Francesa, de modo que as autoras ressaltam que:

As mulheres tiveram um papel destacado durante os primeiros anos da Revolução Francesa: participavam ativamente das ações revolucionárias, fundaram clubes, apoiaram a difusão de ideias revolucionárias, agitaram as sessões da assembleia, alistaram-se na Guarda Nacional e nos exércitos. Era a primeira vez, na época moderna, que as mulheres participavam tão intensamente da vida pública. (BRAICK; MOTA, 2013, p. 114b).

Além disso, as autoras buscam exemplificar as diferentes dimensões do trabalho das mulheres de acordo com a sua classe social, resgatando o trabalho das burguesas na organização de recepções e de festas para as camadas mais elevadas da sociedade francesa pré e pós-revolucionária, assim como das proletárias e no trabalho exercido pelas mulheres no comércio e na criação de clubes femininos de representação e luta por direitos, na organização da Marcha de Versalhes, entre outras realizações.

Essa perspectiva de narrativa permanece impactante ao passo em que menciona o exercício da administração de fazendas e negócios por mulheres americanas quando na independência dos Estados Unidos, na influência das mulheres de Luanda como donas de propriedades, traficantes de escravos e administradoras, no destaque ao papel feminino em movimentos revolucionários contemporâneos, assim como na influência do marxismo na luta feminina, de modo que mencionam as autoras:

Influenciadas por pensadores socialistas utópicos, mulheres como Jeanne Deroin, Suzanne Voilquin, Pauline Roland, Mary Wollstonecraft, Flora Tristan, Aurore Dupin e outras intelectuais tornaram-se importantes ativistas em prol dos direitos das mulheres e dos trabalhadores e engajaram-se ativamente na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. (BRAICK; MOTA, 2013, p. 157b).

Além disso, há um quadro que ocupa duas páginas do referido manual, intitulado “A luta das mulheres pelo mundo”, no qual há uma descrição cronológica acerca das conquistas femininas.

No entanto, quando se trata da tipologia crítica, na perspectiva de Rüsen (apud SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011) há certa padronização ao passo em que nega uma identidade socialmente construída de comportamento e se busca a construção de outro padrão que almeja a edificar uma identidade comum, sem que se considere as várias perspectivas identitárias quando se trata de mulheres, tais como as de classe e de raça/etnia delineadas por Scott (1995).

Essa necessidade de identidades confluentes expostas na narrativa nos leva à última tipologia, a *genética*. Neste tipo de narrativa histórica, a dinâmica da alteração permanece, não mais de forma a presar um parâmetro identitário estagnado, mas admitindo que este se compõe dinâmico.

Na história das mulheres, as histórias desse tipo de narrativa superam a alternativa entre afirmação ou negação, entre aceitação ou recusa das tradições dadas e dos princípios da feminilidade. Elas substituem a antítese abstrata enfatizando um elemento de mudança estrutural e dinâmico usando o “gênero” como uma categoria histórica. É este elemento de desenvolvimento estrutural que media a antecipação das alternativas em relação às experiências, conquistadas até agora, das transformações da condição feminina e das relações de gênero. (RÜSEN apud SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011, p. 102).

Essa tipologia, no entanto, não fora observada nos materiais didáticos analisados, posto que a abordagem sobre as mulheres não considera as diferenças existentes entre a própria categoria de “mulheres”. Isso porque embora a temática das mulheres esteja presente, a forma pela qual a narrativa se apresenta, interligada, principalmente, às grandes personagens, à desigualdade de gênero, à situação de submissão e ao papel de esposa e mãe, são postas de maneira não congruente com a temática dos capítulos dispostos, e também não ultrapassa a tipologia crítica. Em apenas dois dos nove manuais fora encontrada menção à tipologia

genética quando se trata das mulheres: um que aborda a existência das mulheres anarquistas, e outro que trata das questões de gênero e de raça ao mesmo tempo em uma passagem sobre a poeta moçambicana Noémia de Sousa, que expõe a dupla opressão sofrida (por ser mulher e negra). Neste sentido, a grande problemática não é as mulheres estarem ausentes do material didático, porque não estão. Mas sim a forma pela qual essa inserção ocorre, a qual não permite, em sua completude, alcançar as particularidades da categoria “mulheres”.

Considerações finais

O fato de as mulheres estarem presentes, quando se trata dos conteúdos dos manuais escolares para o ensino médio que tiveram maior distribuição em 2015, é de suma importância para as reivindicações acerca do direito que possuem enquanto sujeitos históricos. No entanto, quando se traça um parâmetro entre as formas pelas quais a temática se consubstancia nos manuais com as tipologias narrativas exaltadas por Rüsen (2011), nota-se que ainda há caminhos que devem ser percorridos quando se trata de representação desses sujeitos por intermédio do material didático de História.

Analisando os resultados encontrados nessa pesquisa, a narrativa crítica é a que está mais presente nos materiais escolares selecionados, fator que, segundo Rüsen (apud SCHMIDT; BARCA; MARTINS, 2011), dificilmente permitiria a construção de uma identidade histórica múltipla pelo fato de que a narrativa crítica, por se tratar de uma tipologia transitória, não está complementada pelas diferentes vertentes que possibilitam a organização de mulheres na atualidade. Como mencionado anteriormente, apenas uma vez, dentre os nove materiais impressos, há referência a diferentes vertentes políticas do movimento feminista, quando um dos livros traz à tona a existência das mulheres anarquistas.

Entretanto, em nenhum momento se considera a perspectiva liberal do feminismo, assim como também não se torna evidente a existência de diferenças de classes dentro da própria categoria de mulheres, exceto por algumas passagens que retratam de maneira isolada essa diferenciação, como ocorre no capítulo que menciona a educação das mulheres romanas, que abordam diferentes participações das mulheres trabalhadoras e burguesas na Revolução Francesa, entre outros.

Vale ressaltar que tal questão ainda permanece negligenciada quando analisada sob uma escala mais abrangente, de modo que tal perspectiva quase que desaparece perante as demais que compõem o material. Em apenas uma passagem a questão de raça também fora evidenciada.

Além disso, a própria narrativa sobre a temática possui lacunas pelo fato de que em pouco se assemelha em termos de conteúdo com os capítulos onde se encontram, e isso só fora possibilitado graças à realização da leitura de “capa a capa” desses manuais. Neste sentido, não se pode garantir que seja exequível, através do material didático analisado, uma construção histórica da identidade feminina, posto que quando a lente de análise sobe para uma escala macro analítica, a questão das mulheres mais se assemelha a um apêndice do capítulo em que aparece do que de fato a um conteúdo.

É salutar destacar que essa problemática não reside apenas na narrativa do material, mas na organização da disciplina de História como um todo. Isso porque é evidente que a quantidade de carga horária para ela não compreenderia, na educação básica, uma análise aprofundada acerca dos sujeitos históricos que sofreram apagamento em nome da cientificidade da História, que privilegiava o uso de documentos oficiais como formas de validação. E as mulheres, assim como os negros, os índios e as culturas tidas como minoritárias no decurso histórico, compreendem esses sujeitos. É evidente que tais modificações estão em transição e que estão alcançando de maneira gradativa o material didático de História, colaborando, mesmo com a persistência de algumas lacunas, para a formação de sujeitos históricos pluriperspectivos.

Fontes

BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. M. **História das cavernas ao terceiro milênio**: das origens da humanidade à expansão marítima europeia. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2013a.

_____; _____. **História das cavernas ao terceiro milênio**: da conquista da América ao século XIX. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2013b.

_____; _____. **História das cavernas ao terceiro milênio**: do avanço imperialista no século XIX aos dias atuais. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2013c.

BRASIL. **Guia de livros didáticos**. PNLD 2015: história: ensino médio. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica, 2014.

BOULOS JÚNIOR, A. **História sociedade e cidadania**: volume único: ensino médio. 2. ed. São Paulo: FTD, 2013.

COTRIM, G. **História global**: Brasil e geral I. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013a.

_____. **História global**: Brasil e geral II. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013b.

_____. **História global**: Brasil e geral III. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013c.

Referências

BITTENCOURT, C. M. F. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000300008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 11 set. 2018.

BOMENY, H. M. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 137-166.

EAGLETON, T. **Teoria da literatura**: uma introdução. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos. Rio de Janeiro: EdPuc, 2006.

OLIVEIRA, C. K. S. **“O livro didático ideal” em questão**: estudo da teoria da formação histórica de Jörn Rüsen em livros didáticos de História (PNLD-2008). 2012. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

RÜSEN, J. O desenvolvimento da competência narrativa na aprendizagem histórica: uma hipótese ontogenética relativa à consciência moral. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (Orgs.). **Jörn Rüsen e o Ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (Org.). **Jörn Rüsen e o ensino de História**. Curitiba: Ed. UFPR, 2011.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000200015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 set. 2018.

Sixa

**IMPRESSOS,
IMPRENSA E
MULHERES:
ABORDAGENS
SOCIOCULTURAIS**

02

CAPÍTULO 8

"ORNAMENTO DA MULHER": O DISCURSO ACERCA DA MULHER NO PERIÓDICO ESPÍRITA ORIENTADOR (1948-1958)²³

Chaline de Souza

²³ Este capítulo trata-se de uma versão revista e ampliada do texto submetido ao Simpósio Temático coordenado pelas organizadoras da obra, apresentado durante o VIII Congresso Internacional de História (CIH); XXII Semana de História, promovido pela Universidade Estadual de Maringá, 2017.

O espiritismo em Passo Fundo

Desde os primórdios do século XX, o espiritismo fora mobilizador de adeptos e um importante vetor doutrinário, assistencial, cultural e intelectual no Brasil e também no estado do Rio Grande do Sul e no planalto norte-rio-grandense, espaço que delimitamos nossa pesquisa. Em publicações recentes referentes à formação sócio-histórica e cultural de Passo Fundo percebe-se que a composição étnica do município, ao longo de sua formação, contou com um variado número de grupos migrantes e imigrantes de diversas partes do Brasil e do mundo. Pode-se destacar, de fato, uma multiplicidade étnica em sua história, tendo havido a expressiva participação na formação do município de indígenas, negros, luso-brasileiros, alemães, italianos, judeus, poloneses, sírios, libaneses dentre muitos outros grupos e etnias formadoras dessa sociedade (TEDESCO; BATISTELLA; NEUMANN, 2017). Em meio a tal constatação, podemos compreender que, desde o início de sua formação, o município contou e conta com expressiva diversidade étnica e, consequentemente, diversidade cultural e religiosa, tanto no passado quanto no presente.

A análise das representações de gênero no periódico espírita *Orientador*, fundado em 1948, que mantém até hoje suas publicações, torna-se relevante e justifica-se devido à considerável contribuição do espiritismo, não só como crença, mas também como doutrina e assistência social. Em que pese que no município houvesse, no início do século XX, a predominância da religiosidade católica, o espiritismo adentrou as casas de muitos munícipes e conquistou um número significativo de adeptos e inúmeros simpatizantes na cidade e região.

A delimitação instituída neste artigo busca dar visibilidade ao modo como as mulheres constituíram-se como agentes fundamentais na divulgação e consolidação do espiritismo na cidade de Passo Fundo e região, recuperando assim alguns indícios de sua participação — retirando-as, de alguma forma, dos silêncios da História.

No que tange a narrativa histórica sobre o espiritismo no município, sabe-se que “entre 1902 e 1903, foi fundado o primeiro núcleo espírita local, daí vemos a proliferação de núcleos e centros e consolidação da doutrina na cidade” (ZANOTTO; SILVA; GASTALDON, 2013, p. 49). Cabe salientar que o espiritismo em Passo Fundo esteve atrelado a figuras importantes do cenário político, econômico e social do município, como fora o caso de Antonina Xavier e Oliveira, que foi uma das primeiras mulheres jornalistas da cidade, publicando não somente no *Orientador*, como também nos jornais *O Nacional*, *A voz da serra* e *A Época*, quando o preconceito em relação ao exercício de algumas profissões pelas mulheres era expressivo. Externa-se a permeabilidade do espiritismo por entre a elite intelectual

e, inclusive, a figuras femininas que se destacaram em âmbito regional, apesar de serem sempre consideradas coadjuvantes no cenário político, social e religioso da época (SOUZA, 2016).

Figura - Antonina Xavier e Oliveira no jornal *Orientador*.



Antonina Xavier e Oliveira, uma das primeiras mulheres a participar da imprensa passofundense, inclusive no jornal *Orientador*.
Fonte: O MALHO, 1926.

O Centro Espírita de Caridade (CEC) Dias da Cruz foi fundado no ano de 1935, na cidade de Passo Fundo, após a extinção do Grupo Espírita Manoel Perez. Em abril de 1948 foi criado o jornal *Orientador* por iniciativa dos trabalhadores do Dias da Cruz, sendo este utilizado como difusor da doutrina, por meio de textos doutrinários, poemas, divulgação de celebrações, eventos e acontecimentos de âmbito nacional e internacional.

Com a diversificação da imprensa que houve no Brasil, bem como no Rio Grande do Sul, no final do século XIX, emergiram os primeiros jornais comprometidos com a doutrina espírita, que visavam introduzir os princípios éticos e morais da crença na sociedade sul-rio-grandense, conforme a proposta original da codificação de seus postulados (DIAS, 2006).

Como destaca Maria Helena Capelato (1989), os periódicos não são transmissores imparciais ou neutros dos acontecimentos, entretanto, mesmo que permeados pela subjetividade, não podemos dispensar a análise, uma vez que a imprensa constitui um instrumento de manipulação de interesses e intervenção social. Dias (2006), ao compreender o processo histórico da imprensa, afirma que é necessário que avaliemos os caminhos que ela percorreu e sua extraordinária adequação às necessidades de uma sociedade em constantes transformações.

Durante o governo de Getúlio Vargas, sob o Estado Novo, houve o cerceamento à livre manifestação de ideais, sobretudo sobre os impressos. Após o período ditatorial, em 1946, o privilégio de liberdade de imprensa estabeleceu a garantia do direito de resposta (MONTEIRO, 2003, p. 18). Fora nesse contexto de maior liberdade de imprensa e de garantia de respostas a ataques que emergiu o periódico em estudo, o *Orientador*, não apenas para a difusão da doutrina, mas para explicar à sociedade sobre suas crenças e religiosidade, tendo um caráter também educativo. A publicação era também uma resposta aos ataques advindos tanto da imprensa vinculada a religiosos católicos, específica católica, quanto à imprensa laica da região de Passo Fundo (SOUZA, 2016, p. 36).

“Ornamento da Mulher”: a imprensa espírita passofundense e a representação da mulher

O periódico criado sob a direção de Alady Berlese de Lima, gerenciado por Ernesto Formighieri e redigido por Dalva Rozendo, lançou sua primeira publicação no dia 30 de abril de 1948. Anunciou em sua capa: “Orientador sai do prelo, hoje pela primeira vez” (ORIENTADOR, 30 abr. 1948, capa) e no decorrer do texto da capa esclarece que ele nascia “depois de uma prévia consulta aos bon-

dosos e incansáveis emissários de Deus” (ORIENTADOR, 30 abr. 1948, capa). Desde sua primeira publicação o discurso defendido nesse periódico era de que os espíritos esclarecidos não teriam apenas apoiado, mas estimulado a iniciativa de seus fundadores, desse modo, revestiam-se de um caráter metafísico e legítimo dos adeptos do espiritismo.

O *Orientador* se estabelece como vetor da difusão espírita não apenas na cidade, mas em toda região. Esclareceu de antemão, em sua primeira edição, que se estabeleceria como um órgão mensal que daria não apenas voz, mas publicidade à doutrina, utilizando-se de uma linguagem simples e compreensível, pautada nos ensinamentos do Evangelho Segundo o Espiritismo.

Inúmeros foram os discursos que continham representações femininas publicados no periódico *Orientador*. Dessa forma, precisamos considerar o discurso como sendo uma prática que não está fora de um sistema de relações sociais. Eni Orlandi (2009, p. 15) afirma que, pelo estudo da análise do discurso, podemos conhecer melhor aquilo que faz do homem especial com sua capacidade de significar e significar-se, sendo que a análise do discurso concebe a linguagem como a mediadora entre o homem e a realidade natural e social. Desse modo, o discurso é o lugar em que poderemos observar a relação entre a língua e a ideologia, compreendendo como a língua produz sentidos por/para os sujeitos, em nosso caso os leitores do periódico *Orientador*. O discurso presente no periódico *Orientador* estava inserido no contexto de uma conjuntura determinada, que expunha as representações sociais e cujo objetivo implicava em moldar as mulheres de uma determinada classe e segmento religioso (PEDRO, 1997, p. 282).

A mulher nessa conjuntura de um discurso doutrinário teria os mesmos direitos que os homens, entretanto estaria também inexoravelmente submissa a papéis distintos e pré-definidos que lhe seriam inerentes à sua condição feminina. Nesse sentido, não ficariam liberadas de seu compromisso maior: preparar o homem do futuro, sobretudo considerando que

Deus apropriou a organização de cada ser às funções que lhe cumpre desempenhar. Tendo dado à mulher menor força física, deu-lhe ao mesmo tempo maior sensibilidade, em relação com a delicadeza das funções maternais e com a fraqueza dos seres confiados aos seus cuidados. (KARDEC, 1999, p. 466).

Nesse sentido, podemos compreender um pouco mais do discurso do periódico doutrinário espírita *Orientador*. É interessante observar essa opinião de Kardec pelo fato dele e de seus livros serem os principais referenciais da doutrina espírita.

O fato de escrever sobre mulheres era um dos meios para designar comportamentos e identidades específicas. Essa prática é analisada por Foucault, que a define como poder disciplinar um novo tipo de poder inaugurado no século XIX. Este tipo específico de poder está, segundo o autor, voltado primeiramente à regulação, à vigilância, tendo sido o governo da espécie humana ou de populações inteiras e, em segundo lugar, do indivíduo e do corpo (FOUCAULT, 1997, p. 42). Seu objetivo básico consiste em produzir “um ser humano que possa ser tratado como um corpo dócil” (HALL, 2002, p. 43). Podemos reconhecer esse “corpo dócil” em mulheres idealizadas pelo espiritismo através do discurso do jornal *Orientador*: “Páginas e páginas são consagradas a ti, mulher, filha, mãe e esposa” (ORIENTADOR, 31 maio 1948, p. 5). A mulher sempre esteve atrelada à maternidade e foi recorrente a ênfase às suas atribuições em tom romântico.

SER MÃE

Ser mãe é desdobrar fibra por fibra
O coração! Ser mãe é ler no alheio
Lábio que suga o pedestal no seio,
Onde a, vida, onde o amor, cantando, vibra.
Ser mãe é ser um anjo que se libra
Sobre um berço dormindo. É ser anseio,
É ser temeridade, é ser receio,
É ser força que os males equilibra!
Todo o bem que a mãe goza, é bem do filho,
Espelho em que se mira afortunada,
Luz que lhe põe nos olhos novo brilho!
Ser mãe é andar chorando num sorriso!
Ser mãe é ter um mundo e não ter nada!
Ser mãe é padecer num paraíso! (NETO, 1951, capa).

Em diversos textos do periódico analisado, as virtudes e os defeitos femininos eram apresentados, assumindo formas de poemas, provérbios, comentários, notícias. De maneira geral, referiam-se a uma “natureza feminina”, ora valorizada, ora criticada. Nessa sociedade recém-urbanizada, novos modelos de mulher precisavam ser divulgados e a religião teve papel fundamental nesse processo (PEDRO, 1997, p. 236).

O surgimento de novas elites propiciou a divulgação de imagens que restringiam as mulheres aos papéis familiares; entretanto, a acumulação de riquezas foi de pequenos grupos e o cumprimento desse papel fora adotado por poucas mulheres. Para a maioria da população feminina, as condições econômicas não

favoreceram a identificação das mulheres com tais moldes europeus e cristãos. A pluralidade étnica e a consequente diversidade de culturas dificultaram a homogeneização de comportamentos, que definiam para as mulheres os papéis de esposa, mãe e dona de casa (PEDRO, 1997, p. 236). O *Orientador* apresenta certo receio a esses novos moldes de mulheres da contemporaneidade, como é exemplificado no trecho a seguir:

[...] e porque essa alegria está desertando do seio familiar? É que o mundo cada vez se torna mais endurecido e infeliz. Há imensa legião de mulheres que não acreditam mais na palavra de Deus, nem aceitam as responsabilidades de seus lares. Vão buscar, ilusoriamente tudo isso, no lodo dourado do mundo, nos chás elegantes, onde a comum e protocolar hipocrisia impera nos passeios fúteis, nos templos iluminados, vão as mulheres, distanciando-se dos seus sagrados deveres, acreditando que eram escravas dos homens, mas que agora conseguiram a sua emancipação total. Mas a verdade, dura verdade é que essas mulheres escravizam-se por si mesmas, fazendo-se cativas da moda, pela vaidade, pelo luxo, com a ideia fixa de conquistarem um lugar de destaque na sociedade — onde serão admiradas. (CASTRO, 1948, p. 3).

Dessa forma, a idealização das mães estava presa à missão civilizadora das mulheres, a qual, de acordo com o ideário espírita, deveria ser instruída para aperfeiçoar o esposo e educar os filhos para o mundo. Era justamente dentro dessa perspectiva que se defendia a educação não apenas masculina. O *Orientador* afirmava então que “Educar é redimir, é fazer com que os prisioneiros das trevas encontrem a chave da luz”; “criar escolas evangelizadoras é formar caracteres sãos e íntegros” (ROZENDO, 1949, p. 3).

O predomínio das ideias positivistas no Rio Grande do Sul significou a repetição, nessa região, dos mesmos discursos homogenizadores dos papéis femininos: identificou a mulher como tendo uma natureza complementar à do homem, apresentando uma diferença que justificava sua educação específica. Mesmo assim, significaram certo avanço, pois recomendavam a educação das mulheres, já que como mães eram as responsáveis pela construção dos “homens de amanhã”, algo raro até então (PEDRO, 1997, p. 236). O *Orientador* refere-se a essa ideia, não só de educação para mulheres, bem como da importância delas serem as “mestras”. Desse modo, os discursos afirmavam que as mulheres tinham, por natureza, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras educadoras — portanto, nada mais adequado do que lhes confiar também a educação evangelizadora das crianças (SOUZA, 2017, p. 17).

Em relação à mulher como sendo a esposa, textos sobre o casamento aparecem durante esses anos de análise. Mesmo sendo uma das representações expressas nesse jornal, a de ser mulher e esposa, isto não quer dizer que o casamento tão desejado atendesse às suas expectativas. O periódico refere-se a esse fator afirmando que o “casamento na terra é uma instituição educativa em cuja intimidade nem sempre o amor é uma árvore feita” (XAVIER, 1952, p. 2). Na visão espírita o casamento seria “o matrimônio das almas acima de todos os laços corporais, ou convencionais” (LOURO, 1997, p. 388). Porém, no mesmo texto psicografado por Chico Xavier, o fato de casamentos não darem certo é citado: “Se a experiência do lar não é vossa, não vos sintais diminuídos por esse motivo. Lembre-se que Jesus não esteve nos seios conjugais do mundo, mas por isso não deixou de ser o sol da verdade e do amor para todos os séculos da Terra.” (XAVIER, 1952, p. 2).

Diversos textos recorriam a frases bíblicas e ao uso de exemplos de Jesus, bem como usavam da imagem de Maria para elogiar suas virtudes maternais. Como na frase: “Maria, doce Mãe! Aplaca, Senhora, com a tua virtude, o ódio sanguinário; desarma os braços fraticidas; dulcifica os coração dos homens” (COGO, 1949, p. 3). Desse modo, há uma supervalorização da figura da Virgem Maria e de suas principais características. Segundo Maria José Rosado Nunes (1997, p. 404), o simbolismo da figura de Maria, virgem e mãe, é marcante para as mulheres; concentra uma ambiguidade extrema pela valorização concomitante da virgindade e da maternidade.

Nesse contexto existe o que podemos chamar de uma *relação de forças*, isto é, pode-se dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que diz, da forma como se expressa nas diferentes modalidades do discurso. Como a sociedade é constituída por relações hierarquizadas, essas são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na comunicação. As imagens dos sujeitos dos artigos analisados resultam de projeções que funcionam no discurso. (ORLANDI, 2009, p. 40).

Desse modo, ao compreendermos os sujeitos desses discursos, percebemos que o número de textos escritos por mulheres e para mulheres é expressivo nas publicações do *Orientador*. Mulheres essas sempre atreladas a cargos de destaque nos centros espíritas, já que a maioria dos textos advinha de autoras não apenas locais, mas de outras regiões, envolvidas em atividades ligadas às práticas assistencialistas dos centros espíritas e que representavam os moldes de ser mulher (SOUZA, 2016, p. 59). Os autores masculinos presentes nas narrativas eram também de destaque intelectual no meio espírita.

Ao analisarmos o discurso e as maneiras de ler, percebemos que nesse trabalho também é necessário que indiquemos que o dizer tem relação com o não dizer, por isso acolhemos o método ao praticarmos a análise. O silêncio é o “pensa-

do como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido” (ORLANDI, 2009, p. 40). Percebemos tais interditos e silêncios nos próprios títulos dos textos coletados: “A um coração de mulher”, “Ornamento da Mulher”, “A mulher mãe”, “Mãe – mulher dignificada”, são alguns dos exemplos daquilo que Orlandi classifica como “pressuposto e o subentendido”. Seus autores separaram aquilo que deriva propriamente da instância da linguagem (pressuposto) daquilo que se dá em contexto (subentendido) (ORLANDI, 2009, p. 85). Podemos compreender que a imagem da mulher para esses autores remete apenas à representação dela como mãe/esposa/dócil, deixando claro em seus títulos o silêncio quanto às outras formas de ser mulher naquele contexto.

Considerações finais

A participação feminina no espiritismo brasileiro é inegável. Pensar na doutrina espírita e relacioná-la apenas a uma organização eminentemente masculina em função de Alan Kardec — e outros discípulos difusores que lhe sucederam — é, em realidade, seguir um caminho muito percorrido, de silêncio, de esquecimento e de secundarização do papel feminino em tais agrupamentos.

É necessário que se diga que, dentro do espiritismo, a presença feminina foi seguramente de participação ativa e não marginal, como se costuma pensar. Como objetivamos lançar mão a partir deste estudo, as mulheres se fizeram presentes em diversos âmbitos de difusão da doutrina em questão, mas, sobretudo, na organização e manutenção dessa tipologia de imprensa específica. Nas páginas do jornal *Orientador*, contrariando a velha e corrente narrativa, pudemos perceber que grande parcela da realização do jornal tinha mulheres na criação, divulgação e articulação de periódicos difusores da doutrina.

O manto do anonimato que recobre a historiografia em se tratando da questão feminina deve ser — com o perdão do trocadilho — “descoberta”. Muito se tem avançado nos últimos tempos, em pesquisas que tomam forma afim de atribuir às mulheres visibilidade e protagonismo histórico. É o caso de Antonina de Xavier e Oliveira e de Dalva Rozendo que, por entre as páginas do *Orientador*, nos revelaram sua participação na direção do periódico, em atividades filantrópicas e assistencialistas movidas pelo CEC Dias da Cruz. E mais: ambas eram mulheres de considerável destaque intelectual e social que assumiam publicamente sua participação na imprensa local/regional, em um contexto em que a participação pública de mulheres parece-nos ter sido restrita.

Quanto à forma como as mulheres eram representadas no periódico analisado, pode-se perceber que os discursos encontravam-se imbuídos em um conservadorismo característico de sua época e de seu contexto. A questão não é, pois, perguntar quais as imagens mais verdadeiras ou mais próximas da realidade e quais se distorceram, mas perceber que todos os discursos formam e são igualmente representações que não apenas espelharam essas mulheres, mas que efetivamente as “moldaram”, ao sabor de uma cultura dominante que as trata como um segundo sexo, inferiorizado e subalterno (BEAUVOIR, 1980). Em suma, em nossa análise, as representações acerca da mulher na imprensa espírita passossfundense visaram a construção de papéis sociais atribuídos às mulheres, como o de filha, esposa, mãe e educadora. Os discursos possuíam a intenção de engendrar comportamentos preconcebidos do feminino e caberia às mulheres significar e dar sentido ao que lhes era atribuído por meio do periódico. Ao se observar tal representação não se está apenas revelando indícios de uma posição feminina, mas se está examinando diretamente um processo social através do qual uma dada representação era produzida.

O discurso espírita acerca de uma representação da mulher pode ser associado à ideia defendida por Bourdieu (2007, p. 121), ao afirmar que há um novo campo de lutas pela manipulação simbólica da condução de vida privada e a orientação da visão de mundo, nesse caso o do gênero feminino. Tendo, desse modo, agentes que estão em concorrência no campo da manipulação simbólica.

São pessoas que se esforçam para manipular visões de mundo (e desse modo, para transformar as práticas) manipulando a estrutura da percepção do mundo (natural e social), manipulando as palavras, e, através delas, os princípios da construção da realidade social. (BOURDIEU, 2004, p. 123).

Nesse sentido, fica evidente a permeabilidade do campo religioso por entre o campo de gênero, na busca de uma construção do poder simbólico. Bourdieu (2007, p. 92) considera importante, não a natureza da mensagem religiosa, mas a sua capacidade de atendimento de uma demanda específica, tanto religiosa como ideológica. Bourdieu (2007, p. 92) aponta que a religião, em sua função ideológica, é entendida como uma prática política de fazer absoluto o relativo e da legitimação do arbitrário, contribuindo com a imposição dissimulada de princípios de estruturas que geram a percepção do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social.

A escolha de numerosas imagens de mulher denota uma preocupação muito viva com a definição dos papéis femininos. É difícil saber como eram lidos tais textos; como eram vividas, experimentadas no cotidiano, essas imagens de

mulheres que o periódico *Orientador* reproduziu. Ademais, não podemos saber se todas essas campanhas homogeneizadoras tiveram extensivo alcance e se esse jornal atingia apenas parte da população letrada. Entretanto, esses discursos conservadores do papel feminino esbarravam com vivências culturais que traziam há muito tempo outros modelos de papéis sexuais, difíceis de transformar.

Fontes

CASTRO, A. Mulher - síntese do mundo. **Orientador**, Passo Fundo, n. 2, p. 3, 31 maio 1948. [Acervo digital].

COGO, P. Centro Espírita Dias da Cruz. **Orientador**, Passo Fundo, n. 11, p. 3, 29 fev. 1949. [Acervo digital].

DIA das Mães. **Orientador**, Passo Fundo, n. 26, capa, editorial, maio 1950. [Acervo digital].

_____. **Orientador**, Passo Fundo, n. 13, p. 4, editorial, 30 maio 1949. [Acervo digital].

_____. **Orientador**, Passo Fundo, n. 2, capa, editorial, 31 maio 1948. [Acervo digital].

KWITKO, J. O sublime papel da mulher. **Orientador**, Passo Fundo, n. 106, p. 4, jan. 1957. [Acervo digital].

MISTRAL, G. Oração das Mestras. **Orientador**, Passo Fundo, n. 53/57, p. 4, ago./dez. 1952. [Acervo digital].

NETO, C. Ser mãe. **Orientador**, Passo Fundo, n. 38, capa, 2, junho de 1951. [Acervo digital].

O MALHO, n. 1219, p. 23, 1926. Hemeroteca da Biblioteca Digital Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/116300/58166>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

ORIENTADOR. **Como foi dado ao mundo o Dia das Mães**. Passo Fundo, n. 2, p. 5, 31 maio 1948. [Acervo digital].

ORIENTADOR sai do prelo, hoje pela primeira vez. **Orientador**, Passo Fundo, n. 1, capa, editorial, 30 abr. 1948. [Acervo digital].

ROSA, J. Carinho. **Orientador**, Passo Fundo, n. 30, p. 2, 30 set. 1950. [Acervo digital].

ROZENDO, D. A educação da criança. **Orientador**, Passo Fundo, n. 20, p. 3, nov. 1949. [Acervo digital].

_____. Mãe – mulher dignificada. **Orientador**, Passo Fundo, n. 38, p. 3, 2 jun. 1951. [Acervo digital].

XAVIER, C. Casamento. **Orientador**, Passo Fundo, n. 46, p. 2, jan. 1952. [Acervo digital].

Referências

- BATISTELLA, A. (Org.). **Patrimônio, memória e poder**: reflexões sobre o patrimônio histórico-cultural em Passo Fundo (RS). Passo Fundo: Méritos, 2011.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, P. Gênese e estrutura do campo religioso. In: BOURDIEU, P.; MICELLI, S. (Org.). **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2007. p. 27-69.
- CAPELATO, M. H. R. **Os arautos do liberalismo**. Imprensa paulista, 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- DIAS, J. R. L. **A Evolução (1892-1893)**: uma amostra dos fatores constituintes do sistema literário espírita. 2006. 121f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/2913/joseroberto.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 jun. 2017.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7. ed. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- KARDEC, A. **O livro dos espíritos**. São Paulo: Petit, 1999.
- LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; Ed. Unesp, 1997. p. 443-481.
- LUCA, T. R. A história dos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-154.
- MACHADO, U. P. **Os intelectuais e o espiritismo**: de Castro Alves a Machado de Assis. Rio de Janeiro: Antares, 1983.
- MONTEIRO, E. C. **100 anos de comunicação espírita em São Paulo (1881-1981)**. São Paulo: Madras, 2003.
- NUNES, M. J. R. Freiras no Brasil. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; Ed. UNESP, 1997. p. 432-509.
- ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PEDRO, J. M. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto; Ed. UNESP, 1997. p. 278-321.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005.

PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

SOUZA, C. Mulheres: o discurso e o silêncio na imprensa espírita. **Revista Acadêmica Licenciaturas**, v. 5, n. 1, p. 13-20, 2017.

_____. **O sublime papel da mulher**: análise das representações das condições femininas no periódico espírita Orientador (1948-1958). 2016. 69f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B5BJ6nSKz9lsHZEal9YWWIxNGc/view>>. Acesso em: 05 jun. 2016.

TEDESCO, J. C.; BATISTELLA A.; NEUMANN, R. M. (Org.). **A formação étnica de Passo Fundo**: história, memória e patrimônio. Erechim: AllPrint Varela, 2017.

ZANOTTO, G.; SILVA, A. A. P.; GASTALDON, D. B. “Orientador sai do prélo”: a difusão do Espiritismo nas paginas da imprensa prosélita de Passo Fundo. In: WEBER, B. T., ZANOTTO, G. (Org.). **Religiões e religiosidades no Rio Grande do Sul**: espiritismo e religiões mediúnicas. São Paulo: ANPUH, 2013. p. 47-80.

CAPÍTULO 9

A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA REVISTA ALVORADA FEMININA DA IGREJA PRESBITERIANA INDEPENDENTE: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DOS ANOS 1970 E 1980 NO BRASIL²⁴

Ricardo Gião Bortolotti

Daniela Emilena Santiago Dias de Oliveira

²⁴ Este capítulo trata-se de uma versão revista e ampliada do texto submetido ao Simpósio Temático coordenado pelas organizadoras da obra, apresentado durante o VII Congresso Internacional de História (CIH); XXII Semana de História, promovido pela Universidade Estadual de Maringá, em 2017. O presente texto é um recorte dos dados obtidos pela pesquisadora em virtude de sua vinculação com o Mestrado em História, da Unesp, campus Assis-SP. A totalidade dos dados obtidos será apresentada na dissertação elaborada pelo autor.

A igreja está nas mídias ou as mídias estão nas igrejas? Pergunta de difícil resposta, mas da qual emana uma basal reflexão, para que possamos repensar a influência que a mídia tem tido na disseminação dos ideais confessionais das igrejas. Essa disseminação, para além de simplesmente difundir ideais religiosos, auxilia as igrejas a divulgar padrões e referências de comportamento sociais.

A *Revista Alvorada*, da Igreja Presbiteriana Independente, é um exemplo de mídia utilizada para difundir postulados religiosos. Criada em 1968 no Brasil, a então denominada *Revista da Mulher Presbiteriana Independente* e, em meados dos anos 1970 e 1980 foi intitulada *Revista Alvorada Feminina*, buscava uma interlocução com o gênero feminino. Atualmente, o periódico ainda é produzido pela igreja, porém denominado de *Vida e Caminho*.

Em tese, a *Revista Alvorada Feminina* busca por meio de seus textos, oferecer à mulher modelos e formas de comportamento, sendo essa uma tendência presente nessa denominação desde seu surgimento no Brasil. Assim, cabe destacar que a tradição presbiteriana, desde o tempo do Império, quando chegou aqui o missionário presbiteriano Ashbel Green Simonton, recorre à utilização do impresso como um meio de profusão da fé evangélica. Mais do que simplesmente comunicar a fé aos fiéis, vemos que o impresso também se constitui como um meio de induzir determinados comportamentos junto aos leitores (MENDONÇA, 2008). A *Revista Alvorada*, a nosso ver, está dentre esses impressos que difunde um meio de comportamento esperado das mulheres que estão vinculadas à Igreja Presbiteriana Independente.

Por outro lado, a constituição de uma revista especificamente para o público feminino denota uma percepção distinta da igreja no que concerne a forma com que fala para seus pares, e também pode sinalizar, a nosso ver, a preocupação dessa instituição com o público feminino frente às mudanças consubstanciadas, na forma de entender a figura feminina no Brasil nos anos 1970 e 1980. Nesse sentido, observamos ainda que, nessa mesma época, também ocorre o surgimento e a consolidação de revistas femininas como *Claudia* e *Nova*, as quais apesar de falarem para a mulher da família burguesa passam a destacar a mulher livre, que tem namorado e não mais o marido, a mulher que escolhe se quer ter filhos e aquela mulher que estuda e também trabalha. A Igreja Presbiteriana Independente por meio da *Alvorada Feminina* busca oferecer uma alternativa confessional para as mulheres, uma vez que há no mercado outras revistas que abordam conteúdos distintos dos difundidos pela tradição presbiteriana.

Com uma tiragem média de 4 mil e 500 a 5 mil exemplares, nos anos 1970, contudo, chegando até a alcançar a tiragem de 11 mil exemplares, no final dos anos 1980, a revista pode ser considerada um marco na produção de mídias para o público feminino, uma vez que temos uma quantidade expressiva para uma re-

vista feminina, ainda mais para um periódico confessional. É importante pontuar que, nesse período, nem todas as mulheres tinham acesso à educação, ou seja, muitas delas não sabiam ler e, apesar disso, a revista foi adquirida como indicada pelo número de tiragens. Além disso, é mister salientar que essa aquisição só poderia ser viabilizada por meio de assinatura prévia, uma vez que a revista não era vendida em bancas. Buitoni (2009) salienta que a quantidade de tiragem de revistas nos diz da aceitação da mesma no mercado, já que as revistas femininas, nesse período, possuíam um público reduzido.

Há que se observar ainda que a revista se destaca pelo longo período de sua existência, pois as revistas destinadas ao público feminino, nesse período, tinham vida curta. Buitoni (2009) aponta que as revistas femininas, em grande parte, chegavam a permanecer no mercado por cerca de um a dois anos, exceto as mais populares, como *Cláudia* e *Nova*, por exemplo. Portanto, a revista em questão deve ser considerada uma referência, na medida em que conseguiu se manter por anos, no mercado, difundindo uma cultura que não era representativa de toda a sociedade, mas de grande parte dela.

Visando apresentar e discutir alguns dos conceitos presentes na *Alvorada Feminina*, realizamos a análise de quatro números, dois dos quais produzidos nos anos 1970 e dois nos anos 1980.²⁵ Como nosso olhar está interessado em conhecer a perspectiva da mulher que é veiculada em tal mídia, e tendo em vista ainda a natureza deste trabalho, identificamos na produção em pauta os seguintes aspectos: mulher e família; mulher e educação dos filhos; mulher e trabalho; e mulher e igreja. Para a apreensão desses conceitos, realizamos a leitura de todos os artigos, e classificamos para estudo somente àqueles que abordassem temas especificamente voltados para o universo feminino. Isso porque as revistas abordam outros assuntos dentre os quais podemos indicar: informes da Igreja Presbiteriana Independente, músicas cifradas, notícias de eventos e propagandas de bíblias. Na sequência, apresentaremos os resultados alcançados por meio deste estudo. A análise do conteúdo das revistas estará assentada no entendimento da noção de representação de Roger Chartier, além da interpretação de Karina Kosicki Bellotti acerca das práticas adotadas pelos povos como religiosidade.

Cada um desses números da revista possuía, em média, vinte artigos e trinta páginas. Há textos curtos, de uma página, assim como existem também poesias e crônicas que abordam a questão da mulher. Todos os textos foram colaborações

25 Para a elaboração deste capítulo, no basearemos nos seguintes exemplares da Revista *Alvorada Feminina*: n. 4, trimestre out./dez. de 1984; n. 1, trimestre jan./mar. de 1985; n. 4, trimestre out./dez. de 1977; e n. 2, trimestre abr./jun. de 1979. No entanto, cabe destacar que a revista produziu até 2017, o total de 184 números.

de autores para a revista e, apesar de haver um Conselho Editorial, nem sempre as matérias são escritas pelos representantes desse conselho. Todas as revistas trazem colaborações de pastores, todavia, os textos, em sua grande maioria, são escritos por mulheres²⁶, que pressupomos possuir vinculação com a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. Além de textos há também informes da igreja, notícias de eventos, orientações para o culto, etc., mas o presente capítulo estará focado apenas naqueles que são dirigidos especificamente ao público feminino.

A Mulher representada na *Alvorada Feminina*

Tendo em vista a adequação de nossas colocações à natureza dessa publicação, indicaremos os resultados obtidos após a realização da pesquisa junto às revistas analisadas, adotando como quesitos: mulher e família; mulher e educação dos filhos; mulher e trabalho e mulher e igreja.

De certa forma, a mulher é apresentada como a grande responsável por cuidar da casa, da família, e isso se associa a exercer o cuidado com os filhos. O lar é por excelência o local da mulher, ao passo que ao homem é permitido permanecer na rua. Tal colocação é presente em todas as quatro revistas analisadas nesse capítulo e em 70% do total de artigos produzidos pela revista.

Por essência, o local destinado à mulher é a família. Compete à mulher exercer todos os cuidados com a casa, desde a alimentação dos familiares, o cuidado com a roupa e outros mais que se mostrem necessários para sobreviver cotidianamente. A mulher deve fazer tudo isso com grande satisfação e alegria, sempre se mostrando feliz com o desempenho de atividades rotineiras que lhe são impostas. Vemos tais colocações em diversos trechos das revistas analisadas, como abaixo:

Mulher virtuosa que de manhã à tardinha
Lava... passa... limpa o fogão
Que transforma em altar até mesmo o fogão... Que trata o carteiro, o lixeiro
como “irmão”!
[...] E ainda à família dá a prioridade! É meiga no trato, é toda amor! [...].
(SANTOLIN, 1984, p. 21).

26 Buscamos referências dos autores dos artigos, porém, em poucos casos conseguimos identificá-los. Sabemos que estão vinculados à Igreja Presbiteriana Independente porque muitos trazem essa informação junto ao título do artigo. Porém, em 35,5% dos artigos não há identificação de vínculo do autor à Igreja Presbiteriana Independente.

Além de desempenhar as atividades rotineiras, do cotidiano das residências, caberia ainda à mulher aceitar o desempenho dessas atividades como algo bonito e bom, ou seja, é uma qualidade feminina lavar, passar, limpar, e isso não deve ser rejeitado pelas mulheres. O desempenho de funções domésticas é retratado como uma virtude, uma qualidade da mulher. O ideal de mulher que se ocupa de todos os cuidados da família também é reforçado no texto:

Mãe: - palavra pequenina, mas que encerra todo mistério, toda alegria, todo plano de Deus, que abençoando a mulher, dá-lha a ventura de dar à luz.

Creio que para nós, mulheres, o Dia das Mães traz-nos como uma nostalgia indefinida, pela menina que fomos, pela mãe que somos.

Parece-nos que foi ontem, que ainda éramos crianças e tínhamos a nos guiar a nossa mãezinha que procurava nos alertar quanto aos perigos, nos educar e levar-nos à Igreja. Quem não se lembra, com saudades, da rotina do domingo: cheirinho do frango, da macarronada, da sobremesa gostosa, do vestidinho engomado, reservado para irmos à Escola Dominical. Deste quadro, a figura imprescindível era nossa mãe.

Quanta estabilidade e ternura.

Hoje somos mães, pela graça de Deus!

Os tempos mudaram. Há uma participação mais ativa da comunidade, dos meios culturais e sociais na formação da personalidade dos filhos. A televisão, o rádio, o cinema, revistas, escolas: jardim a infância, pré-primário, vão moldando nossos pequenos. Há uma mudança de valores, uma evolução de costumes, de uma maneira muito rápida.

Os filhos têm hoje mais liberdade para emitir seus conceitos.

E cabe a nós, mães de hoje, como às de ontem, alertar, educar, guiar...

Se somos rígidas e firmes, dizem-nos que não evoluímos, que somos quardadas. Se cedemos em muitos pontos, podemos errar e muito.

É preciso que sejamos sábias.

É necessário que haja diálogo, amor, compreensão, mais do que nunca, um apego com Deus, com a Palavra de Vida Eterna, pois só n'Ele encontramos as respostas e a segurança que os nossos filhos esperam de nós.

Que Deus abençoe a todas as mães a cumprir a sagrada missão de preservar o seu lar: maridos e filhos.

Que a cadeia do amo, iniciada há muitos e muitos anos, tenha continuidade. (CESAR, 1979, p. 2).

Bellotti (2004), analisando a produção de livros dos presbiterianos, nos indica que é uma tendência em tais produções a defesa da mulher como a única administradora do cotidiano da casa. A atribuição dessas funções à mulher acontece de uma forma que torna uma virtude feminina a gestão da vida da família. Vemos

que, também na *Alvorada Feminina*, temos a vinculação da mulher à família e por analogia ao espaço doméstico em que precisa desempenhar todas as atividades necessárias à sobrevivência da família. O desempenho de atividades como o lavar, passar e cozinhar é apresentado como uma virtude feminina. Dessa maneira, a mulher que lia a revista não sentia tais atribuições como ofensa, mas como virtude que buscava cultivar para estar vinculada à igreja.

O texto, escrito por uma das editoras da revista, em comemoração ao Dia das Mães, enaltece determinadas características que seriam peculiares ao universo feminino. Dentre elas, podemos observar que a memória da autora se reporta a certas situações: “[...] cheirinho do frango, da macarronada, da sobremesa gostosa, do vestidinho engomado, reservado para irmos à Escola Dominical” (CESAR, 1979, p. 2), como lembranças de atos da mulher na família, no caso, como atitudes esperadas da mulher que também seria mãe. Abordagem semelhante é realçada no texto “O que é ser... Mãe”, que está sem indicação de autor, mas que apresenta uma reflexão do que seria a maternidade. Observemos a menção:

Pense em alguma coisa e imediatamente você perceberá que sua mãe a está fazendo. Por exemplo: lavando, cozinhando, encerando, tirando poeira, consertando roupas, dando palmadas, arrumando, ensinando, redecorando, amando, conversando, trabalhando, trabalhando, etc., etc., etc. (O QUE É SER..., 1979, p. 16).

Como podemos apreender, essa mulher deveria saber cozinhar, lavar, passar, limpar a casa e ainda educar os filhos moralmente e na fé. A mulher anjo, mulher santa, aparece por inúmeras vezes na revista, sendo sempre associada ao papel de mãe e dando o entendimento de que ela somente é útil se desempenhar corretamente esse papel.

A maternidade é tida como algo natural e inerente ao gênero feminino e, como descrito no trecho acima, como uma missão. “Que Deus abençoe a todas as mães a cumprir a sagrada missão de preservar o seu lar: maridos e filhos” (O QUE É SER..., 1979, p. 2). Tal missão é tomada como algo inevitável, natural, inato e do qual nenhuma mulher pode furtar-se. Rosa (1979, p. 3), na mesma edição, tendo em vista a comemoração do Dia das Mães, reforça o papel missionário da maternidade, quando realça: “Hoje, festivamente, comemoramos o ‘Dia das Mães’. Este dia é dedicado àquela cuja missão é cheia de espinhos, lutas e revezes, mas é por isso mesmo tão nobre, tão digna e, porque não dizer, divina”. E reforça, no mesmo artigo, trechos abaixo:

Num momento tão significativo como este, que hoje vivemos, é oportuno que cada mãe se coloque diante de Deus e com muita humildade peça ao Todo poderoso Pai que lhe conceda graça para que, fortalecida e orientada por Deus, cumpra com fidelidade e dedicação a tão sagrada missão que lhe foi confiada. (ROSA, 1979, p. 3).

A maternidade é, então, contemplada como um dom, para o qual estariam aptas todas as mulheres, pelo simples fato de terem nascido no gênero feminino. Como tais, as mães devem ser submissas, aceitar todo o sofrimento que lhes sejam conferidos, e devem ser sempre amáveis, cultivando constantemente o amor na família e tratando com desvelo amigos e demais pessoas com as quais convivessem. A mulher idealizada é quase um ente sobrenatural, que aceita tudo sem reclamar. Bellotti (2004) salienta que é comum na produção teórica dos presbiterianos o fortalecimento da imagem da família tradicional, de base heterossexual e na qual a mulher sempre assume o papel de genitora. Nesse sentido, é até comum que nesses períodos, os presbiterianos até se colocassem contrários aos métodos contraceptivos e que podiam “evitar” que a mulher cumprisse o seu “papel” de mãe.

Mendonça (2008), ao nos apresentar a história da Igreja Presbiteriana no Brasil, ressalta que essa denominação, incluindo a partir da cisma de 1903, com a criação da Igreja Presbiteriana Independente no Brasil, sempre foi fortemente influenciada pela doutrina funcionalista, que, dentre uma série de princípios, defende que cada ser humano deve desempenhar uma função social para que a sociedade não entre em anomia. A atribuição da mulher ao papel da maternidade corresponde à sua função social, sendo essa uma tendência presente nas produções da igreja, como na *Alvorada Feminina*, mas também é uma tendência da sociedade brasileira dos anos de 1970 e 1980.

Os trechos acima reproduzidos chamam ainda a atenção para outra atribuição conferida às mulheres: além de serem as únicas responsáveis pelo cuidado da casa, de estarem imbuídas da missão materna, ainda deveriam se ocupar da educação moral e cristã dos filhos. A educação, abordada nas revistas, priorizava a formação moral, a qual deveria estar vinculada especificamente à orientação cristã. Nas revistas, em nenhum momento, o cuidado da casa e dos filhos é indicado como algo que deveria ser partilhado pelo casal. Tais tarefas estão sempre vinculadas à mulher, incluindo a educação dos filhos no que diz respeito ao aspecto religioso.

Aliás, pela construção dos textos é latente que o casamento deve ser de natureza heterossexual, algo que Bellotti (2005) também observa na análise da produção teórica da Igreja Presbiteriana e observamos que também é reproduzido

na revista. Nela também vemos que é fortalecida a imagem da família burguesa, construída sob a figura do pai (homem), mãe (mulher) e filhos. A questão da homoafetividade sequer é abordada nas revistas analisadas²⁷.

Compreende-se que somente à mãe compete a educação moral e religiosa, uma vez que ela seria a figura de maior influência (e responsabilidade) na constituição da personalidade da criança. Na revista é comum a ocorrência de palavras como “personalidade”, “comportamento da criança”, no entanto, o entendimento difundido é que compete à família a indução de dispositivos que permitam a disciplina dessas crianças, para que todos possam desempenhar corretamente o seu papel social. Coerente com esse entendimento, o texto de Damião (1979) ressalta que a personalidade infantil provém, essencialmente, da influência da mãe:

[...] a influência da mãe sobre os filhos é maior do que qualquer outra, pelas seguintes razões: 1.a – Contacto mais longo. 2.a – Contacto constante quando a plasticidade da criança é maior (primeiros anos de vida). 3.a – Porque nenhum educador tem mais carinho e vontade do que a própria mãe. (DAMIÃO, 1979, p. 15).

Além disso, não haveria jamais alguém que tenha mais aptidão para a educação do que as mães. Nesse trecho, o pai ou outras figuras parentais sequer são citados. Outra perspectiva bastante semelhante é destacada na produção de 1977, no texto de Vicentini (1977), em que a autora examina o comportamento de crianças. Sua análise indica os responsáveis pela adoção de determinadas condutas infantis: “[...] os fatores familiares influem em 75% (60% são dependentes da mãe e 15% do pai); 10% são influências da escola e 15% outros fatores, tais como TV, grupos de convivência, etc.”. E acrescenta: “Se as crianças vão mal, é sinal que os lares vão mal [...]” (VICENTINI, 1977, p. 24). A justificativa para tais argumentos seria o exercício profissional da autora como professora, ou seja, não há nenhum estudo ou embasamento científico que justificasse tais colocações.

Obviamente, a família como um todo exerce influência no desenvolvimento e na personalidade infantil, mas há uma série de outros fatores que colaboram para a constituição da subjetividade do ser humano. Nesse caso, é um reducionismo de monta restringir o desenvolvimento infantil à influência materna, ao passo que também recoloca sobre a mulher uma responsabilidade ilimitada no que concerne ao tipo futuro de pessoa que será formada.

27 Em todas as revistas produzidas nos anos 70 e 80 não há qualquer menção à questão da homoafetividade.

Por conseguinte, a mãe cristã tem deveres a desempenhar, e estes devem fazer com que ela exerça o cuidado dos filhos, mantendo a sua saúde, seu bem-estar físico e também sua educação. A propósito, conforme um dos textos, “[...] a educação deve ser integral: e é tríplice: a) educação intelectual; b) educação moral; c) educação espiritual.” (DAMIÃO, 1979, p. 15). O dever moral é destacado como aquele que ofereça aos filhos parâmetros de honestidade, trabalho e exemplo da fé cristã. Para isso, as revistas evocam a presença da mulher em casa. O texto de Fernandes (1979) chama a atenção para o tempo que a mulher destina aos seus filhos. Ressalta a importância da vivência cotidiana e, apesar de não se contrapor ao trabalho feminino, faz menções enfáticas de que a mesma deveria permanecer no espaço doméstico. O trabalho é apresentado como algo que só deve ser desempenhado por ela em caso de extrema necessidade financeira.

Além da *Revista Alvorada Feminina*, importante dispositivo para a difusão de um perfil idealizado de mulher, havia também os Congressos de Senhoras, organizados anualmente e que ofereciam orientações de como ser uma boa esposa. Na publicação de 1977, as mulheres são chamadas a comparecer ao VI Congresso Nacional da Igreja Presbiteriana Independente, que aconteceria em Curitiba e no qual seria abordado, entre outros temas: “a) crescimento do amor no LAR (relacionamento entre os cônjuges e entre pais e filhos)” (CONFEDERAÇÃO..., 1977, p. 2). No anúncio, há observação de que haveria palestrantes especializadas nos temas familiares, entretanto, o autor não deixa claro qual seria (se é que havia) a formação dessas palestrantes.

Isso nos remete a uma análise, ainda rudimentar, da questão mulher e trabalho. Nos quatro números da revista analisados, não temos nenhuma menção com relação ao trabalho e ao estudo feminino²⁸. Todos os artigos direcionados à mulher reforçam tão somente seu suposto papel materno, no qual estaria pressuposto o cuidado da casa, do marido e dos filhos. No entanto, há homenagens a profissões como zelador na revista de 1974, aviador e médico na edição de 1979. Esses artigos sempre são direcionados ao gênero masculino. No âmbito da formação profissional, vemos que há autoras da revista que se descrevem como professoras e há também uma homenagem à enfermeira, na edição de 1979. Assim, a forma de construção das homenagens indica a existência de profissões que poderiam ser desempenhadas por elas e profissões que já estariam restritas ao universo

28 As revistas produzidas nos anos de 1970 não mencionam em nenhum número, dentre os analisados, a questão da inserção laboral da mulher. Nas revistas produzidas nos anos de 1980 somente 15,5% mencionam o trabalho da mulher, esse vinculado a profissões com professora, artesã e enfermeira.

masculino. Porém, não há artigos que estimulem ou defendam a necessidade de formação e de trabalho da mulher.

A questão da mulher na igreja, ou melhor, o quesito mulher e igreja, nos aponta duas direções: primeiro, a mulher, em geral leiga e que atua na igreja; segundo, a mulher que é casada com o pastor. Ambas conferem importantes informações de como a mulher era compreendida da dinâmica da Igreja Presbiteriana Independente, nos diferentes contextos.

Com relação à mulher em geral, ela é tomada sempre como um reforço às atividades da igreja. As atividades mais citadas na revista estão ligadas à evangelização, ao trabalho nas escolas dominicais e ao coral. São representativas as colocações dispostas nos textos da edição de 1977 (a, b), na coluna Galeria Heroínas da Fé. Essa seção dedica-se a apresentar exemplos de mulheres que são tidas como referência na igreja e que, por conseguinte, deveriam ser imitadas pelas demais.

Em um dos artigos de 1977 (b), é apresentada Lydia, que reuniria os seguintes atributos: ter sido professora da escola dominical, ter feito parte do coral da igreja, ter atuado como Mãe de Betel, a qual seria uma ocupação para aquelas que evangelizavam jovens. Lydia é retratada como esposa ideal, mãe e uma devota aplicada na igreja. Além de Lydia, na mesma edição e na página seguinte é apresentada a história de Francisca, por sua vez, viúva de um pastor e que apresentava uma participação bastante ativa dentro da igreja. Sua postura esteve expressa em práticas de evangelização, mas nunca em cargos de destaque ou de poder.

A questão da participação feminina na igreja também foi abordada no texto de Santos (1977), em que o reverendo focaliza exemplos de mulheres com grande poder na Igreja Presbiteriana Independente, no exterior. O autor apresenta as mulheres e faz uma tímida pontuação quanto à possibilidade de serem partilhadas as decisões da igreja com as mulheres. Nessa perspectiva, o artigo de Nogueira (1984) vem no sentido de ampliar a discussão sobre a relação firmada entre as mulheres e a igreja. Nesse texto, o autor nos chama a atenção à medida que reivindica maior respeito ao trabalho feminino desenvolvido dentro da Igreja Presbiteriana Independente. A argumentação pede até mais recursos para as ações de evangelização realizadas por mulheres. Na mesma página, abaixo dessa matéria, há uma carta encaminhada pela igreja de Florianópolis, na qual é indicada a necessidade de serem viabilizados outros espaços de participação feminina, dentro da igreja, ressaltando inclusive a necessidade de que as mulheres opinem até na questão da remuneração dos pastores.

Com relação às mulheres esposas de pastor, vemos que, na revista de 1977, há vários textos que discutem esse “assunto”. O texto “25 anos de Ministério como esposa” apresenta uma mulher que foi sempre auxiliar para os atos do marido, o pastor. A narração indica que ela o auxiliava em seus estudos, não reclamava das

horas de trabalho que o marido dedicava à igreja e colaborava com a elaboração de documentação da igreja, como relatórios descritivos de atividades. O texto de Damião (1977) também reforça o quão importante é a aceitação do pastorado do esposo, o que já requer que a mulher ocupe uma posição secundária na igreja, na qual sempre será uma auxiliar.

Além da tácita aceitação da atividade do seu esposo, a mulher ainda precisava desenvolver habilidades, como saber cantar, saber declamar e, sobretudo, servir à comunidade dos crentes em tudo que lhes fosse necessário. No entanto, essa mulher deve sempre sentir-se feliz e satisfeita com o lugar ocupado dentro da igreja. Obviamente, ela deveria ser uma esposa feliz, que cuidasse também da casa, dos filhos e do marido. Somente o homem poderia ter condições de ocupar um cargo de destaque, como o de pastor.

Devemos considerar que os impressos veiculam representações. Para tanto, essas representações induzem a ação, o comportamento por parte do leitor. A recepção de um texto pelo leitor advém do seu estágio de desenvolvimento e da forma com que faz uso do texto. O impresso tem a potencialidade de produzir sentido que é apropriado pelo leitor e o orienta a agir, ou seja, de como os seres humanos, em um dado momento histórico, empregam na sua realidade concreta as representações que lhes foram dadas a ler.

Portanto, a *Alvorada Feminina* busca uniformizar o comportamento feminino fortalecendo a imagem da mulher mãe, casada com uma pessoa do gênero oposto, que tenha filhos e que se sinta realizada em desempenhar todas as atividades domésticas. O discurso conferido ainda indica a necessidade de a mulher atuar na evangelização da Igreja Presbiteriana Independente, e, caso possua um relacionamento com um pastor, desenvolver outras habilidades além das domésticas, sempre se resignando à vontade do esposo. Ao difundir, nas páginas da revista, esse tipo de conteúdo, pressupomos que se busca orientar às mulheres a adoção de determinadas condutas.

Bellotti (2004), também apoiada nas colocações de Chartier (2003; 1990), salienta que, ao analisarmos um impresso religioso, é preciso que consideremos o meio que constituiu a mensagem, uma vez que a mesma trará implícito todo postulado da denominação que o elaborou. Devemos ainda considerar que as representações difundidas nos impressos religiosos estão ligadas à história do grupo que as produziu e que apresentam uma relação bilateral entre emissor e receptor, visando a anuência do leitor pelo que é defendido no impresso e que buscam dar forma a como cada indivíduo vive e pratica suas crenças. Assim, Bellotti (2004) traz a noção de Chartier (2003; 1990) para a análise dos impressos religiosos, destacando a necessidade de considerarmos a história e os postulados da denominação que é a emissora do impresso.

Aplicando a definição da autora a nosso objeto, podemos inferir que a *Alvorada Feminina* é um dos dispositivos usados pela Igreja Presbiteriana para difundir seus valores em relação à mulher. Esse meio impresso já integra as práticas de evangelização dessa denominação desde o seu surgimento no Brasil e busca a construção de um símbolo, um significado junto ao público feminino, constituindo, assim, a maneira de ser das mulheres. Isso colabora para fundar uma identidade religiosa. Essa identidade se consolida à medida que refuta outros comportamentos e define um comportamento específico que é tido como correto e algo a ser imitado. Tal identidade, apoiada nos símbolos e sentidos conferidos pela *Alvorada Feminina* ao leitor, deveria resultar em práticas adotadas pelas mulheres e que devem ser representativas da fé que professam. Essas práticas estão presentes no cotidiano dos seus atores.

Considerações finais

Analisando a produção da *Revista Alvorada Feminina* podemos inferir que o impresso é usado pela Igreja Presbiteriana Independente como um dispositivo de evangelização e também visando a uniformização de condutas.

Nesse sentido, o local da mulher é essencialmente junto à família. Nesse espaço compete essencialmente a ela o desempenho de todas as funções domésticas que se mostrem necessárias para a sobrevivência da prole, algo que é interpretado como uma dádiva feminina. Além desse dom, a mulher teria também o dom, inevitável, da maternidade. Responsável ainda por educar os filhos na fé e na moral protestante, a mulher deveria construir a sua família com base na consolidação de um casamento heterossexual.

O estudo e o trabalho fora de casa não são estimulados, havendo um reforço na defesa de que a mulher permaneça em casa, cuidando da família. As prendas domésticas, por outro lado, são extremamente valorizadas. Além desse tipo de ação, recomenda-se que a mulher exerça as funções de evangelização e caridade para com os mais pobres. Já à mulher casada com o pastor ainda são requeridas habilidades como cantar, declamar poesias e mostrar-se submissa às necessidades do marido. Exemplos de mulheres que adotaram essa postura de comportamento são oferecidos aos leitores como modelos que devem ser seguidos.

Analisando as representações construídas sobre a mulher pela *Alvorada Feminina*, podemos inferir que a finalidade da revista, como de qualquer impresso, é conferir ao leitor uma instrução sobre um assunto específico. Essa instrução pode substituir a retórica e permite que os conceitos sejam conferidos para vá-

rias pessoas, podendo assim fundar uma opinião pública (CHARTIER, 2003). Por conseguinte, a *Alvorada Feminina* orienta como a mulher deve se portar para que possa demonstrar sua vinculação com a Igreja Presbiteriana Independente. Afinal, o impresso confere uma instrução, uma representação que orienta a mulher para uma determinada ação.

Bellotti (2004) enfatiza que há comportamentos que são esperados daquele que se vincula a uma dada denominação. Ir para os cultos e frequentar a escola dominical são condutas esperadas daqueles que são vinculados a uma igreja. A *Alvorada Feminina* funciona como um dispositivo que busca fortalecer condutas, normas de comportamento a serem adotadas pelas mulheres para que essas possam ser consideradas como representativas da Igreja Presbiteriana, à qual estão vinculadas. Para tanto, apesar de os comportamentos defendidos na publicação se mostrarem distintos da realidade de grande parte da sociedade brasileira no período e sinalizarem valores e normas de condutas agressivas para as mulheres, devemos compreendê-los como peculiares, específicos, culturalmente construídos e defendidos por um grupo específico, o dos presbiterianos independentes.

Fontes

ALVES, A. B. Esposa de pastor. **Alvorada Feminina**, São Paulo, v. 4, p. 11, out./dez. 1977.

CAMARGO, E. de S. Onde está o lar? **Alvorada Feminina** – 21 de Abril – Dia da Faculdade Presbiteriana Independente de Teologia, São Paulo, v. 2, p. 22, abr./jun. 1979.

CESAR, W. O. Em tom de conversa – Dia das Mães. **Alvorada Feminina** – 21 de Abril – Dia da Faculdade Presbiteriana Independente de Teologia, São Paulo, v. 02, p. 3, abr./jun. 1979.

CONFEDERAÇÃO Informando. **Alvorada Feminina**, São Paulo, v. 4, p. 2, out./dez. 1977.

DAMIÃO, M. C. Crônica do dia-a-dia – Precisa Declamar. **Alvorada Feminina**, São Paulo, v. 4, p. 9, out./dez. 1977.

DAMIÃO, P. C. Mensagem às mães. **Alvorada Feminina** – 21 de Abril – Dia da Faculdade Presbiteriana Independente de Teologia, São Paulo, v. 15, p. 3, abr./jun. 1979.

FERNANDES, Y. N. Você tem tempo para seu filho? **Alvorada Feminina** – 21 de Abril – Dia da Faculdade Presbiteriana Independente de Teologia, São Paulo, v. 12, p. 3, abr./jun. 1979.

GALERIA de Heroínas da fé – D. Francisca Garcia Teixeira. **Alvorada Feminina**, São Paulo, v. 4, p. 18, out./dez. 1977a.

GALERIA de Heroínas da Fé – D. LYDIA LOPES BRAUN. **Alvorada Feminina**, São Paulo, v. 4, p. 19, out./dez. 1977b.

GONÇALVES, E. F. 25 Anos de Ministério como Esposa. **Alvorada Feminina**, São Paulo, v. 4, p. 8, out./dez. 1977.

NOGUEIRA, Y. P. do V. Do coração do VIII Congresso Nacional – Carta Aberta à Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. **Alvorada Feminina**, São Paulo, v. 4, p. 20-21, out./dez. 1984.

O QUE é ser... Mãe. **Alvorada Feminina** – 21 de Abril – Dia da Faculdade Presbiteriana Independente de Teologia, São Paulo, v. 2, p. 16, abr./jun. 1979.

O TEMPO de Deus e o Nosso Tempo. **Alvorada Feminina**, São Paulo, v. 4, p. 26-29.

ROSA, M. A. O Dia das Mães. **Alvorada Feminina** – 21 de Abril – Dia da Faculdade Presbiteriana Independente de Teologia, São Paulo, v. 10, p. 3, abr./jun. 1979.

SANTOS, D. E. dos. Vida. **Alvorada Feminina**, São Paulo, v. 4, p. 25, out./dez. 1977.

SANTOS, E. dos. Um Novo Tempo na Vida da Igreja pela Atuação das Mulheres. **Alvorada Feminina**, São Paulo, v. 1, p. 17, jan./mar. 1974.

SANTOS, R. de C. O Nosso tempo é Agora. **Alvorada Feminina**, São Paulo, v. 1, p. 21, jan./mar. 1974.

SANTOLIN, E. S. Carta Aberta. **Alvorada Feminina**, São Paulo, v. 4, p. 21, out./dez. 1984.

VICENTINI, E. C. Vale a pena esperar um pouco. **Alvorada Feminina**, São Paulo, v. 4, p. 8, out./dez. 1977.

Referências

BELLOTTI, K. K. **A mídia presbiteriana no Brasil**: Luz para o Caminho e Editora Cultura Cristã (1976-2001). São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

_____. Mídia, religião e história cultural. **Revista Estudos da Religião**, São Paulo, n. 4, p. 96-115, 2004.

BITTONI, D. S. **Mulher de papel**: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira. São Paulo: Summus, 2009.

CHARTIER, R. **Formas e sentido**. Cultura escrita: entre distinção e apropriação. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

_____. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difusão Editora, 1988; Difel: 1900.

MENDONÇA, A. G. **O celeste porvir**: a inserção do Protestantismo no Brasil. São Paulo: Edusp, 2008.

NASCIMENTO, E. F. V. B. C.; BERTINATTI, N. Livros e leitores: os impressos no Brasil durante os oitocentos. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 2., 2008, São Cristóvão. **Anais...** São Cristóvão: UFS, 2008.

REVISTA ALVORADA FEMININA, n. 1, trimestre jan./mar. 1985.

_____. n. 4, trimestre out./dez. 1984.

_____. n. 2, trimestre abr./jun. 1979.

_____. n. 4, trimestre out./dez. 1977.

CAPÍTULO 10

REPRESENTAÇÕES SOBRE AS MULHERES ARTISTAS NA REVISTA VEJA NOS ANOS 1980²⁹

Ana Gonçalves Sousa

29 Este capítulo trata-se de uma versão revista e ampliada de texto submetido ao Simpósio Temático coordenado pelas organizadoras desta obra, apresentado durante o VIII Congresso Internacional de História (CIH); XXII Semana de História, promovido pela Universidade Estadual de Maringá, 2017.

O presente capítulo insere-se na vereda de esforços empreendidos em prol da pesquisa histórica na perspectiva da história das mulheres (LUCA, 2012; PERROT 2005; PINSKY, 2012; RAGO, 2013) na tentativa de mapear e compreender os espaços de sua produção, detendo-se mais detalhadamente ao estudo de documentação relacionada à imprensa periódica de circulação geral (LUCA, 2010). Objetiva, nesse sentido, evidenciar e analisar formas pelas quais a imprensa noticiava papéis e lugares comumente atribuídos às mulheres, tendo como escopo as publicações da *Revista Veja*³⁰ na década de 1980 disponíveis no Acervo Digital, de circulação nacional. Essa revista foi criada em 1968 e está em circulação até a presente data.

Para realizar tal exercício, além da seleção, organização e análise de fontes documentais relativas à imprensa, consideradas primárias para este trabalho de pesquisa, considera-se necessário e pertinente apresentar alguns dos principais aspectos que embasam a produção deste texto, a saber: o campo de estudos acerca da História das Mulheres como categoria de análise, que amplia a compreensão sobre o temário e a sistematização dos estudos históricos que se apoiam na imprensa periódica de circulação geral. Sua documentação privilegiada, ora como fonte, ora como fonte e objeto, é utilizada para compreender determinadas nuances dos momentos em que se inscreve, visto que marca um conjunto de ideias postas em circulação, posições políticas e intelectuais, interesses e, por vezes, conflitos.

Nessa medida, discutindo sobre as formas de apropriação das imagens femininas propagada por revistas e jornais e as formas como cada época construiu representações sobre o feminino, Pinsky (2012, p. 470) pondera: “[...] é certo que nem sempre as mulheres se espelharam nas imagens construídas sobre elas. E é evidente que os modelos não descervam a realidade, esta muito mais rica e cheia de possibilidades”. Em relação a analisar a representação das mulheres nos jornais, nas revistas e nos demais impressos, Pinsky (2012, p. 470) acrescenta que “[...] mulher é assunto. Todos falam dela — como é como deveria ser — e são muitas as representações que envolvem a figura feminina em todas as épocas”.

As historiadoras Joana Maria Pedro e Raquel Soihet, no artigo “A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero”, apontam a importância em refletir sobre a história feminina sob um debate teórico-histórico-gráfico. Além disso, argumentam que a construção da história das mulheres como campo de conhecimento histórico se processou em relação direta com a atuação do movimento feminista em meados dos anos de 1960.

30 O acervo digital da *Revista Veja* está disponível na rede mundial de computadores em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>.

A revolução dos costumes engendrada na década de 1960 abriu caminho para que o feminismo se tornasse um movimento de maior força e combatividade. Mesmo sob o contexto da ditadura, as mulheres passaram a se organizar para questionarem mais profundamente o papel assumido na sociedade. Nesse cenário, a problemática dos padrões de comportamento passou a andar de mãos dadas com as ideias de esquerda que inspiravam várias participantes do movimento. De acordo com Rago (2013, p. 285):

Das grandes conquistas femininas em curso e da enorme visibilidade, é bom dizer, das mulheres em quase todas as profissões, na vida social, nas instituições, nos sindicatos, nas ruas, praças e nos bares da cidade. Ninguém duvida de que o mundo se tornou mais feminino e feminista, no Ocidente.

Nas décadas de 1960 e 1970, houve mudanças significativas com relação às oportunidades para as mulheres que estudavam — como, por exemplo, concorrer a vagas em universidades — e, conseqüentemente, em relação à educação superior delas. Para Pinsky (2012, p. 512):

Para melhor escolher, nada como investir na obtenção de um diploma. Ao longo dos anos de 1960 e 1970, as diferenças curriculares entre alunos e alunas se dissolveram, proporcionando melhores oportunidades às mulheres de concorrer a uma vaga na universidade e, claro, uma mudança de atitude com relação à educação superior da mulher. A escolaridade feminina seria vista como mais uma forma de equiparar homens e mulheres na vida profissional.

No ano de 1961 surgiu a revista “*Claudia*”, sucessora do “Jornal das moças”. Nela, entre os anos de 1963 a 1979, a escritora feminista Carmem da Silva publicou artigos que versavam sobre “A Arte de ser mulher”. Segundo a historiadora Pinsky (2014, p. 361): Dentro dos limites e das possibilidades de um meio de comunicação como *Claudia*, Carmen da Silva se preocupa em desenvolver um trabalho constante junto com as leitoras no sentido de ajuda-las a buscar o que considera uma vida melhor. Para as mulheres atingirem tal objetivo, seria preciso um maior autoconhecimento, uma integração pessoal satisfatória com o mundo doméstico e extraluar e um diálogo mais rico com os homens.

Ainda para Pinsky (2014, p. 362-363):

No início do seu trabalho como articulista de *Claudia*, Carmen da Silva destaca acima de tudo a busca de felicidade pessoal, baseada na satisfação das aspirações de cada mulher, e a procura de uma comunicação maior no rela-

cionamento entre homens e mulheres. A autora apregoa que existe em cada mulher uma identidade autêntica (para além dos papéis tradicionalmente impostos), cujo processo de descoberta proporciona a autorrealização, a satisfação pessoal e o relacionamento harmonioso com o companheiro. Secundariamente, contudo, quando aborda assuntos que envolvem concepções morais, denota uma preocupação mais ampla no que refere à necessidade de mudanças estruturais e nas mentalidades coletivas.

Assim, Carmen da Silva, com seu trabalho em *Claudia*, trouxe ideias inovadoras com relação às mulheres, aos problemas domésticos e ao casamento em uma época em que ainda existia um conservadorismo latente.

Margareth Rago, no livro *Aventura de contar-se*, por sua vez, apresenta a contribuição relativa à reconstrução da trajetória de luta das mulheres brasileiras nas quatro últimas décadas, agregando um importante legado à historiografia feminista a ser transmitida às atuais e futuras gerações. A autora destaca a década de 1970, quando o país vivia a ditadura militar e todo o horror da violência, do cerceamento das liberdades, das mortes e das prisões em confronto com um contexto global que apontava para profundas transformações sociais, culturais e políticas. Ela se ressentia da limitação das fontes de informação sobre esses momentos marcantes na vida das jovens mulheres, fundamentais para historicizar a prática feminista de constituição da subjetividade, falta suprida pela riqueza das narrativas femininas à época.

É a partir da década de 1970 que a história das mulheres ganha espaço com significativo apoio do feminismo. Na discussão apresentada pela autora Cécile Dauphin sobre essa história, registra-se o impacto significativo exercido pelas feministas mesmo antes que as historiadoras a fizessem. Dauphin (2001, p. 8), por exemplo, expõe que:

A partir da constatação de negação e de esquecimento, a história das mulheres toma seu impulso em 1970, apoiada na explosão do feminismo e articulada ao crescimento da antropologia e da História das Mentalidades, incorporando as contribuições da história social e dos aportes das novas pesquisas sobre memória popular. Esse foi o período-chave dessa produção intelectual: as militantes dos movimentos feministas fazem a história das mulheres antes mesmo que as próprias historiadoras.

Na década de 1970, o movimento feminista que se desenvolveu na França se expandiu, atraindo militantes por todo o mundo. Para Michelle Perrot (2005), é nesse período que a diferença entre sexos se torna objeto de reflexão e de diversos

debates. Sendo assim, a história das mulheres é impulsionada devido à explosão do feminismo e ao crescimento de outras mentalidades.

Durante sua pesquisa, Perrot (2005) estuda documentos, como livros de anotações, diários íntimos, anais do lar, correspondências familiares, entre outros. Além destes, objetos de casa e *os mil nada*s (PERROT, 2005) povoam as cristaleiras, bem como objetos íntimos, como roupas, chapéus, echarpes, cartões postais, desenhos etc. Trazer à luz todos esses artefatos culturais — e por que não dizer históricos — auxilia significativamente o processo de dar visibilidade a essas histórias “do sótão”.

A partir de então, as mulheres notaram o quanto eram dominadas e começaram a perceber que tinham potencial para se inserir nas esferas da sociedade tanto quanto os homens; logo, começaram a lutar por seus direitos.

O *Jornal das Moças* mostra a imagem da mulher nessa época: “[...] as prioridades da vida feminina devem ser o lar, o casamento e a maternidade. E praticamente não faz distinção de classes como se os modelos de mulher veiculados por ela pairassem sobre as diferenças sociais” (PINSKY, 2014, p. 24).

Pinsky (2012) já verificara mudanças acerca dos modelos rígidos e as representações imagéticas em torno da figura feminina, contribuindo com enfoques inovadores quanto à percepção de determinadas expressões de época, por meio das quais muitas mulheres foram enquadradas e/ou estereotipadas.

Segundo Luca (2012, p. 451), nas décadas de 1970 e 1980, “[...] as revistas feministas tinham em mira a consumidora, circulavam periódicos sem fins comerciais, ligados aos movimentos sociais e comprometidos com a luta pela igualdade entre homens e mulheres”.

Em se tratando de estudos de jornais e de revistas, estas duas formas de escrever estavam inseridas na imprensa brasileira voltada a um público amplo, tratando quase sempre de política, economia e sociedade, conforme avaliam estudiosas da área (ALMEIDA, 2007; CAPELATO; PRADO, 1980; CAPELATO, 1988; LUCA, 2010; 2012, PERROT, 1995). Nessas publicações impressas, segundo Sohiet (2006), eram comuns crônicas e charges que satirizavam a participação das mulheres na política e no mercado de trabalho e as militantes do movimento feminista eram alvo de aviltamento.

As discussões sobre a imprensa e a representação feminina/feminista podem ser encontradas também nas reflexões de Buitoni, tendo em vista que “a relação imprensa feminina/mulher implica questões mais abrangentes, como, por exemplo, o papel social da mulher ou a participação política” (BUITONI, 1981, p. 1).

Para Luca (2010, p. 140), “[...] a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou a revista pretende dirigir”. Ade-

mais, a linguagem usada pelos jornalistas não se limita apenas a um conjunto de palavras, mas é capaz de mostrar o nível básico das relações sociais. Isso significa que cada jornal, cada revista reflete o que acontece na sociedade naquele determinado período, e as matérias são escritas de acordo com a necessidade da população que reside naquela região.

No que diz respeito ao público feminino, a imprensa tem posição singular, como nos mostra a historiadora Tânia Regina de Luca (2012). Para a autora,

A grande imprensa, a que se ocupa do fato jornalístico, não pode deixar de registrar essa nova situação, porém o faz de maneira a reforçar concepções tradicionais, ou seja, tomando as interlocutoras femininas como aptas a se posicionar apenas sobre os — seus temas — cuidado com a infância, família, educação dos filhos. Espera-se que tragam para a política os — seus atributos — sensibilidade, emoção, compreensão — e que não ocupem o centro da cena, que deve continuar em mãos masculinas. No momento em que não correspondem a esse modelo, ou seja, não se limitam ao papel subordinado que delas se espera, frustram expectativas e enfrentam a grave acusação de haverem perdido sua própria essência, a feminilidade. Um político não pode se emotivo, mas uma mulher que na política não se distinga pela emotividade já não é mais mulher [...]. (LUCA, 2012, p. 465-466).

Também para Luca (2012, p. 447), cujos estudos sobre imprensa, como objeto e fonte, são basilares para este texto, não houve interação direta entre imprensa e movimento das mulheres, sendo estas quase invisíveis nas publicações do começo do século XIX no Brasil. Passados mais de cem anos, a relação entre ambas apresenta sensíveis mudanças.

É nessa perspectiva que as publicações impressas, neste trabalho indicadas como fontes, podem ser compreendidas como espaços de construção das relações de gênero ao tecerem imagens, darem voz ou ao silenciarem as mulheres em seu trabalho cotidiano de representação da realidade.

Tendo em vista esse cenário histórico, na sequência apresentaremos as relações estabelecidas a partir do diálogo entre a bibliografia pertinente ao tema e a percepção problemática anunciada nas edições da *Revista Veja* sobre as formas de representações de mulheres.

As mulheres na *Revista Veja*

A *Veja* surgiu após várias tentativas de emplacar uma revista no formato da *Time*, criada em 1968, e fazia parte do grupo Abril. Em 11 de setembro de 1968, foi

lançada sua primeira edição, então batizada *Veja e leia*, tendo como manchete de capa “O grande duelo no mundo comunista”. Trazia, além disso, matérias como: “Rebelião na Galáxia Vermelha”, “A Romênia quer resistir”, “Checos têm esperanças”. Na página 20, no editorial, trazia publicado: “VEJA quer ser a grande revista semanal de informação de todos os brasileiros”. A tiragem de 700 mil exemplares dessa primeira edição se esgotou. Atualmente, a *Veja* é uma publicação de circulação nacional que possui grande influência, tendo uma das maiores tiragens do país e com circulação até os dias atuais.

No que tange a esta pesquisa, foram coletadas, por meio de digitação dos dados, reportagens sobre mulheres publicadas pela *Revista Veja* na década de 1980, as quais foram analisadas à luz do referencial teórico sobre história das mulheres. A sistematização das notas publicadas foi realizada por meio de sua leitura, disponível a partir do Acervo Digital, de circulação nacional. Foram localizadas 30 edições que versavam sobre o tema em análise. Em 15 delas, as capas foram destinadas a mulheres famosas, como Claudia Raia, Maria Bethânia, Beth Carvalho, Rita Lee e Danuza Leão. Do universo total de publicações, foram analisadas quatro edições, tendo em vista as diferenças que a *Veja* apresenta com relação às notas a respeito de celebridades e as que se referiam às mulheres que não eram conhecidas nacionalmente.

Em Santos (2012), cujo trabalho se intitula “O que a *Revista Veja* propõe às mulheres?”, identificamos um assunto comum nas páginas dessa revista, ou seja, a mulher e sua inserção na vida pública. A página encarte, chamada “Veja-Mulher”, mostra que

Apesar da inserção de temas mais atuais, relacionados ao cotidiano das mulheres que possuem uma formação profissional e que assumem funções na esfera pública, a proposta de VEJA-MULHER atende a um padrão semelhante ao das revistas destinadas ao público feminino, abordando, principalmente, assuntos tradicionalmente considerados de interesse das mulheres como: moda, beleza, saúde, orçamento doméstico, maternidade, sexualidade e cuidado com o corpo, por outro lado, assuntos que costumavam estar presentes em revistas femininas, tais como: preparo de alimentos, trabalhos manuais, cuidados com as crianças e com a casa, não são abordados pelas publicações analisadas, o que poderia indicar que eles não mais constituem referências importantes no contexto das representações acerca do universo feminino, ou que não são significativos para o público a quem se dirige a revista, formado, sobretudo, por mulheres das classes médias, quem exercem alguma profissão. (SANTOS, 2012, p. 115).

Em relação ao público alvo de “Veja-Mulher”:

[Ele] atende a um padrão semelhante ao das revistas destinadas ao público feminino, abordando, principalmente, assuntos tradicionalmente considerados de interesse das mulheres como: moda, beleza, saúde, orçamento doméstico, maternidade, sexualidade e cuidado com o corpo. (SANTOS, 2012, p. 115).

Nesse sentido, a discussão que se segue evidencia a seleção de trechos que retratam situações nas quais mulheres são sujeitos diretos ou indiretos das práticas cotidianas apresentadas na esfera urbana.

Na edição n. 629, do dia 24 de setembro de 1980, *Veja* mostra o retrato da mulher brasileira dos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, na reportagem “A mulher de verdade: nem Amélia nem ativista, a brasileira dos anos 80 é conservadora e tímida, mas sabe que sua filha deve conquistar a independência”. Nessa reportagem, percebemos a imagem da mãe que idealiza para a filha a “conquista de sua independência”:

Eis o novo retrato da nova mulher brasileira, moradora dos grandes centros, Rio de Janeiro e São Paulo, conforme acaba de revelar uma extensa, por vezes fascinante pesquisa da McCann-Erickson publicidade, uma das principais empresas do setor no Brasil. Na verdade, a pesquisa parece ter destróçado duas falsas suposições. Uma, o conformismo da mulher tola, mas conservadora que o marido. Outra, a da mulher potencialmente revolucionária, pronta para começar uma guerrilha doméstica, camuflada em seu avental. À mulher brasileira não se aplicam mais conceitos tradicionais da própria sociedade em que ela foi criada — não se aplicam, sobretudo, comparações com vidas de suas mães, da mesma forma que não há relação entre as mudanças que elas pretendem e as mais aguerridas campanhas do feminismo. A mulher brasileira aceita o divórcio, mas defende a fidelidade. Cozinha na maioria dos casos com prazer. Inibe-se com referência a sexo ou a genitália na televisão. (VEJA, 24 set. 1980a, p. 64-66).

Nessa reportagem veem-se duas suposições com relação à mulher: a primeira diz respeito à mulher habituada aos afazeres de casa, aos cuidados com o marido, a segunda relaciona-se a inovações no lar, quando a figura feminina não está mais habituada a costumes que pertenciam a suas mães. Por essa perspectiva, a mulher brasileira aceita inovações que vinham acontecendo no período de 1980 e não mais conceitos tradicionais destinados a ela.

Nessa mesma reportagem, a *Revista Veja*, discorre sobre uma apresentadora conhecida da rede Globo, trata-se de Marília Gabriela:

A apresentadora da Globo Marília Gabriela, 32 anos, responsável pelo programa matinal “TV Mulher”, tem a obrigação profissional de captar as vibrações mentais da brasileira para fazer um bom programa todos os dias. Além do Know-How de jornalista, Marília Gabriela — dois casamentos, um filho em cada um — viveu pessoalmente alguns dos problemas que suas telespectadoras abordam nas 400 cartas diárias enviadas ao programa. Foi feminista e largou esse estado “hoje eu me sinto mais igual às mulheres, já não me destaco tanto do todo”. (VEJA, 20 jan. 1982, p. 04.).

Nota-se, pois, outra abordagem da mulher para o período: apresenta-se uma artista conhecida nacionalmente que, por meio de seu programa, capta a ideia da mulher brasileira para fazer seu programa em um canal de televisão. O chamativo da reportagem foi para a apresentadora Marília Gabriela e para seu sucesso na TV. Por fim, percebe-se que o papel da jornalista mostra um diferencial para seu público, pois no seu programa apresenta fatos do cotidiano feminino a partir das cartas que recebe.

Já a primeira reportagem, “A mulher de verdade: nem Amélia nem ativista, a brasileira dos anos 80 é conservadora e tímida, mas sabe que sua filha deve conquistar a independência”, tem a percepção da mãe que cuida dos filhos e dos afazeres de casa. Mas logicamente essa primeira reportagem trata de maneira diferente o ideal das mulheres brasileiras, mulheres estas em que são desconhecidas em sua grande maioria.

Segundo a autora Heloisa Buarque de Almeida (2007, p. 181), “[...] a discussão sobre o termo dona de casa, tão reiterado nas pesquisas de mercado e que demarca um dos perfis de destaque nos relatórios sobre audiência de TV do ibope, leva os publicitários entrevistados a refletir a oposição entre dois papéis femininos”. Isso demonstra a real importância da audiência dos programas de TV, além de mostrar como esse meio de comunicação tornou-se um importante propagador de anúncios de mercadorias domiciliares.

A autora também explica:

O primeiro, considerado tradicional (e de certa forma visto como anterior e mais atrasado), daquela pessoa que cuida da casa e da família, e o segundo, denominado como moderno, referindo-se a mulheres que também assumem outras tarefas fora de casa, mostrado que mesmo com avanço das mulheres no mercado de trabalho ainda as mesmas têm os afazeres de casa e o cuidado com os filhos. (ALMEIDA, 2007, p. 181).

Na edição n. 698, do dia 20 de janeiro de 1982 da *Revista Veja*, a capa é com Lucinha Lins, e em seguida apresenta o título da matéria sobre ela: “A mulher-espetáculo”. A matéria informa que “Lucinha Lins leva ao palco o sucesso conquistado no cinema, na TV e nos festivais e prova que é uma estrela ideal para os 80”.

Além disso, noticia que:

Durante dez anos, a carreira de Lucinha Lins foi sufocada pela discrição. Uma voz e um rosto lindíssimos eram usados apenas para se misturar a algum coro em discos alheios, vender balas de hortelã em comerciais ou simplesmente ornamentar, tocando pandeiro, as apresentações do cantor e compositor Ivan Lins, o marido famoso. O início de 1982, porém, a força armazenada por toda uma década parece explodir como uma avalanche. Já no final do ano passado, Lucinha se tornara um nome nacional ao ser vista, em cerca de 10 milhões de lares brasileiros, soterrada sob as vaias de um Maracanãzinho que em 1968 vaiou por quase 15 minutos “Sabiá” de Chico Buarque e Tom Jobim. No caso de Lucinha, talvez tenha sido o aviso de que um estouro estava para acontecer. (VEJA, 20 jan. 1982).

Assim, vemos a imagem de uma atriz famosa que tem sua história contada com exaltação à figura feminina, mas comparada à imagem masculina, demonstrando que Lucinha Lins tinha talento para cantar, mas sempre acompanhava seu marido famoso nos shows. Dessa forma, temos a representação da artista, um exemplo de mulher de sucesso e que era conhecida nacionalmente, porém com imagem relacionada à do marido, também artista.

Já em outra reportagem, lemos sobre uma mulher desfilando no carnaval do Rio de Janeiro pela escola de samba Beija-Flor de Nilópolis, cujo nome é Pinah. A reportagem recebeu o título de “A estrela do meio-dia” e fez parte da edição n. 754, do dia 16 de fevereiro de 1983.

Em todos os contos de fadas, a glória da Cinderela acaba com a meia-noite. Pois o carnaval conseguiu mudar essa tradição. A Cinderela Negra da Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, a Pinah, só vai brilhar na avenida com o sol alto, manhã de segunda-feira de carnaval. Por volta das 11 horas, desmentindo que os encantos de uma princesa não resistam ao sol, o belo cortejo azul e branco da escola será o sinal para arquibancada repleta entoar o refrão. (VEJA, 16 fev. 1983a, p. 06).

Essa reportagem traz a representação da mulher no desfile de carnaval, e ainda constrói a figura da mulher como em um conto de fada.

Figura - Capa e fotografia sobre carnaval na *Revista Veja*.



Fonte: REVISTA VEJA, 1983b. Capa da edição n. 754, de 16 fevereiro.

A reportagem discorre sobre a preparação para o desfile de carnaval em volta da beleza da mulher, também apresentando detalhes da apresentação.

Já em 24 de setembro de 1980, a edição n. 629 trouxe na capa o título “Investigação no lar brasileiro: a mulher de hoje”. Essa reportagem mostra algumas mudanças no lar. Em uma de suas matérias, “TV, rainha do lar”, lemos que:

[...] O marido, por outro lado, vai aceitado as mudanças como pode. Para 44% das entrevistadas seu marido é “cooperativo e participante” no trabalho de casa. Apenas 16% delas conhecem a infelicidade de ainda conviver com um homem “ausente e desligado” nesse setor. Mas ninguém se transforma em crise, garantem os psicólogos. Depoimento de uma entrevistada: “Ele está sofrendo de estafas desde que comecei a trabalhar. Outro dia, eu disse para ele: ‘Puxa vida, agora estou trabalhando e te ajudando você fica assim deprimido.’” Elas ganharam terreno, sem dúvida. E até aprenderam a ganhar. Revela a pesquisa que o segmento de mulheres que trabalham fora ou para fora sabe aproveitar melhor seu tempo livre. Elas passeiam mais, vão ao cinema, à praia, ao teatro. Mas não deixam de ver TV. À televisão tornou-se a verdadeira rainha do lar brasileiro nos anos 80 (VEJA, 24 set. 1980b, p. 20).

Essa matéria apresenta as conquistas que as mulheres vinham adquirindo naquela década, tendo como ponto importante o fato de que os homens casados estavam se adaptando às mudanças de suas esposas, que passaram a trabalhar fora. Elas, por sua vez, passaram a aproveitar melhor seu tempo livre com o lazer e a família.

Entre a dona de casa e a trabalhadora, construía-se a ideia da mulher moderna, que concilia vida doméstica e profissional sem abandonar a feminilidade. A luta por independência é ponto central da revista que, em meio às controvérsias sobre o padrão de mulher ideal, mostra os desafios de uma classe quase sempre branca e moradora do eixo Rio-São Paulo.

As reportagens apresentam uma diferença de tratamento para a representação das mulheres. Primeiro, as mulheres que conseguiram estabilidade financeira e uma carreira reconhecida nacionalmente, com destaque pelo lugar social que ocupam. Em segundo, vemos aquelas que se dedicam ao lar e à família.

Entendemos, pois, que essa representação — fortemente patriarcal, machista e elitista acerca da mulher — fora construída, em parte, pela historicidade das experiências daquelas que atuaram e interferiram com suas demandas na década de 1980 e pelo discurso o histórico asseverado pela imprensa de circulação geral.

Considerações finais

Procurou-se neste capítulo analisar como o tema “mulher” era objeto de atenção da *Revista Veja*, um dos pontos destacados é com relação à abordagem das reportagens, que mostra uma diferenciação de classe entre as mulheres: a) nas primeiras páginas, vigoram as artistas de padrões de vida elevados; b) nas últimas páginas, a revista apresenta mulheres em condições menos favorecidas.

O tom das matérias também apresenta diferenças entre as mulheres de classe média e as provenientes da camada popular, evidenciando para aquelas um tom elogioso pelo lugar social que ocupam e para estas um lugar marginal na sociedade. Além disso, a linguagem utilizada pela *Veja* em todas as edições analisadas deixa em evidência que os assuntos noticiados são direcionados para certo público e que, por isso, as reportagens sobre as mulheres vigoram em diferentes partes da revista, dependendo do assunto.

Essas foram as principais constatações que ressaltamos em nossa pesquisa sobre a representação das mulheres na década de 1980. Entretanto, é importante esclarecer que, sendo a *Revista Veja* um dos principais veículos de comunicação do país, entendemos que ela deveria realizar um debate sobre as mulheres, tanto as que se destacam por estarem adentrando no mercado de trabalho, como as que aparecem no anonimato, discutindo assim todos os aspectos relacionados ao tema.

Fontes

VEJA, edição n. 629, 24 set. 1980, p. 70. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2004.

_____. 11 de setembro de 1968, edição n. 1. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 15 abr. 2018

_____. Edição n. 629 de 24/09/1980 a edição n. 1009 de 26/09/1989. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2014.

_____. **A estrela do meio-dia**. ed. n. 754, p. 06, 16 fev. 1983a. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2004.

_____. **Capa da edição**. n. 754, capa, 16 fev. 1983b. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2004.

_____. **A mulher-espetáculo**. Ed. n. 698, capa, p. 04, 20 jan. 1982. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2004.

_____. **A mulher de verdade...** ed. n. 629, p. 64-66, 24 set. 1980a. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2004.

_____. **TV, rainha do lar**. Ed. n. 629, p. 70, 24 set. 1980b. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 20 out. 2004.

Referências

ALMEIDA, H. B. Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 15, v. 1, p. 177-192, jan./abr. 2007.

BUTTONI, D. H. S. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

_____.; PRADO, M. L. **O bravo matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal *O Estado de São Paulo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

DAUPHIN, C. et al. História das mulheres: cultura e poder das mulheres, ensaio de historiografia. **Annales**, Paris, n. 2, mar./abr. 1986. Trad. Raquel Soihet. Publicada na revista "Gênero", Niterói, v. 2. n. 1, 2001, p. 7-30.

LUCA, T. R. Mulher em revista. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Org.) **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 447-468.

_____. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-153.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

_____. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 9-28, 1995. Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733>>. Acesso em: 20 out. 2014.

PINSKY, C. B. **Mulheres nos anos dourados**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. A era dos modelos rígidos; a era dos modelos flexíveis. In: _____. PEDRO, J. M. (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 469-512.

RAGO, M. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Edunicamp, 2013.

SANTOS, M. I. D. A. O que a revista Veja propõe às mulheres? **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 112-120, jan./jun. 2012.

SOIHET, R.; PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, dez. 2007.

SOIHET, R. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

CAPÍTULO 11

ROSE MARIE MURARO E A REVOLUÇÃO SEXUAL: ANDROGINIA, FEMINISMO E CONTRACULTURA POR MEIO DA IMPRENSA ALTERNATIVA NOS ANOS 1970³¹

Patrícia Marcondes de Barros

³¹ O presente capítulo trata-se de uma versão revista e ampliada do texto submetido ao Simpósio Temático coordenado pelas organizadoras da obra, apresentado durante o VIII Congresso Internacional de História (CIH); XXII Semana de História, promovido pela Universidade Estadual de Maringá, em 2017.

O presente capítulo tem como objetivo geral analisar o feminismo e a androginia sob a perspectiva da contracultura no período de ditadura militar (1964-1985), por meio das obras da escritora Rose Marie Muraro (1930-2014), que compreendem desde livros (na qualidade de autora, editora e tradutora) à sua participação na imprensa alternativa, com artigos e entrevistas que deram visibilidade aos temas relacionados à chamada Revolução Sexual.

Muraro é tida como uma das principais interlocutoras das ideias feministas, escrevendo inicialmente para jornais estudantis e, posteriormente, a partir de 1961, na Editora Vozes³², quando ocupou o cargo de editora-chefe em 1969. Pela referida editora publicou diversos livros sobre a problemática da mulher na sociedade contemporânea, dando visibilidade à sua luta emancipatória. A autora é de grande importância no entendimento do chamado feminismo de segunda onda³³ no Brasil, sendo declarada Patrona do Feminismo Brasileiro pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2005.

Através de sua intensa participação no cenário cultural brasileiro, num contexto de repressão ditatorial, colocou à tona assuntos até então negligenciados pela História Social, relacionados de forma ampla não apenas à luta das mulheres, mas também a outras minorias sociais como os negros, os homossexuais e os jovens. Segundo Muraro, o jovem da chamada Era Eletrônica estava predestinado³⁴ à transformação do mundo, em tempos de contracultura e com a Revolução

32 A Editora Vozes foi fundada em Petrópolis em 1901 e permanece no mercado editorial até a atualidade. Produziu pelas “mãos de Muraro” nos anos 1960 e 1970, diversas obras e traduções relacionadas a questões que ganharam visibilidade com a Contracultura, até hoje emblemáticas, a exemplo da sexualidade, do feminismo e da ecologia. Obras como *The making of a counterculture* (1969), de Theodore Roszak, *Life against death the psychoanalytical meaning of history* (1959), de Norman O. Brown, e *The feminine mystique* (1963), de Betty Friedan, foram traduzidas na década de 1970 pela referida editora (de viés católico), em pleno período de repressão militar.

33 Segundo Pedro (2005, p. 79), o feminismo como movimento social tem vivido “ondas”. O feminismo chamado de “segunda onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado — entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres. Foi justamente na chamada “segunda onda” que a categoria “gênero” foi criada, como tributária das lutas do feminismo e do movimento de mulheres. Estes movimentos feministas e de mulheres passaram a ganhar visibilidade nos anos 1960, nos Estados Unidos. Teve como baliza o trabalho de Betty Friedan intitulado *A Mística Feminina*; publicado nos Estados Unidos em 1963, e a organização, em 1966, do NOW – *National Organization of Women* (PEDRO, 2005, p. 79).

34 Segundo o filósofo e artista Luiz Carlos Maciel (1987, p. 11), considerado o principal interlocutor da contracultura brasileira, a juventude da época estava predestinada à transformação do mundo. No Brasil, a ideia era transformar a cultura brasileira, libertando-a do complexo colonial e igualando-a as mais desenvolvidas do planeta.

Sexual em curso. Assim, a exemplo, analisou em suas obras a androginia, um dos temas inerentes à contracultura, que transcendeu o entendimento da sexualidade padronizada no binário “masculino e feminino”. A androginia (cujo significado será analisado ao longo do capítulo) simbolicamente representa a união dos opostos: “homem e mulher” e foi compreendida, por muitos, como a mutação e a evolução da espécie humana.

A referida pesquisa, de caráter qualitativo bibliográfico e documental (em fase inicial) divide-se em dois momentos: no primeiro, pretende-se abordar a Revolução Sexual proposta pela contracultura e sua relação com o feminismo; e no segundo, apresentar a contribuição de Muraro através de suas obras, especificamente seus artigos e entrevistas na imprensa alternativa durante a década de 1970, na divulgação da chamada “nova consciência” no Brasil, num período de cerceamento da liberdade, imposto pela repressão ditatorial.

“Love, Peace and Sex”: revolução sexual e a luta feminista na perspectiva da contracultura

Somos *establishments* em miniatura, auto-suficientes, sistemas fechados de energia que podem romper-se numa tempestade mágica e nos derrubar e apagar – para que ressurjamos sempre na situação, e assim sejamos a situação, jogo dialético de ser e não ser fora do qual apenas sonhamos que existimos. É hora de ler Reich. Se a palavra é a máxima entidade cultural do Ocidente, e se nós mesmos somos o Verbo, somos ambos rígidos e incommunicáveis. [...] é fácil notar que temos sido, com pouquíssimas variantes, um arquétipo de nós mesmos até quando falamos em “revolução sexual reichiana”. A revolução de hoje é sobretudo a consciência de que não sofremos o tempo e a História, mas que os somos porque os fazemos a todo instante e corriqueiramente. Reich foi o paranóico de todos os tempos, que vive na pele a dimensão mítica e arquetípica do Homem. Libertar-se com ele é libertar-se do padrão e cair no cosmos, feito éter. Para existir é preciso antes inexistir alguns milhões de vezes [...]. (BARRETO, 1972, p. 16).

Algumas das inúmeras possibilidades de reinvenção da existência, percebidas pelos românticos tardios da década de 1960, foram manifestadas através da contracultura, movimento juvenil de caráter internacionalista que tinha como mote a crítica e o descondicionamento à sociedade capitalista e tecnocrática. O período é comumente mitificado como marco para muitas lutas que ganharam visibilidade, como a das mulheres, com o feminismo, e a ideia de Revolução Sexual, na esteira do movimento *hippie*.

A busca por uma existência autêntica levou a juventude contracultural a ampliar o conceito de política, estendendo-o ao corpo, ao comportamento dos indivíduos e à sexualidade. As considerações marxistas já não respondiam aos novos paradigmas que se impunham a um mundo eletrônico, desterritorializado, diverso e complexo (BARROS, 2017, p. 100).

Luiz Carlos Maciel, principal interlocutor da contracultura brasileira, afirma que:

Para os jovens comer evidentemente não é tudo. Pelo contrário, a juventude é uma fase da vida em que todos os instintos florescem. Havia por exemplo, uma questão muito importante para os jovens sobre a qual o marxismo não dizia nada e que estava relacionada ao sexo. Muitas pessoas que foram formadas, que se desenvolveram e evoluíram a partir da perspectiva marxista, chegaram ao ponto de perceberem que era preciso alargá-la por exigência de sua própria vida cotidiana, na qual o sexo desempenhava um papel importantíssimo, preponderante, talvez a principal preocupação das pessoas. E, no entanto, a sua postura ideológica não tratava desse assunto. (MACIEL, 1978, p. 34-35).

Maciel assinava a coluna *Underground* (1969-1971), veiculada no semanário *O Pasquim* (1969-1985), pioneira na abordagem da contracultura e dos ecos dessa no Brasil. Recebeu inúmeras cartas de leitores que procuravam soluções para suas vidas de maneira não convencional. O principal teor das cartas era, de forma geral, sobre a sexualidade.

Em entrevista, Maciel comenta:

“Ah, quer dizer que eu posso?” Era um anseio generalizado por uma liberdade sexual maior. Isso era o que animava e motivava todo mundo. Era mulher que queria deixar o marido, “dar por aí”, o outro rapaz que queria ser gay, a menina também que queria ser sapata... Era esse negócio assim de liberdade sexual, o grande apelo da transação toda, das pessoas encontrarem liberdade sexual e atingirem a felicidade. Porque estavam submetidas às repressões externas e internas. Alguns reclamavam das repressões externas; outros, pela repressão interna que não permitia que eles fizessem as coisas que queriam fazer. Então eu acho que esse foi o grande impacto e a transformação de comportamento nessa área de sexo, acho que foi a mais profunda que houve naquela época. Porque até esta fase da contracultura, os costumes sexuais eram inteiramente repressivos, mesmo! A mulher não podia casar se não fosse virgem, porque isso era um escândalo! Mil coisas que hoje não tem a menor importância tinha uma importância incrível na

época! Então foi uma coisa assim libertadora, que aliviou muita gente [...]. (BARROS, 2007, p. 79).

Em contraponto à repressão sexual, desenha-se com a proposta contracultural a formação de uma “nova consciência”, que abarcava temáticas consideradas até então, “sem tanta importância” frente a problemas tidos pelas alas conservadoras da direita e esquerda como “sérios”, estruturais. Sobre a sexualidade, dentro da perspectiva da contracultura, discutiu-se acerca do corpo e de como as instituições (Estado, escola e família, por exemplo) a controlavam de forma autoritária (BARROS, 2017, p. 100-101).

Obras que discutiam a sexualidade numa perspectiva social e psicanalítica, como as de Wilhelm Reich, Herbert Marcuse e Norman O. Brown, balizaram parte da juventude contracultural, despertando para a mudança de consciência em relação à sociedade e à vida que se desejava. Segundo os referidos autores, somente através do exercício pleno e satisfatório da sexualidade se poderia mudar a sociedade, aniquilando as dualidades geradoras dos conflitos e, consequentemente, das neuroses (BARROS, 2017, p. 101). Na perspectiva contracultural “o pessoal é político”, a mudança ocorre inicialmente no indivíduo, com o descondiçãoamento às amarras da sociedade normativa. O lema da juventude imersa na contracultura era o “*drop out*”, o “cair fora” do sistema, esboçando os contornos de uma nova sociedade de cunho alternativo que tinha como mote a liberdade e a curtição, contrapondo a voracidade do sistema capitalista. Muraro afirma: “A curtição é o contrário da voracidade. Esta tudo devora e nunca fica saciada. Aquela tudo flui e nunca exige nada. Está plenamente satisfeita” (MURARO, 1999, p. 32).

A partir da ideia de uma nova formação social, surgiram as comunidades alternativas, antagônicas ao modelo familiar monogâmico. Segundo o psiquiatra David Cooper, a família tradicional consistia no aparato de dominação mais eficaz da sociedade contemporânea, portanto, era importante discuti-la (BARROS, 2017, p. 101).

O poder da família reside na sua função de mediação social. Ao proporcionar a todas as instituições sociais um paradigma de fácil controle, ela reforça o poder efetivo da classe dominante, seja qual for à sociedade onde ocorra a exploração. Assim encontramos réplicas da família como tal em todas as estruturas sociais: na fábrica, no sindicato, nas escolas, na universidade, na grande empresa, na igreja, na organização governamental e nos partidos políticos, nas forças armadas, nos hospitais gerais e psiquiátricos e assim por diante [...]. (COOPER, 1986, p. 8).

Segundo Cooper (1986), o ponto crucial da família é o de induzir o indivíduo ao conformismo através de uma educação normatizadora e alienadora, perpetuada entre gerações. É neste estado “obediente” que se encontra o indivíduo considerado “normal” pelo sistema, alheio a todas as facetas de sua própria experiência pessoal, a todo impulso espontâneo para ação e à mais elementar consciência do seu corpo (COOPER, 1986, p. 15-16).

A perspectiva de outra concepção de “família”, advinda da ideia das comunidades não autoritárias reichianas, acenava a possibilidade de gerir um novo indivíduo, livre das compulsões neuróticas engendradas em prol do sistema estabelecido.

“Da cidade para o campo” e “da família para a comunidade”, tudo se tornava comunal: a economia, as tarefas cotidianas, o sexo e o amor. A formação das comunidades foi experienciado no teatro através do estilo de vida do grupo *Living Theater*³⁵. O referido grupo teatral, apesar das frequentes dificuldades financeiras, considerava as comunidades abstratas e de fácil resolução; diferente da questão sexual, supervalorizada no grupo. Nesta comunidade havia uma grande atividade sexual entre seus membros, contudo, esbarravam em um problema contraditório sob o ponto de vista da nova consciência: o ciúme (a questão da posse). O trabalho e a vida pessoal se misturavam, abastecendo-se reciprocamente. A criação artística era algo do coletivo, uma experiência vital não dissociada das outras instâncias da vida pessoal.

No Brasil, uma das mais conhecidas comunidades que representou o novo modelo familiar advindo das ideias contraculturais foi do grupo musical *Novos Baianos*. A comunidade era localizada em Botafogo, no Rio de Janeiro, e composta inicialmente pelos artistas Baby Consuelo, Luiz Galvão, Moraes Moreira, Paulinho Boca de Cantor e Pepeu Gomes.

35 O *Living Theater* foi uma das organizações artísticas que melhor caracterizaram o espírito da década de 1960, apesar de ser uma experiência anterior aos movimentos contraculturais (o grupo se formou no final dos anos 1950). Começou como um grupo antagônico e crítico à Broadway, dedicado a espetáculos não realistas. Seus membros principais eram Julian Beck e Judith Malina, que desejavam fazer peças poéticas ou épicas, ansiando por pesquisar a linguagem teatral. Contudo, o principal elemento contracultural verificado foi estabelecido pela relação entre o grupo. Essa relação perpassava o nível profissional, atingindo o pessoal, transformando-se com o passar dos tempos em uma comunidade. Substituíam-se a vida familiar pela vida comunitária. Ou seja, o *Living Theater* era uma ocupação *full time*, nele não havia divisão entre vida profissional e a particular — procurava-se uma unidade entre essas duas esferas. A fama do grupo ganhou amplitude mundial, com a encenação da peça-símbolo da contracultura, *Paradise Now* (“Paraíso Agora”), que propunha exatamente a libertação da repressão através da busca do prazer no momento presente (MACIEL, 1987, p. 126).

Tendas improvisadas, feitas de toalha de cetim. Colchas de rendas, retalhos de chitas, franjados, patchwork amarrado com fitas e muitas cores. Colchões no chão. Pode ser uma esteira, vários cobertores dobrados ou até mesmo um anatômico. Não há regras, nem leis. É um apartamento de cobertura onde poderia estar vivendo um chefe de família com a sua família. [...] Dezoito pessoas morando. Tanto faz ser quinze ou duas e todas se isolam. Não é preciso se organizar, acordar as oito, escovar os dentes, tomar o café, fazer ginástica, almoçar, ler, trabalhar e muito menos ver televisão. [...] O dinheiro que pinta é dividido entre todo mundo. O cigarro é de ninguém. Na casa mora a felicidade [...]. (LÚCIA, 1972, p. 22-23).

A nova organização social das comunidades tinha como base as relações livres e não compulsórias entre os membros e a ausência de repressão sexual. Contudo, tal processo não se deu de forma efetiva, pois havia por parte dos seus integrantes a internalização da família tradicional e do sistema, de forma geral. Em depoimento, “Vera”, que viveu na comunidade dos *Novos Baianos* afirma que a experiência em comunidades não diferia muito da carência da família burguesa.

Não tinha muita diferença. Talvez a gente só vivesse mais relaxada, fora dos padrões tradicionais. Isso visto mais pelo lado de fora do que de dentro. A organização dessas estruturas alternativas [...] a maioria é de fachada mesmo. Na verdade, dentro das casas, os esquemas ali traçados tinham os mesmos problemas de mesquinhez e mentira que existiam nas famílias burguesas. Não tinham uma mudança profunda. Era mais um anarquismo que uma mudança interior [...] e essas pessoas não eram tão felizes quanto pareciam. Tinha um sofrimento muito grande, geral [...]. (DIAS, 2003, p. 109).

Muitas das propostas contraculturais emergiam mais como um anseio romântico do que como efetiva transformação social, ainda que suas reverberações alcancem os dias atuais (a exemplo das ações de sustentabilidade e luta das minorias por seus direitos civis, entre outras). O caráter assistemático de suas ações inviabilizou a compreensão de suas principais ideias, até mesmo pelos seus simpatizantes. No Brasil, a exemplo, havia uma escassez de fontes de informação sobre contracultura e a travessia das suas principais ideias se deu tardiamente, em fins da década de 1960. Ganhou suas primeiras expressões através da revolução estética e comportamental propiciada pelo Tropicalismo, ganhando vazão durante a década de 1970 de forma marginal, com a publicação de livros, impressos alternativos e manifestações artísticas, num período de cerceamento da liberdade, sob a égide da ditadura militar.

O termo “desbunde” surge no Brasil dos anos 1970 de forma pejorativa, marcando a deserção de parte da juventude contracultural em relação à militância política da esquerda ortodoxa, marcadamente arraigados a temas da política tradicional. Para a ortodoxia esquerdista, o “desbunde” consistia num desvio “pequeno burguês”; para a direita militarista, uma subversão de jovens drogados, “mulheres perdidas”, todos embalados pela música que representava o ataque imperialista à cultura brasileira, o “rock”.

Indo além dos conceitos de luta de classes, educação, psiquiatria, identidade nacional, política, sexualidade, homem e mulher, a contracultura caminhou na contramão dos discursos lineares. Imersos no aforismo de Marshall Macluhan “O meio é a mensagem” e da ideia de internacionalização da contracultura *hippie* através dos meios de comunicação, tinham como princípios básicos: a liberdade e a experimentação em todos os âmbitos. Sua revolução comportamental trouxe a dimensão estético/erótica que se contrapunha ao consumismo, ao conformismo e à competição em prol de uma tomada de consciência existencial e de reencantamento da vida, com os valores da felicidade, paz e beleza em todo planeta. De-sejou-se uma nova era.

Muraro afirma:

Mulheres, jovens, negros, oprimidos, todas as classes de pessoas dominadas por uma minoria, nesta segunda metade do século vinte, e que também a época da comunicação eletrônica planetária despertam. As autoridades, acostumadas a pensar politicamente esquecem-se que esta revolução eletrônica é também a revolução da informação e da informação planetária. Portanto, acima de qualquer política e qualquer cultura. A televisão e os teletipos não sabem respeitar fronteiras nem políticas nem ideologias. Invadem tudo. Não há mais isolamento possível ao mundo eletronicamente unificado [...]. (MURARO, 1972, p. 07).

A nova era marcada pelo advento da pílula anticoncepcional (o que simbolizava para as mulheres o sexo não apenas para a procriação, mas unicamente para o prazer), das comunidades em detrimento da família tradicional, da “curtição” em contraponto ao casamento monogâmico e do prazer em detrimento à ânsia de poder propagada pelo sistema capitalista foram algumas das propostas contraculturais relacionadas ao campo da sexualidade. A necessidade de se combater todas as formas de poder e opressão advindas da sociedade patriarcal estabeleceu a interseção com o movimento feminista. Podemos afirmar que o feminismo foi e é uma contracultura em seu discurso intelectual, filosófico e político na busca da equidade de gênero em um mundo notadamente patriarcal.

Muraro coloca a luta feminista na perspectiva da contracultura:

A mulher é a grande oprimida da sociedade patriarcal. A própria sociedade de classes repousa, em primeiro lugar, na dominação da mulher pelo homem, que impede o homem de perceber que ele também é um dominado. Na era tecnológica, a civilização patriarcal foi mais questionada do que em todos os 10 mil anos de sua existência: através da disseminação da informação técnico-científica, chegou ao nível da consciência da humanidade, como um todo, a noção da estrutura dominante-dominado. [...] Antes só havia uma consciência de luta de classes, que era a mais aparente; hoje o homem tem consciência de que a luta de classes é apenas uma expressão menor diante da estrutura global, daí só se pode falar em uma luta de culturas: a cultura dominante e a contracultura. E todas as lutas contra a opressão constituem uma luta global a que hoje chamam de contracultura. Não existem mais países, nem sexos, idades, nem raças, nem classes em luta. Existe sim uma mentalidade dominante e uma mentalidade dominada, que está adquirindo consciência numa velocidade incrível e planetária, no mundo inteiro, nos países capitalistas e nos países socialistas, na África primitiva e na Europa desenvolvida. Assim a luta do jovem que se recusa a ser propriedade da família, e a luta da mulher que se recusa a ser propriedade do homem, nos mesmos termos em que os países subdesenvolvidos se recusam a ser propriedade dos países desenvolvidos, são expressões específicas dessa luta de culturas. — O que existe de comum nessas lutas? — É a ruptura da relação dominante-dominado, que leva consigo a luta pela recuperação do corpo. Quando um pobre descobre que pode ter acesso a uma vida melhor, com mais comida, e a mulher descobre que pode ter uma vida sexual mais plena, e o jovem descobre a vivência plena dos sentidos e da inteligência - tudo isso tem uma base comum que é a recuperação da vida do corpo em todas as dimensões [...]. (JARY, 1972, p. 45).

As discussões levantadas sobre a necessidade de se recuperar corpo, sexualidade e vida, no contexto da contracultura nas décadas de 1960 e 1970, ainda estavam incipientes. Muraro foi uma das principais interlocutoras não apenas do feminismo, mas da contracultura brasileira, através de seu trabalho ímpar como escritora e tradutora de obras consideradas na época, “subversivas” e provocadoras, além das entrevistas concedidas aos meios alternativos (nos quais foi também colaboradora assídua). O aspecto contemporâneo e visionário de seu pensamento alcança os dias atuais.

Androginia e feminismo na contracultura através das obras de Rose Marie Muraro

Para Jung e Mircea Eliade, o símbolo do andrógino é um arquétipo do inconsciente coletivo, isto é, um símbolo-força que faz parte das estruturas psico-fisiológicas do homem. A gravura (uma das muitas que circularam na Idade Média) pode ser explicada assim: “O rei e a Rainha estão unidos em um só corpo de acordo com a concepção do livro do Gênesis: por isso deixará o homem seu pai e sua mãe e se unirá à sua mulher; e serão dois numa só carne”. O andrógino pisando sobre um monstro de quatro cabeças e pés de águia. O monstro simboliza a matéria-prima dos alquimistas e a alma simboliza a alma. Como na gravura, a alma foi engolida pelo monstro, tendo somente os pés para fora, isso quer dizer que ela ainda não brotou das trevas da ignorância que a escondem. (JARY, 1972, p. 45).

A difusão das ideias contraculturais no Brasil se deu principalmente pela imprensa alternativa, em fins da década de 1960 e durante a de 1970. As fontes analisadas nessa pesquisa são: a coluna *Underground* (1969-1971), veiculada no jornal semanal *O Pasquim* (1969-1991); o jornal *Flor do Mal* (1971); a revista *Bondinho* (1970-1972); bem como a versão brasileira da revista *Rolling Stone* (1972-1973), entre centenas de impressos alternativos que surgiram na época, relacionados à contracultura. Segundo Bueno (1979, p. 33), uma parte dos textos produzidos, identificáveis sob o rótulo de “contraculturais, emergentes, alternativos ou marginais”, teve um sentido propriamente artístico e conseguiu uma relativa divulgação, embora nunca chegasse a ter a mesma continuidade de produção e as grandes tiragens das editoras comerciais e empresas jornalísticas. Tais impressos aglutinaram parte da juventude advinda, em sua maioria, da classe média urbana, em torno das ideias e formas de expressão relacionadas à contracultura, desvelando assuntos até então não discutidos pela política tradicional.

A sexualidade e o papel da mulher na sociedade eram assuntos não comumente discutidos pela sociedade brasileira. Até 1970 existiam apenas algumas teses universitárias e o livro de Carmem da Silva *Arte de ser mulher* (DIAS, 2003). Muraro lança seu primeiro livro feminista em 1970, intitulado *Libertação sexual da mulher*, pela Editora Vozes, resultado de sua imersão na psicanálise social, desde 1968, com as ideias de Revolução Sexual defendidas por Herbert Marcuse. Com o livro, a autora introduziu no Brasil as principais ideias que as feministas defendiam na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, ressignificando-as ao contexto brasileiro. Com o intuito de postular a especificidade do movimento feminista brasileiro, Muraro escreve junto com Cidinha Campos e Heloneida Studar, em 1975, a peça de teatro chamada *Homem não entra*. O público, exclusivamente femi-

nino, era convidado a se manifestar à vontade, longe da censura e da repressão dos homens (PINHEIRO, 2015, p. 7).

Muraro afirma em depoimento (2007) que tomou conhecimento do feminismo através de Madre Cristina, que a presenteou com o livro da feminista norte-americana Betty Friedman (1921-2006), intitulado *A Mística Feminina* (1971). A referida obra deu origem ao movimento de libertação das mulheres nos Estados Unidos e foi traduzida e lançada por Muraro, em 1971. Tal obra de cunho libertador tratou da autonomia feminina, inclusive a sexual, assinalando o direito natural da mulher em atingir seus orgasmos, questão hoje reverenciada. As mulheres “recatadas e do lar” não poderiam sentir prazer sexual, caso contrário, levantariam-se grandes suspeitas sobre sua “dignidade”, ou seja, a “mulher/esposa” era concebida como objeto doméstico e sexual para satisfazer apenas as necessidades do marido.

A ocasião de lançamento da obra traduzida por Muraro, intitulada *A Mística Feminina* (1971), escandalizou o país, pois contou com a presença da própria autora, a feminista Betty Friedman. Esta anunciou através dos meios comunicacionais que era uma cidadã democrática e que desconsiderava a ditadura militar. Tal depoimento trouxe inúmeros aborrecimentos à anfitriã, não apenas oriundos do governo ditatorial, mas também da igreja católica (com a qual era relacionada) e a mídia, que ridicularizou Friedman. A causa feminista, a contragosto da mídia e impulsionada pela mesma, ganhou grande visibilidade devido a esta ocasião singular (BARROS, 2017, p. 105). Muraro interpretou a reação negativa de setores conservadores como “a expressão de uma sociedade patriarcal que se sentia ameaçada por uma mudança no papel da mulher” (MURARO, 1972, p. 6).

Aproveitando a perseguição da mídia, Friedman a usou em favor da própria causa e fez duras críticas à sociedade de consumo, ocasionadora da opressão feminina no mundo.

Foi chamada de lésbica e feia, pelo colunista Ibrahim Sued, sofreu com a turma do *Pasquim*, mas acabou se saindo bem em uma entrevista realizada ainda naquele ano pelo jornal nanico. Sem cobrar cachê, viajando apenas com as despesas pagas, como conta Muraro, Betty veio para um lançamento duplo no país: no Museu de Arte Moderna, no Rio de Janeiro, e na Biblioteca Municipal Mário de Andrade, em São Paulo. Logo que chegou ao Rio, foi levada por Rose para ser entrevistada por Millôr Fernandes e seus asseclas, sabidamente antifeministas, no *Pasquim*. Provocada durante toda a entrevista, ela se irritou e “deu uma cacetada no gravador que foi parar longe”, nas palavras da própria Rose [...]. (DUARTE, 2006, p. 290).

Essas provocações às feministas não são tão desconhecidas das mulheres do século XXI: termos chulos, “frases feitas” e piadas politicamente incorretas exponenciadas através das mídias digitais fazem parte de seu cotidiano.

Na obra *Feminino e Masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças* (2002), organizada por Leonardo Boff e Muraro, evidenciou-se a relação homem-mulher-natureza. Buscou-se uma concepção crítica sobre o que é concebido como “feminino” e “masculino”, buscando a transcendência de tais concepções em prol da humanidade, do planeta Terra. Boff ressalta a leitura equívoca da Bíblia, interpretada no devir patriarcal, com a finalidade de legitimar a opressão realizada contra a mulher e a transformar em sistema simbólico instituído. Muraro reflete sobre a construção da libido, a dominação através da relação sexual e da formação da ideia de gênero, aquilo que define os seres humanos dentro de uma realidade simbólica.

No documentário *Memórias de uma mulher impossível* (2007), Muraro afirma que:

Havia no começo seres perfeitos que tinham duas cabeças, quatro braços e quatro pernas e eles eram hermafroditas poderosos que ameaçavam os deuses. Então os deuses cortaram no meio e criaram o homem e a mulher, que desde então sempre se procuram, um ao outro.

Os deuses aqui representam o sistema que se alimenta da brecha existente entre homens e mulheres. A relação andrógina, ou seja, plena, colocava em xeque o sistema que não funcionava. Sobre o conceito de plenitude inerente à androginia, Muraro escreveu inúmeros artigos e livros. Em entrevista concedida à revista *Bondinho* com o título: “Homem não é mulher, mulhomem. Mulher não é mulher, é mulhomem” (1972), enfatiza que a questão não era ser feminista ou machista, mas sim, da manifestação do equilíbrio entre essas duas essências que deveriam se fundir. A dualidade, ocasionadora dos conflitos, deveria ser abolida em favor da reunificação dos opostos em um só corpo: o “homulher e a mulhomem”, afirmava a escritora, tradutora da obra de Norman O. Brown, *Vida contra a morte* (1972) que trata da questão sexual sob esta perspectiva andrógina, entendida como uma mutação da espécie.

Norman O. Brown (1972) acredita que todos os seres humanos são andróginos e que a dualidade é colocada pela visão ocidental. Essa percepção oferece uma nova relação com a humanidade através da união dos opostos, formando uma única libido, reconciliando Eros (vida) com Thanatos (morte), macho e fêmea.

Totalmente feminino, nada rejeitas: abriga todos os relâmpagos e os compreendes, na compaixão totalmente masculino, nada desejas: ofereces todos os relâmpagos, em doação atenta. Receber e dar, ativa e passivamente, é deixar que a dança de shiva te atravesse, rompendo a cascadinha do desespero e horror que também podes reconhecer, agora submersa na alegria amorosa que se manifesta. Mas esta treva brilha e se confunde com a luz. (LÚCIA, 1972, p. 11).

No artigo “Feminismo e androginia” (1972), publicado na revista *Rolling Stone*, Muraro realizou pesquisa no Brasil sobre a condição da mulher na sociedade. Numa cidade do interior da Paraíba, perguntou a um jardineiro o que achava do movimento que fazia com que mulheres fossem trabalhar fora de casa e ganhar dinheiro. O jardineiro responde: “Ói Dona, isso é o diabo! Essas muié de hoje são perdida!” (MURARO, 1972, p. 45). Já no Rio de Janeiro, Muraro percebe através de pesquisa a aceitação contínua do homem em relação à independência feminina. Em fins de 1971, assinala que a lista das “mais elegantes” foi substituída pelas mulheres que realmente fizeram algo importante socialmente. Observa ainda o interesse crescente pelo tema através das muitas pesquisas universitárias desenvolvidas. Ainda neste artigo reafirma sua admiração pela juventude, atenta às novas proposições advindas da contracultura, entre elas a questão do feminismo e da necessidade da transcendência sexual com a androginia.

São muitas as obras, entrevistas e traduções que Muraro produziu no intuito de auxiliar no processo de formação da chamada “nova consciência”, advinda da contracultura. Segundo sua ótica, a luta feminista no contexto singular do Brasil deveria romper a incomunicabilidade entre os sexos trazendo um projeto de mundo em que homens e mulheres se sintam iguais e que isto seja naturalizado.

Considerações finais

Procurou-se, neste capítulo, apresentar de forma geral as ideias de Rose Marie Muraro em torno do feminismo na perspectiva da contracultura e outros temas relacionados, tendo como eixo principal algumas de suas obras, artigos e entrevistas na imprensa alternativa.

Rose Marie Muraro foi autora de mais de 40 livros, editora de mais de 1600 títulos, abarcando temas diversificados como feminismo, sexualidade, juventude, ecologia, educação, entre outros. Na Editora Vozes, trabalhou com Leonardo Boff durante dezessete anos, gerindo não apenas o feminismo, como também a

Teologia da Libertação. Criou a editora Forense Universitária (1965), a Rosa dos Tempos (1990), primeira dedicada às mulheres do Brasil em sociedade com Laura Civita, Ruth Escobar e também foi fundadora do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (1985). Em sua autobiografia intitulada: *Memórias de uma mulher impossível* (2004) conta sua trajetória como intelectual, deixando transparecer seu olhar sensível em relação à existência e à sobrevivência da mulher em um mundo machista. Traça um painel das mais relevantes tendências culturais e sociais da segunda metade do século XX, no Brasil, e das suas experiências com as drogas, a loucura, o câncer e a militância na Esquerda Católica. “Só o impossível cria o novo”, sua máxima, mediante as “impossibilidades” que enfrentou sendo parcialmente mulher cega e visionária, imersa na aspreza cotidiana da sociedade capitalista patriarcal, a qual vivenciou intensamente. Criou “o novo” através de seu pensamento, em prol de uma humanidade livre.

Muraro sempre esteve atenta à contracultura, colocando-se ao lado dos jovens. Afirmava: “Sinto-me, também, como os jovens, marginal a uma sociedade rígida e competitiva” (MURARO, 1972, p. 6-7). A juventude, segundo a escritora, estava fazendo do mundo uma aldeia planetária, desterritorializando a vida e desterrando costumes culturais cristalizados:

Como nos primitivos, há entre eles uma comunhão, um senso do concreto, do mítico e do místico, que é completamente novo no mundo de dez mil anos para cá. Apresentam uma grande precocidade intelectual e afetiva em relação à geração anterior, devido aos estímulos dos meios eletrônicos que receberam desde a infância e que aquela geração não recebeu. A crise de gerações não é pois, igual à dos outros tempos. São quase dois mundos, duas espécies humanas diferentes que se entrecrocaram. Quase. Nessa área de jovens mutantes descobri também que o problema da mulher já era. Foi aí que minha cuca fundiu. (MURARO, 1972, p. 7).

Não podemos reduzir Muraro apenas em sua luta feminista, tendo em vista as muitas dimensões que suas ideias nos levam. Dos jovens mutantes à questão ecológica, do feminismo à androginia, das drogas à militância na Esquerda Católica, sua base de pensamento consiste na crítica sistemática ao sistema capitalista patriarcal e seus aparatos de dominação que ocasionam as dualidades e consequentemente as opressões, os sofrimentos e as neuroses.

As ideias libertárias de Muraro alcançam o século XXI ainda como transgressoras frente a um país arraigadamente machista e que passa por um momento de grande retrocesso em todos os âmbitos, com as alas conservadoras da direita em crescente ascensão. A questão sexual ainda não foi superada e a luta de homens e mulheres por uma sociedade mais justa continua necessária.

Fontes

- A PERFEIÇÃO DO ANDRÓGINO. **Flor do mal**, Rio de Janeiro, 5. ed., p. 11, 1971.
- BARRETO, J. Reich está vivo. **Rolling Stone**, Rio de Janeiro, n. 6, p. 16, 18 abr. 1972.
- JARY. Homem não é homem, mulhomem. Mulher não é mulher, homulher (entrevista com Rose Marie Muraro). **Bondinho**, São Paulo, p. 45, 31 mar. a 13 abr. 1972.
- LÚCIA, V. Novos Baianos. **Rolling Stone**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 22-23, 30 maio 1972.
- MACIEL, L. C. Beck e Malina. **O Pasquim**, Rio de Janeiro, n. 66, 23-29 set. 1970.
- MURARO, R. M. **Memórias de uma mulher impossível**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 2004.
- MURARO, R. M. Feminismo e Androginia. **Rolling Stone**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 6-7, 29 fev. 1972.
- NOVOS BAIANOS. **Rolling Stone**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 22-23, 30 maio 1972,.
- RILKE – Cartas a um jovem poeta. **Flor do Mal**, Rio de Janeiro, p. 8, 1. ed. jun. 1971.
- VICENTE, Z. Ser criança, namorar, passear. **Flor do Mal**, Rio de Janeiro, 1. ed., p. 9, jun. 1971.

Referências

- BARROS, P. M. A revolução sexual dos anos 70 e o pensamento contracultural de Rose Marie Muraro. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 9, n. 18, p. 98-108, set./dez. 2017.
- _____. **Provocações brasileiras**: a imprensa contracultural Made in Brazil -coluna Underground (1969-1971), Flor do mal (1971) e a Rolling Stone brasileira (1972-1973). 2007. 200 p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.
- BROWN, N. O. **A vida contra a morte**: o sentido psicanalítico da História. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Petrópolis: Vozes, 1972.
- BUENO, A. L. L. **Contracultura**: as utopias em marcha. 1979. 200 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica, Departamento de Letras, Rio de Janeiro, 1979.
- COOPER, D. **A morte da família**. Tradução de Jurandir Craveiro. Revisão Margarida MC Oliva. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

DIAS, L. **Anos 70**: enquanto corria a barca. São Paulo: Editora Senac, 2003.

DUARTE, A. R. F. Betty Friedman: morre a feminista que estremeceu a América. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 1. p. 287-293, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000100015>. Acesso em: 25 ago. 2018.

FRIEDAN, B. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

MACIEL, L. C. **A morte organizada**. Rio de Janeiro; São Paulo: Global e Ground, 1978.

_____. **Anos 60**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

MEMÓRIAS de uma mulher impossível. Diretora: Márcia Derraik. Brasil: 2007. Mini-DV (40 min.).

MURARO, R. M; BOFF, L. (Org.). **Feminino e masculino**: uma nova consciência para o encontro das diferenças. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.

MURARO, R. M. **Alquimia da juventude**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

_____. **A mulher no terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1992.

_____. **A libertação sexual da mulher**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

PEDRO, J. M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**, Franca, v. 24, n. 1. p. 77-98, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742005000100004&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 25 ago. 2018.

PINHEIRO, A. M. B. Rose Marie Muraro: pensamento, subjetividade e ação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: lugares dos historiadores, novos e velhos desafios, 28., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ANPUH, 2015. p. 1-11. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427833791_ARQUIVO_Trabalho-ANPUH-2015-Def.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2018.

CAPÍTULO 12

A JUSTIÇA, ENFIM: A REPRESENTAÇÃO DA MULHER E A RELAÇÃO DE GÊNERO NO JORNAL DA CONSTITUINTE³⁶

Edna Aparecida Ferreira Benedicto

³⁶ Este capítulo trata-se de uma versão revista e ampliada do texto submetido ao Simpósio Temático coordenado pelas organizadoras da obra, apresentado durante o VIII Congresso Internacional de História (CIH); XXII Semana de História, promovido pela Universidade Estadual de Maringá, em 2017.

Com o processo de redemocratização do Brasil nos anos finais da década de 1980 a sociedade brasileira passou a discutir os novos rumos que o país deveria seguir. A nova configuração do país passou pelo processo de reformulação do ordenamento constitucional. Para tanto, no ano de 1987 foi instituída a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) com o objetivo de formular uma constituição mais condizente com a nova realidade social e política do país.

A ANC, para informar as pessoas sobre o que acontecia durante a formulação da nova constituição, criou um veículo semanal de informação, que circulou entre junho de 1987 e outubro de 1988, objetivando ser “um meio de comunicação alternativo aos meios de comunicação comercial”: o *Jornal da Constituinte*, doravante citado apenas como JC. Segundo seus idealizadores, o jornal pretendia ser um canal de expressão dos diferentes sujeitos históricos. Os constituintes acreditavam que a nova Constituição deveria dar voz a todos, pois consideravam importante a participação popular no processo de ampliação das categorias consideradas cidadãs. Na diversidade de sujeitos históricos as mulheres ganharam certo destaque. Elas tanto escreveram sobre si no JC, quanto foram citadas por muitos deputados constituintes masculinos.

Desse modo, o presente estudo pretende apresentar o resultado de uma breve análise sobre a forma como a mulher e as relações de gênero foram representadas, pensadas e debatidas nos espaços de poder legalmente constituídos como é o caso do JC. Assim como nos ajudar a conhecer um pouco mais sobre como a mulher foi construindo seu reconhecimento como sujeito histórico e de direito no debate público e do entendimento que os legisladores tinham das relações de gênero.

Mais especificamente, o trabalho se refere a algumas representações da mulher que são encontradas no JC, que circulou nos anos de 1987 e 1988. Os debates na ANC ocorreram em um contexto histórico no qual as imagens estereotipadas acerca do sexo feminino e as relações de gênero estavam sendo colocadas em xeque pelos movimentos feministas, pelos tratados internacionais, pelos meios de comunicação de massa e pelos debates acadêmicos sobre a condição da mulher diante dos acontecimentos que circundavam o processo de redemocratização do país.

O principal foco da investigação e das análises será direcionado, portanto, a essa documentação, escrita em sua maioria por homens, onde que procuramos entender quem é o sujeito de direito “mulher” a que se referem, tantas vezes, os autores/as dos textos e como o jornal contribui na discussão sobre as relações de gênero e o papel a ser desempenhado pela mulher na sociedade democrática que começa a ser redesenhada pela ANC.

Antecedentes: a mulher entra definitivamente no debate público

O século XX foi um século de intensa luta feminista e de debates sobre os direitos das mulheres. Muitas foram as conquistas alcançadas: voto, queda do *pater famílias*, licença maternidade, divórcio, entre outros. As mulheres passaram a ser objeto de intensos debates públicos que culminaram com uma transformação gradual da sua condição política, social, econômica e, sobretudo, cotidiana.

Mas é somente a partir da segunda metade do século XX que a mulher ganha visibilidade e reconhecimento intelectual, principalmente o direito à voz e à expressão. Isso se deve principalmente pelas conquistas dos movimentos feministas que atravessaram todo o século e pelo desenvolvimento e uma variedade crescente dos meios de comunicação de massa, como o rádio, a TV, diversas formas de periódicos, etc. Por meio desses meios de comunicação algumas mulheres denunciaram a sua ausência nos debates parlamentares e políticos.

Mulheres organizadas em grupos privados, como é o caso do grupo liderado pela advogada Romy Medeiros, por meio do Conselho Nacional da Mulher, lutavam por iniciativas institucionais em prol da causa feminina. Ao longo dos anos de 1950 foi incessante a luta da organização junto ao Congresso Nacional pelos direitos das mulheres casadas, que, de acordo com a Constituição de 1946 e conforme Capítulo II: Dos Direitos e Deveres do Marido, do Código Civil, vigente na época, a mulher era considerada relativamente incapaz de exercer sua cidadania plena, devendo ser controlada pelo marido, a quem deveria pedir a permissão para trabalhar ou viajar.

Muda essa condição da mulher a aprovação do Estatuto da Mulher Casada de 1962, que modificou radicalmente a posição da mulher casada no Brasil, elevando essa categoria de mulheres a um novo *status* jurídico e social, sobretudo dentro da família, deixando de estarem sob o poder do *pater famílias* passando a ser consideradas as “colaboradoras” do marido.

Durante os anos de 1960 foram colocados em xeque os conceitos de moralidade e comportamento social. O mundo ocidental vivia uma efervescência política e cultural desde os anos finais daquela década. Uma nova geração se posiciona e dá início à exposição das contradições e questionamentos dos costumes e ideais propagados, não tanto do ponto de vista político, mas dos valores conservadores da organização social: as relações de poder e a hierarquia no âmbito público e privado que foram desafiados pelos movimentos *beatnik* e *hippie*, nos Estados Unidos da América, e pelo “maio de 1968”, na França.

Outros fatores contribuíram no processo de transformação da condição da mulher: aumento da escolaridade, maior inserção no mundo do trabalho, revolução sexual pela propagação dos métodos contraceptivos.

Em relato, Rosie Marie Muraro (2017 apud BRITO, 2017), uma das precursoras do Novo Feminismo, aponta que os debates sobre a condição da mulher no Brasil tiveram início a partir da publicação de obras escritas por mulheres expondo seus pontos de vista sobre os problemas, como por exemplo, Carmem da Silva (*Revista Cláudia*; Coluna: “A arte de Ser Mulher”), Heloneida Studart (Bloch), Heleieth Saffioti com a publicação do livro *Mulher na Sociedade de Classe*, Romy Medeiros e Zuzu Angel.

O clima de debate se torna mais intenso após a publicação do livro *A Mística Feminina* e a vinda de sua autora, a feminista norte-americana Betty Friedan, para o Brasil, no ano de 1971. Após Friedan ter dado entrevista ao jornal alternativo *Pasquim*, com o intuito de divulgar o evento, toda a mídia brasileira se voltou para o acontecimento, embora com o intuito de zombar da feminista Betty Friedan e das ações feministas, o que abriu para um grande debate sobre as questões relacionadas às mulheres. “Quando ela foi embora, não ficou pedra sobre pedra”, afirma Muraro (2017 apud BRITO, 2017, s/p.).

Quando Betty Friedan chegou, as coisas explodiram. Os jornalistas subiam em árvores em frente à casa onde ela estava hospedada, na Barra da Tijuca. Nunca me passara pela cabeça que aquilo pudesse ser tão frenético. Nos três dias em que ela apresentou o livro à mídia, eu tinha a impressão de que ia morrer. Eram os tempos mais duros da ditadura. Por mais que eu a avisasse de que as coisas que dissesse comprometeriam a mim e não a ela, ela dizia sempre que podia dizer o que quisesse porque era uma cidadã americana livre. E eu que me danasse [...]. (MURARO, 2017 apud BRITO, 2017, s/p.).

A ditadura militar havia mandado para o exílio muitos dos que questionavam o governo ou se opunham a ele. Alguns exilados foram para os Estados Unidos da América e outros foram para a Europa e, lá entraram em contato com a revolução de costumes que já estavam se manifestando, questionando a condição da mulher na sociedade e os papéis sociais femininos e masculinos, o que levou à intensificação do movimento feminista nesses países. No Brasil, depois da lei de Anistia, muitas mulheres exiladas retornaram, iniciando a formação de movimentos que Pinto (2003) chama de Novo Feminismo.

O período que se inicia a partir do ano de 1975 e vai até os anos finais da década de 1980 foi marcado pela intensificação dos movimentos feministas e de mulheres. No ano de 1975, com o patrocínio da ONU (Organização das Nações

Unidas), surgem os primeiros grupos que deram origem ao feminismo contemporâneo. A ONU declara 1975 o Ano Internacional da Mulher. A Igreja Católica, por meio das CEBs funda o Centro da Mulher Brasileira e o Centro do Desenvolvimento da Mulher Paulista. Nas academias muitas obras são publicadas e estudos realizados. (MURARO, 1985).

Após os acontecimentos que marcaram esse período a TV Globo começa a fazer enquetes. Os jornais, revistas, televisão começam a publicar textos e entrevistas sobre os temas que envolviam as mulheres. De acordo com Méndez (2007), “tanto o pensamento intelectual feminista quanto sua expressão como movimento social encontraram na imprensa um espaço cativo para expressar seus ideais”. Porém, esse contato “foi interposto por relações de poder nas quais é possível observar fluxos de reciprocidades, afastamentos, dominações e resistências” (MÉNDEZ, 2007, p. 275).

Os movimentos feministas discutiam e divulgavam suas ideias sobre a condição de opressão da mulher, o papel desempenhado por cada sexo na sociedade e, esses debates começam a criar um clima de rivalidade entre os conservadores, sobretudo os ligados aos setores conservadores da Igreja Católica e do Estado. O debate foi ganhando espaço dentro da sociedade por meio das mídias. “Desta forma, o movimento feminista começou no Brasil pelas mídias. Foi o único país do mundo em que isso aconteceu.” (MURARO, 1985, p. 9).

Outro ponto alto do debate público sobre a condição da mulher se deu durante o período de tramitação da Lei do Divórcio no Brasil, no ano de 1977. Os jornais estampavam em letras grafais a preocupação com a família, a moral e a condição da mulher divorciada. A televisão se torna o principal meio de divulgação de informação e por meio de novelas, telejornais, séries e programas variados, que ora aderem ao debate feminista, ora enquadram as mulheres em padrões estereotipados. Com o domínio da TV Globo, dois momentos de sua programação se tornam emblemáticos. Primeiro, no ano de 1979, quando lança a série *Malu Mulher*.

Malu por ser Mulher, naquela conjuntura, precisava assumir para si e tratar de tópicos centrais para as mulheres, não podendo, pois, eximir-se dessa responsabilidade. Assim, as falas da personagem abundam discursos de gênero, dispõem sobre uma necessária abertura do cenário social à participação da mulher. (MOTA; SILVA, 2010, s/p).

O segundo ponto alto dos debates públicos sobre a condição da mulher e a relação entre homens e mulheres, na televisão, foi à introdução matinal do programa *TV Mulher*, que ocupava as manhãs com uma programação ambígua.

Ao mesmo tempo pontuava discussões modernas sobre as mulheres: aborto, sexualidade, papéis de gênero, defendia padrões homogêneos: beleza, dona de casa, maternidade, educação dos filhos, casamento, trabalho. O foco era sempre: como ser uma mulher moderna, bela, trabalhadora, boa mãe e dona de casa.

Programas de destaque, também, foram os programas comandados por Hebe Camargo. Hebe Camargo é considerada por muitos estudiosos e críticos de TV, entre eles Miceli (1972), como um fenômeno de público, mídia e longevidade no ar. Faria (2014), pontua ainda que ela se tornou em uma “webcelebridade”, com o advento da internet. A mesma desde os anos de 1950 colocou no ar o primeiro programa feminino: *O Mundo é das Mulheres*, pela TV Tupi, passando para a TV Continental, Rede Record, Bandeirantes, SBT, Rede TV, sempre abordando temas polêmicos sobre diferentes enfoques.

Os grupos que comandavam e que comandam ainda hoje, a televisão no Brasil igualmente eram e são proprietários de várias revistas e jornais que circulavam pelo país. O interesse comercial da mídia se posiciona de forma paradoxal diante das discussões. Ao mesmo tempo em que discute questões pautadas no discurso feminista, apesar de não assumirem explicitamente, tratam as mulheres nas propagandas, no noticiário, nas novelas de forma a reforçar o seu papel tradicional estereotipado de boa esposa, boa mãe, dona de casa, sempre bonita, disposta a atender ao marido.

No contexto da idealização do *Jornal da Constituinte*, o Brasil passava por um processo profundo de transformações que se agigantavam desde as grandes lutas operárias iniciadas em 1978 quando o governo militar foi colocado em xeque, revogação do AI-5, intensificação dos movimentos pela redemocratização do país, o que exigia rever os pactos constitucionais, passando por debates polêmicos que envolvia a condição da mulher, seu papel social dentro da sociedade.

A representação da mulher e a relação de gênero no *Jornal da Constituinte*

A mulher sempre teve papel secundário na sociedade brasileira. A ANC pretendeu ser um espaço em que a mulher se posicionasse e se efetivasse como sujeito de direito, como uma cidadã completa, integrada nos vários planos da vida nacional. Entretanto, as representações da mulher no JC, veículo de informação da ANC, apresentam um projeto de mulher que deveria compor a ordem das coisas, mas não a partir de como as mulheres se definiam naquele momento, mas do

modo como a mulher deve ser e como deve contribuir para o bom andamento da sociedade brasileira.

A princípio começamos a apresentar os registros do presidente da ANC, deputado Ulysses Guimarães, e como em seus escritos e falas registradas no jornal apresentam sua visão sobre a mulher.

Na primeira edição do jornal, segunda página, na Sessão denominada *Carta ao Leitor*, o constituinte Ulysses Guimarães faz uma chamada para que todos participem dos debates, fiscalizem, deem sua opinião. Mas o texto, ao final, se remete a um gênero específico: aos homens. Para o deputado, “Não se interessar pela Constituinte é não se interessar pela vida, sua, *de sua mulher*, de seus filhos”. A mesma fala é reforçada na 4ª edição em que o mesmo deputado afirma: “E sem a Democracia você não vale nada: não pode falar, não pode protestar, pode ser preso, torturado ou morto, *sua mulher ou sua filha* serem estupradas. E nada acontecer aos facínoras”. A mulher em questão é a mulher tutelada, protegida pelo homem, pai de família (GUIMARÃES, 1987, n. 4, p. 1-2, grifos nossos).

Todas as falas do parlamentar que foi registrada no JC chama a atenção para o fato de que o homem é o defensor da mulher, aquele que a protege e tutela. Para o homem, a mulher aparece como o outro, aquela que se define a partir do homem.

Entretanto, o presidente da ANC não considera em seus textos publicados no JC que ao longo do século XIX e XX a mulher vem deixando de ser o outro e passando a ser o sujeito de sua própria história. O discurso descaracteriza toda a luta feminista e os debates sociais em torno das questões que envolvem a condição da mulher no contexto histórico, social e cultural que envolve os debates sobre os caminhos democráticos do país, em que a maioria das mulheres não se encontra em dependência dos homens e já haviam consolidado o reconhecimento do seu *status* de sujeito histórico e de direito. O seu discurso apresenta uma ideia abstrata e idealizada de mulher, reproduzindo um discurso conservador e anacrônico.

Na fala do presidente da constituinte, como em muitas falas dos constituintes e das constituintes, o termo mulher aparece sempre relacionado ao seu papel social tradicional: mãe, filha, esposa, dona de casa, dependente do homem, sensível, charmosa, etc. Na edição 38, publicada entre 7 e 13 de março de 1988, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a capa traz à imagem de um perfil de mulher grávida e dentro do perfil a representação das várias atividades profissionais desempenhadas pelas mulheres. É emblemático que em toda a extensão da cabeça da mulher tem a representação de uma mulher amamentando, estereotipando a função de geratriz e cuidadora.

Em texto escrito por Ulysses Guimarães, situado à direita da imagem ele diz de forma paradoxal:

Dia da Mulher

Dia da Humanidade

O dia da Mulher é o Dia da Humanidade.

A mulher é a mãe da humanidade.

Os avanços no reconhecimento dos direitos da mulher coincidem com o progresso das respectivas nações. Mulher discriminada, nação atrasada. É o testemunho da História.

Quando, inclusive no Brasil, se cuidou de reconhecer o direito da mulher votar, foi um Deus-nos-acuda!

Os velhos do Restelo, guardas pretorianos do arcaico e superado que, se fossem ouvidos Cabral não descobriria o Brasil, puseram-se a rosnar: Absurdo! A mulher não tem independência! Vai votar conforme a ordem do marido. Aqui como no mundo, o voto feminino foi um sucesso. Mauricie Duverger tem um livro clássico sobre o êxito. De fato. A mulher, porque acompanha mais de perto a família, influi muito no voto de seus membros. Na eleição, é contra a demagogia.

É o voto social, que preserva a família. '

É com euforia que vejo a ascensão da mulher também, na política. Só na Câmara dos Deputados compõe uma bancada: 26 integrantes. Permito-me nota pessoal nesta mensagem à mulher: minha mãe. Sem ela, sem seu sacrificado estoicismo, eu não iria do interior para São Paulo, formar-me na gloriosa Faculdade de Rui Barbosa, Castro Alves e Prudente de Moraes.

A canção famosa faz justiça bonita e singela: o homem sem mulher não vale nada!

Viva a mulher brasileira, minha irmã e mãe Pátria! (GUIMARÃES, 1988, n. 38, p. 1).

Como podemos perceber, o discurso de Ulisses Guimarães é bastante controverso. Exaltando a condição da mulher ligada à família, no seu papel de mãe, papel social tradicional atribuído às mulheres. Em nenhum momento fala da mulher real, independente, que estuda, trabalha, tem uma carreira ou que é arrimo de família. Em nenhum momento faz referência às mulheres em sua diversidade social, étnica e racial. É sempre a mulher mãe, idealizada como mártir social que carrega em si o determinismo biológico de sua condição de fêmea, demonstrando que o deputado contraria e nega todos os discursos e debates sociais dos movimentos feministas, dos meios de comunicação de massa e das produções acadêmicas do período precedente e durante ao de reconstitucionalização.

Esses paradoxos apresentados pelo presidente da ANC são constantes nas falas dos constituintes, registradas no JC. Na página 2 da edição 38, na sessão Carta ao leitor, o constituinte Marcelo Cordeiro, primeiro secretário da ANC, em

texto intitulado *Fibra por fibra, o coração*, expõe que a ANC expandiu os direitos das mulheres: no trabalho, na casa, na política, na vida, conquistando um novo tratamento que valoriza a “condição feminina” reconhecendo sua igualdade com relação aos homens e sua diferença, porque as mulheres são diferentes dos homens, o que tem de diferente? “O que ela tem de novo e inusitado é que não se destina à tomada do poder estatal. Quer reformar as relações sociais...”. (CORDEIRO, 1988, n. 38, p. 3).

Esse discurso de meiguice, docilidade, possuidora de um sexto sentido, intuitiva que representa os estereótipos romantizados da mulher é, a um só tempo, reforçado e questionado por Maria Valdira no texto com nome *Houve um propósito em fazer algo tão doce*, em que afirma que as deputadas constituintes chegaram sem alarde, receberam o título de musas da Constituinte, de beleza da negritude, de elegantes e charmosas, mas que seus propósitos eram ser “constituintes, representantes do povo que as elegeu, lutar, brigar e defender suas propostas, com seriedade e competência. Participar de um processo político que necessita urgentemente de renovação”. Mais a frente destaca que as constituintes representam menos de “5% do total da ANC, mas que essas deputadas têm mostrando presença com discrição e firmeza”. Termina o texto, dizendo:

Elas, não obstante, minoritárias, estão conseguindo conscientizar a sociedade sobre a maneira como se deve lutar pelo respeito à mulher. Não enfrentando os homens ou querendo diminuir-lhes o valor, mas, sobretudo evidenciando sua capacidade como ser humano integral, ao mesmo tempo em que jamais tentam negar sua condição diferente, sob o ponto de vista biológico. [...] E, se Deus fez a mulher mais doce, mais terna, mais bonita, com certeza ele teve um propósito nisso. Foi à interação da agressividade, da ousadia, da força física do homem (tão necessária também) com a doçura, a poesia, o afeto e a sensibilidade da mulher. (VALDIRA, 1988, n. 38, p. 3).

Para a constituinte Anna Maria Rattes (RATTES, 1988, n. 17, p. 11), o sucesso da bancada feminina se deve a “sua formação mais voltada para a integridade e para a honestidade de princípios”, porque os homens são mais egoístas, já as mulheres “tem um posicionamento frente à vida muito menos egoísta e muito mais voltado para o outro, até mesmo por causa da maternidade”.

Na sessão Mesa Redonda, da edição n. 17, a introdução dos debates com o nome *Mulheres*, coordenado pelo constituinte Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), o editor faz uma breve apresentação do perfil adotado pela bancada composta de 25 parlamentares e acrescenta ao final: “É a bancada das mulheres (ou femini-

nas, como elas preferem) [...]”. Das quatro deputadas que participaram do debate Anna Maria Rattes (PMDB-RJ) apresenta um perfil mais paradoxal e apresenta os seus argumentos utilizando o termo mulher para se referir a bancada formada pelas parlamentares: “a mulher se encontrou como bancada”, porém mais a frente do debate fala em “bancada feminina”. As outras deputadas se referem como “bancada feminina” e Wilma Maia afirma que “a questão da mulher é ideológica” (JORNAL DA CONSTITUINTE, n. 17, p. 10, 1987).

Parece interessante destacar que o jornal apresenta uma posição bastante avessa ao termo “condição da mulher” ou “mulher” em sentido político como é discutida pelos movimentos feministas e de mulheres como uma condição socialmente construída, ligadas diretamente às atuações e às disputas de poder. Preferem a utilização do termo “condição feminina” referindo-se à condição determinada pelo sexo biológico, como parte da natureza da mulher e não “mulher” como construção histórica. Talvez isso ocorra pelo caráter conservador da própria ANC que nega e dá pouca visibilidade aos movimentos feministas e de mulheres que lutam junto ao chamado “lobby do batom” e da campanha “Constituinte para valer tem que ter palavra de mulher” para que suas reivindicações pudessem ser atendidas.

O JC parece, ainda, negar a ação dos movimentos feministas durante o debate parlamentar da ANC. Apresenta sempre o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), órgão estatal, criado em 1985, ligado ao Ministério da Justiça, como a porta-voz dos movimentos feministas. Não há, de acordo, com o jornal um canal direto de participação dos movimentos feministas. Na edição n. 2, na sessão “Pressão da Sociedade”, deixa claro como deve ser a participação desses movimentos na ANC:

Como porta-voz dos vários movimentos feministas do País, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher promete continuar sua luta, participando das discussões e resoluções da Constituinte, mantendo contato com os grupos de mulheres e estimulando a sua mobilização para que pressionem, também, os parlamentares de seus respectivos Estados. (JC, 1987, n. 2, p. 7).

Interessante notar, que em um período em que os movimentos feministas e os temas debatidos por eles estão em plena circulação pela sociedade, no JC tanto a participação das feministas, quanto os debates propostos por elas, são sempre sutilmente abordados ou rechaçados enquanto tal. Na edição n. 39 em um texto de nome *A hora e a vez das mulheres*, a parte introdutória faz menção à sessão comemorativa do Dia das Mulheres de 1988 e expõe: “Mas não foi o que se poderia chamar de uma sessão feminista: dezenas de deputados também discursaram, se

solidarizando com a luta da mulher em todo o mundo e homenageando as colegas”. A fala deixa clara a posição do jornal ao compreender que as lutas dos movimentos feministas é “coisa de mulher” e não de homens. (JC, 1988, n. 39, p. 16).

Mesmo a bancada das mulheres nega-se a situar o seu discurso e a sua atuação a partir das propostas ou do pensamento feminista. Isso fica claro quando se trata da pauta feminista mais polêmica nos debates apresentados pelo jornal: o aborto. A CNDM coloca o tema no debate parlamentar como uma questão de saúde pública. A maioria dos constituintes, homens e mulheres, se apresentam contrários, rendendo-se ao *lobby* da Igreja Católica e da bancada evangélica, que possui forte atuação na Constituinte e se posiciona diante do tema a partir de uma concepção moral e religiosa. Quando questionado sobre o tema aborto, na Sessão Debate, o deputado João de Deus afirma:

Tomamos como regra a Bíblia Sagrada [...]. Hoje estamos vendo muita facilidade, há muitos movimentos chamados feministas que procuram uma liberdade, dizendo que há um direito sobre o seu ventre, mas sempre procuramos defender a vida indo até as últimas consequências e devo dizer que se minha mãe tivesse trancado na concepção esta vida que Deus me deu; eu hoje não estaria aqui procurando defender milhões de inocentes que estão para nascer, estão no ventre de uma mãe, numa redoma, num lugar tão sagrado, que Deus criou e que os homens e mulheres desamorosos, ímpios, desumanos estraçalham, matam e lançam na lata do lixo. (JC, n. 18, 1988, p. 12).

Nesse ponto, a questão deixa de ser enfrentada pelos constituintes. Ao final o debate termina com a concordância de que o aborto deve ser debatido quando da realização de uma lei própria que o regulamente, o que acabou não sendo realizado até o presente momento.

A mulher sujeito de direito a que se refere, a todo tempo o jornal, é a mulher trabalhadora, mãe, esposa, dona de casa. Em nenhum discurso registrado no JC o presidente da ANC se refere à mulher como um sujeito de direito independente de um homem. Na última edição, o jornalista da JC, Roberto Stuckert escreve um texto em que Ulysses Guimarães comemora a entrega da Constituição ao povo e reescreve a seguinte fala do deputado: “Muda Brasil! [...] ele falou do país que começa com a nova Carta e deixou uma série de advertências, entre elas a de que ‘a moral é o cerne da pátria’”. “Estatuto do Homem, da Liberdade, da Democracia” (homem com letra maiúscula mesmo). A Constituição que se entrega, no entender do presidente da ANC é o “Estatuto do Homem” sexo masculino, uma vez que o mesmo está alinhado com as bancadas mais conservadoras e se rende

ao discurso do *lobby* dessas bancadas, quais sejam: bancada ruralista, bancada religiosa que são as que mais combatem os poucos avanços sociais alcançado pelas mulheres. (JC, 1988, n. 63, p. 4).

Considerações finais

As falas do presidente da ANC dão o tom dos debates sobre como as representações sobre a mulher são construídos no jornal. Importante reforçar que apesar de o jornal se declarar a favor de que todos participem e que deem sua opinião, as ideias que se mantém nos discursos sobre a mulher são de cunho conservador, machista e que reforçam a mulher como sujeito de direito dentro do seu papel tradicional de mãe, esposa, filha, dona de casa ou de profissionais ligadas às atividades domésticas. A mulher independente, solteira, sem filhos não foi citada nenhuma vez.

Reforça essa ideia a atenção que o JC dá, na maior parte de suas edições, a questões como: a conquista da ampliação da licença maternidade de 90 para 120 dias, atenção básica de saúde para a mulher em idade reprodutiva, planejamento familiar, a aposentaria para donas de casa, direitos para as empregadas domésticas, aposentadoria diferenciada de 25 anos para as mulheres e 30 para os homens justificada pela jornada dupla de trabalho como dona de casa, o reconhecimento dos filhos ilegítimos, ampliação do atendimento em creches, reconhecimento da união estável como um ganho para a mulher.

A mulher como construção histórica, autônoma, independente, inserida na disputa pelo poder, com ampla participação na sociedade só é representada quando relacionada ao processo produtivo e sempre com uma justificativa relacionada a discursos morais e em defesa da família.

A maioria das reportagens, dos debates e das imagens vinculadas sobre a mulher está relacionada à licença maternidade, à possibilidade de presidiárias poderem amamentar e o direito a creches. Esses debates aparecem não como um benefício para a mulher, mas sim em função da criança, do bem-estar da família.

Por fim, o JC, apesar de querer ser um veículo alternativo, que fornece dados e informações, ao debate social sobre os temas, no que diz respeito à mulher e toda problemática que envolve sua existência não foge da linha editorial propostas pelos meios de comunicação comercial. Os temas e os argumentos são repetitivos, as imagens veiculadas das mulheres, senadoras ou não, quase sempre está envolta em temas relacionados a questões femininas. Poucas vezes são apresentadas ou relacionadas as questões nacionais mais abrangentes.

Fonte

JORNAL CONSTITUINTE. Mesa diretora da Assembleia Nacional Constituinte. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal. 1987-1988. Semanal.

Referências

BRITO, L. Sobre o alvoreço da visita de Betty Friedan ao Brasil. **Chá com Letras**, 7 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.chacomletras.com.br/2017/03/sobre-o-alvoroco-da-visita-de-betty-friedan-ao-brasil/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

CORDEIRO, M. Fibra por fibra, o coração. **Jornal da Constituinte**, Seção: Carta ao Leitor, n. 38, Brasília, 7 a 13 de março, 1988.

FARIA, L. S. P. **Webcelebridades**: indivíduo, cultura, criatividade e política econômica digital. [S.l.: s.n.], 2014. Disponível em: <http://www.29rba.abant.org.br/resources/anais/1/1401846035_ARQUIVO_RBA2014.pdf>. Acesso em: 16 set. 2017.

GUIMARÃES, U. Dia da Mulher, Dia da Humanidade. **Jornal da Constituinte**, n. 38, Brasília, 7 a 13 de março, 1988.

_____. A Constituinte está andando! **Jornal da Constituinte**, n. 4, Brasília, 22 a 28 de junho, 1987.

JORNAL DA CONSTITUINTE. **Ulysses**: mudar para vencer. n. 63, Brasília, 5 de outubro, 1988.

_____. **A hora e a vez das mulheres**. n. 39, Brasília, 14 a 20 de março, 1988.

_____. **Evangélicos**: a identidade na fé. Seção: Mesa Redonda Partidos e Tendências. n. 18, Brasília, 28 de setembro a 4 de outubro, 1987.

_____. **Uma bancada suprapartidária**. Seção: Mesa Redonda Partidos e Tendências – MULHERES, n. 17, Brasília, 21 a 27 de setembro, 1987.

_____. **Mulheres temem uma Carta conservadora**. Seção: Pressão da Sociedade. n. 2, Brasília, 8 a 14 de junho, 1987.

MÊNDEZ, N. P. Feminismo, imprensa e poder no Brasil contemporâneo. **MÉTIS**: história & cultura, v. 6, n. 12, p. 269-288, jul./dez. 2007.

MICELI, S. **A noite da madrinha**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MOTA, M.; SILVA, G. Caminhos cruzados no front da história: das imbricações entre o seriado Malu Mulher e o Movimento Feminista do Brasil. **O olho da história**, Salvador, n. 15, dez. 2010. Disponível em: <<http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/manoel.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2017.

MURARO, R. M. **Sexualidade, libertação e fé**. Petrópolis: Vozes, 1985.

PINTO, C. R. J. **Uma História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. Coleção História do Povo Brasileiro.

RATTES, A. M. Uma bancada suprapartidária. **Jornal da Constituinte**, Seção: Mesa Redonda Partidos e Tendências – MULHERES, n. 17, Brasília, 21 a 27 de setembro, 1987.

VALDIRA, M. Houve um propósito em fazer algo tão doce. **Jornal da Constituinte**, n. 38, Brasília, 7 a 13 de março, 1988.

CAPÍTULO 13

EXTREMISTA, COMUNISTA, ESPOSA DE PRESTES: AS REPRESENTAÇÕES DE OLGA BENÁRIO PELA IMPrensa BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1930³⁷

Natália Borlin

Luciana de Fátima Marinho Evangelista

37 Este capítulo consiste em uma versão revisada e ampliada do texto submetido ao Simpósio Temático coordenado pelas organizadoras da obra. O texto foi apresentado durante o VIII Congresso Internacional de História, promovido pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), em 2017. É também o resultado de um Projeto de Iniciação Científica (PIC) do curso de História da mesma universidade. O trabalho que obteve esse resultado foi desenvolvido no ano de 2017 e intitulou-se “Olga Benário no Brasil (1935-1936): contribuições para a compreensão da sua trajetória de vida”, sob orientação do Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias e da Prof.^a M.^a Luciana de Fátima Marinho Evangelista, com a participação das alunas Denise Tathiane Brandão e Natália Borlin. Embora a equipe fosse formada por duas alunas, cada uma tinha seu plano de trabalho individual, com atividades específicas desenvolvidas.

O presente capítulo é resultado de uma experiência realizada por meio da exibição do filme *Olga* em uma das aulas de Estágio Supervisionado I a jovens e adolescentes de uma turma de 9º ano, em 2016, no Colégio Estadual Alfredo Moisés Maluf, localizado na cidade de Maringá, Paraná. Após esse trabalho, percebemos que alguns alunos consideraram que a protagonista (Camila Morgado, atriz que fez o papel de Olga Benário) interpretou a história de uma heroína, de uma revolucionária, que lutava por seus ideais, enquanto outros estudantes conceberam a imagem de uma Olga como exemplo de “subversão” e/ou de “ameaça” à ordem do país.

Com base na citada experiência, buscamos apresentar as diversas formas pelas quais a figura de Olga Benário foi retratada na Imprensa Brasileira, durante a década de 1930 — período em que essa personagem histórica esteve no Brasil. Para tanto, reconhecemos que, ao estudarmos trajetórias individuais, precisamos estar atentos e sermos cuidadosos. Em contrapartida a esse cuidado, observamos, no presente, em relação ao percurso de uma vida no passado, nossa compreensão acerca dos eventos ocorridos após os fatos narrados, diferentemente de nosso modo de considerar o momento no qual se deu o evento no passado. Isso é consequência de que, no vivenciar os fatos, não se sabe o que esperar de seu amanhã. Giovanni Levi (2012, p. 4) afirma que os historiadores inseriram uma “linearidade” que suscita uma simplicidade em relação ao personagem biografado:

O problema da biografia e da maneira como ela foi incorporada nos estudos históricos consiste em que assumimos uma linearidade que imprime muita simplicidade aos personagens que estudamos. Podemos nos deter a pensar nisto num momento: nós definimos nossa identidade todas as manhãs em frente ao espelho, não temos uma identidade fixa, coerente, pois sempre, todos os dias, enfrentamos variações, eleições, discussões e contradições. Nesse sentido, o tema que considero central na biografia é a incerteza, e os historiadores a aboliram completamente de sua atividade. Em lugar de buscar a complexidade, os historiadores assumem que os indivíduos enfrentam o mundo de maneira totalmente ativa e racional [...]. (LEVI, 2012, p. 4).

Ao focar a biografia de um indivíduo, um grande problema com que nos deparamos é acreditar que os atores históricos obedecem a um modelo de racionalidade limitado, que eles não sofriam com incertezas e não tinham personalidades coerentes e estáveis. Isso ocorre porque trabalhamos com documentos, e esses documentos constituem fragmentos da vida das pessoas. Segundo Levi (2012, p. 4), “os documentos se criam só de ações ou coisas que ocorreram. Dificilmente um documento reflete a indecisão, a dúvida ou a incerteza”.

Feitas essas considerações, apresentaremos, de uma maneira geral, aspectos da trajetória de vida de Olga que tem sido representada, no Brasil, tanto no livro redigido pela filha de Olga, Anita Leocádia Prestes (2017), quanto no livro de Daniel Aarão Reis (2014).

De acordo com informações presentes nessas obras, Olga Benário nasceu em Munique, na Alemanha, em 12 de fevereiro de 1908. Era filha de Eugénie Gutmann Benário e de Leo Benário, advogado e membro do Partido Social-Democrata Alemão. Leo Benário entregava seus processos para que a filha, desde criança, lesse. De família judia, já aos 15 anos de idade Olga se filiou à Juventude Comunista, mas contra a vontade de seus pais, principalmente de sua mãe.

Junto à Juventude Comunista, foi responsável por libertar o escritor e professor Otto Braun da Prisão de Moabit, localizada no centro de Berlim. Com Otto, que posteriormente se tornou seu namorado, Olga se mudou para Moscou, na antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Enquanto vivia na URSS, Olga recebeu treinamento militar e passou a fazer parte da Internacional Comunista, na qual conheceu o brasileiro Luís Carlos Prestes. Este objetivava realizar uma insurreição comunista no Brasil, governado, na época, por Getúlio Vargas. Assim, granjeou o apoio do Partido Comunista (PC), que incumbiu Olga de ser a “guarda-costas” de Prestes. Olga deveria garantir a segurança de Prestes no retorno e na estada no Brasil, já que ele se encontrava exilado em Moscou.

Luiz Carlos Prestes foi uma das maiores personalidades políticas da história do Brasil no século XX. Exemplos dessa sua notória atuação são a Coluna Prestes e a Intentona Comunista. Importa ressaltar esses dados para demonstrar o reconhecimento de Olga Benário no campo da militância de esquerda; afinal, somente alguém altamente gabaritado poderia ser encarregado de driblar o sistema de vigilância implantado por Vargas e cuidar do retorno ao Brasil de uma figura como Prestes, o “Cavaleiro da Esperança”, escolhido para liderar a Revolução Comunista no Brasil.

Olga cuidou da proteção pessoal do Prestes e se fixou no Brasil, vindo a tornar-se esposa do líder comunista. Com efeito, ela participou ativamente dos processos que culminaram na Intentona Comunista. A história do seu romance com Prestes, de sua prisão e de seu envio para o campo de concentração se popularizou no Brasil, por meio do filme *Olga*. Na produção da película, percebe-se uma significativa intenção de comover o espectador, principalmente por intermédio da grande dramaticidade com que se representa a cena de separação de Olga de sua filha, Anita Prestes — fato que ocorreu malgrado toda a movimentação mundial em prol de sua soltura e da criança, realizada por Dona Leocádia Prestes, mãe de Luís Carlos Prestes.

Por participar ativamente dos processos que culminaram na Intentona Comunista, em novembro de 1935, Olga foi presa pela polícia em março de 1936, na cidade do Rio de Janeiro. Enquanto estava presa, descobriu que estava grávida de Prestes, entretanto isso não aliviou sua pena. Deu-se algo pior: foi enviada à Alemanha Nazista aos 7 meses de gravidez e também teve sua filha submetida à prisão. Mesmo após a grande campanha mundial em favor de sua soltura e da criança, realizada por Dona Leocádia Prestes, Olga foi enviada a um campo de concentração. Somente Anita Prestes, a filha de Olga, pôde ser resgatada da prisão por sua avó.

Olga Benário, depois de ter sua filha tirada de si, foi transferida para o campo de concentração feminino de Ravensbrück, na Alemanha. Mesmo perante a situação em que se encontrava, ela não se deixava abater e foi vista como exemplo por suas companheiras de cativeiro. Ao final, foi enviada ao Campo de Extermínio de Bernbur, na Alemanha, onde foi executada na câmara de gás, em 23 de abril de 1942.

Olga Benário na historiografia brasileira

A partir da redemocratização, as memórias da esquerda ganharam espaço, tanto na literatura, quanto no cinema. O campo acadêmico também não foi uma exceção. Anita Prestes, filha de Olga, se tornou historiadora e tem escrito tanto sobre sua mãe, quanto sobre seu pai, Luís Carlos Prestes. Trataremos, a seguir, dos pontos abordados pela historiografia brasileira a respeito da vida da militante comunista.

Aos 16 anos de idade, Olga Benário saiu de casa para se juntar à luta da juventude trabalhadora em Berlim. Por seus méritos, tornou-se membro de destaque da Juventude Comunista e logo foi aceita pelo Partido Comunista Alemão (KPD). No entanto, após participar da libertação de Otto Braun da prisão de Moabit, teve de fugir para Moscou (cf. PRESTES, 2017, p. 17). Em Moscou, passou por formação militar e aprofundou seus conhecimentos a respeito da teoria marxista-leninista. Em razão de seu grande empenho, Olga se tornou dirigente da Internacional Comunista da Juventude e atuou em missões em países europeus, como a Inglaterra e a França. De acordo com a historiadora Anita Leocádia Prestes, na biografia *Olga Benário Prestes: uma comunista nos arquivos da Gestapo*, Olga “era uma comunista convicta, disposta a fazer qualquer sacrifício na luta pela revolução mundial” (PRESTES, 2017, p. 17-18).

Em 1934, o líder comunista brasileiro Luís Carlos Prestes encontrava-se exilado em decorrência de suas ações consideradas subversivas. Ele acabou conhecendo Olga Benário na URSS, onde (como já foi relato anteriormente neste capítulo) ela foi convidada a cuidar da segurança de Prestes, que precisava regressar ao Brasil, a fim de promover o comunismo no país. Ela aceitou a tarefa, pois já ouvira sobre os feitos de seu protegido na Coluna Prestes, assim como de sua fama como “O Cavaleiro da Esperança”. Olga também havia sido “treinada pelos serviços especiais do Exército soviético, o chamado IV Departamento” (REIS, 2014, p. 169). Ambos saíram da Alemanha em 1928, deixando para trás um país já governado pelo Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães — ou o chamado Partido Nazista.

Ao chegar ao Brasil, em 1934, Olga encontrou um país que há pouco passara por uma “revolução” — a de 1930 —, promovida por Getúlio Vargas, que governou de 1930 até 1932 sob um governo provisório. Somente depois da chamada Revolução Constitucionalista de 1932, o Brasil teve uma nova constituição promulgada, e em 1934 o governo de Vargas se tornou constitucional. Nesse período, havia no Brasil duas organizações políticas de grande destaque: à direita, a Ação Integralista Brasileira (AIB) e à esquerda a Aliança Nacional Libertadora (ANL). Dulce Chaves Pandolfi (2007, p. 31) explica que a ANL foi “inspirada no modelo das frentes populares que surgiam na Europa para impedir o avanço do nazifascismo”. Segundo a citada autora, Luís Carlos Prestes era considerado um dos grandes líderes dos movimentos que tinham o objetivo de realizar uma insurreição comunista no país. A AIB era “dirigida pelo intelectual Plínio Salgado, inspirada no fascismo italiano” (PANDOLFI, 2007, p. 31).

Olga chegou ao Brasil na companhia de Luís Carlos Prestes, a fim de realizarem uma sublevação comunista, ao lado da ANL, com o apoio do Partido Comunista, ao qual ambos eram filiados. Conforme Marly de Almeida G. Viana (2007, p. 69), “o autoritarismo que se espalhava pelo mundo tinha fortes raízes no Brasil”.

No Brasil, pouco antes dos acontecimentos da Intentona Comunista, Olga resolveu que voltaria para Moscou, pois já havia cumprido sua missão de acompanhar Luís Carlos Prestes e, assim, garantir a segurança do líder comunista na chegada ao país. Porém, depois de autorizado seu retorno à capital da URSS, Olga decidiu que ficaria no Brasil e ajudaria a por em prática os planos ligados à insurreição comunista.

“Olga havia salvado a vida de Prestes no momento da prisão, interpondo-se entre ele e os policiais, que tinham ordem para matá-lo” (PRESTES, 2017, p. 20). Depois da prisão, o casal nunca mais se viu.

Logo que foi presa, Olga descobriu que estava grávida. Mesmo presos e sem se verem, Olga e Prestes puderam trocar algumas correspondências, por meio das quais ela o avisou de sua gravidez. Embora as leis vigentes no Brasil determinassem que Olga tinha o direito a permanecer no país por esperar um filho brasileiro, Getúlio Vargas (o presidente na época) e o chefe da polícia política Filinto Müller viram a possibilidade de extraditá-la.

Aos 7 meses de gravidez, Olga foi colocada a bordo do navio *La Coruña*, junto de sua amiga Elise Ewert — também alemã, vinculada ao movimento comunista insurgente no Brasil e presa em decorrência de sua participação nessa insurreição. Na prisão feminina de Barnimstrasse, em Berlim, Olga deu à luz Anita Leocádia Prestes, em 27 de novembro de 1936.

Uma grande campanha mundial, liderada principalmente por comunistas franceses e espanhóis, e pela imprensa comunista de todo o mundo — principalmente da América Latina — pediu a libertação de Olga, além de promover comícios nos quais houve a distribuição de materiais de propaganda comunista. “Telegramas e abaixo-assinados de intelectuais ilustres eram enviados aos governos brasileiro e alemão, na tentativa de sensibilizá-los” (REIS, 2014, p. 142).

De acordo com a obra de Anita Leocádia Prestes (2017), graças à veemência de Dona Leocádia Prestes, mãe de Luís Carlos Prestes, a campanha em prol da libertação de Olga e Anita pelo menos conseguiu tirar da prisão a menina. Em face da pressão que a campanha exerceu, a Gestapo mostrou-se *preocupada* com a saúde da criança e permitiu que o bebê ficasse com a mãe até ser desmamado. Dona Leocádia também enviava mantimentos para que Olga pudesse amamentar a filha durante o máximo de tempo possível. Aos 14 meses de idade, Anita foi tirada de Olga pela polícia e entregue à avó Leocádia. No entanto, Olga só ficaria sabendo que a criança estava com a avó meses mais tarde.

Após Anita ter sido entregue à avó, em 18 de fevereiro de 1938, Olga foi transferida para o campo de concentração de Lichtenburg, em Prettin, Alemanha. Nesse local, a situação da saúde de Olga piorou, pois sofria com o frio, a fome, os castigos corporais e mais dificuldades para se comunicar com a família. Também foi proibida de continuar recebendo os mantimentos que lhe eram enviados enquanto estava com a filha.

As autoridades da Gestapo afirmavam que Olga Benário era uma comunista inteligente e perigosa: não confessava seus atos “subversivos” e não agia conforme o regulamento do campo de concentração. Isso foi usado como um fator agravante para que Olga tivesse seus benefícios suspensos e recebesse uma carga adicional de trabalho forçado.

Em abril de 1942, Olga foi enviada ao campo de concentração de Bernburg, Alemanha, onde foi assassinada numa câmara de gás. A confirmação de sua mor-

te só se deu após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando os campos de concentração foram revelados.

A biografia de Olga Benário escrita por sua filha aprofunda-se no período no qual Olga foi extraditada para a Alemanha Nazista, principalmente na época em que esteve presa nos campos de concentração. Sua formação e seus fortes ideais, infelizmente, são muito pouco enfocados.

Olga Benário na imprensa brasileira na década de 1930

Olga Benário foi retratada em filmes e obras historiográficas como uma revolucionária que não abria mão da luta por seus ideais democráticos. Todavia, por ocasião de uma pesquisa na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, pudemos localizar outras formas de representação de Olga Benário no Brasil.

Na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Brasil foram analisados jornais publicados na década de 1930, na cidade do Rio de Janeiro. Nesses jornais foi possível encontrar notícias sobre Olga Benário desde o período em que esteve no Brasil até sua morte em um campo de concentração da Alemanha Nazista. Ao pesquisar esses periódicos, observamos que outra imagem de Olga (diversa da que descrevemos acima) foi representada. Essa imagem representa Olga Benário como agitadora e extremista, tendo-a como sujeito perigoso à ordem pública e aos interesses do Brasil, diferente da imagem mostrada em 2004 (ano de lançamento do filme). Para isso, foram analisados os jornais *Correio da Manhã*, *A Noite* e *O Radical*, durante o período já citado.

Pierre Bourdieu (2005) discute a ideia do “nome próprio”. Segundo ele, apesar de todas as mudanças biológicas e sociais que o indivíduo sofre, a “constância nominal” é aquilo que não muda. Pensar a trajetória dos indivíduos, histórias de vida é, portanto, atentar às constantes mudanças sem se deixar iludir pela constância que o nome próprio sugere. No caso de Olga nem essa aparente constância poderia ser identificada, pois ela teve de adotar diversos nomes diferentes, em lugares igualmente diversos, para não ser reconhecida e, conseqüentemente, presa. Tratava-se, assim, de uma mudança nominal em prol de suas estratégias de luta. Em outras palavras, Olga tinha consciência de que seria presa caso usasse seu nome verdadeiro e, por essa razão, adotava identidades diferentes para completar suas missões. A “constância” à qual se refere Bourdieu (2005) não se aplicava ao caso de Olga, em virtude da clandestinidade exigida por sua atuação militante. O trabalho de investigação nos periódicos permite-nos, assim, o contato com sua estratégia de luta, de militância.

Os jornais que mencionamos há pouco apresentam diversos codinomes que se referem à figura de Olga Benário logo após sua prisão: Maria Prestes, Maria Bergner, Olga Villar, Maria Villar...; até seu verdadeiro nome ser descoberto pela polícia. Ela adotou nomes diferentes mesmo durante suas missões, com a finalidade de não ser reconhecida, como: Maria Bergner Villar, Frieda Wolff Beherend, Olga Bergner, Olga Meirelles e Erna Kruger.

Para nos basearmos em tais jornais, no entanto, foi preciso recorrer a estudos metodológicos sobre o uso desse tipo de fonte. Tania Regina de Luca (2008, p. 112) afirma que, até a década de 1970, poucos trabalhos utilizavam jornais e revistas como fontes para o estudo da história do Brasil. Segundo ela:

[...] os jornais pareciam pouco adequados para a recuperação do passado, uma vez que essas “enciclopédias do cotidiano” continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Em vez permitirem captar o ocorrido, dele forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas. (LUCA, 2008, p. 112).

Tania de Luca (2008) afirma que revistas e jornais são *locais* de encontro de autores que possuem um mesmo modo de pensar (ou pelo menos uma maneira semelhante de analisar ideias, acontecimentos, etc.). Por isso, é importante “identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos” (LUCA, 2008, p. 140). Essas fontes jornalísticas não seriam apenas reflexos de uma sociedade, mas fatores atuantes em todos os grupos sociais. Em consequência, há a necessidade de contextualizar o leitor acerca das fontes empregadas no trabalho.

Sobre a imprensa brasileira dos anos 1930, Tania Regina de Luca (2008, p. 18) diz: “Os proprietários de empresas jornalísticas, ainda que apoiando as medidas do governo, eram vigiados de perto, uma vez que novamente os censores instalaram-se nas redações”. A herança de tal acontecimento foi a criação, em 1937, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), um órgão específico destinado à propaganda oficial e ao controle das informações. Durante o Estado Novo, esse órgão foi o responsável pelas propagandas de enaltecimento do regime, assim como pela censura aos meios de comunicação do período.

Quanto à historicidade dos impressos nos quais encontramos notícias sobre Olga, sabemos que o jornal *Correio da Manhã* foi fundado em 15 de junho de 1901, por Edmundo Bittencourt, e extinto em 1974, na cidade do Rio de Janeiro. Proeminente como um jornal *de opinião*, declarava-se “isento de qualquer tipo de compromisso partidário [...]”. Declarava-se também “defensor da causa da justiça,

da lavoura e do comércio, isto é, do direito do povo, de seu bem-estar e de suas liberdades” (LEAL, entre 1983-2001, p. 1).

O *Correio da Manhã* apoiou a candidatura de Getúlio Vargas contra a de Júlio Prestes em 1930. Em maio do mesmo ano, o *Correio* protestou contra o manifesto de Luís Carlos Prestes, o qual se opunha à Aliança Liberal. Durante o Governo Provisório de Vargas, o *Correio* apoiou parcialmente o presidente. Em 1935, durante a discussão da Lei de Segurança Nacional, esse jornal suspendeu sua circulação por 24 horas, em protesto contra a Lei, que chamou de “Lei de Opressão”. Com a instalação do Estado Novo, a censura se fez presente no dia a dia do *Correio da Manhã*, em que um censor se instalou, com o propósito de ler todas as matérias a serem publicadas. Em 1940, frente à realidade da Segunda Guerra Mundial, o jornal e o Governo Vargas se puseram a apoiar os Aliados. Em 8 de julho de 1974, em consequência da crise financeira vigente, o periódico em questão deixou de circular.

O *Correio da Manhã* publicou notícias sobre Olga Benário entre maio e agosto de 1936. Segundo a reportagem de 1º de maio, a identidade de Olga foi reconhecida. Em 29 de agosto de 1936, uma matéria enfoca todo o desenvolvimento dos fatos que abrangiam desde a prisão de Olga Benário, até a assinatura do processo de sua extradição do país.

Durante o período analisado, foram encontradas, no jornal citado, doze referências a Olga Benário. A primeira, do dia 1º de maio de 1936, traz uma foto de Olga na terceira página de uma edição com 16 páginas, na qual é chamada de “companheira de Prestes”, “Olga Meirelles”, “Maria Bergner Villar”, “Maria Prestes”, “companheira do ex-capitão” e, por último, “Olga Benário”. A matéria versa sobre o reconhecimento de sua verdadeira identidade e de seus antecedentes antes de chegar ao Brasil.

Na edição de 17 de maio de 1936, que continha 38 páginas, novamente se faz menção à figura de Olga Benário, porém de uma maneira mais modesta, embora noticiasse que Olga havia sido levada a depor à polícia central. Em 20 de maio do mesmo ano, o *Correio* refere-se à Olga como figura “extremista”, “amante de um grande agitador da Alemanha” (Otto Braun), além de ser sempre retratada como a “companheira de Prestes”. Essa matéria trata dos preparativos para a expulsão de Olga Benário do Brasil para a Alemanha Nazista. Traz também trechos de seu depoimento à polícia, no qual teria insistido na afirmação de que era brasileira e que se chamava Maria Prestes.

Em uma pequena reportagem publicada em 21 de maio de 1936, sobre Carmen Ghioldi, presa em razão do levante comunista de 1935, Olga também é citada. Carmen recebe os qualificativos “simpática” e “comunicativa”, já com Olga, dá-se o oposto.

Em 27 de maio de 1936, o *Correio da Manhã* publicou uma breve matéria sobre as mulheres que seriam expulsas do Brasil e noticiou que se encontrava próximo o encerramento do processo de expulsão de Olga Benário. No dia seguinte, uma reportagem do mesmo periódico confirmou que Olga seria expulsa do Brasil, assim como Carmen Ghioldi e Augusta Ewert. Nesse texto, Olga é chamada de extremista. Pode-se mesmo afirmar que, em quase todas as publicações acerca da figura de Olga Benário, houve a criação da imagem de uma pessoa que teria vindo ao Brasil para desestabilizar a *ordem*.

Na edição de 28 de maio de 1936, o mesmo jornal veicula outra matéria curta que menciona o encontro de Olga com o presidente da Ordem dos Advogados, associação à qual ela estaria solicitando assistência jurídica. Nota-se, no texto em questão, que o jornal continuava a retratá-la como a “companheira de Prestes”. Em 29 de maio, uma nova notícia, além de continuar a empregar a denominação “companheira de Prestes”, informa que Olga estaria no quarto mês de gestação. As notícias a respeito da busca de Olga por alguém que lhe prestasse amparo jurídico continuaram na edição de 30 de maio, quando o periódico relatou que Olga havia pedido auxílio ao advogado Heitor Lima.

Depois de Heitor Lima ter aceitado defender a causa de Olga Benário, iniciaram-se os processos com vistas à sua libertação. Em 18 de junho de 1936, o *Correio* dá mais destaque a Olga Benário. Além de publicar uma foto da moça, o periódico informava que Heitor Lima havia realizado o pedido de *habeas corpus* em favor de Olga Benário. Vale salientar que, nessa matéria, o jornal se refere à Olga como um “elemento nocivo e perigoso à ordem pública”.

Em 29 de agosto de 1936, o *Correio da Manhã* lança uma matéria de destaque sobre Olga Benário. Nesse texto, que inclui uma foto de Olga, esta é retratada como “alguém que mereceu destaque pela ação na propaganda do comunismo, sendo representante do partido no congresso de Moscou” e como um “elemento perigoso à ordem pública e nocivo aos interesses do país”. São, ainda, listados os diversos nomes que ela chegou a adotar: “Maria Bergna Villar”, “Frieda Wolff Beherend”, “Olga Bergner”, “Olga Meirelles”, “Erna Kruger” e “Maria Prestes”. Essa matéria enfoca os episódios que haviam acontecido desde a Intentona Comunista ocorrida em 27 de novembro de 1935, a prisão de Olga e o decreto da sua expulsão, assinado pelo presidente Getúlio Vargas.

Depois de quase um ano sem oferecer informações sobre Olga Benário, o *Correio da Manhã*, em 19 de agosto de 1937, volta a publicar notícias sobre a militante. O jornal fala sobre a prisão de Olga na Alemanha e sobre o envolvimento da justiça brasileira em uma “arriscada aventura” no campo do Direito Internacional Privado. A matéria ainda informa o paradeiro de Olga, que até pouco tempo era ignorado. Dizia que ela já até devia ter falecido em uma prisão alemã. Outro tre-

cho da matéria traz a dificuldade de provar o casamento entre Olga Benário e Luiz Carlos Prestes, além de uma interrogação: a filha da alemã, nascida em território alemão, poderia ser tida como brasileira?

O *Correio da Manhã*, embora tenha apoiado a chegada de Getúlio Vargas ao poder, passou para a oposição durante seu governo — oposição essa que aumentou após as discussões acerca da implementação da “Lei de Segurança Nacional”. Apesar de se opor ao governo, o jornal não chegava a se mostrar favorável aos ideais revolucionários presentes no Brasil durante o período. E ainda retratava Olga Benário como alguém que estava à margem de Luís Carlos Prestes (como “companheira do ex-capitão” e “companheira de Prestes”) ou como uma ameaça à ordem do país, “extremista”, “elemento nocivo e perigoso à ordem pública”. Em suma, havia sido criada a ideia de periculosidade no que se referia à Olga Benário.

O jornal *A Noite*, fundado por Irineu Marinho em 18 de junho de 1911, no Rio de Janeiro, inicialmente opôs-se ao presidente Hermes da Fonseca. Em 1925, Irineu Marinho se tornou diretor-presidente do periódico. Nas eleições presidenciais de 1930, *A Noite* apoiou a candidatura de Júlio Prestes, que disputava a presidência com Getúlio Vargas. O periódico saiu de circulação em 1958.

No mencionado jornal, há dez ocorrências referentes à Olga Benário entre 1935 e 1940. A primeira consta na matéria datada de 30 de abril de 1936. *A Noite* era um jornal mais extenso, com uma média de 32 páginas por edição, e essa reportagem sobre Olga Benário ocupava toda a primeira página, continuava na terceira e trazia uma foto dela. Traçava-se um *panorama* sobre a ativista: nacionalidade, antecedentes, codinomes utilizados, além de seu verdadeiro nome. Como na maioria das vezes, Olga é retratada como a companheira de Prestes. Há ainda outros qualificativos para fazer referência a ela: “terrível agitadora” e “inteligente” (além da afirmação de que a moça seria fluente em vários idiomas). A edição de 16 de maio de 1936 traz novamente uma foto de Olga na primeira página, e a reportagem sobre ela continua na página onze. Nesse texto, é chamada de “terrível agitadora extremista conhecida das polícias internacionais”, e são mencionadas sua passagem e expulsão de países como a França e a Bélgica.

Em 19 de maio de 1936, *A Noite* publicou uma enfática matéria com duas fotos de Olga. Fornecia dados sobre seu processo de expulsão do Brasil, bem como informações sobre seu depoimento à polícia, no qual teria afirmado ser Maria Prestes. No dia seguinte, 20 de maio, uma chamada na primeira página remetia a uma matéria, na página onze, que confirmava o processo de expulsão de Olga, junto com a mulher de Arthur Ewert.

O pedido de auxílio de um advogado, feito por Olga enquanto aguardava o processo de expulsão, foi notificado pela edição de 28 de maio de 1936, em uma pequena nota, em meio a outras matérias veiculadas pelo jornal. Em 16 de junho,

por intermédio de outro breve apontamento, *A Noite* reporta o pedido de *habeas corpus* em favor de Olga.

Na edição de 17 de junho de 1936, em uma nota na página 27, o nome de Olga aparece junto ao de outras “mulheres extremistas”, além da informação de que o processo de expulsão para a Alemanha estava sendo finalizado. O jornal do dia 14 de agosto de 1936, em sua primeira página, publicou uma breve matéria na qual se forneciam informações da embaixada do Brasil em Washington (EUA) sobre o estado de Olga, que ainda estava presa no Brasil. Em 29 de agosto de 1936, *A Noite* comunicou a assinatura, pelo presidente Getúlio Vargas, do decreto de expulsão de Olga Benário. O texto jornalístico em questão também a retrata como “companheira e colaboradora do chefe comunista”, “agitadora, considerada elemento perigoso à ordem pública e nocivo aos interesses do país”.

Tal como o *Correio da Manhã*, após um longo período sem notícias sobre Olga Benário, que já partira para a Alemanha, *A Noite*, em 11 de agosto de 1937, anuncia brevemente o nascimento de Anita Leocádia Prestes, filha de Olga Benário e Luiz Carlos Prestes. O jornal também informou a vontade da justiça internacional de que Olga voltasse ao Brasil.

Não obstante buscassem informar seus leitores sobre os fatos acerca da prisão e do rumo que o caso de Olga Benário vinha tomando, *A Noite* também se mostrava contrário aos princípios pelos quais ela lutava. Com efeito, na maioria das reportagens, ao se remeter à Olga, o jornal o fazia de forma negativa, mediante o uso de termos como “agitadora”, “terrível agitadora”, “elemento perigoso” e “extremista”, o que enfatizava a posição “comunista” como algo abominável.

Outro periódico analisado foi o jornal *O Radical*, fundado em 1932, por João Alberto Lins de Barros, chefe de polícia do Distrito Federal. Esse jornal, inicialmente aliado ao governo, visava as notícias trabalhistas, sindicais e policiais. Sua primeira grande campanha se deu contra as forças paulistas que se opunham ao governo Vargas. A chamada Revolução Constitucionalista também foi alvo dessa oposição.

Com o fim dos movimentos revolucionários, João Alberto Lins se afastou do jornal, que quase fechou. Pouco depois, Rodolfo de Carvalho o comprou e buscou não alterar a orientação política do periódico. Assim, o jornal continuou sendo um órgão de apoio ao governo de Vargas. Esse posicionamento não impediu, porém, seu fechamento em 1954, pois o jornal não conseguiu se recuperar de crises financeiras.

Em abril de 1935, com a decretação da Lei de Segurança Nacional, iniciaram-se as primeiras divergências entre *O Radical* e o governo Vargas. O jornal passou a criticar as medidas repressivas contra os sindicatos e as greves, demons-

trando simpatia e dando cobertura à Aliança Nacional Libertadora (ANL); no entanto, mostrou-se avesso à Revolta Comunista, em novembro de 1935.

Em virtude da simpatia do jornal em relação à ANL, seu proprietário, Rodolfo de Carvalho, e muitos de seus jornalistas, foram presos sob a acusação de envolvimento na Revolta Comunista de 1935. *O Radical* ficou impedido, por esse motivo, de circular. Após algumas semanas, graças à contratação provisória de Mário Martins, voltou a circular. No entanto, coube a Martins a tarefa de organizar o jornal.

O Radical se caracterizou por seu antifascismo: opôs-se aos franquistas durante a Guerra Civil espanhola e o integralismo da AIB e de seu líder, Plínio Salgado. Devido às punições que sofreu por causa desse posicionamento, o jornal procurou sempre preservar a figura do presidente Getúlio Vargas. Ora para burlar a censura imposta à imprensa em 1935, ora para adequar-se à admiração pessoal de Rodolfo de Carvalho por Vargas.

Mesmo com a decretação do Estado Novo em 1937, *O Radical* continuou com sua estratégia dúbia e paradoxal de crítica ao governo e resguardo de seu governante. Deu também cobertura a temas que recebiam atenção da Presidência da República, mediante a promoção de campanhas nacionalistas.

No tocante às referências a Olga Benário, apenas uma matéria foi veiculada pelo jornal *O Radical*. Em 24 de setembro de 1937, reportou que Prestes havia legitimado sua filha com Olga, a quem o autor da reportagem chamou de “companheira do revolucionário brasileiro”.

Cabe ressaltar que *O Radical* havia sido criado com o objetivo de prestar apoio ao governo Vargas. No entanto, muitos de seus jornalistas passaram a criticar as ações governistas e a apoiar a ANL. Isso levou o jornal a sofrer censuras, antes mesmo da criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). *O Radical*, que passou de um extremo a outro durante sua existência, retomou a atitude de suporte a Getúlio Vargas no final de seu governo. Talvez tenha sido esse o motivo pelo qual o jornal publicou apenas uma matéria sobre Olga Benário.

É possível afirmar, enfim, que a grande maioria das reportagens apresenta Olga Benário como a esposa, a companheira e/ou a amante de Prestes, o que comunica a ideia de que ela sempre agia sob a égide do “Cavaleiro da Esperança”. Ideia essa que colide com o fato de que a união com Luiz Carlos Prestes deveu-se, em grande parte, à significativa capacitação de Olga em treinamentos militares pesados, ou seja, às habilidades e aos saberes indispensáveis para ser a “guarda-costas” do “Cavaleiro da Esperança” por ocasião do retorno deste ao Brasil.

Considerações finais

Com base nas imagens de Olga estampadas nas páginas da imprensa e na consequente construção de um discurso depreciativo sobre essa mulher, pudemos, a princípio, constatar que nenhum dos jornais analisados apresentava uma afinidade expressiva com os ideais comunistas (e/ou com a ideologia comunista). Também foi possível observar que os periódicos estudados não assumiam uma posição crítica em relação à aproximação de Getúlio Vargas com as formas nazistas de governo — o que se evidencia na ausência de denúncias relativas à prática getulista de deportar para a Alemanha comunistas e judeus alemães residentes no Brasil. Nem mesmo o *Correio da Manhã*, que mais ostensivamente se opunha a Vargas, mostrou ser uma exceção. A extradição desses *elementos*, no final das contas, livraria o país de uma ameaça comunista.

Enfim, cabe observar que, de início, o foco das matérias publicadas pelos jornais pesquisados residiu em descobrir quem era a singular mulher que se achava junto a (ou *por trás* de) Luís Carlos Prestes. Talvez tenha sido essa a razão pela qual Olga era chamada de “esposa” e/ou “companheira” de Prestes. Posteriormente, quando foi descoberta a identidade de Olga, bem como as missões das quais ela participara, a *esposa/companheira* de Prestes não cessou de ser retratada pela imprensa como “extremista”, “agitadora”, “comunista”.

Notamos também que a maioria dos leitores dos jornais examinados acatou essa forma de representação de Olga. Predominou, de fato, um tom de acusação durante os processos de descoberta e deportação de Olga. Não é de estranhar, portanto, que nenhum tipo de comoção popular ou solidariedade a Olga tenha sido registrado pela mesma imprensa que a destratou na maior parte das vezes.

Observe no Quadro os modos pelos quais Olga Benário foi representada nos periódicos estudados:

Quadro - Denominações e/ou qualificativos empregados para fazer referência a Olga Benário nos jornais estudados.

Agitadora	Companheira de Prestes	Comunista
Companheira e colaboradora do chefe comunista	Elemento perigoso à ordem pública e nocivo aos interesses do país	Erna Kruger
Esposa ou amante de Prestes	Extremista	Frieda Wolff
Maria Bergner	Maria Bergner Villar	Maria Prestes

Continua

Quadro - Denominações e/ou qualificativos empregados para fazer referência a Olga Benário nos jornais estudados.

Continuação

Mulher de Prestes	Olga Berger	Olga Meirelles
Olga Villar	Terrível agitadora	

Fonte: Organizado pelas autoras.

Outra constatação a ser apresentada é que, depois de 1937, cessaram as reportagens nas quais o nome de Olga Benário aparece. Para isso, pode haver duas explicações. A primeira é o fato de já ter sido expulsa do Brasil. Apesar de, no cenário mundial, terem sido pedidas sua liberação e a de sua filha, pouco disso foi apresentado pela imprensa, conforme mencionamos. A segunda explicação reside no fato de que, em 1937, o Estado Novo de Getúlio Vargas já estava em vigor, o que permitia ao DIP atuar fortemente sobre a imprensa, por meio de censura a matérias que não fossem favoráveis ao regime.

O filme *Olga* (2004) logra transmitir uma nova visão acerca de Benário: exalta seu lado belicoso e determinado, como exemplo a ser seguido. No entanto, as formas de apropriação dessa obra cinematográfica são bem diversas, como pudemos constatar após a experiência que obtivemos por intermédio da exibição do citado filme em sala de aula. Reaparecem, na fala de adolescentes contemporâneos, a mesma culpa pela condenação e as acusações de baderna e subversão presentes nos discursos jornalísticos a respeito de Olga dos anos 1930, embora o filme retrate a militante como heroína em ambas as acepções da palavra (protagonista do filme e *possuidora de qualidades positivas e dignas de admiração*).

Em síntese, mais do que uma biografia verdadeira de Olga, o que encontramos, tanto nas representações feitas no filme homônimo quanto nas imagens veiculadas pelos jornais pesquisados, são *modos de ver* e conceber a militância feminina. Tais *modos de ver* revelam mais aspectos do tempo no qual foram formulados do que da figura/pessoa de Olga, propriamente. São *modos de ver* (de *baderneira* a *heroína*), em suma, que manifestam não somente as transformações culturais ocorridas na sociedade brasileira no decorrer dos anos, mas também as continuidades/permanências refratárias ao transcorrer do tempo (Olga retratada como *baderneira*).

Fontes

A NOITE. **Querem que Olga Benario volte ao Brasil.** Rio de Janeiro, n. 9.159, p. 5, 11 ago. 1937.

_____. **A companheira de Prestes expulsa do Brasil.** Rio de Janeiro, n. 8.835, p. 3, 29 ago. 1936.

_____. **Não está sob os processos usados pelos comunistas.** Rio de Janeiro, n. 8.822, p. 1, 14 ago. 1936.

_____. **Para fóra do Brasil!** Rio de Janeiro, n. 8.772, p. 27, 17 jun. 1936.

_____. **O que A Noite publicou na 1ª edição.** Rio de Janeiro, n. 8.771, p. 18, 10 jun. 1936.

_____. **A companheira de Luis Carlos Prestes pede um advogado.** Rio de Janeiro, n. 8.755, p. 26, 28 maio 1936.

_____. **Será também expulsa:** a companheira de Harry Berger seguirá para a Europa com Olga Benario. Rio de Janeiro, n. 8.748, p. 1, 20 maio 1936.

_____. **Vae ser expulsa!** A companheira de Prestes depõe na primeira delegacia auxiliar. Rio de Janeiro, n. 8.747, p. 17, 19 maio 1936.

_____. **Expulsa da França e da Belgica.** Rio de Janeiro, n. 8.745, p. 11, 16 maio 1936.

_____. **Identificada quem é a companheira de Prestes:** um passo de Aventuras Sensacionaes. Rio de Janeiro, n. 8.731, p. 1 e 3, 30 abr. 1936.

CORREIO DA MANHÃ. **Exploração comunista.** Rio de Janeiro, n. 13. 121, p. 4, 19 ago. 1937.

_____. **Maria Prestes vae deixar o território nacional.** Rio de Janeiro, n. 12.821, p. 3, 29 ago. 1936.

_____. **A expulsão de Maria Prestes debatida na Côrte Suprema.** Rio de Janeiro, n. 12. 759, p. 5, 18 jun. 1936.

_____. **Um pedido de Olga Benário ao Dr. Heitor Lima por intermédio da delegacia de segurança política.** Rio de Janeiro, n. 12.743, p. 3, 30 maio 1936.

_____. **Olga Benário e Machla Berger pediram assistência judiciária:** designado patrono para a primeira. Rio de Janeiro, n. 12.742, p. 3, 29 maio 1936.

_____. **Pingos e respingos.** Rio de Janeiro, n. 12.741, p. 2, 28 maio 1936.

_____. **A companheira de Prestes:** conhecida sua identidade e seu verdadeiro nome. Rio de Janeiro, n. 12.718, p. 3, 1 maio 1936.

_____. **Dado o praso para Mackla Berger apresentar sua defesa.** Rio de Janeiro, n. 12.740, p. 7, 27 maio 1936.

_____. **Será expulsa do nosso território.** Rio de Janeiro, n. 12.735, p. 3, 21 maio 1936.

_____. **Novamente na polícia a companheira de Prestes.** Rio de Janeiro, n. 12.734, p. 3, 20 maio 1936.

_____. **Depoz hontem a companheira de Prestes.** Rio de Janeiro, n. 12.732, p. 3, 17 maio 1936.

_____. **A companheira de Prestes vae ter assistência judiciaria.** Rio de Janeiro, n. 12.741, p. 3, 28 maio 1936.

_____. **Novamente na policia a companheira de Prestes.** Rio de Janeiro, n. 12.734, p. 3, 20 maio 1936.

_____. **Olga Benario e Machla Berger pediram assistência judiciaria:** designado patrono para a primeira. Rio de Janeiro, n. 12.742, p. 3, 29 maio 1936.

_____. **Pingos e respingos.** Rio de Janeiro, n. 12.741, p. 2, 28 maio 1936.

_____. **Será expulsa do nosso território.** Rio de Janeiro, n. 12.735, p. 3, 21 maio 1936.

_____. **Um pedido de Olga Benario ao Dr. Heitor Lima por intermédio da delegacia de segurança politica.** Rio de Janeiro, n. 12.743, p. 3, 30 maio 1936.

FERREIRA, M. **A Noite.** [S.l.: s.n.], [entre 1983 e 2001]. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/noite-a>. Acesso em: 25 abr. 2017.

LEAL, C. E. **Correio da Manhã.** [S.l.: s.n.], [entre 1983 e 2001]. Disponível em: <www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-da-manha>. Acesso em: 27 abr. 2017.

LEVI, G. **História social da cultura ou história cultural da sociedade.** Conferência de Giovanni Levi no evento: 20 anos do NUPEHC, 2012. p. 1-6.

OLGA. Direção: Jayme Monjardim. Rio de Janeiro: Lumière; Globo Filmes, 2004. DVD (140 min), drama, son. (port.), color., NTSC.

O RADICAL. **Prestes legitimou sua filha, nascida na Alemanha.** Rio de Janeiro, n. 1.670, p. 5, 24 set. 1937.

Referências

ASSIS, C. S. O Correio da Manhã no processo de modernização e concentração da imprensa carioca nos anos 1960-70. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 14., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2009.

BORGES, D. S. **A retomada do cinema brasileiro**: uma análise da indústria cinematográfica nacional de 1995 a 2005. 2007. 170 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Universidade Autônoma de Barcelona, 2007.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. p. 183-191.

CHARTIER, R. **A história cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. São Paulo: Difel. 1982.

DALCANAL, V. C. . O Jornal A Noite e as Eleições de 1962 ? O Jornalismo e o papel dos intelectuais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5., 2011, Maringá. **Anais...** Maringá: Cliche-tec, 2011. p. 131-132.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Org.). **O Brasil republicano**: o tempo do nacional -estatismo - do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Livro 2.

LENHARO, A. **Nazismo**: “O triunfo da vontade”. 6. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LEVI, G. **História social da cultura ou história cultural da sociedade**. Conferência de Giovanni Levi no evento: 20 anos do NUPEHC, 2012. p. 1-5.

_____. Usos da biografia. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. **Usos e abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. p. 167 - 182.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-143.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (Org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

MORAIS, F. **Olga**. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

PANDOLFI, D. C. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O tempo do nacional-estadismo**: do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 13-37.

PRESTES, A. L. **Olga Benário Prestes**: uma comunista nos arquivos da Gestapo. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

REIS, D. A. **Luís Carlos Prestes**: um revolucionário entre dois mundos. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

VIANA, M. A. G. O PCB, a ANL e as insurreições de novembro de 1935. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O tempo do nacional-estadismo**: do início da década de 30 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p 63-105.

CAPÍTULO 14

AS BLUSAS-VERDES E A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA NO PARANÁ (1934-1936)³⁸

Giceli Warmling do Nascimento
Luiz Gustavo de Oliveira

³⁸ Este artigo é uma versão revista e ampliada do texto submetido ao Simpósio Temático coordenado pelos organizadores da obra, apresentado durante o VIII Congresso Internacional de História (CIH); XXII Semana de História, promovido pela Universidade Estadual de Maringá, em 2017.

As transformações nos grandes centros urbanos e a expansão econômica do Brasil, somadas a alguns ideais progressistas da época, trouxeram possibilidades para as mulheres nos anos 30, como: a participação política (ainda que restrita), a visibilidade na imprensa e a possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

Nesse período, muitas mulheres passaram a ocupar mais o espaço público juntamente com os homens. As mulheres das classes populares, por exemplo, passaram a exercer atividades em comércios e fábricas. A participação política avançaria com o voto feminino, a partir de 1934. A publicidade divulgada pelos meios de comunicação visava popularizar a imagem de uma mulher moderna, elegante e ousada - imagem ligada, muitas vezes, a interesses econômicos.

O comportamento feminino que reivindicava maior participação na sociedade, de forma mais concreta, era visto como ameaça à ordem cristã e burguesa. Preocupada com essa possível participação das mulheres no âmbito público, a Igreja reforçava a imagem da mãe, da esposa e da dona de casa como a principal e mais importante função da mulher.

Movimentos conservadores se preocupavam com uma possível “emancipação feminina” e buscavam reforçar aqueles “papéis” clássicos da mulher — entre esses grupos estavam a Ação Integralista Brasileira (AIB). Reforçando os princípios cristãos, o movimento integralista buscava fortalecer a instituição da família, na qual a mulher deveria ter a função de mãe dos filhos, futuro da nação, dos cidadãos e transmissora dos valores religiosos. O movimento, que tinha por lema “Deus, Pátria e Família”, bem como uma ideologia anticomunista, arregimentou milhares de membros e simpatizantes por todo o país.

A utilização da propaganda tornou-se imprescindível para a AIB em âmbito nacional, estadual e local. Seguindo os protocolos da cúpula nacional, propagados por intermédio de sua imprensa, os líderes municipais deveriam assinar mensalmente os periódicos, no objetivo de homogeneizar a doutrina entre todos os integralistas. Segundo Cavaleri (1999), a imprensa integralista tinha como objetivo a atualização e popularização do “corpus teórico” integralista junto ao militante, a transmissão da doutrina de modo uniforme, ou seja, não bastava veicular as ideias, mas esta veiculação deveria ocorrer da mesma maneira em todos os periódicos em conteúdo e forma.

Neste sentido, Plínio Salgado e os camisas-verdes³⁹ souberam transformar conceitos e teorias em textos de leitura acessível aos militantes da AIB e à popula-

39 A camisa na cor verde oliva caracterizava o uniforme integralista e constituía elemento distintivo na política brasileira. Essa peculiaridade na ritualística do movimento foi utilizada para destacar os militantes, que a partir disso ficaram conhecidos como camisas-verdes. Neste trabalho, os termos verdes e camisas-verdes são utilizados como sinônimos para referir os militantes integra-

ção em geral, pois os jornais poderiam ser adquiridos por qualquer um em bancas de revista, sem a assinatura mensal exigida aos chefes da AIB.

Além da propaganda ideológica com textos do Chefe Nacional e da alta cúpula integralista, a imprensa integralista tinha espaço para artigos nos quais revelava sua postura conservadora em relação à mulher. A partir desta preocupação, o movimento passou a ter uma imprensa feminina, a fim de reproduzir valores que moldariam a perfeita mulher do século XX, com o objetivo de conter seu avanço e autonomia.

A imprensa integralista atendia aos anseios das mulheres conservadoras na década de 1930, e a partir deste público-alvo direcionou seus meios de comunicação voltados ao grupo:

Um movimento de caráter conservador como o integralismo não ficou inerte frente à emancipação feminina. Plínio Salgado, Chefe Nacional do movimento, propôs dessa forma, investir na revista *Brasil Feminino* tornando-a um meio de comunicação assumidamente integralista. (MANCILHA, 2007, p. 3).

A revista feminina *Brasil Feminino*, além de divulgar a doutrina integralista por esse meio de comunicação, organizava conferências e cursos para mulheres integralistas no país inteiro, buscando padronizar comportamentos e atitudes femininas, os quais estariam em estreita sintonia com o discurso do movimento. A mulher integralista se dedicava, ao mesmo tempo, às causas beneficentes e sociais, como a distribuição de alimentos, roupas e brinquedos às famílias carentes.

A revista ilustrada *Brasil Feminino*, dirigida pela blusa-verde Iveta Ribeiro, circulou em todo o território nacional no período de 1932 a 1937. Ao periódico caberia a disseminação da doutrina do Sigma através da Secretaria Nacional da Arregimentação Feminina e Pliniana (SNAFP), um importante órgão administrativo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937), que usaria a revista como seu principal difusor para o público feminino. Em suas diversas páginas, a revista publicou diretrizes, estatutos e protocolos direcionados às blusas-verdes.

A respeito das diretrizes voltadas à mulher integralista, Mancilha afirma que:

Tendo formulado suas concepções sobre a verdadeira mulher integralista, o movimento divulgava esse conteúdo em suas diversas reuniões e, sobretudo, na sua própria imprensa, por meio de revistas, como a aqui estudada

[Brasil Feminino], e em artigos e notas nos seus outros periódicos, *Anauê!* e *A Offensiva*, por exemplo. Era uma concepção ambígua, na medida em que o Estado Integral proposto fazia uma grande distinção entre a mulher operária trabalhadora, inscrita no sindicato de sua classe, aquela que exercia seu direito público de cidadã, da mulher doméstica, que não exercia profissão e vivia no lar e para o lar, companheira de seu marido e principal responsável na educação dos filhos. (MANCILHA, 2007, p. 3-4).

É explícito que o movimento integralista não permitiu o desligamento da mulher de sua esfera doméstica. Contudo, existia uma parte da sociedade que necessitava das mulheres nas fábricas e nos escritórios para o trabalho. Mas toda essa expansão feminina precisava ser enfrentada com restrições; neste sentido, eram estabelecidos limites para a participação feminina no espaço público. Tinha-se a esperança de que, antes de se destinar a trabalhos remunerados, as mulheres fossem boas mães e donas de casa. Além deste fato, geralmente as vagas de trabalho disponibilizadas às mulheres se aproximavam de papéis e funções que lembravam as atribuições maternas e do lar, como: educadoras, telefonistas, secretárias e, na área de saúde, enfermeiras. Tais funções eram bem vistas pelos ideais integralistas e conservadores da época⁴⁰.

Havia desigualdades entre funções exercidas por homens e mulheres no integralismo. As atividades mais importantes dentro do movimento, como a chefia dos núcleos, os principais cargos na hierarquia e a realização de discursos e palestras eram reservadas aos homens. Contudo, mais adiante verificaremos que, em alguns casos, mulheres exerceram essas atividades.

O trabalho era um fator que conferia ao homem a autoridade, assim como lhe garantia pleno direito no âmbito familiar, ao mesmo tempo em que o tornava responsável pela manutenção e proteção de suas famílias. Esta é uma das razões pela qual a imagem de uma mulher independente financeiramente incomodava tanto os integralistas como a sociedade em geral, pois assim ela também poderia estar em posição de autoridade e de igualdade.

O trabalho feminino quando não associado à militância do movimento era visto como uma ameaça à família brasileira. O discurso integralista compartilhava a ideia geral de que a mulher deveria se restringir à esfera privada do lar, exercendo seu papel de mãe, esposa e dona de casa. Apesar de buscar controlar e limitar as atividades femininas, a doutrina integralista foi uma alternativa para as massas urbanas, principalmente para as mulheres que buscavam adentrar o espaço público, pois viam nesse movimento a possibilidade de se tornarem visíveis,

40 Acerca do trabalho e a militância feminina, ver: MANCILHA (2007).

de adquirir maior autonomia tanto na família como na sociedade. Neste sentido, Lúcia Possas afirma que: “As blusas-verdes representaram uma forma de inserção feminina no espaço público que apesar de assumirem comprometimento político, não lhes garantiram maior autonomia política” (2012, p. 22).

A historiografia vem avançando nos estudos referentes à participação das mulheres no movimento integralista. Em seu artigo “Mulheres integralistas: enfermeiras ‘blusas-verdes’ a serviço da nação”, Renata Duarte Simões observa:

Diante das constantes lutas femininas por melhores condições de trabalho e mais igualdade de direitos na sociedade, a Ação Integralista Brasileira (AIB), partido político de extrema direita do Brasil, na década de 1930, não ficou inerte, incentivando o desenvolvimento da enfermagem no interior do movimento. Provavelmente, as conquistas sociais alcançadas pelas mulheres, naquele momento, como a obtenção de empregos, antes restritos aos homens, e o direito ao voto, fizeram a AIB, assim como o restante da intelectualidade, adaptar seu discurso repressor, de forma que atraísse a mulher. (SIMÕES; SIMÕES; SILVA, 2012, p. 141).

Além da questão do discurso integralista, estratégico na arregimentação feminina para o movimento, a autora revela em quais áreas as “blusas-verdes” atuaram dentro do movimento:

Também para o campo da enfermagem o integralismo direcionou as mulheres militantes, integrantes de suas fileiras. A AIB compreendia que, no exercício da enfermagem, os atributos considerados intrínsecos à natureza feminina eram valorizados, tornando-se indispensáveis à prestação de um cuidado que era, ao mesmo tempo, técnico e abnegado. Assim, a profissão de enfermeira foi entendida como uma extensão do papel da mulher no recesso do lar, como esposa, mãe e dona de casa, no desempenho de funções ligadas ao cuidado do outro, em relação ao qual havia que se exercitar uma vigilância permanente. O integralismo conferia à mulher enfermeira o papel de combater as endemias existentes, a fim de fazer do povo brasileiro um povo forte, capaz de tornar o País “a potência das potências”. Desse modo, a AIB investiu em propagandas e cursos integralistas de enfermagem, formando diversas turmas que atuavam em seus laboratórios, lactários e ambulatórios, além de “[...] servirem nos trabalhos gerais ou especializados das clínicas privadas, dos hospitais e, se necessário, nos serviços sanitários nacionais”. (SIMÕES; SIMÕES; SILVA, 2012, p. 142).

Apesar da participação da mulher no espaço público, para os integralistas as mulheres deveriam ocupar funções associadas ao papel de mãe, ou, como afir-

ma Simões, o papel de enfermeira é entendido como uma extensão da mulher no recesso do lar. Neste artigo, são analisadas as especificidades das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, que estavam em processo de transformação do espaço público e desenvolvimento econômico, com a urbanização e industrialização naquele período.

A participação das mulheres no espaço público não foi uma singularidade apenas nas principais capitais do país, Rio de Janeiro e São Paulo. Podemos verificar uma intensa atividade das blusas-verdes em outros centros urbanos, como Curitiba e Ponta Grossa, no Paraná, bem como nos municípios do interior desse estado. Ressalta-se que havia protocolos que determinavam a uniformidade e padronização de comportamentos e atitudes. Assim, todos os temas discutidos nas conferências e cursos deveriam seguir o mesmo padrão. A atuação das plinianas deveria ser a mesma em todo país, seguindo os protocolos nacionais. Contudo, observam-se distintas atuações das blusas-verdes nos núcleos municipais que serão analisados.

Considerando a eloquente atuação da AIB no cenário político, e compreendendo a expressiva participação das mulheres na sociedade brasileira na década de 1930, destacamos, neste estudo, a participação da mulher integralista e suas práticas assistenciais no estado do Paraná, com foco para os municípios de Curitiba e Ponta Grossa, durante o período de 1934 e 1936. Como fontes documentais, analisamos artigos do periódico integralista *A Offensiva*⁴¹, dirigidos às blusas-verdes de Curitiba, bem como o *Diário dos Campos*, jornal crítico do integralismo no município de Ponta Grossa. Além dos jornais, foram analisadas fotografias das blusas-verdes atuando em ambulatórios, consultórios odontológicos, escolas, dentre outros espaços.

O Departamento Feminino de Curitiba

Ao realizar um levantamento dos estudos a respeito da relação entre integralismo, mulheres e a questão social na década de 1930, foi possível observar novos olhares que pesquisadores investiram para a compreensão desta temática (BULHÕES, 2007; MANCILHA, 2007; ATHAIDES, 2012; SIMÕES; SIMÕES; SILVA, 2012; POSSAS, 2012; BAIRROS, 2013). Alinhado a esta historiografia, este estudo justifica-se na tentativa de analisar o campo de atuação das mulheres na

41 *A Offensiva* foi o jornal mais expressivo da AIB, editado no Rio de Janeiro. Circulou em todo o Brasil entre 1934 e 1938. No início, era um jornal semanário, mas a partir de 1936 tornou-se diário. A grafia original dos trechos extraídos do jornal *A Offensiva* foi preservada.

AIB em território paranaense, com foco para as atividades do Departamento Feminino de Curitiba e Ponta Grossa. Justifica-se também pela temática da questão social, apontando para ações no campo da Saúde e da Educação.

No Paraná, como em âmbito nacional, o integralismo implantou secretarias e departamentos como o de finanças e o eleitoral. Como em outras capitais, Curitiba teve seu Departamento Feminino Provincial. Segundo Athaides:

Sua organização se deu entre março e abril de 1935 e as atividades tiveram início em maio; a primeira estrutura organizativa era composta pelas seguintes divisões: Direção: Zélia Cunha Gaissler; Divisão de Expediente: Anita Walbach; Divisão de Arregimentação: Zalea Fruet de Assumpção; Divisão de Cultura e Sociabilidade: Ida Chaves Klier; Divisão de Assistência: Dr.^a Maria Olimpia Azambuja/Zely; Seção Escolar: Maria Zenita Teição. (ATHAIDES, 2012, p. 146).

Como os outros departamentos e secretarias, o Departamento Feminino se organizava sob rígida hierarquia. No tocante ao papel a ser exercido pelas blusas-verdes do departamento curitibano, Athaides aponta:

Embora sua líder tivesse poder suficiente para fundar núcleos e dirigir sessões integralistas, a primeira aparição do Departamento Feminino no *A Razão* assinalou o caráter mariano da mulher no Movimento: o objetivo da sua criação, segundo uma nota, era “o de orientar e dirigir a ação da Mulher Brasileira no movimento e prepará-la para ocupar eficientemente no regime integralista o lugar que de direito lhe cabe”. “O lugar” que lhe coube, com efeito, apareceu na sequência do texto: “todas as integralistas” foram convocadas para a realização de “trabalhos manuais em benefício da A.I.B.”, inclusive para a confecção de “camisas verdes, distintivos, etc.” (ATHAIDES, 2012, p. 147).

Além de confeccionarem camisas-verdes e distintivos, as blusas-verdes de Curitiba ocuparam outros “lugares”, como destacou o jornal *A Offensiva*:

Apesar da enorme pressão que o governo move contra o integralismo desta Província, o Dep. Feminino local através da divisão de Assistência Social e das Bandeirantes de Caridade, continua trabalhando incessantemente, afim de aliviar o sofrimento dos desprotegidos da sorte. É grandiosa a função da mulher no integralismo! E como ella sabe seguir os preceitos dessa doutrina salvadora! [...]. (A OFFENSIVA, 28 jun. 1936, p. 13).

A mulher integralista é enaltecida em seu trabalho beneficente, enquanto o interventor Manoel Ribas, que perseguiu os integralistas paranaenses precocemente, é criticado por dificultá-lo. As omissões do governo na área social foram percebidas pelos integralistas paranaenses e utilizadas como estratégias para arregimentação de adeptos para o movimento. A ajuda aos mais pobres ocorria com a doação de roupas pelo Departamento Feminino.

Em resposta ao trabalho das mulheres integralistas e as doações de roupas ao Hospital de Crianças de Curitiba, as blusas-verdes receberam uma carta de agradecimento do diretor do Hospital:

Exma. Sra. Maria Ida C. Klier, D. Chefe do Dep. Feminino da Acção Integralista Brasileira – Nesta: Venho com grande satisfação accusar o recebimento de vinte e seis peças de roupa que são destinadas a 1ª Enfermaria do Hospital de Crianças.

Cabe-me ser o intérprete dos agradecimentos dos doentinhos socorridos por este Hospital as generosas Senhoras da Acção Integralista que nesse gesto dignificante de patriotismo e de reconhecida bondade, procuram agasalhar aos pequeninos. Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa e as suas dignas companheiras da cruzada do bem, as seguranças do meu elevado apreço. (a) Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento – Director do Hospital. (A OFFENSIVA, 28 jun. 1936, p. 13).

Além da atuação das blusas-verdes no espaço público, a partir de trabalhos sociais e arrecadações de roupas para os mais necessitados, as atividades das mulheres integralistas estendiam-se aos espaços privados, como pode ser constatado na seguinte nota do jornal *A Offensiva* (Figura 1).

Figura 1 - Festa social na residência de Maria Ida Klier.



Fonte: A OFFENSIVA, 28 jun. 1936, p. 13.

A imagem acima, publicada no jornal *A Offensiva*, indica que a ação das blusas-verdes não se restringia às visitas aos bairros e às ruas pobres de Curitiba. Realizavam festas e reuniões sociais em residências particulares, como na residência de Maria Ida Chaves Klier. Tais reuniões ocorriam no espaço privado e constituíam uma tática das blusas-verdes para não chamar atenção das autoridades municipais opostas ao integralismo. Além da presença de pessoas carentes, especialmente crianças, verificamos na imagem acima que estas reuniões eram momentos de encontro das lideranças do movimento na capital, como Lourival Wendler (chefe do gabinete de Manoel Vieira de Alencar, chefe do integralismo

no Paraná), proporcionando ambiente propício para doutrinação e arregimentação de novos adeptos do Sigma.

Outro artigo do jornal a respeito das atividades do Departamento Feminino verifica quais eram as práticas de assistência das blusas-verdes em Curitiba:

Não ficam ahi as atividades do Dep. Municipal Feminino. Torna-se necessário acrescentar, ainda, que o mesmo distribue semanalmente aos pobres, por turmas, gêneros alimentícios e medicamentos de toda espécie. Estes serviços são realizados na residência particular da companheira que administra o Nucleo Feminino Local. As photographias que ilustram esta, apresentam um grupo de necessitados no acto da distribuição dos pacotes de mantimentos, e as efficientes “blusas-verdes” auxiliares do Dep. Feminino. (A OFFENSIVA, 28 de junho de 1936, p. 13).

Além de doações de roupas, alimentos e medicamentos, a Ação Integralista Brasileira em Curitiba organizou lugares especializados para o atendimento da população mais carente, como constata-se nas Figuras 2 e 3:

Figura 2 - Ambulatório para os enfermos, Curitiba Província do Paraná.



Fonte: Acervo da DOPS. Arquivo Público de Curitiba, Paraná.

Fator que deve ser destacado é o de que Curitiba, a capital do Paraná, já apresentava um processo de urbanização bem desenvolvido. Além de compor-

tar a sede provincial do integralismo, o município era o centro irradiador dos protocolos do Sigma no âmbito estadual. Deste modo, o núcleo integralista local já tinha uma base para organizar estabelecimentos de saúde, com ambulatórios móveis, enfermarias e consultórios odontológicos. Esta peculiaridade distinguia as atividades de núcleos maiores de centros urbanos e de outros núcleos do interior, especialmente os destacadamente rurais, e isto influenciava na forma de organização das atividades assistenciais e nos espaços resguardados à atuação das blusas-verdes.

Figura 3 - Consultório odontológico de Salvador Patitucci.



Fonte: Acervo da DOPS. Arquivo Público de Curitiba, Paraná.

As imagens representam mulheres disciplinadas, cujas posturas e uniformes sugerem a militarização do corpo feminino, ocupando uma posição subalterna aos homens, considerados como detentores de maior conhecimento e liderança. Estas enfermarias e ambulatórios seguiam os protocolos nacionais quanto à simbologia: as paredes exibiam em local bem visível as bandeiras do Brasil, do sigma entrecruzadas e a foto do líder Plínio Salgado no centro. Assim como nas sedes dos núcleos integralistas, os “camisas-verdes” e as “blusas-verdes” estavam sob a vigilância constante do chefe nacional.

Tendo em vista os aspectos observados nas fotografias e no jornal *A Offensiva* é possível avaliar a relevância do movimento integralista na cidade de Curitiba por meio da ação de suas militantes. Essas fotografias revelam a atuação das blusas-verdes não apenas em seu aspecto beneficente e subalterno em relação aos homens. Revelam também seu papel político, contribuindo para difundir os ideais do Sigma na capital paranaense.

As blusas-verdes de Ponta Grossa

O Departamento Feminino do núcleo integralista de Ponta Grossa começou sua história recebendo comentários significativos do principal jornal do município e da região dos Campos Gerais. Em Ponta Grossa, o *Diário dos Campos*⁴² (apoiador do governo Vargas e com expressiva positividade na sociedade pontagrossense), no ano de 1934, quando ainda não havia assumido uma postura explicitamente contra o integralismo, não economizou esforços para divulgar o novo núcleo integralista que havia sido fundado no município e a atuação das mulheres integralistas, vinculadas ao Departamento Feminino. Os elogios, em sua maioria, gravitavam em torno de um caldo de cultura política baseado no nacionalismo e na crítica aos comunistas, ponto comum entre varguistas e integralistas, e da sociedade brasileira da década de 1930.

No final do ano de 1934, os jornalistas do *Diário dos Campos* saudaram as atividades do Departamento Feminino municipal, fazendo positivas alusões à sua fundação e noticiando as primeiras inscrições das blusas-verdes:

A animação que se nota no Quartel Cívico dos “camisas-verdes” principisinos era já entusiástica. Ontem, porém, esse entusiasmo culminou com a inscrição patriótica de uma excelentíssima senhora e três gentis senhoritas da nossa alta sociedade, que levaram à sede municipal integralista o precioso contingente do seu estímulo, o conforto suavíssimo de sua presença e a colaboração formidável do seu patriotismo. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 31 out. 1934, p. 1).

42 O *Diário dos Campos* é um jornal diário, do município de Ponta Grossa. Foi fundado no ano de 1907 por Jacob Holzmann. Nos anos 1930, José Hoffmann assumiu a direção e redação do jornal, trazendo as questões políticas para o debate diário. Com seu caráter conservador e seu apoio ao governo de Getúlio Vargas, Hoffmann delineou a linha editorial de seu periódico, combatendo especialmente os fascismos europeus, o comunismo e o integralismo, temas que permearam a maior parte das notícias durante aquela década. O periódico ainda circula atualmente na cidade de Ponta Grossa.

Destaca-se, nesta nota, o perfil das primeiras mulheres que aderiram ao movimento integralista em Ponta Grossa, advindas de uma classe alta. Possivelmente, noticiar o movimento como de uma alta classe poderia contribuir para criar uma imagem ampla do movimento e tentar atrair mais mulheres para a militância. Contudo, a chefia do Departamento Feminino do núcleo integralista de Ponta Grossa ficou a cargo de uma mulher de classe média, a professora Maria Ruth Junqueira, conhecida pela sociedade pontagrossense. Na data de 8 de outubro de 1934, Ruth Junqueira assumiu a chefia do Departamento Feminino e discursou para o público presente em um evento integralista organizado pelo núcleo local:

Sr. Chefe Municipal! Excelentíssimas Senhoras e Senhoritas! Companheiras! É com a mais justa e a maior das satisfações, que assumo hoje a Chefia da Milícia Feminina do núcleo Integralista de nossa Terra. Tem isto para mim a dupla significação: 1ª É que o integralismo, essa força dinâmica de reforma psíquica já ecoou em nosso meio de maneira assombrosa; 2ª É que nós, as mulheres, já permanecemos alheias a esses movimentos que tão bem traduzem os sentimentos de uma Pátria Nova em dias vindouros. Qual será a base dessa reforma, senão a compreensão de que temos a necessidade de abandonar a antiga rotina, cheia de preconceitos, de que a mulher só nasceu para o lar? Todos sabem e repetem inconscientemente ou astuciosamente a “chapa” vulgaríssima, que afirma como um dogma: a educação moderna da mulher, a sua saída do lar para tomar parte da vida pública, a sua instrução superior, vem dissolver a família e provocará conseqüentemente a dissolução da sociedade. Se a educação vem dissolver a família, logicamente a instituição da família está baseada na ignorância feminina, na escravidão mental da mulher. Nós, minhas companheiras, temos que nos bater contra isto e fazer compreender que no lar, onde as criancinhas anseiam por saber, é que está o alicerce do integralismo de amanhã. Há a necessidade de conhecermos essas leis supremas de reforma para podermos, quer como esposa, mães, irmãs ou amigas, transmiti-las e assim, cumprirmos nobremente a missão que nos cabe. Bebamos esses ensinamentos emanados de um cérebro superior como o do nosso Chefe Nacional, e façamo-los conhecidos de todos. (DIÁRIO DOS CAMPOS, 10 nov. 1934, p. 5).

Em seu discurso, Ruth Junqueira deixou transparecer as suas motivações ao ingressar no integralismo. Percebe-se que, a partir de uma postura conservadora, a militante observou no movimento uma possibilidade de participação política, que era cerceada pelos partidos políticos tradicionais. Contudo, nota-se que a chefe do Departamento Feminino aceitou a missão proposta por Plínio Salgado e pelo movimento integralista, de que o espaço da mulher estava no lar, que

seria o alicerce do integralismo de amanhã e o espaço de educação dos plinianos, futuros soldados da nação. Certamente, as motivações para as mulheres ingresarem eram diversas, indo desde a possibilidade de atuação política, profissional e adentrar o espaço público, bem como posturas conservadoras como a da chefe das blusas-verdes de Ponta Grossa, que, como professora, via na educação e cultura uma forma de renovar a nação e a moralidade da população do país.

Apesar do pouco espaço destinado às blusas-verdes no jornal pontagrossense, constatou-se que as militantes exerceram intensas atividades essenciais no município, tal como o conhecido Natal dos Pobres, promovido pelo núcleo integralista local, que arrecadava doações de roupas e alimentos vindos da sociedade local, bem como estabeleciam contatos com empresários e lojistas do município para aliviar o Natal e o final de ano dos mais necessitados. Essa coleta era realizada por distribuição de listas a cada blusa-verde inscrita no núcleo local para arrecadar as doações. Há notas fiscais do núcleo local de Ponta Grossa indicando a grande contribuição das Casas Pernambucanas, de roupas e tecidos doados para Maria Ruth Junqueira, a chefe do Departamento Feminino. (Recibo, n. 397, I.017, 395-401, Acervo Cândido de Mello Neto).

A adesão ao núcleo integralista local foi intensa por parte das mulheres de Ponta Grossa. Além da educadora Maria Ruth Junqueira, também podemos citar a inserção de Margarida M.de Mello, Odila Grassani, Anna Barberi, Epomina Pereira, Odila Pinho Justus, Estelita Teixeira, Ana F. Bahls, Esther Faraha, Maria Angélica Cecy, Adelaide de Luisa Freitas. Mulheres da sociedade pontagrossense que eram inscritas no núcleo local e contribuíam mensalmente com o pagamento de suas taxas, como atestam os recibos do Acervo Cândido de Mello Neto, do museu dos Campos Gerais de Ponta Grossa. Apesar da impossibilidade de mapear os perfis, as origens sociais e as motivações de ingresso dessas mulheres no integralismo, constatou-se que essas mulheres, em sua maioria, pertenciam às famílias tradicionais do município de Ponta Grossa, com destaque para os sobrenomes das famílias Mello e Cecy, as quais tinham Cândido de Mello Neto e João Cecy Filho como grandes lideranças do integralismo no município.

Por se tratar de um núcleo menor, em um município em processo de urbanização, observa-se que o núcleo integralista local não detinha uma estrutura de assistência social, como a organizada em Curitiba, município vizinho. Desta forma, constatou-se que as atividades assistenciais se centravam mais em contribuições de lojas e empresas locais, em arrecadações de doações da sociedade para datas comemorativas específicas, a exemplo do Natal. Apesar dessa ínfima estrutura, tal fator não foi restrição para as intensas atividades das blusas-verdes de Ponta Grossa.

Apesar da maioria das atividades exercidas pelas mulheres no integralismo vincularem-se ao espaço conservador, ao papel maternal e ao comportamento disciplinado, ressaltamos que alguns exemplos fogem a essa regra geral do movimento. Rafael Athaides demonstrou, em sua tese, que o núcleo de Jaguariaíva “foi fundado pela Sede Provincial na cidade de Curitiba, em 25 de junho de 1935. A solenidade ocorreu no Cine Avenida e foi presidida por uma mulher, Zelia Cunha Gaissler, chefe do Departamento Feminino Provincial” (ATHAIDES, 2012, p. 131), atitude não comum dentro do movimento integralista. Outra atitude incomum entre as mulheres militantes, que destoa das imagens de mulheres disciplinadas, ocorreu no distrito de Diamantina, município de Teixeira Soares, o qual chegou a eleger um prefeito pelo integralismo. “Em pleno ambiente de guerra entre getulistas e integralistas naquele município, mulheres integralistas vestindo blusas e saias verdes invadiram algumas residências, entraram e rasgaram as imagens do presidente Getúlio Vargas” (OLIVEIRA, 2015, p. 117). No tocante à participação na política oficial, no município de Castro, a militante Idalina de Franco Bueno foi candidata à vereadora pelo movimento integralista (CASTRO-JORNAL, 20 ago. 1935, p. 3).

Certamente, os estudos desses temas ficam restritos aos limites das fontes, mas é preciso destacar a necessidade de análises mais aprofundadas acerca da atuação das mulheres no integralismo, seja pela perspectiva conservadora de suas atuações nos espaços a elas resguardados, as quais são as mais expressas nas fontes, seja pela análise da complexa organização dessas mulheres integralistas, de suas motivações e de suas atitudes que fogem à representação da mulher conservadora, imaginada e reforçada pela socialização interna e externa do movimento Integralista.

Considerações finais

Neste capítulo, buscou-se apresentar a atuação das mulheres integralistas na seção provincial do Paraná. Pela análise de fotos e das páginas dos periódicos *A Offensiva* e *Diário dos Campos* foi possível constatar os problemas sociais vivenciados nesse estado, as atividades assistenciais dos integralistas e a relação das mulheres com a sociedade e sua relação interna com o movimento.

As mulheres integralistas, conforme os documentos analisados, aderiram à causa social do movimento (espaço reservado a elas dentro do movimento). Embora a Ação Integralista Brasileira reforçasse o papel feminino dessas atividades,

a relação das blusas-verdes paranaenses com o movimento possibilitou inscrever uma nova representação da mulher na esfera pública e no campo político.

O objetivo principal deste texto foi demonstrar, entre comícios e discursos, desfiles e bandeiras, anauês e camisas-verdes que “coloriam” as principais ruas e espaços públicos dos municípios naqueles anos agitados, nos bastidores e em outros cenários atuavam as “blusas-verdes”. Mesmo com menor representação e espaço nas páginas dos principais veículos da imprensa integralista e não integralista, elas trabalhavam em causas sociais envolvendo saúde, educação e alimentação. Pautadas por desígnios cristãos divulgados pelo integralismo, aquelas mulheres ajudavam quem necessitava. Além da ideologia, é possível afirmar que a atuação dessas militantes nas causas sociais e essenciais de uma sociedade tenha influenciado mais a opinião pública e atraído milhares de militantes para o movimento, do que pelos grandes eventos e desfiles organizados pelo movimento, na busca de uma atração estética, que eram realizados corriqueiramente.

Um olhar voltado à “ação” integralista dos Departamentos Femininos de Curitiba e de Ponta Grossa e ao papel exercido pela mulher integralista permite compreender por outro ângulo o desenvolvimento do Sigma no Paraná, bem como em outros estados. A atração de novos partidários para as fileiras do Sigma não se deu apenas pela cartilha ideológica do integralismo, mas pela atuação das blusas-verdes em suas relações com a sociedade paranaense.

Assim, buscou-se demonstrar que o conservadorismo também é uma forma de visão do mundo feminino e um meio de representação social e político. Destaca-se que todos os militantes, homens ou mulheres, estavam sujeitos a todos os protocolos da Ação Integralista Brasileira e ao respeito da rígida hierarquia do movimento, ou seja, independente do gênero, a liberdade de ação era restrita aos seus militantes. Desta forma, considera-se que nem toda organização de mulheres deve ser vista como um precedente de uma revolução ou transformação do *status quo* de uma sociedade. O historiador precisa observar o contexto conservador em que a sociedade brasileira dos anos de 1930 estava inserida, especialmente tratando-se de uma organização política extremamente rígida, hierárquica e autoritária como os movimentos fascistas, neste caso a Ação Integralista Brasileira.

Fontes

A OFFENSIVA, números 1 a 748, Rio de Janeiro, 1934-1938 – Complexo de Centrais de Apoio à Pesquisa/Central de Documentação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá/PR (fotografia digital).

A OFFENSIVA. **As incansáveis “blusas-verdes” que administram o Departamento Municipal Feminino**. Rio de Janeiro, 28 de jun. de 1936, p. 13.

DIÁRIO DOS CAMPOS. **Ponta Grossa, 1934-1938**. Museu dos Campos Gerais, Ponta Grossa-PR (fotografia digital). Acervo pessoal dos autores.

_____. **A Palavra da Mulher Brasileira**: no Núcleo Integralista de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 10 nov. 1934, p. 5.

_____. **Núcleo Integralista de Ponta Grossa**: Iniciam-se as inscrições no Departamento Feminino. Ponta Grossa, 31 out. 1934, p. 1.

Referências

ATHAIDES, R. **As paixões pelo sigma**: afetividades políticas e fascismos. 2012. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

BAIROS, L. T. O integralismo de saia: militância feminina nas fileiras Integralistas em Santos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2013.

BULHÕES, T. S. **Evidências esmagadoras de seus atos**: fotografias e imprensa na construção da imagem pública da Ação Integralista Brasileira (1932-1937). 2007. 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

CAVALARI, R. M. F. **Integralismo**: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937). Bauru: Edusp, 1999.

MANCILHA, V. M. N. Brasil Feminino: uma visão social sobre a participação feminina no movimento integralista. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNICAMP, 15., 2007, Campinas. **Anais...** Campinas: Unicamp, 2007.

OLIVEIRA, L. G. **Devotos do Sigma**: integralistas de Teixeira Soares/PR (1935-1938). 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Centro Oeste, Irati, 2015.

POSSAS, L. M. V. As blusas-verdes e as marchadeiras: movimentos de mulheres e de participação Política nos anos 30 e 60. **Revista Nuevas Tendencias en Antropología**, Elche, n. 3, p. 20-43, 2012. Disponível em: <<http://www.revistadeantropologia.es/Textos/N3/As%20blusas%20verdes%20e%20as%20marchadeiras.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

RECIBO, n. 397, I.017, 395-401, Acervo Cândido de Mello Neto.

SIMÕES, R. D.; SIMÕES, R. D.; SILVA, T. R. Mulheres integralistas: enfermeiras “blusas-verdes” a serviço da nação. **Texto Contexto - Enferm.** [on-line], Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 140-149, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v21n1/a16v21n1>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

CAPÍTULO 15

**ENTRE INCENTIVOS
E INTERDIÇÕES:
O FEMININO NO
JORNAL DOS SPORTS**

Kelen Katia Prates Silva

Este capítulo investiga as representações sobre o feminino no campo esportivo, durante a década de 1930, no *Jornal dos Sports*. Esse impresso atuou como veículo de divulgação e organização do esporte carioca e, por vezes, do esporte nacional, tendo circulado entre 1931 e 2007. As edições do jornal criaram representações sobre o campo esportivo pautadas em suas concepções ideológicas.

Para pensar imprensa esportiva é necessário considerar que ela se manifesta em um espaço social, o qual Bourdieu (2004) conceitua como campo, ordenado através do capital econômico, social, simbólico ou cultural que cada agente componente do campo dispõe. É indispensável observar que dentro desse campo ocorrem lutas e disputas pela mudança ou manutenção da posição hegemônica de determinadas práticas e posições. As narrativas do *Jornal dos Sports* se alinhavam às concepções ideológicas do Estado e dos discursos médicos, em especial os higienistas.

A história das mulheres no universo cultural das práticas esportivas é traçada entre incentivos e interdições. As páginas do *Jornal dos Sports* configuram um “jogo” que define como se deve movimentar o corpo da mulher, moldando-o por meio dos atributos da “natureza” da mulher, ou seja, do feminino.

Pensar o corpo das mulheres no esporte por meio da imprensa, entendendo-a como objeto de pesquisa histórica de acordo com Luca (2018), nesse caso o *Jornal dos Sports*, é perceber as rupturas, as permanências, os avanços e os recuos de histórias permeadas por relações de gênero. A participação das mulheres no campo esportivo desafiou as possibilidades do uso desses corpos em novos espaços públicos borrando as fronteiras do ideal de feminilidade.

Na primeira metade do século XX, várias ações foram desenvolvidas em prol do fortalecimento da nação, as quais se estenderam ao fortalecimento e ao aprimoramento do corpo das mulheres, identificando-o como “a célula-mãe da nação”. Segundo Goellner (2009, p. 275-276), “a imagem da mulher maternal, bela e feminina revela um desejo produzido e expresso pelo imaginário social de um país que identificava na mulher um elemento importante para a modernização”.

Algumas práticas são historicamente construídas como espaços permitidos ao corpo das mulheres — como, por exemplo, a ginástica que desde o final do século XIX compunha os currículos escolares — obtendo relevância nas ações de fortalecimento da nação. Enquanto outras, como o futebol, desafiam o ideal de feminilidade. Assim sendo, é necessário olhar as mulheres no esporte com olhares plurais pensando a multiplicidade que se constrói em cada modalidade e percebendo os incentivos, as interdições, as lutas e as resistências em meio aos discursos constantemente reafirmados que afastam e/ou limitam as mesmas no campo esportivo. Os discursos são importantes instrumentos de estruturação do imaginário social. Segundo Foucault (2006, p. 8-9),

A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Divido esse capítulo em duas partes, que contêm inicialmente uma apresentação do *Jornal dos Sports*, e, em seguida, a análise de notícias presentes nesse jornal sobre esporte feminino nos anos 1930. A utilização do termo *esporte feminino* se dá tendo em vista que a fonte dessa pesquisa, o *Jornal dos Sports*, apresenta a participação das mulheres no campo esportivo atribuindo às diversas modalidades o adjetivo “feminino”. Ou seja, designando um conjunto de características ao sujeito mulher (atleta), como: fragilidade, emoção, beleza, maternidade, delicadeza.

O recorte temporal marca o momento de maior inserção das mulheres nos espaços públicos, entre eles o esporte. Tal fato se deu pelos novos modelos de sensibilidades, sociabilidades e convívio social impostos pela modernidade, acentuado na política nacionalista do governo Vargas, bem como nos discursos eugenistas e higienistas presentes nesse contexto histórico.

A proposta desse texto é pensar a imprensa esportiva utilizando o gênero como uma ferramenta analítica. A utilização da categoria gênero nos estudos do esporte tem movimentado discussões indispensáveis em diversas áreas do conhecimento, como, por exemplo, Sociologia, Antropologia, Educação Física e timidamente na Historiografia. Reconhecendo a potência do tema, esse capítulo investiga, pelas lentes da História Cultural, o *Jornal dos Sports* e as relações de gênero (re)afirmadas nesse impresso.

O Jornal dos Sports

Nas primeiras décadas do século XX houve significativas mudanças na área esportiva e na imprensa. Couto (2011) afirma que a forma de criar representações coletivas por meio do esporte sofreu uma série de modificações e criou um campo específico de atuação da imprensa. Noticiar esporte já era um bom negócio, principalmente pela crescente popularidade do futebol e, nesse cenário, em 1931, Argemiro Bulcão, jornalista e administrador de alguns jornais no Rio de Janeiro, e Ozeas Mota, dono das oficinas onde eram impressos vários jornais do Rio de Janeiro, fundam o *Jornal dos Sports*.

Esse impresso iniciaria uma trajetória de sucesso. Entre 1931 e 1936 permaneceu sob a direção de Bulcão, sendo vendido em 1936 a Mário Filho. Nesse

período o *Jornal dos Sports* vive seu momento de ascensão e hegemonia que duraria até 1966 com a morte de Mário Filho. Com alguns problemas financeiros enfrentados, o periódico se manteve no mercado dos impressos até 2007. Neste capítulo, as análises se pautam no recorte temporal da década de 1930, marcando os anos iniciais da circulação do *Jornal dos Sports*.

A criação do diário esportivo *Jornal dos Sports* não era apenas uma aposta de mais um aventureiro no mundo dos impressos. Além da sua experiência como jornalista, Argemiro Bulcão havia percebido que um jornal esportivo poderia fazer sucesso nas bancas. O jornalista se baseou no bom resultado do jornal *Rio Sportivo* que fundou em 1926, o qual chegava às bancas duas vezes por semana. Ribeiro (2007, p. 78) destaca que

Chegar às bancas apenas duas vezes por semana era muito pouco para um mercado que crescia assustadoramente. Segundo pesquisa feita por especialistas da época, a imprensa esportiva era a que mais havia crescido desde 1912, quando saltou de cinco para 58 jornais, um aumento de 1.060%. Se o mercado exigia, o jeito era arriscar. Foi então que Bulcão decidiu criar o *Jornal dos Sports*, o primeiro diário de esporte do Brasil, que sobreviveria até 2007.

Diante do crescimento da imprensa esportiva e do evidente interesse do público leitor pelas novidades do esporte, em especial, do futebol, em 13 de março de 1931 o *Jornal dos Sports* foi fundado com um ativo de seis contos de réis. O objetivo do jornal era se consolidar no mercado editorial e dar conta de um imaginário urbano, composto por diferentes classes sociais, centrado no esporte. Couto (2011, p. 47) afirma que “o *Jornal dos Sports* se tornaria um jornal esportivo, um veículo diário de comunicação, e, principalmente, um ávido defensor da prática dos esportes entre a população carioca”.

O *Jornal dos Sports* nasce como um veículo voltado exclusivamente ao mundo esportivo. Com o objetivo de se tornar um diário poliesportivo, explora várias modalidades até então pouco noticiadas pela imprensa. O jornal tinha suas medidas em formato de página inteira, em preto e branco, e as páginas eram impressas em papel cor-de-rosa⁴³. Inicialmente as edições do *Jornal dos Sports* dispunham de quatro páginas, posteriormente cada edição passa a ser composta por seis páginas. Chama atenção nesse diário esportivo o uso de palavras estrangeiras, principalmente no próprio título *Jornal dos Sports*, que permaneceu até a sua últi-

43 A cor do papel no qual o *Jornal dos Sports* era impresso o fez ficar conhecido popularmente como “o cor-de-rosa”.

ma edição. Nas notícias é possível encontrar com frequência palavras estrangeiras como *football, match, record*⁴⁴.

A intenção em abranger várias modalidades estava explícita em elementos, como o logotipo do jornal que apresentava a pluralidade esportiva que o impresso visava noticiar. Assim, de forma horizontal, sem hierarquizar, são entrelaçadas às letras do *Jornal dos Sports* as modalidades: lançamento de disco, levantamento de peso, tênis, futebol, golfe, natação, remo, corrida (atletismo), boxe e o hipismo, representadas na figura de homens (Figura). Na parte superior do logotipo se localiza a manchete do dia.

44 A utilização de expressões inglesas era comum desde as primeiras notas esportivas presentes na imprensa. Em 1917 foi criada, em São Paulo, a Associação dos Cronistas Esportivos. Entre os objetivos dessa Associação estava o desejo de unificar as expressões e termos mais utilizados nas coberturas esportivas, o ideal era o aportuguesamento das palavras. Alguns jornais de São Paulo aderiram à sugestão da Associação, como *O Estado de S. Paulo*, que passou a noticiar o esporte a partir de 1925, utilizando as palavras em português. A imprensa carioca demorou vários anos para adotar a utilização dos termos e das expressões em português.

Figura - *Jornal dos Sports*.



Fonte: JORNAL DOS SPORTS, mar. 1931.

Outro aspecto que chama atenção no logotipo deste impresso é a criação artística e a novidade gráfica que apresenta. O marcante aspecto visual do logotipo anunciava claramente o objetivo do recém-lançado diário esportivo. Couto (2011, p. 44) explica que:

Desta forma, o jornal anunciava seu objetivo: o de privilegiar qualquer prática que se identificasse com o esporte e com o corpo, mesmo que não houvesse ainda uma identificação com a cultura nacional, como o golfe, por exemplo. Outros esportes também não cabiam nesta classificação, mas

eram olímpicos, e mereciam destaque numa publicação que pretendia ser a voz dos esportes.

As fotografias eram comuns nas edições do *Jornal dos Sports*. No primeiro momento, o jornal apresentava imagens de jogadores e dirigentes em poses sempre estáticas, posteriormente aos poucos incorporou imagens em movimento. Essa transformação está ligada aos avanços tecnológicos e também ao crescimento do jornal, que, num primeiro momento contava com uma equipe reduzida. Além das fotografias, o *Jornal dos Sports* utilizava ilustrações em várias edições; o uso de charges e caricaturas era comum desde o primeiro ano do jornal.

As charges⁴⁵ e caricaturas⁴⁶ de jogadores e atletas, com frequência do futebol e boxe, são recursos utilizados no jornal, de início, com a intenção de substituir imagens fotográficas de uma forma original e que pudesse chamar atenção do leitor. Segundo Couto (2011, p. 91),

Caricatura e charge, técnicas já bastante difundidas nos outros jornais, desde o século XIX, ganham uma nova roupagem quando o tema for esportivo, pois este, em si, já denotava um mundo de emoções, de resultados inesperados e de personagens que poderiam se transformar em heróis e ídolos, ou vilões e derrotados. Temas para tornar os desenhos mais interessantes, então, era o que não faltaria, apesar de no início ainda termos imagens bem “conservadoras”, com pouco humor e mais voltadas para a substituição de fotografias. O espaço ideal, para elas, todavia, era privilegiado: a capa do jornal, que poderia chamar a atenção do leitor para o conteúdo das matérias e notícias.

Para além das colunas esportivas e das matérias sobre as várias modalidades, o *Jornal dos Sports* publicava notícias sobre carnaval, teatro e filmes, e destinava um espaço para cartas dos leitores. As propagandas são também um objeto de observação, pois, além de produtos e serviços, anunciavam que o *Jornal dos Sports* contemplava homens, mas também mulheres. Couto (2011) relata que boa parte dessa publicidade impressa era de produtos e serviços ligados à beleza, à

45 De acordo com Melo, charge é uma “crítica humorística de um fato ou acontecimento específico. Reprodução gráfica de uma notícia já conhecida do público, segundo a ótica do desenhista e que, tanto pode se apresentar através de imagens, quanto combinando imagem e textos (títulos, diálogos)”. (MELO, 2003, p. 167-168).

46 Caricatura é um “retrato humano que exagera ou simplifica traços, acentuando detalhes ou acentuando defeitos. Sua finalidade é suscitar risos, ironia”. (MELO, 2003, p. 167-168).

saúde e ao bem-estar físico e mental de homens e mulheres. Assim sendo, aumentava o número de leitores e se firmava como um jornal para a família.

Com a intenção de divulgar novas práticas esportivas, o *Jornal dos Sports* empreende uma campanha de incentivo e divulgação do esporte feminino no Rio de Janeiro. O jornal se apresenta como um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social e esportiva (re)afirmando as relações de gênero no campo esportivo e promovendo um extenso debate sobre quais espaços e práticas as mulheres podem, devem e cabem.

Mais uma conquista de Eva: o esporte

O início do século XX é marcado pela modernidade que anunciava nas grandes cidades as configurações de novas sensibilidades, sociabilidades e convívio social. O esporte passou a ser uma importante ferramenta de educação dos corpos. De acordo com Goellner (2009, p. 274-275), “neste cenário, o esporte passou a ser representado como um poderoso instrumento modelador das formas e agente de ordenação dos corpos de homens, mulheres, jovens e crianças”.

Desde as primeiras edições do *Jornal dos Sports*, há uma campanha de incentivo e divulgação do esporte feminino no Rio de Janeiro, o qual fez inúmeras comparações com os avanços em outros países e por vezes com o estado de São Paulo. Em 1931, o *Jornal dos Sports* publicou, na coluna Críticas e Sugestões⁴⁷, a notícia “A pratica dos sports por elementos femininos”:

Admirável é o espectáculo notado nas praças de sports de numerosas cidades dos mais adeantados paizes da Europa. *Nações vanguardieras da civilização, com uma idéa exacta das actuaes necessidades impostas pela vida, comprehendem a obrigação imprescindível em que se achavam de interessar-se pela eugenia da raça, pelo robustecimento do seu povo.* Surgiram, então, os grandes e benéficos movimentos em prol da diffusão da educação physica, campanhas pela intensificação da pratica dos sports. E a educação physica tornou-se obrigatoria nas escolas primarias, nos quarteis e, em alguns logares, até mesmo nos centros obreiros, nas fabricas. Criaram-se numerosas praças de sports, disseminadas através de todos os recantos, não só dos mais adeantados paizes da Europa, como dos Estados Unidos e do Japão, movimento este que se já vae refletindo no Uruguay e na Argentina.

47 Na coluna Críticas e Sugestões se localizava o editorial do *Jornal dos Sports*, assinado de 1931 a 1936 pelo jornalista Argemiro Bulcão e a partir de 1936 pelo jornalista Mário Rodrigues Filho.

Reconhecendo que a eugenia da raça não póde ser obtida tão somente robustendo-se o homem e pondo de parte a mulher, os paizes interessados em possuir populações fortes passaram a cogitar de atrair para os seus campos de sports o elemento feminino, não como simples assistente, mas como praticantes. Uma propaganda bem orientada fez com que estejam confluindo para os campos sportivos milhares de senhoras e senhoritas. Um exemplo e dos mais expressivos basta ser citado: a Allemanha, onde mais de um milhão de senhoras e senhoritas dedicam-se aos sports, praticando a natação, o athetismo, o tennis, o basket-ball, a esgrima, etc. Na Argentina as competições athleticas femininas já se tornaram frequentes e aumenta rapidamente o numero de concorrentes. Em S. Paulo está intensificando-se a pratica do athletismo entre o elemento feminino e algumas competições já foram realizadas com êxito brilhante. A contrastar com o que se verifica nas demais grandes cidades, no Rio nada, absolutamente nada, se faz no sentido de incentivar a pratica sportiva entre as senhoras e senhoritas. Dispomos apenas de uma meia dúzia de tenistas e de um reduzidíssimo grupo de nadadoras, desconhecendo-se a existência de moças que se dediquem ao athletismo.

Por que clubs prestigiosos como o Fluminense, que dispõe de todo o material necessário, inclusive excellente pista, não cogitam de incentivar entre as numerosas senhoras e senhoritas que o frequentam, a pratica do athletismo? Além de vir a proporcionar-nos espectaculos bellissimos, concorreria magnificamente para uma excelente propaganda do chamado sport básico e patrioticamente prestaria o seu valioso concurso para uma obra grandiosa como é o robustecimento da raça.

A mulher brasileira é deslumbrantemente linda, mas cumpre que seja forte, deixando de ser “flór de estufa”. (JORNAL DOS SPORTS, dez. 1931, p. 2, grifo nosso).

A notícia publicada no editorial do *Jornal dos Sports* chama atenção pelo tom crítico em relação ao atraso do Rio de Janeiro à “obra grandiosa como é o robustecimento da raça”. Os novos ritmos da vida urbana, anunciados pela modernidade, convocam os indivíduos a responderem exigências de “novos tempos”, nos quais a intensificação da prática de esporte tinha um caráter patriótico. De acordo com o jornal, os mais adiantados países da Europa reconheciam que não se pode obter o robustecimento da nação fortalecendo apenas o homem, necessitando atrair para o campo do esporte as mulheres como praticantes e não como simples assistentes.

A presença da mulher no esporte representava uma novidade nesse tempo. Apesar do incentivo é necessário perceber que a prática esportiva autorizada para a mulher deve ser adequada à sua “natureza”, trazendo benefícios para a maternidade e para o embelezamento de seus corpos. No momento em que os grandes centros urbanos assumem novos critérios de beleza e saúde, por meio de ideais eugenistas e higienistas, a marginalidade é determinada pelos corpos que não ca-

bem no projeto de fortalecimento da nação, ou seja, são isolados corpos velhos, feios, obesos, negros. Conforme Goellner (2009, p. 273-274):

[...] a degenerescência e a feiura eram representadas como produtos da inatividade; portanto, nada mais pertinente do que indicar a exercitação física, dado que sua prática poderia possibilitar o desenvolvimento orgânico e social das mulheres, tornando-as mais fortes, saudáveis e aptas para os desafios de uma sociedade que se modernizava a passos rápidos e empolgantes.

A afirmativa em tom questionador do *Jornal dos Sports* ao colocar que, “no Rio nada, absolutamente nada, se faz no sentido de incentivar a pratica sportiva entre as senhoras e senhoritas” e o apelo direto aos clubes demonstram os interesses do *Jornal dos Sports* em ser um ávido defensor do esporte em suas diversas modalidades. Contudo, a notícia ressalta que é necessária uma propaganda bem orientada para que o esporte feminino proporcione espetáculos belíssimos e propague o chamado esporte básico, prestando um serviço patriótico de robustecimento da nação.

O esporte moderado e adequado à “natureza” da mulher poderia ser praticado sem tirar do “sexo frágil” seu encanto e feminilidade. Modalidades como tênis, hipismo e ginástica são práticas recomendadas ao desenvolvimento da força da mulher. Ao encerrar a notícia reconhecendo que “a mulher brasileira é deslumbrantemente linda, mas cumpre que seja forte, deixando de ser ‘flor de estufa’”, o editorial anunciava que, apesar da participação da mulher no esporte estar confinada às fronteiras determinadas pelo ideal de feminilidade, este processo pode simbolizar novos tempos para as mulheres em espaços públicos. Goellner (2009, p. 277) faz uma importante observação ao afirmar que:

Ainda que o discurso da maternidade sadia e do aprimoramento da raça fosse marcadamente produzido e reproduzido, não foi apenas em seu favor que o esporte era sugerido para as mulheres: ele sinalizava novos tempos diante dos quais o arcaico confinamento das mulheres no interior do espaço privado simbolizava falta de cultura e de civilização.

Embora a participação da mulher no esporte significasse o fortalecimento do corpo, representou também a ocupação de novos espaços públicos. Desse modo, essa participação se deu de forma regulada por vários agentes, inclusive pelo *Jornal dos Sports* que, recorrendo aos discursos médicos, delimitava como e com quais finalidades deviam se dar os movimentos do corpo da mulher. Em 23 de junho de 1932, o *Jornal dos Sports* publicou a seguinte notícia sobre a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos:

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS JOGOS OLYMPICOS

Uma questão que está provocando controvérsias nos círculos sportivos da Gran Bretanha

LONDRES, 22 (U.P) – Em virtude do facto das mulheres jamais poderem ser da mesma classe physica dos homens, nenhum athleta feminino de primeira classe poderá jamais vencer um athleta masculino de primeira classe, sem uma vantagem, segundo a opinião de Lord Burleigh, o famoso athleta britannico e membro do parlamento a despeito de seu ar juvenil.

[...] A única coisa que me cumpre fazer é mencionar factos que são do domínio publico, segundo os quaes, comparativamente, a mulher é menor que o homem. Nenhuma athleta de primeira classe pode bater um athleta homem, de primeira classe, si não lhe derem de ante-mão uma certa vantagem. Considerem-se os records existentes. O record feminino para salto de altura é de pouco mais de cinco pés. O record masculino, por outro lado é de mais de seis pés. Em corridas e no golf também as mulheres que competem com homens da mesma classe são obrigadas a ter uma vantagem. (JORNAL DOS SPORTS, jun. 1932, p. 4).

Há um temor de que se rompam algumas barreiras que delimitam as diferenças culturalmente construídas para cada sexo que se justificam nos corpos. Existe por trás dessas limitações um medo real de que a prática do esporte com caráter de competição torne as mulheres masculinizadas, afastando-as da “natureza” da mulher, ou seja, dos ideais de feminilidade. A reportagem sobre a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos afirmava que “a mulher é menor que o homem”, demonstrando que o campo esportivo voltado para a competição é para os homens. Segundo Schpun (1999, p. 47), “das mulheres espera-se que elas se exercitem fisicamente na medida do estritamente necessário para manutenção da saúde e da forma. Já os homens devem uma parte de sua identidade social à sua relação com o mundo dos esportes”.

Ao noticiar as competições nas quais a mulher participava, o *Jornal dos Sports* ressaltava a elegância e o cuidado com o corpo, como na reportagem que relata um jogo de golfe entre inglesas e americanas realizado em 1932:

O SPORT NÃO E' INCOMPATIVEL COM A ELEGANCIA DA MULHER...

LONDRES, junho (L.I.N) – Nem mesmo nas horas de intervalo de jogos as golfistas inglezas abandonam o tratamento da sua elegância. Aqui as vemos cuidando dos cabellos, das sobranceiras e do rosto, no intervalo de um jogo com as rivaes americanas em Wealdstone, perto desta capital. (JORNAL DOS SPORTS, jul. 1932, p. 4).

Apesar do jogo não ter ocorrido no Brasil, ele é noticiado para reforçar que o esporte feminino não deve se contrapor à “natureza” da mulher. Qualquer prática que borrasse as fronteiras da feminilidade era uma imitação do masculino. Em 6 de maio de 1931, o *Jornal dos Sports* comentou sobre um jogo de futebol disputado por mulheres, na reportagem intitulada “E digam que o feminismo não avança...”:

Querendo imitar os homens em tudo, as contendoras do match de domingo ultimo, no campo do Brasil F.C não dispensaram o habitual “sururu”!...

Cada dia que passa mais se positiva o ardente desejo da mulher imitar o homem, succedendo-se os exemplos de maneira impressionante.

No Brasil, as representações do sexo que os archaicos chamam de frágil, custaram a ingressar no sport.

Mas, em compensação, presentemente, não vêm limites nem escolhem modalidade sportiva, fazendo um pouco de cada ramo da cultura physica.

Até no football as nossas patricias já se impõem, e, com franqueza, de modo a espantar muita gente: praticam o “association” com pleno conhecimento technico, sem se esquecer, também, dos excessos oriundos do mais violento e apreciado dos sports...

Essa observação nos ocorre a proposito do match que travaram domingo ultimo, no campo do Brasil F. Club, filiado á 2ª divisão da Amea, os seguintes conjuntos de moças:

Team Mme. Aldino Macedo – Judith, Aldavia e Lourdes: Mercedes, Faustina e Zinath: Lindalia, Ruth, Delia, Eliza e Yara.

Team Mme. Lena Alves – Hilda, Pequeninina e Odette: Oeyrena, Tinoes e Heredy: Hilda II, Olga, Bolinha, Antonietta e Margarida.

Só faltavam 7 minutos para acabar a partida, estando o score 0 x 0, quando o juiz sr. Alvaro Silva, entendeu ‘de consignar um penalty da Sta. Lourdes, back do quadro Mme. Macedo. Foi a conta: as prejudicadas reclamaram em alto e bom som, estabelecendo a confusão. O arbitro por pouco ficava doido, sem poder, entretanto, decidir a “parada”...

Em meio de tudo lembrando-nos dos “sururu’s” dos teams de barbados, atravessou-nos o cérebro esta pergunta:

Até nos “sururu’s” a mulher entendeu de imitar o homem? (JORNAL DOS SPORTS, maio 1932, p. 3).

O esporte coletivo é caracterizado por maior contato corporal, agressividade, desejo de vitória e pela emoção. A participação das mulheres nessa modalidade não poderia ser outra coisa além do desejo de imitar o homem, segundo o *Jornal dos Sports*. A narrativa de um jogo que terminou em confusão questionou não a técnica, mas a atitude das mulheres em um esporte que exige um intenso

contato corporal, força e agilidade. Assim, o futebol é apresentado como a negativa da “natureza” da mulher, visto que não é possível praticá-lo com a graça e a delicadeza que se impõe ao esporte feminino.

A mistura de saúde e beleza presente nos discursos higienistas e o compromisso de melhoramento da nação justificado em ideias eugenistas aproximaram as mulheres das práticas esportivas. Contudo, qualquer movimento que desafiasse os limites de seus corpos e da “natureza” da mulher era interditado pelo Estado e pelo jornal. As reportagens analisadas demonstram o esforço do *Jornal dos Sports* em (re)afirmar as representações sobre o feminino no campo esportivo.

O esporte é um campo formado pelos e para os homens, a prática por mulheres tem suas fronteiras bem definidas e os limites da feminilidade, impostos pelo masculino, são formas de demarcar identidades. O esporte autorizado para as mulheres deveria cumprir o objetivo estético e reprodutivo moldando seus corpos nos ideais de feminilidade.

O Estado, os discursos médicos e o *Jornal dos Sports* se esforçaram em criar representações sobre as mulheres no esporte destacando os ideais da feminilidade. Entretanto, em meio a incentivos e interdições surge a “Eva”, o contraponto à mulher delicada, mãe, graciosa, que praticava esporte buscando melhorar e fortalecer o corpo visando a maternidade e a beleza. A “Eva” é competitiva, forte, ágil. E demonstra que as práticas esportivas por mulheres não são concessões, e sim processos de lutas e de resistências.

Considerações finais

O primeiro diário esportivo no Brasil se apresentava não como um mero “veículo de informação”, mas como interventor no campo esportivo. Em vários espaços como editoriais, propagandas, notícias, o *Jornal dos Sports* se mostrava como defensor das práticas esportivas por mulheres. A campanha de divulgação e incentivo do esporte feminino era pautada nas concepções ideológicas do jornal e moldadas pelo conceito de feminilidade presente nesse contexto.

Ao criar e (re)afirmar representações sobre o feminino, o *Jornal dos Sports* definia como e em quais espaços se davam os movimentos do corpo da mulher nas práticas esportivas. No “jogo”, entre incentivos e interdições, presente nas páginas do jornal, entra em campo a figura da “Eva”. Borrando as fronteiras do ideal de beleza, graça, maternidade, a “Eva” protagonizou/protagoniza histórias de lutas e de resistências no campo esportivo.

Fonte

JORNAL DOS SPORTS. Rio de Janeiro. 1930-1939. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 20 set. 2018.

_____. **O sport não é incompatível com a elegância da mulher...** Rio de Janeiro, Anno II, n. 411. p. 4, julho de 1932.

_____. **A participação das mulheres nos Jogos Olympicos.** Rio de Janeiro, Anno II, n. 395. p. 4, jun. 1932.

_____. **A prática dos sports por elementos femininos.** Rio de Janeiro, ano I, n. 231, p. 2, dez. 1931.

_____. **E digam que o feminismo não avança...** Rio de Janeiro, Anno I, n. 45. p. 3, maio 1931.

_____. **Uruguayos X Cariocas.** Rio de Janeiro, ano I, n. 2, p. 1, mar. 1931.

Referências

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

COUTO, A. A. G. **A hora e a vez dos esportes:** a criação do Jornal dos Sports e a consolidação da imprensa esportiva no Rio de Janeiro (1931-1950). 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

DIAS, I. A. **Clara de Assis e a formação católica no século XIII:** uma análise das fontes clarianas na perspectiva da História da Educação. 2014. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso:** aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

GOELLNER, S. V. Imagens da mulher no esporte. In: PIORE, M.; MELO, V. A. (Org.). **História do esporte no Brasil:** do império aos dias atuais. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 269-292.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas.** São Paulo: Contexto, 2018. p. 111-154.

MELO, J. M. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3. ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003. p. 167-168.

RIBEIRO, A. **Os donos do espetáculo**: histórias da imprensa esportiva do Brasil. São Paulo: Terceiro Tempo, 2007.

SCHPUN, M. R. **Beleza em jogo**: cultura física e comportamento em São Paulo nos anos 20. São Paulo: Boitempo, 1999.

Six
**IMPRESSOS,
SUJEITOS E
HISTÓRIA:
OPERAÇÕES
POSSÍVEIS** *03*

CAPÍTULO 16

ESQUECIMENTO E LEMBRANÇA DAS MULHERES ESCRITORAS/ AUTORAS NO SÉCULO XIII: UM OLHAR SOBRE CLARA DE ASSIS E AS FONTES CLARIANAS⁴⁸

*Ivone Aparecida Dias
Terezinha Oliveira*

⁴⁸ Esta produção é resultado (com alterações) de parte do primeiro capítulo de nossa tese de doutorado (DIAS, 2014).

A reflexão aqui apresentada se volta para os debates relativos às fontes medievais relacionadas à primeira companheira e seguidora dos ideais de Francisco de Assis (1181/82-1226): Chiara Offreduccio di Favarone (1193/4-1253), mais conhecida como Clara de Assis ou Santa Clara. Nesse sentido, nos ocuparemos com discussões relativas às chamadas fontes clarianas, produzidas no contexto do século XIII e descobertas e publicadas ao longo dos séculos posteriores.

Ainda que diversas outras questões possam ser debatidas a partir das fontes clarianas, aqui daremos destaque ao debate sobre a relação esquecimento-lembrança de Clara — e das fontes relativas a ela — pela história, isto é, pelos estudiosos, especialmente por aqueles cujos interesses se voltam para a história do franciscanismo.

É importante salientar que quando nos referimos às fontes clarianas estamos tratando dos escritos atribuídos à autoria de Clara — Regra, Testamento, Bênção, Cartas —, bem como de outros documentos referentes a ela e à Ordem das Irmãs Pobres⁴⁹, tais como: Bulas, Cartas, Processo de Canonização, Notificação Oficial da Morte. Hoje, após os trabalhos de buscas dos pesquisadores, essas fontes estão contidas em obras como: *Escritos de Santa Clara y documentos contemporáneos – edición bilingüe* (OMAEACHEVARRIA, 1970); *Santa Chiara d'Assisi, Scritti* (BECKER et al., 1986); *S. Chiara d'Assisi, Scritti e Documenti* (ZOPPETTI; BARTOLI, 1994); *Fontes Franciscani* (MENESTÒ et al., 1995); *Fontes Franciscani: introduzioni critiche* (BRUFANI et al., 1997); *Fontes Clarianas* (PEDROSO, 2004); *Fontes Franciscanas e Clarianas* (PINTARELLI; PEDROSO; TEIXEIRA, 2008).

Ainda que no século XX grande número de fontes clarianas tenha sido catalogado e organizado, muitos autores consideram que esse trabalho foi realizado tardiamente pelos historiadores medievalistas e estudiosos franciscanos, os quais teriam focado mais a pessoa e as realizações de Francisco, relegando Clara a um segundo plano, como veremos. Esse esquecimento de Clara, portanto, teria o significado de um desinteresse tanto pelas questões históricas relacionadas às mulhe-

49 Esta foi a Ordem fundada por Clara com o apoio de Francisco. Segundo Cremaschi (1999, p. 579), esta ordem religiosa feminina que nasceu em São Damião teve várias designações no decorrer da história. Ela afirma que o medieval Jacques de Vitry, pensando na Primeira Ordem — isto é, nos irmãos menores ou franciscanos —, designa aquelas religiosas de irmãs menores. Os documentos oficiais, no entanto, falam de pobres monjas reclusas ou monjas reclusas da ordem de São Damião e depois da morte de Santa Clara, Ordem de Santa Clara, de onde deriva o nome Clarissas. Francisco e seus frades preferiram chamá-las pobres damas, pobres senhoras, mulheres pobres e, algumas vezes, minhas senhoras. Clara chamou sua família espiritual de Ordem das Pobres Irmãs. Em nosso trabalho, optamos por utilizar o tratamento Irmãs Pobres, tal como aparecem nas fontes, em italiano e em português, salvo quando os estudiosos se referirem à Ordem de outras formas.

res — silenciadas pela História, como diz Perroux (2005) — como pela figura da primeira seguidora de Francisco.

Sobre o esquecimento de Clara pela História

Grande parte dos estudiosos (GRAU, 1980; GODET, 1986) das fontes franciscarianas assegura que, enquanto para Francisco temos um grande número de manuscritos, os escritos atribuídos à autoria de Clara são em número bastante reduzido, podendo ser rapidamente enumerados. De acordo com Godet (1986, p. 17, tradução nossa), para ela, “[...] não foram encontradas, como para os escritos de Francisco, coleções manuscritas. Os manuscritos são também bem pouco numerosos”⁵⁰. Bartoli (1998, p. 19) também assegura que os escritos de Clara não se configuram como “[...] um *corpus orgânico* (de fato, não foram encontrados (sic), como no caso de Francisco de Assis, coleções manuscritas) [...]”. Entretanto, é importante frisar que, apesar de poucos, os escritos conservados são obras de inquestionável valor, pois são produções que, tal como os escritos franciscanos, também contribuem para o conhecimento da sociedade do século XIII por apresentarem o modo como seus autores se posicionaram frente aos acontecimentos da época. Nesse sentido, a pouca quantidade em nada diminui a importância histórica das fontes clarianas.

Além da escassez de manuscritos clarianos — quando se compara com a quantidade destes para Francisco —, Godet (1986) afirma que são poucos os estudos sobre os escritos daquela religiosa e que, diferentemente dele, Clara nunca foi objeto de pesquisas sistemáticas e amplas. Nessa mesma direção, Matura (1986, p. 42, tradução nossa) assinala que “Os Escritos de Clara não foram conhecidos e difundidos nem mesmo nos ambientes franciscanos até o segundo quarto deste século⁵¹ e só recentemente foi empreendido seriamente o estudo do conteúdo deles”⁵².

Participando desse debate, Brunelli (1998, p. 13) assinala que Clara, apesar de ser uma das maiores figuras da história da Igreja, “[...] permaneceu quase escondida durante oito séculos”. Para ela, “A bibliografia sobre Clara de Assis, em

50 “[...] non sono state ritrovate, come per gli scritti di Francesco, collezioni manoscritte. I manoscritti sono pure ben poco numerosi [...]”.

51 O autor se refere ao século XX.

52 “Gli scritti di Chiara non sono stati veramente conosciuti e diffusi, nemmeno negli stessi ambienti francescani, che nel secondo quarto di questo secolo, e solo recentemente è stato intrapreso seriamente lo studio del loro contenuto”.

sua quase totalidade, é das últimas duas décadas⁵³ (BRUNELLI, 1998, p. 13, nota 1), e “Os textos mais antigos são poucos e altamente especializados⁵⁴ ou de caráter devocional⁵⁵” (BRUNELLI, 1998, p. 13). Sob seu ponto de vista, a celebração do oitavo centenário do nascimento de Clara, em 1994, oportunizou novas pesquisas sobre a vida e a obra daquela religiosa. Não é evidente, mas a discussão da autora parece sugerir que o maior volume de publicação relevante sobre Clara resultou daquele acontecimento. Mas não há uma explicitação sobre qual teria sido a importância do referido centenário — do ponto de vista da história — para a ocorrência de um maior número de produções referentes à fundadora das Ordens das Damas Pobres. Especialmente, não há esclarecimentos acerca da relevância histórica da personagem Clara e sua importância para o desvendamento das questões que permeavam os homens na concretude do século XIII. Entendemos, contudo, que este não era o objetivo da pesquisadora, visto que seus objetivos estão mais voltados para questões de cunho religioso, uma vez que a pesquisadora é religiosa da Ordem de Santa Clara. Todavia, muitas questões históricas são salientes em sua obra, sendo a mesma de uma riqueza valiosa como obra historiográfica.

Outra pesquisadora das fontes clarianas é Carney (1997, p. 9) que, por seu turno, afirma que “[...] Depois de décadas de incríveis descobertas de materiais e de métodos para recuperar a realidade de Francisco e dos homens que o acompanharam, estamos começando a descobrir da ‘alma’ de nossas raízes carismáticas”. Em sua produção, a autora questiona:

Como é possível que depois de tanto tempo de uma renovada investigação e estudo por parte dos estudiosos franciscanos em todo o mundo, ainda se

53 Inferimos que as décadas às quais a autora se refere são as de 1980 e 1990. Fizemos essa inferência a partir da data de publicação de sua obra, 1998, e das datas das referências utilizadas por ela (a maioria é das décadas de 1980 e 1990).

54 A nosso ver, o fato dos textos serem altamente especializados significa a seriedade com que as fontes clarianas foram tratadas nos estudos aos quais a autora se refere. Porém, embora não seja uma afirmação explícita, talvez Brunelli (1998) os tenha considerado assim — como estudos “altamente especializados” — pelo fato de entender que se limitam ao debate interno de autenticidade ou não, sem articulações contextuais. Contudo, a nosso ver, toda análise criteriosa e minuciosa de termos e expressões de uma época e o estabelecimento de relações entre fatos que nem sempre nos são claros em uma primeira leitura das fontes nos fornecem elementos preciosos para o entendimento do pensamento dos homens de um determinado período. Salientamos ainda que, em nosso entendimento, sem aqueles estudos “altamente especializados”, o que hoje se conhece sobre Clara e sua época talvez não fosse possível saber.

55 A autora tem razão ao assinalar que há muitas obras de cunho devocional sobre Clara; entretanto, essa questão não é exclusividade das décadas anteriores a 1980/90, pois as obras que enfatizam Clara como taumaturga marcam também o nosso tempo.

conheça tão pouco sobre as mulheres franciscanas? Como se explica que nós tenhamos falta, na língua inglesa das ferramentas necessárias — traduções, comentários, e estudos necessários para promover esse conhecimento? Como é que encontros tão prestigiados como os anuais do Instituto Medieval da Universidade do Oeste de Michigan se orgulham de dúzias de ofertas sobre mulheres medievais, mas as mulheres da era franciscana mal conseguem uma menção no programa comparadas com o número de trabalhos sobre as beneditinas ou as beguinas? Ou, como é possível que a incrivelmente volumosa pesquisa sobre as mulheres medievais pareça ter tido um papel pequeno ou nulo para refinar ou revisar nossa compreensão das irmãs antigas? Até o entusiasmo pela expansão do conhecimento ficou embaçado pela repetida experiência de ler páginas devotadas às vidas de antigas abadessas, místicas, milagrosas, reformadoras e fundadoras, só para descobrir que as primeiras franciscanas raramente mereceram a atenção na aliás ampla pesquisa dos modernos estudiosos medievais (CARNEY, 1997, p. 10-11).

Para ela, sem esforço, é possível organizar uma biblioteca substancial com as publicações sobre as mulheres cistercienses e as beneditinas. Contudo, o mesmo não acontece com as franciscanas. A seu ver, apesar do aparecimento ocasional de artigos como os de Brookes (no *Medieval Women*, de Derek Bauer, de 1978) e Shank e Nichols (*Peaceweavers*⁵⁶, de 1984), Clara e suas irmãs estão “[...] notavelmente ausentes nos estudos de língua inglesa” (CARNEY, 1997, p. 10). Em sua análise, essa

[...] falta empobrece uma apreciação da diversidade das experiências das mulheres medievais, por um lado, e por outro indica uma inadequada apreciação por parte dos franciscanos contemporâneos a respeito do papel realizado por essas mulheres [...]. (CARNEY, 1997, p. 10).

A autora considera que foi com a publicação de Regis J. Armstrong, *Clara of Assisi: writings and Early Documents*, de 1988, que essas questões começaram a ser resolvidas nos países de língua inglesa. Ela defende que, com essa publicação,

[...] o setor de língua inglesa na família franciscana teve um instrumento crucial para ajudar a reduzir a distância que há entre os países da Europa Ocidental e os [...] de fala inglesa quanto a fontes adequadas para o estudo da espiritualidade de Clara [...]. (CARNEY, 1997, p. 10).

Este momento é oportuno para abrir um parêntese a fim de refletir sobre essas afirmações a respeito do “esquecimento” de Clara pela história: primeiramente, pode-se dizer que há muita produção sobre os escritos de Clara anterior às décadas de 1980-1990. Em Omaechevarria (1970), por exemplo, observamos uma extensa bibliografia, todas referentes ao período anterior às supostas décadas de explosão de estudos sobre os escritos da primeira franciscana. Em segundo lugar, entendemos que a publicação das obras “altamente especializadas” (BRUNELLI, 1998) é um claro indício de que o interesse pelos escritos de Clara⁵⁷ não é fruto das décadas de 1980/90, ou, mais explicitamente, do ano de comemoração do seu oitavo centenário de nascimento. Parece-nos que esse interesse mais explícito se estabeleceu entre o final do século XIX e início do XX, juntamente com o interesse despertado pelo pensamento e obra de Francisco. Respalamos nossa afirmação na história da busca (a qual não nos é possível apresentar aqui) pelos manuscritos de Clara, dos quais os pesquisadores encontravam breves notícias em diversas fontes franciscanas, como a *Vida I*, do franciscano Tomás de Celano (1200-1260/70), por exemplo. Foi com base nessas notícias esparsas, seguidas de um intenso processo de pesquisa, que alguns escritos dela e outras fontes concernentes a ela e à sua Ordem foram encontrados.

Sobre a lembrança de Clara pela História

Especialmente a partir do início do século XX os escritos de Clara começaram a ser publicados isoladamente, embora bem antes muitos deles já tivessem sido encontrados⁵⁸. Na França, por exemplo, os escritos dela foram publicados conjuntamente em 1953, por Vorreux, com o título *Sainte Claire d'Assisi. Sa vie. Ses*

57 Talvez possamos dizer que o que mudou em relação aos escritos de Clara foram os interesses dos pesquisadores: se em um momento talvez a questão se fechasse no círculo de esclarecimentos de pontos cruciais para as próprias Ordens Religiosas (Franciscanos e Clarissas), em outro, leituras históricas fora daquele círculo, e conforme as possibilidades de temáticas suscitadas pela Nova História nas Universidades, por exemplo, passaram a direcionar as pesquisas. Além disso, Conti (2004) afirma que, desde o Concílio Vaticano II (1962-1965), as Ordens religiosas foram convidadas a se reavaliarem a partir do carisma inicial de seus fundadores. Nesse sentido, consideramos que esse processo levou os pesquisadores a realizarem novos estudos sobre as fontes referentes à Clara.

58 Em relação às cartas de Clara, por exemplo, na *Vita Agnetis*, escrita entre 1283-1322, retratando a vida de Inês da Praga (com quem Clara se correspondeu), e republicada em 1932 por Vyskočil, com o título *Legenda Blahoslavené Anezky a čtyři listy Sv. Klár* (BARABÁS, 1954), aquelas fontes já são apresentadas. Grau (1980) também afirma que o registro mais antigo nas fontes que atesta que Clara e Inês de Praga se correspondiam é encontrado no *Vita Agnetis*.

écrits. Em 1983, o mesmo autor publicou *Claire d'Assisi: documents, biographie, écrits, proces et bulle de canonisation, textes de choniquers, texts legislatifs e tables* (GODET, 1986).

Antes dessa primeira publicação conjunta das fontes clarianas por Vorreux, na França já existiam diversas traduções fragmentadas ou esparsas dos escritos de Clara, como podemos observar no quadro abaixo, elaborado com base em informações de Godet (1986):

Quadro 01 - Algumas publicações francesas de escritos de Clara de Assis na primeira metade do século XX.

Data	Autor	Obra	Escrito de Clara
1912	P. Exupère	<i>L'Esprit de Sainte Claire</i>	4 Cartas a Inês de Praga
1916	M. Beaufreton	<i>Sainte Claire d'Assise</i>	4 Cartas a Inês de Praga
1917	M. Havard De La Mantagne	<i>Vie de Sainte Claire de Thomas de Celano</i>	Regra e Testamento
1932	L. De Chérancé	<i>Sainte Claire d'Assise</i>	4 Cartas a Inês e a Ermen-trudes

Fonte: Sistematizado com base em GODET, 1986.

Em italiano, as principais traduções dos escritos completos de Clara são as que seguem:

Quadro 02 - Algumas publicações italianas dos escritos completos de Clara de Assis – segunda metade do século XX.

Data	Autor ou introdução, tradução e notas	Obra
1965	P. Lotario Hardick	<i>La spiritualità di santa Chiara. Commento alla Vita e agli Scritti della Santa Chiara.</i>
1974	Chiara d'Assise Giovanni Casoli	<i>Santa Chiara d'Assise. La vita e gli scritti.</i>
1977	Intr. de Chiara Augusta Lainati	<i>Scritti e fonti biografiche di Chiara d'Assise</i>
1978	Giovanni M. Boccali Luciano Canonice	<i>Opuscula S. Francisci et Scripta S. Clarae / Assisiensium</i>
1979	Intr. de Chiara Augusta Lainati Trad. de Feliciano Olgiati	<i>Gli Scritti di Francesco e Chiara d'Assisi</i>

Continua

Quadro 02 - Algumas publicações italianas dos escritos completos de Clara de Assis – segunda metade do século XX.

Continuação

Data	Autor ou introdução, tradução e notas	Obra
1980	Francesco e Chiara. Int. e nota de Feliciano Olgiate Índice analítico Giovanni Boccali	<i>S. Francesco e S. Chiara d'Assisi, Scritti / ed Opuscoli</i>
1986	Chiara d'Assise. (Int., trad. nota e índice de Becker, Godet, Matura e Zoppetti)	<i>Chiara d'Assisi. Scritti. Edizione critica –traduzione italiana.</i>

Fonte: GODET, 1986⁵⁹.

Nota: Incluímos a própria publicação de Becker, Godet, Matura e Zoppetti⁶⁰, na qual nos baseamos para construir este quadro.

Em inglês, antes do trabalho de Armstrong vir a público em 1988 — e ter sido sua obra considerada a publicação que tirou Clara e as Clarissas do silêncio naquele país, como sugere Carney (1997) —, já haviam sido publicadas algumas obras sobre Clara e seus *Escritos* em países de língua inglesa. Temos, por exemplo, as obras de Paschal Robinson: *The life of St. Clare ascribed to Fr. Thomas of Celano, translated and edited from the earliest MSS. With an Appendix containing the Rule of St. Clare*⁶¹ (1910); *The writings of St. Clare of Assisi* (1910); *A conjectural chapter of the life of St. Clare* (1912), e as publicações de Walter W. Seton: *Some new sources for the life of blessed Agnes of Prague... and a new text of Benediction of Saint Clare*⁶² (1914); *The Italian*

59 Godet (1986) observa que publicações fragmentadas dos escritos de Clara, em italiano, se encontram em diversas obras. Também assinala que os escritos dela se encontram, em geral, publicados juntos com os de Francisco.

60 A obra *Chiara d'Assisi. Scritti* foi publicada, primeiramente, em 1985 em francês, com o título *Claire d'Assise. Écrits*, por Marie-France Becker, Jean-François Godet, Thaddée Matura, na coleção *Sources chrétiennes*, n. 325. Em 1986 foi traduzida para o italiano, recebendo as contribuições de Zoppetti.

61 Esta obra apresenta a *Vida de Santa Clara*, atribuída ao franciscano Tomas de Celano e um apêndice com a *Regra de Santa Clara*.

62 Nesta publicação é apresentado o texto da Bênção, atribuído a Clara.

version of the Legend of Saint Clare by the Florentine Ugolino Verino (1919)⁶³; *The Letters from Saint Clare of Assisi* (1925), entre as mais citadas⁶⁴.

Um trabalho de grande relevância no quadro das publicações conjuntas dos escritos clarianos foi a versão bilingue (latim-espanhol) que Omaechavarria — com seus colaboradores — lançou em 1970, sob o título *Escritos de Santa Clara y documentos contemporâneos*. A obra é uma antologia de fontes, contendo os escritos atribuídos à autoria de Clara e outros documentos concernentes a ela.

Depois de Omaechavarria, Boccali (1976) tornou pública a obra *Textus opusculorum S. Francisci et S. Chiara Assisiensium*, uma publicação conjunta dos Escritos de Francisco e de Clara.

Além das publicações latinas, francesas, italianas e inglesas sobre Clara e seus escritos, ao longo dos anos também foram escritas muitas obras em alemão, sendo Grau, um dos maiores representantes entre os estudiosos das fontes clarianas nessa língua. Em 1980, por exemplo, ele publicou um importante estudo sobre os escritos clarianos: *Die schriften der heiligen Klara und die werke ihrer biographen*, contribuindo, dessa maneira, com o aprofundamento das compreensões das ideias presentes nos legados clarianos.

Com essas publicações é possível verificar que Clara e as fontes clarianas vêm sendo objeto de busca e de pesquisa ao longo dos séculos, salientando-se, contudo, sua relevância, especialmente no século XX, sem desmerecer, no entanto, as importantes pesquisas, descobertas, análises críticas e publicações dos séculos anteriores, que possibilitaram os estudos posteriores, inclusive aqueles realizados no Brasil. Aqui, foi principalmente a partir das duas últimas décadas do século XX que as pesquisas sobre as fontes clarianas ganharam espaço.

As fontes clarianas no Brasil e as bases documentais

Em nosso país, as publicações — traduzidas ou originadas aqui — sobre a vida de Clara, até por volta dos anos de 1980, resumiram-se a obras de cunho devocional-religioso ou formativo para os integrantes das ordens religiosas e objetivavam, na maioria das vezes, enfatizar o aspecto taumaturgo daquela religiosa. Embora citem datas e descrevam alguns aspectos de fatos históricos, a maioria

63 Esta obra foi publicada no *Archivum Franciscanum Historicum* 12.

64 Os títulos aqui sistematizados foram encontrados de forma esparsa em diversas obras utilizada em nossa pesquisa de doutorado. Elas foram organizadas aqui com o intuito de reforçar nossos argumentos de que antes das décadas finais do século XX já havia muita produção a respeito de Clara.

dessas obras recebe um certo colorido poético com intenções voltadas para o estabelecimento ou destaque de uma moral. É o caso, por exemplo, de *Vida de Santa Clara de Assis*, de Chérancé (1953). Este autor descreve assim o objetivo de sua obra:

Queremos sobretudo esboçar a fisionomia moral da filha dos Scefi⁶⁵, e repor essa grande figura no seu quadro natural. Queremos outrossim desprender de sua monografia as importantes lições que contém, propor seus exemplos às religiosas e aos numerosos fiéis que a invocam, trazer mais à luz o seu ofício de fundadora, e defender onde oportuno, contra calúnias que a toda hora se renovam, a causa das Ordens contemplativas [...]. (CHÉRANCÉ, 1953, p. 5).

Pelo menos no que se refere ao Brasil, concordamos com Brunelli (1998) quando a autora assinala que as publicações mais fundamentadas sobre a vida e a obra de Clara datam a partir das últimas duas décadas do século XX. Entre essas obras podemos citar as seguintes: *Clara de Assis, a primeira mulher franciscana* (ROT-ZETTER, 1994); *Retrato de Santa Clara de Assis* (SILVEIRA, 1995); *A personalidade de Santa Clara de Assis: estudo psicológico* (ZAVALLONI, 1995); *A primeira Franciscana: Clara de Assis e sua Forma de Vida* (CARNEY, 1997); *Clara de Assis* (BARTOLI, 1998); *Ele se fez caminho e espelho: o seguimento de Jesus Cristo em Clara de Assis* (BRUNELLI, 1998). Das publicações aqui relacionadas, apenas a de Silveira (1995) e a de Brunelli (1998) são brasileiras; as demais são traduções de obras estrangeiras.

Além dessas obras — com enfoque biográfico e estudos sobre as fontes —, também a partir da década de 1990 tivemos em nosso país publicações das fontes clarianas, com introduções e comentários críticos, ainda que em grande medida sustentadas nas críticas estabelecidas na Europa. Em 1992, o franciscano José Carlos Correia Pedroso lançou uma primeira publicação das fontes clarianas para o público brasileiro, pela Editora Vozes, trazendo alguns textos em versão bilingue. Quase dois anos depois, em 1994, pela mesma editora, foi publicada a segunda edição da obra. No mesmo ano, a terceira edição da obra foi lançada pelo Centro Franciscano de Espiritualidade em colaboração com a Família Franciscana do Brasil. Por fim, dez anos depois, em 2004, foi a vez da quarta edição da obra ser lançada⁶⁶. Ainda no ano de 2004, a Editora Vozes lançou as *Fontes Franciscanas e*

65 Segundo Fortini (1953), a descendência “Scifi” que foi atribuída a Clara durante muitos anos é falsa. Para ele, é uma genealogia “fantástica” fornecida pela história dos séculos XVI a XVIII e, às vezes, ainda reforçada por estudiosos modernos, como Paul Sabatier. Com base nas pesquisas realizadas nos arquivos de Assis, o autor afirma que Clara pertenceu à família Offreduccio.

66 Comparando a edição de 2004 com a primeira edição de 1992, Pedroso (2004) apresenta

Clarianas, obra dos freis franciscanos Pintarelli, Pedroso e Teixeira. Nela, juntamente com as fontes franciscanas, encontramos as fontes referentes a Clara (seus escritos e outras fontes concernentes a ela). Em 2008, a editora tornou pública a sua segunda edição dessa obra.

Atualmente, no Brasil, temos diversas publicações, como livros, teses, artigos sobre a vida e a obra de Clara. As temáticas abordadas nesses materiais são muito variadas, assim como são diversas as perspectivas analíticas e as áreas de conhecimento em que se inserem: História, Educação, Teologia. Nesse sentido, podemos afirmar que o pensamento de Clara e as fontes clarianas têm sido lembrados, estudados e analisados pela história, pelos pesquisadores.

Todavia, em nossa perspectiva, a nosso ver, não há sentido, em si mesmo, verificar e afirmar publicamente que na Idade Média houve mulheres como Clara, escritoras, mulheres que produziram e manifestaram um pensar por meio de registros escritos (manuscritos). Para nós, é fundamental que as produções delas sejam utilizadas com o intuito de nos amparar no desenvolvimento de um olhar histórico, para que possamos compreender a concretude das relações humanas registradas em seus escritos. Nesse sentido, não são as biografias em si que interessam em nosso fazer de historiadoras da educação, mas a possibilidade de, por meio das biografias, compreendermos a totalidade e a complexidade das relações nas quais os homens do período em tela estavam envolvidos e por meio das quais produziam sua humanidade.

Assim, concordamos com Le Goff (2006) quando o autor assinala que uma biografia é tomada como objeto de interesse para um pesquisador à medida que possibilita reunir uma documentação que traz luzes sobre uma sociedade e uma época específicas. É também nessa perspectiva que Dosse (2009, p. 11) ressalta que a biografia pode ser um importante instrumento de pesquisa “[...] um elemento privilegiado na reconstituição de uma época, com seus sonhos e angústias”. Portanto, por meio da “lembança” (estudo) de Clara como escritora e autora de pensamento, o que objetivamos, em última instância, é compreendê-la como expressão da dinâmica da construção das relações sociais no contexto do século XIII; seus escritos, bem como os escritos a respeito dela e de sua Ordem retratam a singularização dos debates coletivos da sociedade do século em pauta. Em outras palavras, nos escritos e nas demais fontes clarianas, observamos uma

algumas novidades da nova edição: foram acrescentados mais de sessenta documentos inéditos; a disposição dos documentos foi mudada e a bibliografia melhorada; a cronologia foi enriquecida; um índice remissivo mais completo foi apresentado e os textos em latim foram deixados apenas para a versão eletrônica, a qual se encontra disponível no site da Província dos Capuchinhos de São Paulo.

“particularização” das lutas que, na realidade, eram questões que permeavam a realidade dos homens como uma coletividade no contexto em que Clara viveu.

Uma parte desse debate, por exemplo, pode ser expresso nas disputas a respeito do conceito de pobreza, envolvendo, por um lado, a Igreja, enquanto instituição de comando da sociedade, e, por outro, as Ordens Mendicantes⁶⁷ e, por conseguinte, também a Ordem das Damas Pobres. Enquanto a Igreja se pautava na concepção de pobreza como “despojamento interior” — o que lhe possibilitava manter os bens materiais sem maiores dificuldades — as Ordens Mendicantes defendiam a pobreza absoluta, sem a posse de bens e poderes, como liam no Evangelho que Jesus havia vivido, despojado de qualquer posse. E há que se considerar, ainda, de modo mais amplo, que esse debate acerca da pobreza e da riqueza só podia “ser posto” ou estabelecido como questão problemática por esses grupos porque a sociedade, em seu conjunto, passava por um profundo movimento de transformação social, num momento em que o comércio se desenvolvia e a riqueza monetária se ampliava, ganhando espaço no seio da sociedade feudal (DIAS, 2014).

Com base nesses aspectos, é preciso salientar, portanto, que o trabalho com fontes não pode se confundir com a procura ou a busca de documentos e o simples trazer a público a existência de um conjunto de materiais produzidos pelos homens nos contextos passados. O trabalho com fontes demanda compreender a relação entre indivíduo e sociedade, entre a(s) pessoa(s) que escreveu(ram) deixando um legado, uma marca específica na e para a história e o contexto mais amplo que respaldou a possibilidade do pensamento expresso na produção que permaneceu e atravessou os séculos. Nesse sentido, as mulheres medievais, as mulheres do século XIII, como Clara, ao serem “reveladas” por meio das fontes, podem auxiliar na compreensão e na re-construção de parte do passado histórico, lembrando, porém, como salienta Paiva (2006), que a História não surge *ipso facto*, do puro e simples arrolamento das fontes. Além disso, o passado nunca pode ser reconstruído inteiramente pela análise que fazemos das fontes relativas a um período histórico, visto que muitos elementos interferem nesse processo, inclusive a nossa individualidade de pesquisadores, nossas experiências no manejo das fontes, o lugar de onde “falamos” e ouvimos as testemunhas e o que extraímos de seus testemunhos, entre outros fatores.

67 Entre as Ordens Mendicantes mais expressivas temos a dos Pregadores ou Dominicanos, fundada por Domingos de Gusmão (1170-1221) e a fundada por Francisco de Assis (1181/2- 1226). Mas no período existiram também a Ordem dos Carmelitas (aprovaada em 1226, por Honório III) e a dos eremitas Agostinianos (1244). (GRUNDMANN, 1980; BOLTON, 1986).

Por fim, como historiadoras da educação, queremos destacar a importância de se “ouvir as falas” e de se entender o pensamento das mulheres do século XIII (e o de Clara, portanto), bem como o que sobre elas se falou e se escreveu, direta ou indiretamente, considerando-se que esse emaranhado de falas, de escritas e de pensamentos podem expressar muitos aspectos relacionados à construção da história da educação medieval e como as mulheres participaram daquela construção. Todavia, não podemos exigir que os homens dos séculos posteriores ao daquelas mulheres necessariamente devessem ter se voltado para elas e torná-las visíveis, pois todo esse processo envolve interesses, preferências, posicionamentos político-sociais, os quais não nos cabe aqui aprofundá-los, mas que não podem ser minimizados. Desse modo, o fato de Clara ter sido esquecida ou lembrada por meio da pesquisa relacionada às fontes clarianas não pode ser tomado como um mero esquecimento ou uma mera lembrança.

De nossa parte, podemos expressar que nossa “lembrança” dessa mulher medieval e o nosso debruçar reflexivo sobre as fontes relacionadas a ela e à sua Ordem dizem respeito à nossa busca de participar do processo de construção dos conhecimentos históricos medievais, assim como da história da educação feminina naquele contexto, especialmente em relação ao século XIII.

Fontes

BECKER, M. F.; GODET, J. F.; MATURA, T. **Chiara d'Assisi. Scritti**. Vicenza: LIEF, 1986.

BRUFANI, S. et al. (Org.). **Fontes Franciscani**. Assisi: Edizione Porziuncola, 1997.

MENESTÒ, E. et al. (Org.). **Fontes Francescani**. Assisi: Edizione Porziuncola, 1995.

OMAECHEVARRIA, I. **Escritos de Santa Clara y documentos contemporâneos**: introducciones, traduccion y notas de OMAECHEVARRIA, I. C. Edición bilingüe. Madrid, 1970.

PEDROSO, J. C. C. **Fontes clarianas**. Piracicaba: Centro Franciscano de Espiritualidade, 2004.

PINTARELLI, A. E.; PEDROSO, J. C.; TEIXEIRA, C. M. (Org.) **Fontes franciscanas e clarianas**. Tradução Celso Márcio Teixeira 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

ZOPPETTI, G.; BARTOLI, M. S. **Chiara d'Assisi**. Assisi: Editrice Francescani, 1994.

Referências

BARABÁS, L. Le lettere di Santa Chiara Allá Beata Agnese di Praga. Riassunto dell'opera di J.K. Vyscocol. Traduzione Fausta Casolini. In: SANTA CHIARA D'ASSISI. **Studi e cronaca del VII centenario (1253-1953)**. Assisi: Comitato Centrale per il VII centenario morte S. Chiara, 1954.

BARTOLI, M. **Clara de Assis**. Petrópolis: Vozes/FFB, 1998.

BECKER, M. F.; GODET, J. F.; MATURA, T. **Chiara d'Assisi. Scritti**. Vicenza: LIEF, 1986.

BOCCALI, G. **Textus opusculorum S. Francisci et S. Clare Assisiensium**, Santa Maria degli Angeli-Assisi, 1976.

BOLTON, B. **A reforma na Idade Média**. Lisboa: Edições 70. 1986.

BRUFANI, S. et al. (Org.). **Fontes Franciscani**. Assisi: Edizione Porziuncola, 1997.

BRUNELLI, D. **Ele se fez caminho e espelho**: o seguimento de Jesus Cristo em Clara de Assis. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARNEY, M. **A primeira franciscana**: Clara de Assis e sua forma de vida. Tradução José Carlos Corrêa Pedrosa. Piracicaba: Centro Franciscano de Espiritualidade, 1997.

CHÉRANCÉ, L. **Santa Clara de Assis**. Tradução José Basílio Pereira. Bahia: Mensageiro da fé. 1953.

CONTI, M. **Estudos e pesquisas sobre o franciscanismo das origens**. Tradução Celso Márcio Teixeira. Petrópolis: Vozes, 2004.

CREMASCHI, C. G. **Chiara di Assisi**. Assisi: Porziuncola, 2009.

DIAS, I. A. **Clara de Assis e a formação católica no século XIII**: uma análise das fontes clarianas na perspectiva da História da Educação. 2014. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014.

DOSSE, F. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. Tradução Gilson C. C. de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FORTINI, A. Nuove Notizie intorno a S. Chiara di Assisi. **Archivum Franciscanum Historicum**, Firenze, annus et tomus XLVI, p. 3-43, 1953.

GODET, J-F. Introduzione. Prima parte. Aspetto storico e critico degli scritti di Chiara. In: D'ASSISI, C. **Scritti**: introduzione, texto latino, traduzione, note e indici di M. F. Becker et alii. Vicenza: Edizioni LIEF, 1986. p. 11-34.

GRAU, E. Die Schriften der Heiligen Klara und die werke ihrer biographen. In: CONVEGNO INTERNAZIONALE DEL MOVIMENTO RELIGIOSO FEMMINILE E FRANCESCANESIMO NEL SECOLO XIII, 7., 1979, Assisi. **Atti...** Assisi, 1980. p. 195- 238.

GRUNDMANN, H. **Movimenti religiosi nel medioevo**. Bolonha: Il Mulino, 1980.

LE GOFF, J. **Em busca da Idade Média**. Tradução Marcos de Castro. 2 ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MATURA, T. Introduzione. Seconda parte. Il contenuto degli scritti. In: D'ASSISI, C. **Scritti**: introduzione, texto latino, traduzione, note e indici di M. F. Becker et alii. Vicenza: Edizioni LIEF, 1986. p. 35-77.

MENESTÒ, E. et al. (Org.). **Fontes Francescani**. Assisi: Edizione Porziuncola, 1995.

OMAECHEVARRIA, I. **Escritos de Santa Clara y documentos contemporâneos**: introducciones, traduccion y notas de OMAECHEVARRIA, Ignacio e cols. Edición bilingüe. Madrid, 1970.

PAIVA, J. M. **Colonização e catequese**. São Paulo: Arké, 2006.

PEDROSO, J. C. C. **Fontes clarianas**. Piracicaba: Centro Franciscano de Espiritualidade, 2004.

PERROUT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PINTARELLI, A. E; PEDROSO, J. C.; TEIXEIRA, C. M. (Org.). **Fontes franciscanas e clarianas**. Tradução Celso Márcio Teixeira. 2 ed., Petrópolis: Vozes, 2008.

ROTZETTER, A. **Clara de Assis**: a primeira mulher franciscana. Tradução Carlos Almeida. Petrópolis: Vozes, 1994.

SILVEIRA, I. **Retrato de Santa Clara de Assis na literatura hagiográfica**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ZAVALLONI, R. **A personalidade de Santa Clara de Assis**: estudo psicológico. Tradução Ary E. Pintarelli. Petrópolis: FFB, 1995.

ZOPPETTI, G.; BARTOLI, M. S. **Chiara d'Assisi**. Assisi: Editrice Francescani, 1994.

CAPÍTULO 17

MENSAGEIRO: JORNAL/ REVISTA ALTERNATIVO ÉTNICO DOS, PARA E SOBRE OS POVOS INDÍGENAS (1979-2013)⁶⁸

Paula Faustino Sampaio

⁶⁸ Este capítulo se trata de uma versão revista e ampliada do texto submetido ao Simpósio Internacional Las Mujeres en la Formación de los Estados Nacionales de América Latina y El Caribe, Lima, Peru, promovido pelo Centro de Estudios en la Historia de América Latina (CEMHAL), em 2017 e no prelo para publicação pela Revista Historia de las Mujeres CEMHAL. Acrescento que a escrita deste artigo se deu no âmbito das leituras e reflexões propostas nas disciplinas Tempo Presente, Periódicos e Imagens na História, ministrada pelo professor Dr. Fabiano Coêlho, e Povos Indígenas: História e Historiografia, ministrada pelo professor Dr. Thiago Leandro Vieira Cavalcante, ambas no Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal da Grande Dourados. Aos professores e colegas dessas disciplinas, agradeço os estudos e os debates. Toda a responsabilidade pelas ideias expressas aqui é minha.

A historiadora Ana Luiza Martins, em seu artigo “Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras”, publicado em 2003, fruto da pesquisa que lhe permitiu examinar mais de duzentas revistas da cidade de São Paulo publicadas entre 1890 e 1920, discute a utilização da revista como fonte para estudos históricos. Também defende a ideia de que se trata de um “documento múltiplo” por ser produzido a partir de variadas tipologias documentais e por compor segmentos diferentes do mercado editorial.

Ao examinar as revistas com vistas a distinguir as temáticas e a segmentação de mercado editorial nas décadas iniciais da República no Brasil, Martins (2003) classificou-as por títulos, temáticas e público leitor-consumidor. Entre os segmentos apresentados, Martins (2013, p. 67, grifo da autora) afirmou que “não se pode ignorar a imensa quantidade de *revistas étnicas* [...]”. Com esta menção ao veículo já classificado como étnico, cujo público leitor era formado por grupos advindos da imigração acentuada de italianos, espanhóis, alemães, sírios e japoneses a partir das décadas finais do século XIX, nos indica quão constantes eram tais circulações.

Os estudos históricos sobre impressos lidos até o momento (CAPELATO; PRADO, 1980; CAPELATO, 1988; CRUZ; PEIXOTO, 2007; KUCINSKI, 1991; LUCA, 1999; 2017; MARTINS, 2001, 2003) não abordam *revistas étnicas*, apenas fazem referência aos estudos de Martins (2003; 2001), especificamente a obra *Revistas em revista: imagem e práticas culturais em tempos de República*, lançado em 2001, na qual também menciona as revistas étnicas.

Neste livro, Martins (2001, p. 277) afirma que não foi objeto de seu estudo a sistematização de revistas étnicas em função delas serem em língua italiana, portanto, saindo do escopo da pesquisa com revistas em língua portuguesa, embora reconheça o volume expressivo destas revistas e, também, das publicações voltadas às “minorias e/ou comunidade de apreço relativo”.

Conquanto as revistas étnicas não sejam objetos de estudos desta historiadora, a existência delas, na primeira metade do século XX, estimula indagações sobre a natureza, a materialidade, as temáticas, as abordagens, o público leitor, etc.

Das revistas associadas ao termo indígena disponíveis nos acervos digitais Armazém Memória e Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro⁶⁹, selecionei o *Mensageiro*, um impresso que nasceu em 1979 sob o formato de jornal e foi transformado em revista ao longo das edições. Por isso, refiro-me ao impresso usando

69 Para consulta ao acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro, um importante depositário de acervo sobre movimentos sociais no Brasil, acesse: <<http://www.cpvsp.org.br/index.php>>.

o duplo formato jornal/revista *Mensagem* (1979-2013), tentando especificar o formato ao estudar as fases e as características desse objeto de estudo.

O objetivo deste estudo é investigar em que medida o jornal/revista *Mensagem*, editado pelo Conselho Indigenista Missionário, doravante CIMI, pode ser considerado um *jornal* ou *revista étnica*, conforme a ordenação por título, temáticas e público leitor delineada por Martins (2001; 2003), e refletir acerca da adequação dessas classificações/ordenações para os impressos produzidos por indígenas e por indigenistas.

O Conselho Indigenista Missionário, a produção de periódicos e as questões indígenas

Os anos 1970 na América Latina foram vividos sob regimes de governos ditatoriais. No Brasil, essa década ficou conhecida na historiografia de vertente economicista como “era do milagre econômico”, sendo os anos finais evidenciados pela chamada “abertura lenta, gradual e segura” da política autoritária com a Lei de Anistia em 1979.

Concomitante, a Igreja Católica, que inicialmente apoiou o regime ditatorial civil/militar imposto em 1964, começou a evidenciar com mais vigor as discordâncias organizadas em torno da Teologia da Libertação, fundando Comissões Pastorais da Terra (CPT) e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que se constituíram em espaços de estudos, discussões e organização social. As críticas ao sistema sócio-político vigente, a revisão das diretrizes missionárias da Igreja Católica no Brasil, naquele momento, em parte, possibilitaram atenção da Igreja Católica para os pobres e para os injustiçados, dentre eles os povos indígenas.

Foi neste contexto sócio-político que o impresso *Mensagem* foi criado. O editorial n. 1, intitulado “Apresentação do jornal”, narrou a história da fundação do então jornal *Mensagem*. O ato fundacional aconteceu na 3ª Assembleia do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Regional Norte II, realizada entre 24 e 29 de abril de 1979, no Centro de Treinamento da Prelazia de Abaetetuba, município de Laranjal, estado do Pará. Nessa assembleia estavam cinco lideranças indígenas e onze missionários do CIMI, que lançaram o jornal/revista *Mensagem*. Esse impresso foi editado periodicamente até 2012, totalizando cento e noventa e seis números, que perfazem trinta e três anos de publicação, estando à disposição no acervo digital Armazém Memória. O jornal *Mensagem* foi o segundo impresso

lançado pelo CIMI. Em 1978 o CIMI havia lançado o jornal *Porantim*, editado até a presente data.⁷⁰

Figura 1 - Capa da edição n. 1 do Jornal/Revista *Mensageiro*.



Fonte: MENSAGEIRO, 1979a.

70 No acervo digital Armazém Memória, localizei trezentos e setenta e um números do Jornal *Porantim*, perfazendo o período entre 1978 e 2014. Para consultar o acervo, acesse: <<http://armazemmemoria.com.br/>>.

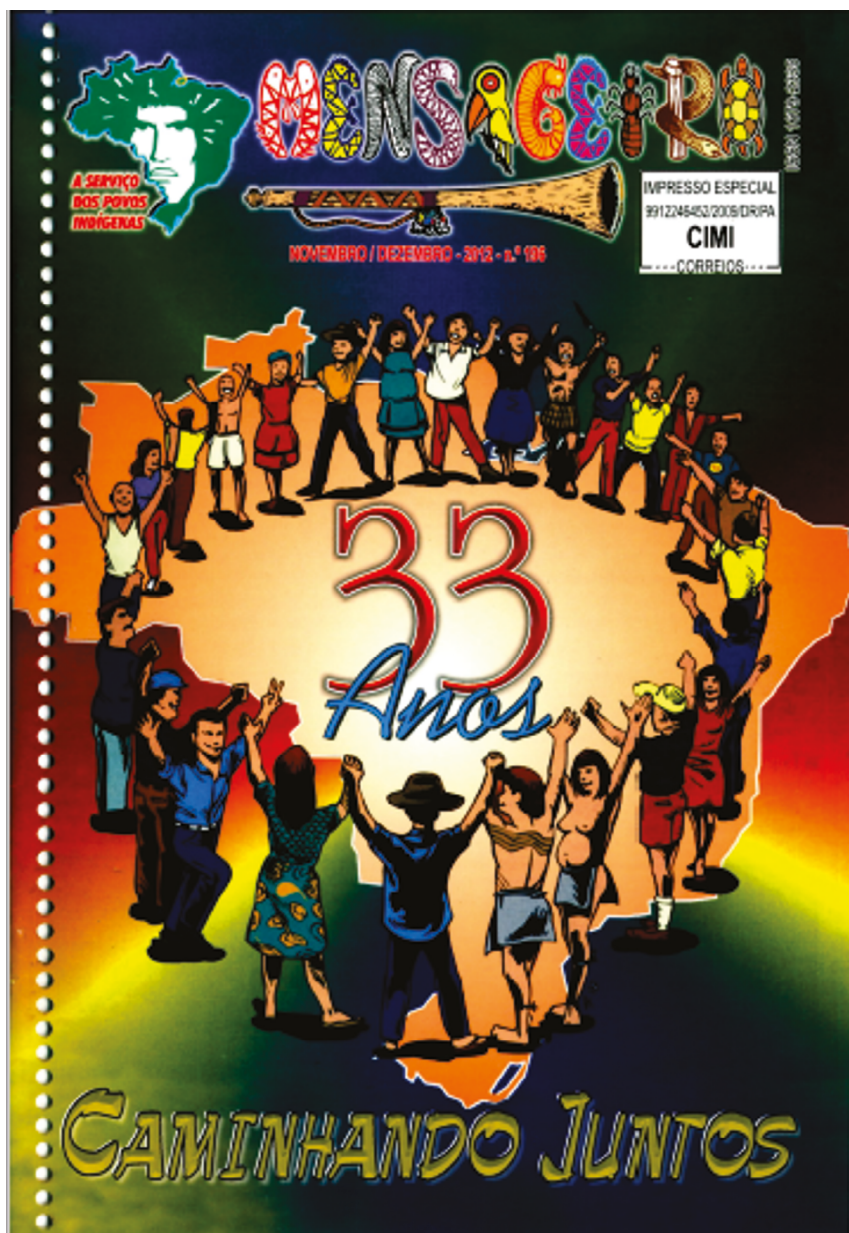
Figura 2 - Capa da edição n. 2 do Jornal/Revista *Mensagem*, com fotografias.



Fonte: MENSAGEIRO, 1979b.

Nota: As fotografias eram colocadas uma a uma em cada exemplar.

Figura 3 - Capa comemorativa dos 33 anos do Jornal/Revista *Mensagem*.



Capa da edição n. 196, 2012.

Fonte: MENSAGEIRO, 2012.

Nota: A partir da edição n. 55 o impresso assume o formato de revista.

Ambos impressos faziam parte da nova política missionária do CIMI. Criado em 1972 como órgão vinculado à Igreja Católica no Brasil por meio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o CIMI tinha a missão de redefinir a atuação da Igreja Católica junto aos povos indígenas no Brasil, o que, para Fioravanti (1990), pode ser visto como atividade progressista, vanguardista e revolucionário do CIMI junto à organização do movimento social indígena.

Em estudo pioneiro sobre o jornal *Porantim*, Vieira (2000, p. 41) afirma que “como jornal alternativo [*Porantim*], colocando-se na defesa dos povos indígenas e contestando as propostas oficiais, nem sempre se alinha à própria Igreja, principalmente quando o tema é Religião e Missão, mostrando-se independente em sua linha editorial”. É emblemático o posicionamento do impresso quanto às questões indígenas e às divergências dentro da Igreja Católica.

Kucinski (1991) defende que os impressos alternativos surgidos entre 1964 e 1980, período da ditadura militar no Brasil, reuniam dois anseios. O primeiro anseio diz respeito à vontade intensa das esquerdas de efetivar um projeto de transformação sócio-política-econômica; o segundo anseio refere-se à busca por elaboração de espaços de conhecimento diferentes aos ofertados pela grande imprensa e pela ala da universidade defensora dos discursos de cientificidade. Partindo disto, naquele contexto de autoritarismo e repressão política, foram criados vários impressos alternativos, compreendidos por Kucinski (1991) como articulação de força e de resistência política e cultural e ponto de ação política.

Entre os impressos alternativos regionais efêmeros, conforme classificação de Kucinski (1991, p. 66), fundados por grupos de jornalistas e escritores descontentes com a abordagem da imprensa convencional, surgiram jornais como *Mantiqueira*, em Poços de Caldas-MG; *Bagaço*, no Rio de Janeiro-RJ; *Bandeira 3*, em Belém do Pará-PA. Este último publicava escritos sobre ecologia.

De modo conciso, Kucinski (1991, p. 66) informa que em Manaus, “[...] o boletim *Porantins*, da CIMI, que depois teria circulação nacional, preenchia algumas das funções de um jornal alternativo”. Entretanto, o autor não dá maiores detalhes sobre o impresso nem trata sobre os impressos alternativos voltados às questões indígenas ao longo do seu livro.

Na compreensão de Perli (2007), por datar dos anos finais da década de 1970, a imprensa alternativa avolumou-se especialmente junto a sindicatos e demais organizações sociais. O papel exercido pela imprensa alternativa foi de crítica à falta de liberdade de expressão e aos cerceamentos impostos pela ditadura civil militar. Esta imprensa recebeu o apoio de parte da Igreja Católica, da Central Única dos Trabalhadores e outras entidades. Em especial, o Movimento Sem Terra, cuja política de comunicação foi objeto de estudo do autor, passou a publicar

boletins, bem como a elaborar uma proposta de política de comunicação visando a resistência ao conteúdo veiculado sobre o MST pela grande imprensa.

Por sua vez, Peruzzo (2009) compreende os impressos alternativos como uma outra comunicação produzida em grande medida pelos movimentos sociais, visando a oferta de conteúdo que fomente a conscientização, a democratização da informação e o acesso aos meios de comunicação com foco na transformação social.

Partindo destas compreensões, é possível pensar que o CIMI e os povos indígenas, no âmbito do fortalecimento do movimento indígena desde a década de 1970, produziram uma outra comunicação sobre os povos indígenas para ser seu instrumento de luta. Os impressos eram um desses instrumentos e de comunicação alternativa à grande imprensa.

Apesar da existência de impressos voltados declaradamente às questões indígenas, suponho que os mesmos possam ter sido incluídos e classificados entre os demais alternativos ecológicos, em anuários e catálogos da imprensa e hemeroteca, algo a ser investigado com atenção futuramente. Este aspecto me faz supor também que os jornais *Porantim* e *Mensagem* — embora o primeiro seja considerado alternativo por Vieira (1993) e parcialmente alternativo por Kucinski (1991) — não se limitam a um único segmento de impressos.

Aqui, os impressos são estudados tendo em vista a construção da realidade político-social. Conforme entendimento de Capelato e Prado (1980, p. 15), “A meta é sempre conseguir adeptos para uma causa seja ela empresarial ou política, e os artifícios utilizados para esse fim são múltiplos”. Deste modo, *Porantim* e *Mensagem* são tomados como meios de comunicação que interferiram na vida política e social, e não sendo instrumento imparcial e neutro acerca da narrativa dos fatos, especialmente relativo às questões indígenas no Brasil.

Dadas estas especificidades, inspiradas na proposição de Luca (2017), é importante perceber que:

[...] o conteúdo de jornais e revistas não pode ser dissociado das condições materiais e/ou técnicas que presidiram seu lançamento, dos objetivos propostos, do público a que se destinava e das relações estabelecidas com o mercado, uma vez que tais opções colaboram para compreender outras, como formato, tipo de papel, qualidade da impressão, padrão da capa/página inicial, periodicidade, perenidade, lugar ocupado pela publicidade, presença ou ausência de material iconográfico, sua natureza, formas de utilização e padrões estéticos. A estrutura interna, por sua vez, também é dotada de historicidade e as alterações aí observadas resultam de complexa interação entre técnicas de impressão disponíveis, valores e necessidades sociais. (LUCA, 2017, p. 2).

Nos limites deste capítulo, passo a apresentar aspectos da materialidade, da estrutura interna e dos conteúdos do impresso *Mensagem* para tentar responder a pergunta: o impresso *Mensagem* pode ser classificado como um impresso alternativo étnico?

***Mensagem*: formas, conteúdos e público leitor**

Ao comemorar o centésimo número, em 1996, o impresso *Mensagem* estabeleceu uma cronologia própria a partir da materialidade, conforme resumo na tabela:

Tabela - As fases e características do impresso *Mensagem*.

Fase	Período	Números	Formato	N. de páginas
1ª fase	Maio/1979 a Fevereiro/1980	N. 1 ao n. 3	Jornal	14 a 23
2ª fase	Junho a Setembro/1980	N. 4 ao n. 6	Jornal	13 a 16
3ª fase	Dezembro/1980 a Novembro/Dezembro/1988	N. 7 ao n. 54	Jornal	06 a 100
4ª fase	Janeiro/Fevereiro/1989 a novembro-dezembro de 2012	N. 55 ao n. 196	Revista	24 a 40

Fonte: Elaborada por Paula Faustino Sampaio, com base nos dados do MENSAGEIRO, 1996a.

Nota: Trata-se da edição comemorativa dos 18 anos da revista.

O jornal *Mensagem*, em sua primeira fase, de maio de 1979 a fevereiro de 1980, foi mimeografado em meia folha de papel ofício A4 (210mm x 297, conforme ISSO 216, de 1975). As imagens (fotografias e desenhos) em preto e branco foram coladas em cada exemplar e o número de páginas variava entre 14 a 23. Nos três números dessa fase, a estrutura interna compreendia mensagens de índios ou de grupos indígenas, informações e reportagens de indígenas do Brasil sobre os desafios e a organização de povos indígenas.

Na segunda fase, de junho a setembro de 1980, Geraldo Lod (Cacique Galibi) continuou como responsável editorial do *Mensagem*. Nessa fase, o jornal aumentou o tamanho da folha, passando a ser impresso em uma folha de papel ofício inteira⁷¹, variando no número de páginas entre treze e dezesseis. As ima-

71 Segundo o padrão internacional para tamanho de papel ISO 216: 2012, a folha de papel ofício possui medida de 21,59 x 35,56 centímetros. Para conferir outros tamanhos, ver NBRNM-ISO

gens, fotografias em sua maioria, foram impressas na capa com legenda abaixo das fotografias. A estrutura interna continuou a apresentar mensagens dos indígenas, notícias sobre reuniões, assembleias e assassinatos de indígenas, histórias dos povos indígenas e reportagens especiais anunciadas na capa. A crítica a abordagem construída pelos jornais da grande imprensa sobre povos indígenas passou a ser contundente nesta fase.

O editor da primeira e segunda fase foi Geraldo Lod, etnia Galibi. Na edição n. 55, de janeiro-fevereiro de 1989, comemorativa dos dez anos do impresso, o nome de Geraldo Lod foi mencionado como um os quatro caciques que criaram o jornal em 1979. Nesta edição também constam os nomes dos demais fundadores indígenas: Tãgaha, etnia Karipuna; Paulo Orlando, etnia Palikur; Floriano Tauhe, etnia Munduruku; e Francisco Hakai, etnia Munduruku, além de três fotografias destes fundadores:

Figura 4 - Editorial comemorativo dos 10 anos Jornal/Revista *Mensagem*.



Fonte: MENSAGEIRO, 1989.

Nota: Nessa edição o impresso comemorou dez anos, apresentou fotografias dos indígenas fundadores e reafirmou o trabalho editorial do Conselho Indigenista Missionário voltados aos povos indígenas.

Após a terceira fase, entre dezembro de 1980 e novembro/dezembro de 1988, o nome de Geraldo Lod não aparece como editor do ainda jornal *Mensagem*. Nessa fase, o jornal passou a informar apenas o endereço para correspondência em Belém-PA; anteriormente havia o endereço no Oiapoque-AM sob responsabilidade de Geraldo Lod. É possível conjecturar que o jornal passou a realizar suas

atividades em Belém-PA, sede da Regional Norte II do CIMI, o que sinaliza maior centralização do CIMI na produção do impresso.

Apesar disso, a edição comemorativa n. 100 voltou a enfatizar a fundação do *Mensagem* pelos caciques indígenas, sem apresentar os nomes dos mesmos, apenas ilustrou com fotografia do grupo reunido para fundação do impresso.

Foi nessa terceira fase que o jornal passou a ser impresso em papel jornal, a utilizar fotografias e outras imagens junto às reportagens e a diagramar os textos em colunas. Mais uma inovação se deu a partir do n. 28, de 1984, com a incorporação de cores na capa e contracapa, que até então eram em preto e branco.

A terceira fase apresentou também a seguinte estrutura: assembleias nacionais e regionais e surgimento das primeiras organizações indígenas foram conteúdos de notícias; os artigos primaram pelo gênero explicativo, especialmente focando em leis e projetos dos governos para esses povos que continuaram com as mensagens entre eles, algumas na língua de dado grupo étnico com tradução para o português. As reportagens de capa privilegiaram temas como povos das etnias nativas de países da América e sua organização, assembleia nacional constituinte de 1987, direitos e ameaças aos povos indígenas.

Nesta fase foram produzidos números especiais intitulados Estudos, sendo o estudo n. 1, ed. 42, ano 1987: “Constituinte – Vamos à Luta”, e o estudo n. 5, ed. 63, ano 1990: “A Mulher Ameríndia na história, na cultura, na organização e no mundo moderno”. Estes eram denotadores do foco estudos/edições especiais na participação indígena na construção da nação do Brasil e do mundo moderno. Abordagem que tem continuidade na quarta fase em edições especiais, como na ed. 132, ano 2002: “Povos Indígenas no Mundo”, e na ed. 133, ano 2002: “Povos Indígenas no Brasil”. Quanto ao formato, *Mensagem* na quarta fase, de janeiro/fevereiro de 1989 a novembro/dezembro de 2012, mudou o formato, de jornal assumiu o formato de revista, tamanho 20,2 cm x 26,6 cm, sendo impressa em gráfica na cidade de Belém-PA.

Nessa nova fase, a então revista *Mensagem* continha oito páginas em boa parte dos números, exceção para os números acerca de estudos especiais, que continham quarenta páginas. A partir do n. 141, a revista passou a usar ISSN (*International Standard Serial Number*). Vale salientar que, embora o formato e estrutura interna fossem de revista, as referências textuais, as assinaturas dos editoriais e mesmo o *layout* continuavam a usar o nome do impresso no gênero masculino, uma alusão ao jornal *Mensagem*, e não à revista *Mensagem*.

O periódico também apresentou mudança na diagramação, incluindo a utilização de mais cores e título destacados, as fotografias passaram a ser coloridas, os desenhos de mapas e as gravuras continuaram em preto e branco. Houve a inclusão de outros gêneros textuais, como o poema, e de outras linguagens como a charge.

Ao longo da quarta fase, *Mensagem* diversificou o conteúdo incluindo questões como meio ambiente, sustentabilidade, cultura indígena e organização de mulheres indígenas atrelados à temática central da luta, da organização e dos desafios dos povos indígenas por seus direitos.

Na edição n. 94, em 1995, temos um exemplo dessa diversificação temática entrelaçada com a pauta central da revista. A notícia intitulada “Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Indígenas” (MENSAGEIRO, 1995) descreveu o encontro realizado em Brasília, de 25 a 28 de setembro de 1995, destacando a representatividade das mulheres de vinte e cinco povos indígenas do Brasil. *Mensagem* informou também a pauta do encontro: saúde das mulheres, educação bilíngue e bicultural, denúncia da impunidade dos crimes contra indígenas e cobrança por demarcação de terras. Assim, *Mensagem* passou a ampliar as temáticas cujos vértices congruem para a temática central. Nesta estratégia, por exemplo, mulheres indígenas e suas organizações sociais são tematizadas e representadas neste impresso como sujeitos políticos, no qual os primeiros encontros e organizações de mulheres indígenas na Amazônia Brasileira remontam ao final dos anos 1980, conforme Monagas (2006).

Outro aspecto importante a ser destacado nesta fase diz respeito à composição editorial. A agora revista passou a contar com uma equipe de edição composta por Padre Nello, Irmã Rebeca, Raimundinha e Otávio, e com colaboradores indígenas de várias regiões do Brasil, a exemplo das lideranças e escritores Ailton Krenak e Eliane Potiguara – essa foi uma importante liderança indígena que destacou as questões da educação e da organização de mulheres e colaborou com o impresso desde as primeiras edições com sua escrita em prosa e verso. Possivelmente essa composição editorial favoreceu a diversidade temática e de ponto de vista, bem como a divisão de tarefas na produção da revista.

Desde a primeira fase o impresso *Mensagem* apresentou-se como um jornal dos índios para os índios, afirmando que “Queremos mandar o jornal ‘MENSAGEIRO’ para nossos irmãos índios. Esta é a palavra do índio para o índio. É uma mensagem. Todos podem mandar sua mensagem e fotos em preto e branco para o jornal a: Geraldo Lod.” (MENSAGEIRO, 1979c). Na edição n. 02 a nota da redação reforçou os propósitos do impresso: “Quer ser uma mensagem de índio para índio.” (MENSAGEIRO, 1979d), a composição editorial e temática da quarta fase indicam presença de indigenistas e das agendas temáticas de outros movimentos sociais tanto no impresso quanto no movimento indígena.

Na primeira fase o impresso no formato jornal enfatizou a colaboração dos indígenas, os quais deveriam enviar textos, mensagens, notícias etc. Sobre o viver e as lutas indígenas em várias áreas no Brasil. Nos primeiros números do jornal, temos o insistente pedido de colaboração. O editor responsável, Geraldo Lod, afir-

mou, em letras maiúsculas, que o impresso “SAI QUANDO TEM MATERIAL SUFICIENTE PARA EDIÇÃO” (MENSAGEIRO, 1979d). Ao mesmo tempo houve o pedido de contribuição financeira que deveria ser enviada para dois endereços, um no Oiapoque-AP e outro em Belém-PA — este endereçado a uma secretária chamada Helena Lima — e tempos depois a uma caixa postal. Assim, inicialmente, a produção do impresso estava atrelada, entre outros aspectos, a uma rede de colaboradores indígenas sob a coordenação do CIMI e sua disponibilidade financeira, mas sem identificação direta nos editoriais dos agentes ciminianos.

Deste modo, enquanto na primeira e na segunda fases os indígenas foram nomeados fundadores, editores e colaboradores coordenados pelo CIMI do impresso *Mensagemiro*, com o objetivo de os indígenas escreverem para os indígenas, na terceira fase o CIMI assumiu a edição e destacou a colaboração dos indígenas para envio de notícias.

Mais um aspecto a ser observado é o público-alvo. Nas duas fases iniciais o público pretendido foi o indígena. Na terceira fase, o público leitor inclui o não indígena. E na quarta fase acentou-se o objetivo ciminiano de disseminar informação dos indígenas entre os indígenas e de mobilizá-los para organização e luta por direitos, assim como a ênfase na inclusão dos não indígenas, conscientizando-os sobre a força da coletividade interétnica, conforme reafirmou ao comemorar dezoito anos de publicação:

Procura ser a voz e instrumento da aliança e articulação entre os povos indígenas. Procura compartilhar com amigos e amigas as riquezas culturais de povos pequenos, mas com culturas milenares e tecer solidariedade. Sobre tudo anuncia esperança na realização de uma sociedade nova fruto de nossos compromissos de índios e não-índios. (MENSAGEIRO, 1996b).

Se ao longo das suas edições o(a) jornal/revista *Mensagemiro* não foi um impresso produzido apenas pelos indígenas do Brasil, uma vez que a ação dos(as) missionários(as) ciminianos(as) foi constante na produção deste impresso, arrisco-me a dizer que esse impresso foi, sobretudo, publicado para os povos indígenas, visando sua organização política em torno do reconhecimento da diferença étnica, sem prescindir das relações interétnicas.

Por etnicidade Cunha (2009) entende “uma forma de organização política que assume um papel de reivindicação cultural e protesto político.” Neste sentido, os discursos do CIMI no *Mensagemiro*, voltados aos povos indígenas e sobre os povos indígenas, podem ser considerados como ações de etnicidade, especialmente na abordagem crítica à tutela do Estado sobre os povos indígenas e nos discursos voltados à mobilização e à organização dos povos indígenas presentes no *Mensagemiro*.

Na esteira da definição de Barth (2000, p. 27) grupos étnicos são “categorias atributivas e identificadoras empregadas pelos próprios atores”. Desse modo, mais que o conteúdo cultural, é a organização política fundada na autoidentificação e no seu reconhecimento, ou na luta por reconhecimento, que define o grupo étnico. Destarte, *Mensagem*, ao tornar a categoria indígena, genérica e atribuída pelo colonizador no ato da invasão das terras da América aos povos que habitavam este território, como instrumento de união e de luta dos grupos étnicos nativos, construiu discursos em grande medida voltados aos grupos étnicos autodeclarados indígenas.

Sendo assim, muito embora o título não evidencie nenhum grupo étnico do Brasil, a recorrente menção aos cinco caciques na ficha catalográfica que acompanhou o impresso em todos os números, o discurso construído no periódico pelo CIMI identificando o *Mensagem* como um impresso *dos e para* os povos indígenas, as temáticas apresentadas e a estrutura interna contribuem para que eu considere *Mensagem*, se não uma revista étnica, um impresso alternativo étnico do CIMI, com participação de grupos indígenas, notadamente nas primeiras fases, com discursos de etnicidade voltados à organização dos indígenas, aos povos indígenas e às relações interétnicas no Brasil.

Considerações finais

Se impresso étnico, se impresso alternativo, neste capítulo, busquei identificar o(a) jornal/revista *Mensagem* do Conselho Indigenista Missionário. As especificidades da materialidade, aqui estudadas parcialmente, desafiaram a classificação desse impresso, que não se adequam totalmente às definições de impresso alternativo e de revista étnica.

Também, o contexto de produção desse impresso possibilitou elementos que contribuíram na identificação de algumas razões do CIMI para produzir o *Mensagem*. Apesar de não ter aprofundado a análise do conteúdo, é possível afirmar que na trajetória de 33 anos de edição o *Mensagem*, além de informar sobre questões indígenas e definição das pautas indígenas, participou do movimento indígena do Brasil, especialmente nos anos 1980.

Para compreender o *Mensagem* como impresso alternativo ou impresso étnico foi fundamental considerar os elementos sugeridos pelos estudiosos — Ana Luiza Martins, Bernardo Kucinski, Tânia Regina de Luca, entre outros — na análise dos impressos como objeto de estudo. Porém, dada a temática central do(a) jornal/revista *Mensagem*, foi necessário dialogar com os estudos de história indígena

visando a compreensão dos conceitos de etnicidade e grupos étnicos, fulcrais para identificação do impresso em análise.

Cheguei à compreensão, em aberto, de que o(a) jornal/revista *Mensageiro* pode ser considerado um impresso alternativo mais do CIMI do que dos povos indígenas, bem como um impresso constituído com discursos de etnicidade voltados ao público indígena e não indígena, dos povos indígenas e sobre questões indígenas. Deste modo, pode ser considerado um impresso alternativo étnico.

Fonte

MENSAGEIRO. Belém-PA: Conselho Indigenista Missionário (CIMI). 1979-2013. Bimestral. ISSN: 1679-2325.

_____. **Capa**. Belém, n. 196, nov./dez. 2012.

_____. **Edição comemorativa dos 18 anos da revista**. Belém, n. 100, set./out. 1996a.

_____. **Editorial**. Belém, n. 100, set./out. 1996b.

_____. **Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Indígenas**. Belém, n. 94, set./out. 1995, p. 26.

_____. **Edição comemorativa de 10 anos**. Belém, n. 55, jan./fev. 1989, p. 02

_____. **Capa**. Belém, n. 1, 1979a.

_____. **Capa**. Belém, n. 2, ago. 1979b.

_____. **Apresentação do jornal pelo editor Gerald Lod**. Belém, n. 1, 1979c.

_____. **Nota da redação**. Belém, n. 2, p. 23, ago. 1979d.

Referências

BARTH, F. Os grupos étnicos e suas fronteiras. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000. p. 25-68.

CAPELATO, M. H. R. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto; EDUSP, 1988.

_____.; PRADO, M. L. O bravo matutino. **Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, E. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. especial, p. 37-55, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2004000300004>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 255-272, dez. 2007.

CUNHA, M. C. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. 440p.

FIORAVANTI, M. **ÍNDIO-CIMI ou CIMI-ÍNDIO?** A razão crítica de uma “nova” perspectiva interétnica e missionária. 1990. 332 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1990.

KUCINSKI, B. **Jornalistas e revolucionários**. São Paulo: Editora Página Aberta Ltda., 1991. p. 1-127.

LUCA, T. R. **Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Unesp, 2017.

_____. **A revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora da UNESP, 1999. p. 17-84.

MARTINS, A. L. Da fantasia à História: folheando páginas revisteiras. **História**, São Paulo, n. 22, v. 1, p. 59-79, 2003.

_____. **Revistas em revista**: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922). São Paulo: Edusp; Fapesp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MONAGAS, A. C. S **União, luta, liberdade e resistência**: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia Brasileira. 2006. 245 p. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

PERUZZO, C. K. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. **Galáxia** – Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, São Paulo, n. 17, set. 2009. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/2108>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

PERLI, F. **A luta divulgada**: um movimento em (in)formação: estratégias, representações e políticas de comunicação do MST (1981-2001). 2007. 333 p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

VIEIRA, R. L. **O Jornal Porantim e o indígena**. São Paulo: Annablume, 2000. 118p.

CAPÍTULO 18

A PROPAGANDA NA IMPRENSA AUTOMOBILÍSTICA: O ESPAÇO RESERVADO ÀS PIN-UP-GIRLS NA REVISTA O CARRETEIRO (1970-1976)⁷²

Danilo Leite Moreira

⁷² Este capítulo trata-se de uma versão revista e ampliada do texto submetido ao Simpósio Temático coordenado pelas organizadoras da obra, apresentado durante o VIII Congresso Internacional de História (CIH); XXII Semana de História, promovido pela Universidade Estadual de Maringá, em 2017.

O modal rodoviário é um setor que ainda não tem nem cem anos de história no Brasil. Embora os primeiros veículos tenham chegado ao país no início do século XX, é somente no decorrer da segunda metade do século que desenvolve o rodoviarismo-automobilístico. No Brasil, esse desenvolvimento se deu em função da criação da indústria automobilística, bem como pelas construções e aberturas de novas estradas que passaram a cortar o país de norte a sul.

Na busca de cobrir este setor em franco desenvolvimento, as revistas automobilísticas, voltadas para o gênero masculino, começaram a circular no país. Elas tinham e ainda têm por finalidade divulgar o desenvolvimento tecnológico do setor, por meio do surgimento de novos modelos de veículos, assim como peças e acessórios, já que o mercado que vinha crescendo era e ainda é altamente lucrativo.

Embora exista um número de pesquisas históricas que têm como fonte a imprensa, ainda existe um número considerável de periódicos que nunca foram analisados enquanto fonte, e a sua utilização possibilita não pensar somente uma História das revistas, mas pensar uma escrita da História por meio delas (LUCA, 2015).

Foi pensando nisso, que o presente capítulo buscou fazer uma breve reflexão alicerçada em uma contextualização histórica, contanto o surgimento da história da imprensa automobilística do grupo Abril, destacando o surgimento das principais revistas técnico-especializadas automobilísticas, tais como: a *Quatro Rodas* (1960), *Transporte Moderno* (1963), o *Guia Quatro Rodas* (1966) e o *O Carreteiro* (1970). Essa breve contextualização da imprensa automobilística se faz necessário, uma vez que ainda existem pouquíssimos trabalhos que tratem da imprensa automobilística no país, assim o presente texto terá como foco contar o surgimento dessa imprensa e dando destaque para a revista *O Carreteiro*.

Fundada em julho de 1970, a revista *O Carreteiro* continua sendo publicada até os dias atuais. Com mais de 500 exemplares lançados, uma cifra considerável em se tratando de uma revista praticamente ignorada. *O Carreteiro* criada na categoria de publicações técnicas da Editora Abril, no final da década de 1980, foi transferido da Editora Abril para as mãos do norte-americano John Garner, fundador da GG Editora de Publicações Técnicas Ltda. Responsável pela produção da revista até os dias de hoje. Desde seu surgimento, a revista tem por objetivo levar informações para os motoristas de caminhão, ou, como o próprio título diz, aos carreteiros.

Na busca de despertar o interesse dos carreteiros em folhear um periódico, era preciso pensar em algo diferenciado, pois se tratava de um público que, visto culturalmente, não gostava de ler. Como qualquer outra revista deste segmento, as propagandas se fazem presente como meio de sustento e de permanência das mesmas. Porém, na imprensa automobilística, na busca de atrair atenção dos lei-

tores/consumidores, as mulheres sempre estiveram presentes nas propagandas. Por fim, o presente capítulo destaca como as mulheres foram representadas por meio destes anúncios nas páginas da revista *O Carreteiro*.

Desenvolvimento no setor rodoviário e o surgimento da imprensa automobilística

O desenvolvimento da imprensa automobilística no Brasil está ligado principalmente ao período de crescimento econômico do país, que ocorre no decorrer década de 1950, quando Juscelino Kubitschek (JK), visando reorganizar a economia do país que vinha enfrentando sérios problemas econômicos, estabelecia no seu governo um Plano de Metas ou Programa de Metas, como ficaria conhecido. Segundo Lilian M. Schwarcz e Heloisa Starling,

[...] exposto pela primeira vez numa reunião ministerial realizada no segundo dia de governo, 1º de fevereiro de 1956, e publicado no dia seguinte no Diário Oficial, Plano de Metas foi o primeiro e o mais ambicioso programa de modernização já apresentado no país [...]. (2015, p. 415).

O plano definia 30 metas nos mais diversos campos como os de Energia, Transporte, Indústria e Educação. O Plano Econômico tinha por objetivo a superação do subdesenvolvimento econômico do país. Assim, as metas iam dos mais variados setores, por exemplo, na meta n. 1 de Energia elétrica previa-se o aumento da potência de três para cinco milhões kW; nas Metas 8/9 Rodovias de Pavimentação e Construção que previa a construção de 12 mil quilômetros de estradas pavimentadas e na Meta 30 previa a elevação do número de estudantes nos mais diversos níveis escolares (BRASIL, 1958).

Embora fossem traçadas trinta metas, a presente contextualização irá adentrar somente nas metas que estão relacionadas ao desenvolvimento de estradas e de indústrias automobilísticas. Portanto, neste primeiro momento, destacaremos as metas 8/9 Rodovias de Pavimentação e Construção e a meta 27 da Indústria automobilística. Ao chegar à presidência, em 1956, JK encontra um país subdesenvolvido, porém, nesse mesmo país se deparava com um terreno propício para o crescimento econômico. Assim, já na presidência, encontra no Brasil uma rede asfáltica de 920 km. Com o plano de metas n. 8 previa a pavimentação de 5 mil quilômetros de rodovias. Em 1956, o país tinha somente 10 mil quilômetros de rodovias. O plano de meta n. 9 previa o aumento de mais 12 mil quilômetros, totalizando 22 mil quilômetros na década de 1960. Essa meta viabilizava “[...]”

uma rede de integração territorial capaz de garantir a circulação de mercadorias entre as áreas rurais e os principais centros industrializados, além de criar novos mercados” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 416).

Até 1955, grande parte dos veículos era importada e montada em solo brasileiro, limitando as quantidades de vendas, como bem destacou o historiador Carlos Fico:

[...] o setor automobilístico no Brasil, por exemplo, não conseguia expandir-se em função das restrições às importações. Até então, os automóveis que rodavam pelas estradas brasileiras dependiam inteiramente de importações como os velhos “Ford Pé de Bode” ou Ford Bigode”, montados aqui pela companhia norte-americana desde 1929. O notável impulso da indústria de automóveis, caminhões e motores foi a grande marca do Planos de Metas [...]. (FICO, 2016, p. 36-37).

JK, visando aumentar vertiginosamente o número de veículos nos país, que no ano de 1957 eram de 30.700, previa com o plano de metas na década de 1960 a entrega de outros 170 mil. Assim, com o surgimento da indústria automobilística e o seu aumento em circulação surgiriam também as fábricas de autopeças. Logo, visto que nos anos seguintes:

[...] a partir de 1958, os brasileiros viram se materializar nas ruas e estradas duas novidades: o DKW-Vemag, que apesar de barulhento, era o primeiro automóvel a sair de fábrica com 50% de peças nacionais, e a Rural Willys, o primeiro carro também nacional com tração das quatro rodas. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 416).

Assim como JK encontrou um Brasil propício para o desenvolvimento da indústria automobilística, Victor Civita via a oportunidade de colocar em circulação revistas voltadas para esse setor e em 1960 lançou o primeiro periódico voltado à imprensa automobilística intitulado *Quatro Rodas*. Para que possamos discorrer sobre o surgimento de uma imprensa automobilística no Brasil, devemos apresentar minimamente o advento de uma imprensa segmentada completamente ligada a Victor Civita e sua história de vida.

Embora as revistas de consumo fossem uma realidade no Brasil desde o início do século XIX, assim que chegou ao Brasil no ano de 1949, Civita encontrou um mercado de impresso de consumo ainda muito precário no país. Deve-se destacar que uma das principais revistas de consumo a circular no Brasil foi a revista *O Cruzeiro*, criada por Assis Chateaubriand, no fim da segunda década do século XX. A socióloga Maria Celeste Mira destaca que: “Tornou-se uma das revistas de

maior vendagem na história do país, quanto mais para sua época. Saiu inicialmente com 50 mil exemplares, passando dos 700 mil na edição histórica sobre o suicídio de Vargas” (MIRA, 2013, p. 23). Embora a revista *O Cruzeiro* tivesse seus momentos áureos, por diversos fatores, tais como a má administração ou o surgimento de concorrentes no mercado, como veremos adiante, essa revista passou a agonizar, chegando a deixar de circular em 1975.

Um dos principais fatores que tenha causado o fim da revista *O Cruzeiro* provavelmente foi o surgimento da Editora Abril, fundada por Victor Civita, que trazia uma proposta de revistas, totalmente diferente daquelas com viés de consumo⁷³ em circulação no país. Assim, “[...] as revistas que marcaram a primeira metade do século cederão seu lugar a publicações mais especializadas dentre as quais a primeira a se destacar será a imprensa feminina” (MIRA, 2013, p. 39).

Dono da maior editora do país, a Editora Abril, Victor Civita nasceu nos Estados Unidos em 1907 e cresceu em Milão. Durante a adolescência ele e o irmão Cesar Civita passaram a trabalhar nos empreendimentos do pai, que estava ligado ao setor automobilístico. Em uma entrevista cedida a Luiz Fernando Mercadante, ao ser perguntado se era ligado ao setor editorial, Victor Civita respondeu que:

Não, era ligado a indústria, principalmente estações de serviços, oficinas mecânicas de concerto. Eu sabia retificar um motor, ao centésimo de milímetro. Fazia retífica de quatro cilindros com a diferença de um centésimo de milímetro entre um e outro, e vendia [...]. (MERCADANTE, 1987, p. 36).

Em função das atividades dos empreendimentos automobilísticos, exercidas nos postos e oficinas de serviços sem nenhuma experiência editorial, ambos iniciaram uma atividade no setor editorial, segundo Civita:

Tido um “começo” de atividade editorial quando, na Itália, meu irmão e eu começamos a fazer uma revista técnica de automobilismo, ligada a uma atividade na empresa do meu pai. Levávamos para a Europa toda a técnica relativa ao conserto dos automóveis, à regulagem de motores. Não havia quase nada [...]. (MERCADANTE, 1987, p. 27-28).

73 O mercado de revistas é dividido no mundo inteiro em dois grandes blocos: as revistas de consumo, destinadas a grande público, que são vendidas em bancas e em outros pontos de varejo e por assinaturas; e as especializadas, que em sua maioria são gratuitas, chegam a seus leitores por mala direta e tratam de temas que interessam a segmentos específicos de grupo profissionais. (CORREIA, 2018, p. 207).

Com a ajuda do irmão Cesar, Victor fazia surgir a primeira publicação com periodicidade mensal, contendo 32 páginas. Chamava-se *Garage Moderna e Stazioni Servizi*, muito parecida com uma revista em circulação italiana, *Quattro Ruote*, que também trazia uma proposta de uma revista técnica e turística. Assim, ambas inspirariam Victor Civita a fundar a *Quatro Rodas* brasileira, anos mais tarde.

Ainda que sua única experiência tenha sido no ramo industrial, seu irmão recebeu um convite para trabalhar como diretor editorial da Mandadori. Embora tenha ido para os Estados Unidos para trabalhar, Cesar preferiu ir para a América para tomar conta dos direitos da *Walt Disney*. Em 1939, no início da Guerra, Victor tomou outro destino e se mudou com a família para os Estados Unidos, para trabalhar como chefe de vendas em uma indústria de embalagens. Sua vinda para o Brasil é narrada na entrevista que concedeu a Mercadante ao ser perguntado sobre como tinha sido a sua vinda e parada no Brasil. Ele firmou que:

Fui para Itália para descansar, um mês, um mês e meio lá encontrei um irmão Cesar, que perguntou quais eram os meus planos. Respondi que pretendia voltar aos Estados Unidos onde tinha uma proposta. Ele me perguntou por que eu desejava voltar para lá para gastar minha energia e capacidade. Convidou-me para ir com ele para Buenos para ver sua operação editorial e pensar depois se essa atividade me interessaria. Na afirmativa, falaríamos. Respondi: “Não sei, não, pois há um fulano lá na Argentina que não quero nem ver a cara!”. “Mas”, disse-me ele, ao lado da Argentina há um país que não está indo bem, que não tem nada, mas tem grande potencial. Há falta de editores, e, se você for para lá conseguirá fazer coisas maravilhosas! (MERCADANTE, 1987, p. 26).

Chegando ao Brasil, em dezembro de 1949, iniciou as visitas entre Rio e São Paulo para estabelecer onde seria a Editora Abril. Resolvendo se fixar em São Paulo com empréstimos de banqueiros, aos poucos ia adquirindo as primeiras máquinas — o que mais tarde se tornaria a Sociedade Anônima Impressora Brasileira (SAIB). Civita iniciou as revistas com a impressão de gibis do *Pato Donald* e em julho de 1950 chegavam às bancas 82.370 exemplares do gibi, “[...] o qual será durante anos o carro-chefe da editora. A tal ponto que nos empreendimentos mais arriscados, Victor Civita costumava acalmar os seus colaboradores com a célebre frase: O Pato paga” (MIRA, 2013, p. 30).

Com o sucesso dos gibis e um setor de revistas especializadas ainda não explorado no país, aos poucos Civita fazia surgir novas publicações, dentre elas: *Capricho* (1952), *Quatro Rodas* (1960), *Claudia* (1961), *Realidade* (1966) e *Veja* (1968). Deve-se destacar que: “as revistas que marcaram a primeira metade do século

cederão seu lugar a publicações mais especializadas, dentre as quais a primeira a se destacar será a imprensa feminina” (MIRA, 2013, p. 39).

Todas essas novas revistas buscavam um público mais específico, diferentemente da maioria das revistas em circulação pelo país até então. Esses novos modelos que surgiam tinham como molde revistas europeias ou norte-americanas. Assim,

Esse surto da imprensa periódica no país — notadamente de revistas — contou com nomes de peso, que deixaram marcas e criaram escola. Mino Carta, Domingos Alzugaray, Tomas Souto Correa — da primeira hora da empresa — devem ser consignados na construção de um império do papel que hoje se desdobra na multiplicidade de mídias da comunicação contemporânea [...]. (MARTINS; DE LUCA, 2006, p. 91).

Diferentemente dos jornais que tinham como foco o público masculino, as revistas tinham como foco o público feminino. Civita, vendo o desenvolvimento que vinha ocorrendo no setor automobilístico do país, graças ao plano de metas de JK, não pensou duas vezes em criar uma revista que atendesse ao público masculino. Assim, juntando a experiência que tinha da *Garage Moderna e Stazioni Servizi* e baseando como molde a revista italiana *Quattro Ruote*, Victor lançava a revista *Quatro Rodas*.

Algo novo, entremontes, está acontecendo no Brasil. Quilômetros de asfalto vão-se desenrolando. Uma teia de rodovias está sendo tecida incansavelmente. Além de representar transporte e comércio, estradas significam povoamento e reabilitação econômica de zonas semidesertas e subdesenvolvida. O Brasil ganha novas dimensões [...] vamos descobrir nossa terra! O turismo automobilístico representa o primeiro passo para tornar o turismo indústria de base. *Quatro Roda* deseja contribuir para que o tempo perdido seja recuperado. Com esse objetivo não falaremos somente nas praias do nosso litoral, na vertiginosa e arremetida dos planaltos, em cidades modernas que nascem e crescem milagrosamente e em cidades antigas que guardam o encanto pungente e saudoso de tempos idos, mas também indicaremos a maneira mais fácil para que os nossos leitores possam alcançar os lugares que formos descrevendo, descobrindo-os através dos seus próprios pará-brisas [...]. No mesmo momento em que as fábricas brasileiras erguem do rés da terra vermelha maciças estruturas de concreto e em recém-saídos das linhas de montagem, percorrem estradas recém-saídas da epopeia de modernos bandeirantes, *Quatro Rodas* aparece [...]. (MIRA, 2013, p. 66-67).

Em toda revista Victor Civita fazia questão de destacar na primeira página o que a mesma pretendia trazer para o leitor. No caso da *Quatro Rodas*, a revista tinha por finalidade despertar nos brasileiros o interesse pelo turismo, utilizando o próprio veículo. Assim, a revista trazia não somente mapas para exploração turística, mas também tabelas de preços de carros novos e usados e avaliação e desempenho de veículos. Civita trazia logo na primeira edição o trajeto Rio-São Paulo, que havia sido feito pelo filho dele, destacando todos os pontos de parada, descrevendo bares e restaurantes para a edição dos mapas. Ao buscar informações sobre as estradas do país, no Departamento de Estradas e Rodagem (DNER), não encontrou nenhuma informação sobre elas e resolveu por ele mesmo produzir os mapas. Com um time formado por Mino Carta, Victor Gouveia e Roberto Civita a revista ia conquistando leitores, assim, “Com o sucesso da revista, que no seu quarto número já havia ampliado tiragem de 63 mil exemplares para 90 mil, mais jornalistas foram sendo contratados” (MIRA, 2013, p. 64).

O sucesso de *Quatro Rodas*, somado ao crescimento significativo no setor rodoviário, bem como da indústria automobilística, estava iniciando “[...] um novo período de transportes no Brasil, isto é, o forte predomínio do modal rodoviário no transporte de pessoas e de mercadoria [...]” (SILVEIRA; JUNIOR, 2010, p. 4). Assim, com o intuito de registrar e cobrir um campo em franco desenvolvimento no setor de cargas, em agosto de 1963, o grupo Abril colocava em circulação a segunda revista técnico-especializada em transporte, voltada a todos os modais, a *Transporte Moderno*. Tanto na apresentação da edição “boneco” quanto na primeira edição, Victor Civita destaca que:

O enorme desenvolvimento industrial do nosso país criou um vácuo no setor de informações. Acreditamos que haja campo — e necessidade — para dezenas de novas revistas especializadas dentro de cada setor industrial. Mas para início de conversa, resolvemos atacar uma área comum a todas as indústrias do país: métodos e equipamentos para o transporte de mercadorias [...]. (CIVITA, 1963, p. 3).

A revista *Transporte Moderno*, dadas as suas características, fora criada para atender empresários, visto que ainda na apresentação Civita destaca que “[...] procuramos incluir entre os nossos assinantes homens importantes ligados ao setor de transporte industrial do país [...]” (CIVITA, 1963, p. 3). Isso posto, podemos perceber que essa revista não foi destinada aos envolvidos no setor do transporte, como por exemplo os caminhoneiros, mas sim, a um grupo de leitores específicos, como gerentes e homens do governo.

A falta de mapas no Departamento de Estradas e Rodagem (DNER) do país e o sucesso de *Quatro Rodas*, ainda na década de 1960, levaram Civita a lançar mais uma publicação. No ano de 1966, lançava o *Guia Quatro Rodas*. Inspirado em um modelo francês *Michelin*, “O Guia se tornaria uma bíblia do turismo brasileiro, gastou três anos de preparação antes de ser publicado, porque não pode contar com a tradição acumulada no Brasil” (MIRA, 2013, p. 65). Em entrevista a *Mercadante*, em 1987, Civita destacou que:

Daí pra frente os nossos jornalistas continuaram a percorrer de motocicleta, de carro, de Kombi e não seu mais o quê todos os caminhos publicados até hoje no quatro rodas. Nestes 26 anos a revista deve ter publicado todos os mapas rodoviários do Brasil. A cada ano fazemos cinco anuários, com mapas pormenorizados, com tudo aquilo que possa ser feito em um país moderno e atualizado, onde há uma indústria automobilística que deu conta do recado e que soube desenvolver tudo aquilo que vocês sabem com o desejo de fornecer as informações indispensáveis para poder conhecer nosso país, ainda pouco conhecido [...]. (1987 p. 69-70).

Com esse setor em franco desenvolvimento no Brasil, no decorrer da década de 1960, Victor Civita inaugurava um amplo setor de revistas voltadas para o mercado automobilístico que não pararia por aí, visto que ele mesmo percebera uma ampla gama de outras revistas que poderiam ser criadas e direcionadas para este setor industrial, como mencionado acima. Assim, na década de 1970, colocaria em circulação mais uma revista voltada para essa segmentação do público masculino, *O Carreteiro*, como veremos a seguir.

As revistas não param por aí: a década de 1970 e o surgimento da revista *O Carreteiro*

No ano de 1964 o país via os militares assumirem o poder por meio de um Golpe civil-militar que inaugurou uma Ditadura, a que duraria 21 anos (FICO, 2014). Em meio ao regime militar, com toda a censura, Civita não deixou de colocar em circulação outras revistas, visto que foi nesse período que surgiu o *Guia Quatro Rodas*, em 1966, e na década de 1970, a revista *O Carreteiro*. Para que possamos entender o que motivaria Civita a criar mais uma revista voltada ao meio automobilístico devemos contextualizar brevemente o que estava acontecendo no país.

Com a posse do novo Presidente de República, o general Arthur da Costa e Silva, em 1967, era esperado que o mesmo mantivesse a continuidade às políticas

do governo Castelo Branco. Porém, vinha surgindo um movimento insatisfeito com essa política de crescimento, chegando ao ponto de sair do controle no ano de 1968, quando um grupo de estudantes ganhou as ruas, da seguinte maneira:

A luta dos estudantes brasileiros catalisou a insatisfação de outros segmentos da sociedade e chegou ao interior do Congresso Nacional, e isso no momento em que a saúde do presidente da República apresentava sintomas preocupantes. Sucederam-se rapidamente a repressão ao movimento oposicionista, com detenção dos delegados ao Congresso da UNE, o Ato Institucional nº 5, novas cassações de adversários, a morte de Costa e Silva, o início da luta armada contra o regime, a posse de uma junta militar provisória e a escolha do novo presidente, o general Emílio Garrastazu Médici. O regime assumiu, então, seu formato mais autoritário, e derrotou seus adversários – para o que teve importância decisiva o então inesperado sucesso no campo econômico [...]. (PRADO; EARP, 2017, p. 221).

Assim, além de inaugurar o pior período de controle da população, inauguraria uma fase de desenvolvimento econômico na história do país. Com a estabilidade das contas públicas no governo anterior, o novo governo buscava caminhos e mecanismos para o desenvolvimento econômico, como:

O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) foi publicado em dezembro de 1971 e prometia transformar o Brasil em “nação desenvolvida” dentro de uma geração. Pretendia elevar a taxa de investimento bruto para 19% ao ano, dando prioridade a grandes programas de investimentos: siderúrgico, petroquímico, corredores de transportes, construção naval, energia elétrica (inclusive nuclear), comunicação e mineração. Para viabilizar estes programas, são fundamentais tanto as grandes empresas estatais quanto os créditos de rede de bancos oficiais e o conjunto de incentivos coordenados pelo Conselho de Desenvolvimento Industrial (incluindo instrumentos como isenção de impostos, créditos-prêmio, depreciação acelerada etc.) [...]. (PRADO; EARP, 2017, p. 221).

Com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PDN) traçado, o “milagre”⁷⁴ ia saindo do papel, já que nos três anos anteriores as taxas de crescimento do

74 A expressão “milagre econômico” foi usada pela primeira vez em relação à Alemanha Ocidental. A rapidez da recuperação desse país na década de 1950 foi tão inesperada que muitos analistas passaram a chamar o fenômeno de “milagre alemão”. A expressão foi posteriormente repetida para o crescimento japonês na década de 1960. Finalmente, na década de 1970, a expressão “milagre brasileiro” passou a ser usada como sinônimo do boom econômico observado desde 1968 — e também como instrumento de propaganda do governo (PRADO; EARP, 2017, p. 219).

Produto Interno Bruto (PIB) aumentaram no Brasil. Embora diversos setores tenham passado por grandes mudanças no desenvolvimento econômico, mais uma vez destacarei o desenvolvimento do modal rodoviário, visto que ao longo desse período houve um aumento significativo nesse setor, bem como na indústria automobilística.

É visível que, a partir de 1967, o setor de transporte rodoviário estivesse em franco desenvolvimento, uma vez que a expansão do setor agrícola tenha gerado um grande aumento nas exportações, fazendo com que “[...] uma expressiva mecanização da agricultura, favorecendo a produção industrial de tratores, colheitadeiras e caminhões” (FICO, 2016, p. 80). O aumento tanto na indústria automobilística quanto no número de veículos em circulação, deu-se por intermédio do aumento das estradas, bem como pelo momento de amplo desenvolvimento que o país estava vivenciando há anos, visto que o setor de transportes desempenhou o papel de maior relevância nesse período. Dessa forma,

[...] é preciso observar que a indústria automobilística, nos anos da retomada do crescimento (1967-1969), pôde contar com a capacidade produtiva (ociosa durante os anos recessivos 1962-66) herdada do período JK; e adicionalmente, que a participação dos investimentos em transportes na formação bruta de capital (que atingira os expressivos 35,7% em 1970, como apontado) alcançara, no triênio 1965-67, o também espetacular montante de 40%. (NATAL, 1991, p. 249).

Com o aumento das exportações e da frota de veículos se fazia necessária a construção de corredores para o escoamento da produção. Deve-se destacar que em 1967 o Brasil passava por um momento de desenvolvimento, tanto na construção civil e residencial, como na construção pesada que se encontrava em fase de expansão: “[...] o ramo da construção pesada foi bastante beneficiado pelo grande aumento da demanda estatal por obras de infraestrutura [...]” (PRADO; EARP, 2017, p. 225). Assim,

[...] no que se refere às formas de engenharia, cumpre ressaltar o crescimento da indústria de construção, destacando-se as de pavimentação e terraplanagem e construção de estradas e as construções de obra de arte expressão típicas do desenvolvimento econômico encetado pelo milagre [...]. (NATAL, 1991, p. 240).

Com o desenvolvimento da construção civil a todo vapor, além das construções de estradas se realizavam as construções de obras. As “[...] obras de im-

pacto como a rodovia transamazônica ou a ponte Rio-Niterói, pareciam indicar que o Brasil realmente se tornaria uma ‘grande potência’” (FICO, 2016, p. 81).

Com o aumento da construção pesada e o aumento no fluxo de veículos de grande porte para o desenvolvimento dessas obras, Civita, buscava atingir o público de veículos de grande porte. Assim, em julho de 1970, dez anos após o lançamento da primeira revista especializada, o grupo Abril publicou mais uma revista voltada ao setor automobilístico, intitulada *O Carreteiro*. Os motivos que levariam esta editora a lançar mais uma revista técnica está na coluna Exame da *Transporte Moderno* n. 85, de agosto de 1970:

Há já algum tempo, o Grupo Técnico da Editôra Abril constatou que é impossível determinar o número de Transportadores autônomos (carreiros) no Brasil — escolha, entre 150000 e 40000, o número que mais lhe agrada. Mas constatou, também, que eles, como classe, são os maiores compradores de caminhão no Brasil e formam um grande mercado para peças de reposição, combustível e pneus [...]. (JÚNIOR, 1970, p. 73).

Podemos perceber que o grupo Abril buscava atingir os motoristas de caminhão ao criar esta revista, pois sabia que, além de se tratar de um mercado que vinha crescendo e era altamente lucrativo no país, despertando o interesse dos carreteiros em folhear um periódico, era preciso pensar em algo diferenciado, pois se tratava de um público que, visto culturalmente, não gostava de ler. Mas o que fazer para despertar esse interesse? De acordo com Júnior:

O problema foi facilmente resolvido. Você conhece forma de comunicação escrita mais fácil que história em quadrinhos? Pois foi essa a forma escolhida: historinhas desenhadas que informam e distraem o motorista com linguagem fácil e estilo direto numa revista formato de bolso. Como o “Pato Donald e Zé Carioca” [...]. (JÚNIOR, 1970, p. 63).

Com uma receita pronta para manter o periódico em circulação, o grupo Abril lançava a primeira edição de *O Carreteiro*, uma revista técnico-especializada voltada para motoristas de caminhões e de carretas. A coordenação da revista precisava ser gerenciada por alguém que conhecesse os problemas dos carreteiros de perto e as suas maneiras de ser. Assim, a revista foi coordenada por Amadeu Gonçalves Dias Junior, um jornalista que entendia de perto da dificuldade enfrentada pela classe. Mas também contava com um time formado por Luiz Carta, como diretor editorial, Luís Gabriel Capeda Rico pela distribuição e Victor e Roberto Civita, que sempre fizeram questão de acompanhar as revistas automobilísticas de perto.

A revista *O Carreteiro* buscava estabelecer contato por meio de cartas com os motoristas, através de uma sessão chamada de Posto Zero, de acordo com primeira sessão da revista:

Seremos para você o “Posto Zero” que estará em todas as estradas à disposição. Esperamos que suas consultas provoquem respostas e esclarecimentos que sirvam para o maior número de transportadores rodoviários, uma vez que a maioria dos problemas são comuns à classe. (CARRETEIRO, 1970, p. 4).

Nas primeiras edições, boa parte da revista era composta por histórias em quadrinhos, afinal, era preciso despertar o interesse de um grupo de não leitores. A revista contava com duas seções de histórias em quadrinhos. Uma era “As peripécias do Zé sujinho” que representava a figura de um caminhoneiro lidando com os problemas da classe e a outra, “As aventuras do Dojão Vermelho” apresentada pela *Crysler* do Brasil, que tinha espaço reservado na revista. Assim, a revista tinha como objetivo difundir por meio da propaganda um mercado altamente lucrativo, visto que:

O Carreteiro pretende aceitar publicidade de outras empresas. Mas com várias condições: só aceita programações completas, de várias páginas por edição desde que os anúncios estejam de acordo com o espírito da revista. Em outras palavras: parte dos anúncios devem ser histórias em quadrinhos [...]. (JÚNIOR, 1970, p. 63).

A publicidade sempre esteve presente nas revistas e nas automobilísticas não era diferente. Na fórmula editorial da revista *O Carreteiro* buscava-se por meio das histórias em quadrinhos atingir essa propaganda. Outro mecanismo muito utilizado foi a presença de mulheres ao lado de carros nas propagandas, o que não dá para ser ignorado, como veremos adiante.

O espaço reservado às mulheres na revista *O Carreteiro*

As mulheres sempre estiveram presentes na publicidade das revistas em geral, e, principalmente nas automobilísticas, e na revista *O Carreteiro* não foi diferente, como veremos a seguir, nas palavras de Nicolau Sevcenko: “A associação entre o carro e a mulher constituiu o mais perfeito e duradouro casamento da

publicidade. Nunca houve ameaça de divórcio e eles se tornaram mais íntimo a cada nova linha de lançamento” (1998, p. 560).

Esse casamento perfeito entre mulheres e carros nestes meios de comunicação que são as revistas automobilísticas se dá em função de que “em 1964, segundo pesquisa encomendada pela Editora Abril, 99% dos leitores eram homens; 82% possuíam um automóvel e os outros 17% estavam sonhando com um” (MIRA, 2013, p. 68). Assim, para estimular a aquisição dos veículos ou de qualquer produto “[...] lindas mulheres eram mostradas junto a todos esses produtos como forma de persuadir os espectadores a comprar” (BURKE, 2017, p. 142).

Esse modelo de beleza ditado nas revistas automobilísticas surge no cinema hollywoodiano, que ditaria um novo conceito de beleza, a partir da década de 1940. Assim, “a imprensa feminina traduziu o glamour da mulher fatal em moldes mais superficiais e ligeiros. Durante anos, ela alimentou a polêmica sobre o que deveria ser o glamour e, a partir da década de 1950, contrastou-o com o que seria o *sex appeal* de uma *pin-up*” (SANT’ANNA, 2016, p. 111).

As capas das revistas brasileiras especializadas em automóveis traziam veículos e mulheres trajadas no estilo *pin-up-girls*⁷⁵, como mostra Ramom Brandão ao destacar as diferenças da representação da mulher:

[...] na Europa, é possível que a aliança, entre moda e automóvel fosse uma maneira de capturar a atenção das mulheres aos novos lançamentos, com vistas ao potencial mercado que o público feminino representaria. Já nos Estados Unidos, não parecia haver um direcionamento ao público feminino através das *pin-ups*, apenas ao masculino devido às poses provocantes das modelos. No Brasil, a julgar pelo que se via nas capas das revistas nacionais de automóveis, parece que a tendência foi mais europeia que norte-americana, embora as ligações entre moda e automóvel ainda não estivessem explícitas [...]. (BRANDÃO, 2011, p. 113).

75 Segundo Gilles Lipovetsky : “[...] a estética sexy criada pelos desenhistas e fotógrafos dos anos 40 e 50. Ao longo desse período se impõe em novo estilo de beleza, a *pin-up*, cujas imagens invadem pouco a pouco os mais variados suportes, dos calendários aos fliperamas, dos painéis publicitários aos cartões-postais. Com suas pernas longas, seu relevo mamário, suas nádegas bem-feitas [...]. Esbelta, saudável, sorridente, a *pin-up* não tem mais nada de diabólico, parece-se mais com uma boneca sexual brincalhona do que com uma fêmea louva-a-deus, que devora o macho. Pela primeira vez, o *sex-appel* se conjuga com a jovialidade e o humor alegre: nos pôsteres a *pin-up* aparece sob disfarces diversos ou em situação burlesca, exibe-se brejeira, feliz da vida, com um brilho malicioso no olhar. A *pin-up* é erotismo feminino menos o satanismo da carne, mais a vitalidade jovial”. (LIPOVETSKY, 2000, p. 172-173).

Embora em um primeiro momento estas revistas seguissem a fórmula das já conhecidas europeias até então na década de 1960, na década seguinte, essas revistas passaram a se aproximar das fórmulas norte-americanas, já que “[...] o erotismo ampliava seu raio de exposição na publicidade [...]” (SANT’ANNA, 2016, p. 116). Como no caso da revista *O Carreteiro*, uma vez que ao analisar um total de quarenta revistas da primeira à quadragésima edição, podemos perceber que as mulheres foram representadas de inúmeras formas, algumas vezes fazendo propagandas com fantasias pousando na parte externa das cabines dos caminhões.

Figura 1 - Anjo da Guarda.



Fonte: O CARRETEIRO, 1970, n. 2.

Figura 2 - Mamãe noel.



Fonte: O CARRETEIRO, 1970, n. 3.

Na maioria das imagens, as mulheres conhecidas como *pin-up-girls* sempre eram representadas em poses mais audaciosas. Em sua maioria, tinham os padrões estabelecidos pelo cinema e/ou concursos de misses, que eram basicamente: mulheres com quadris largos, contrastando com a cintura fina.

A década de 1970 foi marcada pela segmentação da mídia contemporânea, que separaria ainda mais público entre masculino e feminino, uma vez que “de certa forma, as revistas de mulher pelada ocuparão entre os homens a mesma posição das revistas femininas em relação às mulheres” (MIRA, 2013, p. 99).

Como a segmentação ainda é marcada no Brasil com a chegada da revista norte-americana, a *Playboy*, na segunda metade da década de 1970, deve-se destacar que “o objetivo primordial da revista de Hefner era o mesmo dos *stag films*: a

exibição do nu feminino como objetivo de prazer para o olhar masculino” (MIRA, 2013, p. 99). Assim, a partir de 1976, pode-se perceber que as mulheres que até então só haviam aparecido de biquíni, passaram também a aparecer mostrando os seios.

Figura 3 - Havaiana.



Óleo machão a gente conhece é na estrada.

É no trabalho pesado que você sabe qual o óleo que mantém a pressão e a viscosidade, assegurando perfeita lubrificação sob qualquer temperatura ou tipo de serviço. Troque para Ultramo Super, da Atlantic, o super óleo para seu caminhão ou trator. Ultramo Super é recomendado para qualquer veículo pesado e também é aprovado pela Mercedes-Benz.

ULTRAMO SUPER
SAE 30
ATLANTIC
CONFORME DETERMINAÇÃO DA MERCEDES-BENZ

Fonte: O CARRETEIRO, 1976, n. 34.

Figura 4 - Topless.



Óleo machão a gente conhece é na estrada.

É no trabalho pesado que você sabe qual o óleo que mantém a pressão e a viscosidade, assegurando perfeita lubrificação sob qualquer temperatura ou tipo de serviço. Troque para Ultramo Super, da Atlantic, o super óleo para seu caminhão ou trator. Ultramo Super é recomendado para qualquer veículo pesado e também é aprovado pela Mercedes-Benz.

ULTRAMO SUPER
SAE - 30
ATLANTIC
CONVEIERS DO BRASIL

O ÓLEO MACHÃO

Fonte: O CARRETEIRO, 1976, n. 36.

A segmentação das revistas masculinas ficava a cargo do Grupo *Quatro Rodas*, mais familiarizado com leitores do sexo masculino. Mira, ao citar Edgar Morin, afirma que:

A erotização, segundo o autor, tem por função estimular o consumo através do desejo sexual, agregando às mercadorias não eróticas a figura de uma

mulher, de uma Pin-up, capaz de atrair tanto os olhares masculinos como femininos. Estetizando as mercadorias, o capitalismo toca não só no desejo masculino em relação as mulheres, como no desejo destas de serem desejadas pelos homens. A figura da mulher domina as capas da imprensa feminina e masculina. A mulher torna-se o modelo essencial da cultura de massa, impregnando a vida moderna de um erotismo difuso e cotidiano. (MORIN, 1967 apud MIRA, 2013, p.107).

É nítido que a erotização ajudava na venda de caminhões, barris de óleo, peças e tudo mais. Ao analisar as revistas, podemos perceber que, em um total de 40 revistas examinadas, em grande parte das imagens, as mulheres apareceram de biquíni ou semi-nuas, tornando uma “carta na manga” para editores, visto que esse estilo despertava o interesse do público consumidor “masculino” em folhear a revista.

Considerações finais

Uma breve contextualização da imprensa automobilística no país nos possibilita pensar o quanto ainda essa segmentação não foi explorada, visto que existem pouquíssimos trabalhos que abordam alguns desses periódicos mencionados. Em contraste com as demais revistas como: a *Quatro Rodas*, *Transporte Moderno*, o *Guia Quatro Rodas*; a revista *O Carreteiro* não era vendida em bancas, já que estava destinada a um público muito específico — neste caso, os motoristas de caminhões e de carretas. A revista em sua grande maioria era formada por imagens e fotografias, e estas potencializavam as informações aos mais diversos públicos, desde os letrados aos analfabetos.

Por se tratar de uma revista técnica especializada, *O Carreteiro* sempre foi mantida por empresas de veículos automotivos de caminhões e de carretas, bem como por empresas de peças e de lubrificantes, que custeavam e ainda custeiam a editoração da revista.

Na intenção de atrair o maior público leitor/consumidor para a revista, a Editora Abril tinha um grupo técnico responsável pela construção/manipulação das propagandas, na busca de atender a uma lógica do mercado e chamar a atenção dos leitores, já que, até então, os veículos automotivos estavam ligados ao público do sexo masculino.

As revistas automobilísticas, a partir da década de 1950, passaram a representar um novo modelo de mulher em suas páginas. As *pin-up-girls* e os carros passavam a caminhar juntos nas publicidades de veículos, com a finalidade de

chamar a atenção do leitor para os produtos utilizavam-se da erotização feminina, como forma de persuadir os espectadores a comprar.

Hoje, faz-se necessário problematizar os espaços que essas mulheres ocuparam e ainda ocupam nas revistas automobilísticas, uma vez que, nas imagens analisadas, veículos e mulheres se fundem, fazendo com que, assim como os carros/caminhões, as mulheres sejam percebidas pelo público leitor/consumidor como seus objetos de consumo.

Fonte

GUIA QUATRO RODAS. São Paulo: Editora Abril. 1966-2018.

O CARRETEIRO. São Paulo: Editora Abril. 1970-2018.

QUATRO RODAS. São Paulo: Editora Abril. 1960-2018.

TRANSPORTE MODERNO. São Paulo: Editora Abril. 1963-2018.

Referências

BRASIL. **Programa de Metas do Presidente Juscelino Kubitscheck**. Rio de Janeiro. Serviço de Documentação. Rio de Janeiro, 1958. Disponível em: <http://bibspi.planejamento.gov.br/bitstream/handle/iditem/490/Programa%20de%20Metas%20do%20Presidente%20Puscelino%20Kubitschek%20V1%201950_PDF_OCR.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 7 jan. 2018.

BRANDÃO, R. L. **O automóvel no Brasil entre 1955 e 1961: a intervenção de ovos imaginários na Era JK**. 2011. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2011/01/Ramon-de-Lima-Brand%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 9 fev. 2018.

BURKE, P. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CIVITA, V. **Transporte moderno**: revista de equipamento e processo de transporte industrial, ano 1, n. 0, 1963. Disponível em: <<http://acervodigitalotm.com.br/magazines/788#1>>. Acesso em: 4 set. 2016.

CORRÊA, T. S. A era das revistas de consumo. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. 2.ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018. p. 207-232.

FICO, C. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **O golpe de 64: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

JÚNIOR, A. G. D. **Transporte moderno**: revista de equipamento e processo de transporte industrial, n. 85, p. 73, 1970. Disponível em: <<https://acervodigitalotm.com.br/magazines/798#1>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed., 2. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015. p. 111-153.

LYPOVETSKY, G. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. **Extra**: imprensa e cidade. São Paulo: Unesp, 2006.

MERCADANTE, L. F. **Victor Civita**. São Paulo: Nova Cultura, 1987.

MIRA, M. C. **O leitor e a banca de revistas**: a segmentação da cultura no século XX. São Paulo: Olho d'Água; Fapesp, 2013.

NATAL, J. L. A. **Transporte, ocupação do espaço e desenvolvimento capitalista no Brasil**: história e perspectivas. 1991. 369 f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000037113>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

PRADO, L. C. D.; EARP, F. S. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967-1973). In: FERREIRA, J.; NEVES, L. A. (Org.). **O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 207-241.

SANT'ANNA, D. B. Corpo e Beleza. In: PRIORE, M. **Nova história das mulheres no Brasil**. 10. ed., 3. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016. p.105-125.

SEVCENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____. (Org.). **História da vida privada no Brasil 3**. Coordenado por Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 513-619.

SCHWARCZ, L. M; STARLING, H. M. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SOBRE OS AUTORES

Adriana Aparecida Pinto

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1997), mestre em Educação pela mesma universidade, campus de Marília (2001), doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista, campus de Araraquara (2013), com estágio pós-doutoral em História pela Universidade Estadual Paulista, campus de Assis (2018). Atua há catorze anos no ensino superior, sendo oito anos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), campus de Coxim. Atualmente é docente do curso de graduação em História, no qual ministra as disciplinas de História e Estágio Supervisionado em Licenciatura, e do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). É autora de livros que abordam pesquisas no campo dos impressos periódicos e história da educação regional. Tem experiência com pesquisas na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: ensino e história da educação, imprensa periódica geral e educacional e aspectos históricos da educação em Mato Grosso do Sul. É coordenadora do projeto: Lugares de História, Registros de Memória: Revitalização do Laboratório de Ensino e Pesquisa em História (LABhis), com apoio da FUNDECT/MS. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino, História e Educação (GEPEHED), certificado pelo CNPq.

Ana Gonçalves Sousa

Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, campus de Rondonópolis (2016). Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (2018). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, com especialização em Coordenação Pedagógica em andamento pela mesma instituição. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino, História e Educação (GEPEHED). Interesses de pesquisa: história das mulheres e imprensa periódica geral.

Chaline de Souza

Graduada em História pela Universidade de Passo Fundo e mestre em História Cultural e Patrimônio pela mesma instituição. Exerce o cargo de professora de História na Rede Municipal de Ensino do município de Nova Prata- RS. É membro do Projeto de Pesquisa Religiões e Religiosidades: Possibilidades de Pesquisa, vinculado ao Laboratório do Estudo das Crenças (LEC). Faz especialização

em História e Cultura Afro-brasileira pela Uniassevi. Suas pesquisas e publicações envolvem temas como: espiritismo; religiões afro-brasileiras e gênero.

Daniela Emilena Santiago Dias de Oliveira

Assistente Social, mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista, campus de Assis e mestre em História pela mesma universidade. É docente nos cursos de Psicologia e Pedagogia da Universidade Paulista, campus de Assis, coordenadora dos cursos de Pós-Graduação Multidisciplinar em Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes e também de Gestão de Políticas Sociais e Trabalho com Famílias da Unip, campus de Assis.

Danilo Leite Moreira

Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Nova Andradina (UFMS/CPNA) e mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (PPGH/UFGD). Atualmente é doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. (PPGH/UFGD). Bolsista da CAPES.

Diane Valdez

Graduada em História pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), mestre em História pela Universidade Federal de Goiás (1999) e doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (2006), com estágio de pós-doutorado na Universidad Nacional de La Plata (UNLP), na Argentina (2012-2013). É professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás e tem experiência na área de História com ênfase em história da educação; história da infância; história do livro e da leitura; história regional e biografias de docentes. É autora de livros de história regional para séries iniciais, de livros literários para crianças e feminista militante de organizações dos Direitos Humanos.

Edna Aparecida Ferreira Benedicto

Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá, especialista em História e Sociedade pela mesma universidade, especialista em Mídias na Educação, pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul e mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal da Grande Dourados. Professora de História na Rede Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul.

Gabriella Assunção da Silva Santos Lopes

Graduada em História (licenciatura) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino de História e História da Educação (GEPEHED). Tem interesse em temas da história da educação, história das mulheres, imprensa periódica e revistas do século XIX.

Giceli Warmling do Nascimento

Graduada em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Paranavaí e mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM). É pesquisadora associada ao Grupo de Estudos do Integralismo (GEINT) e compõe o grupo de estudos sobre os movimentos autoritários do século XX (CNPq/UEM).

Isabela Candeloro Campoi

Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (1997), mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2001) e doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (2008). Professora adjunta do curso de Licenciatura em História da Unespar, campus de Paranavaí, atuando também no mestrado em Formação Docente Interdisciplinar (PPIFOR). É pesquisadora associada ao Núcleo de pesquisa em História Cultural (Nupehc) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Realizou estágio pós-doutoral (2009-2010) no Instituto de Estudos Latino Americanos (LAI), da Universidade Livre de Berlim (FU-Berlin). Trabalhou como professora substituta nos departamentos de História da Universidade Estadual de Maringá (2002-2004) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006-2007). Também desenvolve estudos nas áreas de História das Mulheres, Relações de Gênero e Diversidade Sexual na Escola. Atua como docente nas disciplinas de História da América, no curso de graduação, assim como de História e Diversidade Sócio-Culturais no Ensino Aprendizagem, no curso de mestrado. Além de ser integrante do Grupo de Pesquisa Gênero, Trabalho e Políticas Públicas.

Ivone Aparecida Dias

Graduada em Pedagogia (UEM), especialista em Psicopedagogia (UNICESUMAR) e em Neuropsicologia (UNIFAMMA) e mestre e doutora em Educação (UEM). Graduada em Psicologia (UEM). Especialista em Cuidados Paliativos e Terapia de Dor (PUC Minas). Tem experiência no ensino superior, na área de

Fundamentos da Educação, Didática e Práticas de Ensino. Atualmente trabalha com avaliação e intervenção psicopedagógica e estimulação cognitiva, atendendo crianças, adultos e idosos. Tem publicações na área de História da Educação, abordando temáticas relacionadas à educação feminina no período medieval, santidade e heresias; e na área de Ensino-Aprendizagem, especialmente com estudos sobre mediação pedagógica na perspectiva da Teoria Histórico-Cultural.

Jackson James Debona

Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2008) e em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Palmas (1999), especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Barão de Mauá (2013). Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2015) e doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Universidade Federal da Grande Dourados. Tutor a distância do curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Professor de História, atuando na Rede Municipal de Educação de Dourados. Tem experiência em docência nas áreas de História, Filosofia e Sociologia em escolas municipais e estaduais (nível fundamental e médio). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino, História e Educação (GEPEHED). Possui interesse de pesquisa nos temas: ensino de história, legislação educacional, livro didático.

João de Deus Santos de Sampaio

Graduado em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amapá (UEAP), especialista em Gestão e Docência no Ensino Superior pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (FATECH) e mestre em Educação pela Universidade Federal do Amapá (PPGED/UNIFAP). É pesquisador do Grupo de Estudos, Pesquisas e Práticas em Educação na Amazônia Amapaense (GEPEA) e integrante do Grupo Educação e Literatura: um lugar no processo político, histórico e cultural do conhecimento. Desenvolve estudos na área da Educação com ênfase nos seguintes temas: História da Educação no Brasil e História da Educação no Amapá.

Kelen Kátia Prates Silva

Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e mestre no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Atua principalmente nos temas: Esporte, Gênero e Imprensa. Sua pesquisa atual investiga o futebol feminino no século XX.

Larissa Klosowski de Paula

Graduada em História, mestre em Ensino pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Paranavaí e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Bolsista CAPES. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e Diversidade do Campo (GEPEDIC) da UNESPAR, campus de Paranavaí. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino, História e Educação (GEPEHED).

Luciana de Fátima Marinho Evangelista

Graduada em História pela Faculdade Estadual de Filosofia Ciências e Letras de Jacarezinho (2007), especialista em História Cultura e Sociedade pela Universidade Estadual do Norte do Paraná, mestre em História Social pela Universidade de Londrina (2012), com Bolsa CAPES e doutoranda em História pela Universidade Federal Fluminense. Professora assistente do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Tem experiência na área de História, com ênfase em ensino de história, história do Brasil republicano e arte política. Atua como docente no ensino superior, nos cursos de graduação e de pós-graduação em História, nas modalidades presencial e a distância, da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Luiz Gustavo de Oliveira

Graduado em História pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), mestre em História e Regiões pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste (2015) e doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (PPH-UEM). É pesquisador associado ao Grupo de Estudos do Integralismo (GEINT) e membro do Grupo de Estudos sobre os movimentos autoritários do século XX, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atualmente tem dedicado suas pesquisas aos temas: cotidiano, sociabilidades, história política, biografia e integralismo no Paraná e em Santa Catarina.

Natália Borlin

Graduada em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atua principalmente nos seguintes temas: biografia, Olga Benário e periódicos.

Patrícia Marcondes de Barros

Mestre e doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FAPESP), campus de Assis (2007) e pós-doutora em Literatura, Cultura e Tra-

dução pela Universidade Federal de Pelotas (PNPD/CAPES, 2018/2019). Possui trabalhos sobre a contracultura no Brasil, tendo como eixo norteador as obras do jornalista e escritor Luiz Carlos Maciel. É Professora adjunta do Departamento de História na Universidade Estadual de Londrina (UEL), autora do livro “Panis et Circences”: a ideia de nacionalidade no Movimento Tropicalista (EDUEL, 2000) e organizadora da obra Sol da Liberdade (Editora Vieira & Lent, 2014), autoria de Luiz Carlos Maciel. Suas pesquisas abarcam atualmente a literatura marginal dos anos 70, a imprensa alternativa, a contracultura no Brasil, o feminismo, o ensino de história e a formação docente na contemporaneidade.

Paula Faustino Sampaio

Doutoranda em História na Universidade Federal da Grande Dourados. Professora assistente II da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), Departamento de História. Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco. Coordenou o projeto de pesquisa Gênero e Feminismo em Mato Grosso: discursos e representações na imprensa regional e na produção histórica, MT, 1975 a 1988. Atualmente desenvolve a pesquisa História, Gênero e Mulheres Indígenas, e estuda sobre história das mulheres, estudos de gênero, história indígena e impressos.

Raquel Alves Neto

Graduada em Pedagogia pela Universidade de Pernambuco. Professora da Rede Municipal de Educação de Petrolina-PE. Tem experiência na área de Educação Infantil e Ensino Religioso, foi bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), entre os anos de 2015 e 2016.

Regina Lúcia da Silva Nascimento

Graduada em Letras Português/Francês, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Já atuou como professora de Literatura Brasileira na educação básica e no ensino superior. Coordenadora do curso de Letras da Universidade Federal do Amapá. Atua como coordenadora do curso de Letras/Francês do Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) e docente do mestrado em Educação da Universidade Federal do Amapá. Interessa-se por análise de conteúdo, história da educação, história cultural e literatura brasileira.

Ricardo Gíao Bortolotti

Doutor em Comunicação e Semiótica pela PUCSP. Professor de Filosofia e de História das Religiões na UNESP, campus de Assis. Trabalha o campo da semiótica, especificamente, a filosofia de Peirce, estando, atualmente, pesquisando o pensamento de Hannah Arendt. Transita também pelo pensamento medieval, particularmente o de Duns Scotus. Publicou alguns artigos e capítulos de livros sobre temas relacionados aos estudos mencionados. Na pós-graduação tem orientado temas que correspondam à linha Cultura, Historiografia e Patrimônio.

Sthefany de Souza Ribeiro

Graduada em História pela Universidade Federal da Grande Dourados (2017) e mestre em História pela mesma universidade, sendo bolsista da CAPES. Desenvolve pesquisas com impressos de natureza periódica, que circularam em Mato Grosso, com atenção para temáticas voltadas à educação feminina. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Ensino, História e Educação (GEPEHED).

Tania Regina de Luca

Professora do Departamento e Curso de Pós-Graduação em História, Unesp/Assis, Bolsista Produtividade Nível 1A do CNPq, desenvolve pesquisas na área de História da Imprensa.

Terezinha Oliveira

Graduada em História pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (1986), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (1991) e doutora em História pela Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (1997). Em 2004, realizou estágio de pós-doutorado em História e Filosofia da Educação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Atualmente é professora titular da Universidade Estadual de Maringá, no Departamento de Fundamentos da Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação. Desde 2014, é diretora da Editora da Universidade Estadual de Maringá (EDUEM). Também é editora científica da Revista Acta Scientiarum Education, Imagens da Educação e membro do Conselho Editorial da Revista Brasileira de História da Educação (RBHE). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Fundamentos da Educação, especialmente em História e Filosofia da Educação. É filiada a ANPUH, SBHE e a ABREM.

Virginia Pereira da Silva de Ávila

Licenciada em Pedagogia pela Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras (FAPA, 1997), mestre em Educação pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, 2008) e doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 2013). Professora do quadro permanente da Universidade de Pernambuco, campus de Petrolina, atua na graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, sobretudo em: história do ensino primário rural, formação e trabalho de professores rurais, instituições e arquivos escolares e memória e cultura escolar. Membro da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em História da Educação no Sertão do São Francisco (GEPHESF).

